SÉRIE TESES DO PROHPOR

A multifuncionalidade do "onde" na fala de Salvador

EMÍLIA HELENA PORTELLA MONTEIRO DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA
ANO: 2003

prohpor
Programa para a história da língua portuguesa

Biblioteca Central – UFBA

S729 Souza, Emília Helena Portella Monteiro de.
A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador / por Emília Helena Portella Monteiro de Souza. - Salvador : E. H. P. M. de Souza, 2003.
284 f. : il.

Orientadora : Profa. Dra. Rosa Virgínia Barretto de Mattos e Silva.
Co-orientadora : Profa. Dra. Myrian Barbosa da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2003.

1. Língua portuguesa - Pronomes. 2. Língua portuguesa - Gramaticalização. 3. Língua portuguesa - Português falado. 4. Gramaticalização - Teoria, etc. I. Silva, Rosa Virgínia Barretto de Mattos e. II. Silva, Myrian Barbosa da. III. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. IV. Título.

CDU – 811.134.3'367.626.1
CDD - 415

A Deus, pela oportunidade da vida, e aos Amigos espirituais por me conduzirem por caminhos tão seguros.

Aos meus pais, que proporcionaram meus estudos e me deram incentivo, para mais uma realização.

A minha filha Karina, o meu amor.

A Maria Cristina Burgos de Paula, minha amiga e sempre irmã, pela presença de ontem e de hoje.

A minha irmã Maria Cristina Monteiro de Morais,

a minha saudade imensa.

Agradecimentos

A Rosa Virgínia Mattos e Silva, a minha orientadora, professora, amiga, pelas horas de dedicação, pelo estímulo constante, pelo aprendizado adquirido.

A Myrian Barbosa da Silva, minha co-orientadora, por ter me dado as orientações na constituição dos *corpora*, pelas leituras indicadas no estudo da Sociolingüística, pela disponibilidade para contribuir com seus ensinamentos.

A Norma da Silva Lopes, minha amiga de muitos anos, pela força, pelo incentivo, pela ajuda substancial na realização deste trabalho.

A Paulo Roberto Portella Monteiro de Souza, meu irmão, pela sempre disponibilidade em me ajudar, e pela presença em minha vida.

A Rosauta Fagundes Poggio, pela amizade, pela disponibilidade de ajuda, pelas indicações bibliográficas, pela revisão deste trabalho.

A Constância Maria Borges de Souza, colega e amiga, pelo apoio e incentivo constantes.

A Américo Venâncio Machado Filho, pelo afeto, pela amizade, pela sempre disponibilidade de colaboração.

A Sônia Borba Costa, pelo reencontro, pela amizade que o tempo só fez aumentar.

Aos amigos do PROHPOR/ ILUFBA pela recepção amiga e afetuosa.

A Luciano Amaral de Oliveira, pelo pronto atendimento para elaboração do *Abstract*.

A Tereza Leal, por estar sempre disponível para dar sua colaboração.

A Lícia Maria Freire Beltrão e Dinéa Maria Sobral Muniz, amigas e colegas, pela ajuda e companheirismo em momentos tão necessários.

Aos colegas do Departamento II da Faculdade de Educação da UFBA, pela colaboração, e por terem concorrido para a finalização deste trabalho.

Aos amigos do Grupo Amigo Raio de Sol, pelo amor e força constante.

Aos meus alunos, incentivadores do meu crescimento, pelo meu compromisso de oferecer sempre o melhor.

SUMÁRIO Página

Índice das Tabelas

Índice dos Quadros

Índice dos Gráficos

INTRODUÇÃO 13

1 **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** 16

1.1 A SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA – ALGUNS PRESSUPOSTOS 17

1.1.1 **O princípio do uniformitarismo** 18

1.1.2 **A mudança em tempo aparente e em tempo real** 21

1.1.3 **A metodologia variacionista** 23

1. 2 FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO E FORMALISMO 27

1. 2.1 **A lingüística funcional** 30

1.2.1.1 A Escola Lingüística de Praga e seus seguidores 31

1.2.1.1.1 As funções da linguagem 32

1.2.1.1.2 Perspectiva funcional da frase. Teoria Tema/Rema 36

1.2.1.1.3 A integração de componentes 38

1.2.1.2 A Sintaxe Interacional 40

1.2.1.3 Teoria modular da língua: os módulos discursivo, semântico e gramatical e os processos cognitivos pré-existentes 45

1.2.1.3.1 O módulo discursivo 48

1.2.1.3.2 Manutenção do turno 48

1.2.1.3.3 Passagem de turno 49

1.2.1.3.4 Os pares adjacentes 50

1.2.1.3.5 Os Marcadores Conversacionais 51

1.2.1.3.6 Os Conectivos Textuais 53

1.2.1.3.7 A Repetição, como um processo de construção do texto por reativação 54

1.2.1.3.8 A digressão e os parênteses, processos de construção do texto por desativação. 56

1.2.1.3.9 O módulo gramatical 57

1.2.1.3.10 O verbo – elemento estruturante da organização argumental da sentença 58

1.2.1.3.11 O Sujeito 60

1.2.1.3.12 O Objeto Direto 61

1.2.1.3.13 A Adjunção 62

1.2.1.3.14 Construção da sentença por reativação – a repetição 64

1.2.1.3.15 A desativação 65

1.2.1.3.16 O módulo semântico 67

1.2.1.3.17 A predicação 67

1.2.1.3.18 A referenciação 68

1.2.1.3.19 Considerações sobre o léxico na progressão referencial 72

1.2.1.3.20 A foricidade e a dêixis 75

1.3 A LINGÜÍSTICA COGNITIVA 77

1.3.1 **Teoria dos Protótipos** 80

1.3.1.1 A categorização clássica 80

1.3.1.1 A categorização natural 82

1.3.2 **Teoria da Metáfora** 85

1.3.3 **Conceitos Espaciais** 92

1.3.3.1 O localismo 92

1.3.3.2 Cognição espacial e linguagem 97

1.3.3.3 Linguagem e relações espaciais 104

1.3.4 **Teoria da Gramaticalização** 118

1.3.4.1 Sobre o conceito de gramaticalização 118

1.3.4.2 Breve histórico dos estudos da gramaticalização 121

1.3.4.3 Os estágios da gramaticalização 135

1.3.4.4 Sobre a gramaticalização de orações 142

1.3.4.5 Gatilhos da gramaticalização 146

1.3.4.5.1 Gatilho cognitivo da gramaticalização 146

1.3.4.5.2 Gatilho pragmático da gramaticalização 150

1.3.4.6 Princípios da gramaticalização 151

1.3.4.7 Princípios constitutivos da linguagem 156

2. **O ONDE: ASPECTOS HISTÓRICOS, PRESCRITIVOS E DESCRITIVOS** 159

2.1 O ONDE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA 159

2.1.1**Os locativos no latim clássico** 159

2.1.2 **Os locativos *ubi*, *unde*, *quo*, *qua* no latim vulgar** 165

2.1.3 **Os locativos *ubi* e *unde* no latim medieval** 167

2.1.4 **Os locativos *ubi* e *unde* no português arcaico** 168

2.1.5 **Sobre o histórico do AONDE** 173

2.2 VISÃO PRESCRITIVA E DESCRITIVA DO ONDE 177

2.2.1 **Tratamento do OÙ pelas gramáticas e dicionários de língua francesa** 178

2.2.2 **Tratamento do ONDE pelas gramáticas normativas e descritivas do português contemporâneo** 183

2.2.3 **Aspectos conclusivos sobre a prescrição e a descrição do OÙ e do ONDE** 196

3. **METODOLOGIA** 202

3.1 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA PEPP E NURC/SSA/90 202

3.1.1 **Realização dos inquéritos, transcrição grafemática dos inquéritos, seleção e dados sociais dos informantes** 205

3. 2 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DO ONDE 207

3.3 CONCEITUAÇÃO DO ONDE 208

3.4 DEFINIÇÃO DO FENÔMENO E CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS DE FATORES 209

3.4.1 **Grupos de fatores sociais** 213

3.4.2 **Grupos de fatores lingüísticos** 215

3.4.2.1 Foricidade 215

3.4.2.2 Referenciação 216

3.4.2.3 Tipos de frases 217

3.4.2.4 Tipos de orações / ONDE em outras realizações sintático-discursivas 218

3.4.2.5 Correlação com preposições 220

3.4.2.6 Elementos discursivos – a repetição 221

3.5 UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA COMPUTACIONAL 222

4. **ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS** 223

4.1 ANÁLISE DOS FATORES SOCIAIS 223

4.1.1 **Aspectos conclusivos da análise dos fatores sociais** 232

4.2 ANÁLISE DOS FATORES LINGÜÍSTICOS 232

4.2.1 **Foricidade** 233

4.2.2 **Referenciação** 240

4.2.3 **Tipos de Frase** 245

4.2.4 **Tipos de oração / ONDE em outras realizações sintático-discursivas** 250

4.2.5 **Correlação com preposições** 262

4.2.6 **Elementos discursivos – a repetição** 265

4.2.7 **Aspectos conclusivos da análise lingüística** 266

5. **CONCLUSÕES** 269

6. **BIBLIOGRAFIA** 272

ÍNDICE DAS TABELAS

1. Proposta localista que exemplifica percurso de gramaticalização 92

2. Contínuo de fusão das unidades lingüísticas espaciais 114

3. Parâmetros sincrônicos da gramaticalização 130

4. Valores semânticos do ONDE e Faixa Etária 226

5. Valores semânticos do ONDE e Escolaridade 228

6. Valores semânticos do ONDE e o gênero 232

7. Valores semânticos do ONDE e Foricidade – Análise geral 237

8. -Valores semânticos do ONDE e Foricidade no nível fundamental 241

9. Valores semânticos e Foricidade no nível colegial 242

10. Valores semânticos e Foricidade no nível universitário 243

11. Valores semânticos do ONDE e Referenciação à esquerda 244

12. Valores semânticos do ONDE e Referenciação à direita 244

13. Valores semânticos do ONDE e Tipos de frase 248

14. Valores semânticos do ONDE e Tipos de oração 253

15.Valores semânticos do ONDE e Correlação com preposições 265

16. Valores semânticos do ONDE e elementos discursivos - repetição 268

ÍNDICE DOS QUADROS

1. Descrição esquemática da análise de Jackendoff 98

2. Processo evolutivo de *grams* espaciais 116

3. Contínuo de evolução morfossintática de *grams* espaciais 118

4. Parâmetros e processos de gramaticalização 131

5. Pronomes demonstrativos e advérbios deles derivados 161

6. Pronomes relativos na língua vulgar 164

7. Quadro geral dos inquéritos da amostra atual 204

8. Contínuo por nível de integração entre orações 261

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

1. Valores semânticos do ONDE nas escolaridades da Faixa Etária 1 229

2. Valores semânticos do ONDE nas escolaridades da Faixa Etária 2 229

3. Valores semânticos do ONDE nas escolaridades da Faixa Etária 3 230

4. Valores semânticos do ONDE nas escolaridades da Faixa Etária 4 230

5. Valores semânticos do ONDE e o Gênero 232

6. Valores semânticos do ONDE e Foricidade – Análise geral 234

7. Valores semânticos do ONDE e Foricidade no nível Fundamental 239

8. Valores semânticos do ONDE e Foricidade no nível Colegial 239

9. Valores semânticos do ONDE e Foricidade no nível Universitário 240

10. Valores semânticos do ONDE e Tipos de frase – Análise geral 246

11. Valores semânticos do ONDE e Tipos de oração 251

12. Valores semânticos do ONDE e Correlação com preposições 262

INTRODUÇÃO

O interesse no estudo do ONDE é mais antigo. Surgiu, quando da realização do Mestrado, em que se enfocaram as relativas, a partir de um *corpus* escrito constituído de textos de alunos do Ensino Médio. Também, o fato de se lidar com ensino, primeiramente com ensino Médio e depois com ensino superior, em contato com a fala e escritos dos alunos, foi mais uma grande motivação para se verificar se O ONDE estava passando por algum processo de mudança.

O material de análise deste trabalho consta de *corpora* orais da fala de Salvador, e as bases teóricas que subsidiam a análise e interpretação do ONDE são o Funcionalismo Lingüístico na linha da Gramaticalização e a Sociolingüísitca Variacionista, constituindo um trabalho de caráter Sociofuncional. Parte-se da concepção de língua como competência comunicativa. A língua se atualiza no uso, e é sensível ao uso, daí ter-se como objetivo verificar quais ambientes sintático-discursivos são favorecedores dos usos do ONDE, e que fatores cognitivos, lingüísticos e sócio-interacionais são motivadores desses usos.

O estudo de fatos da língua, na perspectiva da Gramaticalização, tem em vista verificar os processos de mudança, pelos quais os itens passam. Numa perspectiva sincrônica, observa-se a mudança como um fenômeno semântico, sintático-discursivo-pragmático do ponto de vista dos "padrões fluidos da linguagem".

Adota-se, neste trabalho, uma visão multissistêmica da língua, cujos módulos são vistos de forma integrada, sem subordinação entre eles, visualizados numa forma radial, conforme propõe Castilho (1998, 2002, 2003): o Léxico no centro, em volta a Semântica, a Gramática e o Discurso. O ONDE é percebido como contendo essas propriedades e que são ativadas conforme motivações cognitivas e interacionais. Nessa perspectiva, vai-se observar se o ONDE está passando por um processo de mudança, e em que nível.

Para empreender o estudo do ONDE, dividiu-se este trabalho em quatro grandes partes (1) Fundamentação Teórica; (2) ONDE: Aspectos Históricos Prescritivos e

Descritivos; (3) Metodologia; (4) Análise Interpretativa dos Dados, que vão ser sumarizadas a seguir. Fecha-se o trabalho com as Conclusões.

Na parte (1) *Fundamentação Teórica*, vai-se tratar de alguns pressupostos da Sociolingüística Variacionista, do Funcionalismo Lingüístico e da Lingüística Cognitiva.

Na parte referente à Sociolingüística Variacionista, vão estar sendo focalizados, em especial, o princípio do Uniformitarismo, a mudança em tempo aparente e em tempo real, e a metodologia variacionista. Essa a base utilizada para a constituição dos *corpora* PEPP (Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador), e amostra NURC/SSA/90 constituída por informantes de nível superior; também, para os procedimentos de segmentação, codificação e análise quantitativa dos dados, com a utilização do programa computacional VARBRUL, utilizado em parte.

No que diz respeito ao Funcionalismo Lingüístico, vão-se enfocar a Escola Lingüística de Praga e seus seguidores, e principais postulados da interface sintaxe-semântica e sintaxe-conversação. Vai ser dada relevância à proposta da Teoria Modular da língua, com a descrição dos módulos discursivo, semântico e gramatical (sintaxe).

Quanto à Lingüística Cognitiva, vai-se tratar da Teoria dos Protótipos, da Teoria da Metáfora, dos Conceitos Espaciais e da Teoria da Gramaticalização, dos aspectos mais pertinentes que servirão de base para a análise a ser desenvolvida com o ONDE.

Na parte (2) *ONDE: Aspectos Históricos Prescritivos e Descritivos*, vai estar sendo enfocado, primeiramente, o percurso histórico do ONDE, de suas origens ao português arcaico do século XIV, também se vai tratar do AONDE, tomado, neste trabalho, como uma variante de ONDE. Nos aspectos prescritivos e descritivos, a revisão da bibliografia das gramáticas do português contemporâneo teve um estudo motivador, a comparação com o que apresenta Hadermann (1993) sobre o tratamento do OÙ, na língua francesa, em dicionários, gramáticas do francês, utilizando-se de material coletado do Instituto Nacional da Língua Francesa. Esse Autor vale-se, também, de *corpora* oral e escrito, para servirem de ilustração aos usos do OÙ.

Na parte (3), *Metodologia*, serão tratados todos os aspectos relativos à constituição da amostra e formação dos grupos de fatores para se proceder à análise do ONDE.

Na parte (4), *Análise Interpretativa dos Dados*, vai-se apresentar, primeiramente, a análise dos fatores sociais e, em seguida, a análise dos fatores lingüísticos. Essa análise vai ser desenvolvida conforme os resultados quantitativos obtidos com a aplicação do programa computacional, e, também, a partir da teoria que serve de base à observação das ocorrências do ONDE, numa visão modular da língua, o que vai proporcionar uma análise conjugada dos aspectos semânticos, sintáticos e discursivos.

A parte final, *Conclusões*, tem um caráter de síntese geral. Nessa parte, serão retomadas algumas conclusões parciais a que se chegou no momento da análise. O resultado das observações das ocorrências do ONDE deve elucidar sobre o seu comportamento, na língua falada de Salvador, a partir dos *corpora* analisados desta sincronia.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo do ONDE pressupõe bases teóricas que subsidiam a sua análise. Neste trabalho, busca-se a conjugação de dois modelos distintos, mas que se ligam por princípios metateóricos comuns: o modelo variacionista e o modelo funcionalista, na linha da Gramaticalização. A Sociolingüística Variacionista é tomada como auxiliar, pelo uso de alguns dos seus pressupostos. O modelo funcionalista, na linha da Gramaticalização, se estabelece como a base teórica propriamente dita, o suporte para se proceder a análise dos dados e sua interpretação. Os dois modelos se interseccionam em alguns aspectos, ao se considerar que a Sociolingüística está incluída no conjunto dos paradigmas funcionalistas, em oposição ao paradigma formalista.

Como princípios teóricos básicos, pode-se afirmar que ambos os modelos consideram a língua em uso, na interação, sendo a comunicação a grande função da linguagem. A língua é vista na sua heterogeneidade, em decorrência de sua natureza social, em oposição aos modelos anteriores, o estruturalismo e o gerativismo, considerados como "estágios de um mesmo Programa" (KATO,1997), que tratam a língua como um sistema monolítico, invariável, desconsiderando a sua função comunicativa. Isso significa admitir a análise lingüística apenas circunscrita aos limites das relações internas ao sistema, deixando de considerar as pressões sociais "que continuamente operam sobre a língua" (LABOV,1972: 3). Nesses modelos, a estrutura maior de análise é a frase, nos modelos funcionalista e variacionista, o texto ou discurso, no seio do qual a língua se evidencia como um sistema variável. Ambos os modelos estão preocupados com a mudança lingüística. Sobre esse aspecto, tanto no paradigma funcionalista, na linha da Gramaticalização, quanto na Sociolingüística Variacionista, a mudança é o eixo constitutivo das teorias, entretanto, a forma como essa é concebida por cada um dos paradigmas vai determinar o estabelecimento de pressupostos teóricos que delineiam procedimentos divergentes. Tanto a Sociolingüística quanto a Gramaticalização possuem um aparato teórico próprio, cada uma postulando um conjunto diferente de princípios e de categorias para dar conta dos dados lingüísticos sob observação.

A interface Sociolingüística/Gramaticalização prevista neste trabalho está significando a retomada de alguns pressupostos da teoria da Variação, que vão estar inseridos numa nova ótica da mudança lingüística, que é dada pela teoria da Gramaticalização.

1. 1 A SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA – ALGUNS PRESSUPOSTOS

A teoria da Sociolingüística Variacionista se constituiu num grande marco para a lingüística do século XX, ao incluir a mudança como fazendo parte do funcionamento da língua e ao estabelecer um conjunto de pressupostos teóricos que romperam com diversos princípios em voga na lingüística, como a correlação entre homogeneidade/estrutura e estrutura/sincronia. Esses pressupostos foram apresentados no texto clássico de Weinreich, Labov e Herzog, o *Empirical Foudantions for a Theory of Language Change* (1968). Esse texto criou, a partir da questão da mudança, um novo modelo teórico, constituindo uma nova orientação para a pesquisa lingüística. A partir dos estudos de Labov no inglês da ilha de Martha's Vineyard (1963) e da cidade de Nova York (1966), se consolidou um dos mais importantes princípios teóricos relacionados ao estudo da mudança, que é a mudança em progresso, indo de encontro às concepções das teorias anteriores de que a mudança não podia ser estudada diretamente e sim somente após estar concluída. Os estudos de Labov revelaram que se poderia identificar a mudança em progresso na variação observada na língua num determinado momento, através da observação das faixas etárias, o que ele definiu como o estudo da mudança em tempo aparente. Essa perspectiva de entender a mudança veio superar a dicotomia saussuriana sincronia/diacronia, para a qual a mudança só poderia ser observada na história da língua, em sua diacronia, reservando à sincronia a análise da estrutura da língua como sistema homogêneo e autônomo. A variação, vista por Labov como parte integrante da estrutura lingüística, passou a ser objeto da análise lingüística. Assim, estudar a variação dentro de sua sistematicidade implica considerar os fatores externos que a provocam. Os fatores sociais estabelecidos por Labov são idade, sexo, classe social (em alguns trabalhos usa-se escolaridade, ao invés de classe social), estilo

de fala e etnia. A variação é entendida como um fenômeno estruturado e regular, relacionado a aspectos lingüísticos e sociais. Labov se refere à comunidade de fala, ao invés de língua: *O objeto da descrição lingüística é a gramática da comunidade de fala: o sistema de comunicação usado na interação social* (LABOV, 1982: 16)[1]. Fica entendido que, no modelo variacionista, não é possível compreender o desenvolvimento de uma mudança lingüística fora da estrutura social da comunidade na qual ocorre. Sobre o processo de mudança, Labov (1982: 20) esclarece:

> Mas ninguém nunca perdeu de vista o fato de que a mudança é o processo de substituição, não o resultado do processo. Quando nós estudamos o processo diretamente nós nos confrontamos imediatamente com o caráter heterogêneo dos sistemas lingüísticos. Mudança implica variação; mudança é variação. Desde o tempo de Gauchat, nós identificamos a mudança em progresso pela coexistência de variantes mais antigas e mais novas.[2]

1.1.1 **O princípio do uniformitarismo**

Labov postula a variação como inerente ao sistema lingüístico, mas nem toda variação envolve mudança, embora toda mudança lingüística implique variação. Os padrões de variação observados na sincronia evidenciam não somente os mecanismos de uma mudança em progresso, mas também as mudanças já verificadas. Nesse sentido, Labov (1994: 21) retoma o princípio do uniformitarismo, já considerado pelos neogramáticos. Cita Christy (1983), que situa o princípio do uniformitarismo na ciência histórica do século XIX, particularmente na geologia e filosofia. O princípio foi

---

[1] The object of linguistic description is the grammar of the speech community: the system of communication used in social interaction. Labov, 1982:16

[2] But no one has ever quite lost sight of the fact tha change is the process of replacacement, not the outcome of tha process. When we study the process directly we are immediatly confronted with the heterogeneous character of linguistic systems. Change implies variation; change is variation. Since the time of Gauchat, we identify change in progress by the co-existence of older and younger variants. Labov, 1982: 20

primeiramente formulado pelo geólogo escocês James Hutton em 1785, mas foi Charles Lyell quem o usou na construção da moderna geologia, na sua obra *Principles of Geology* (1833). Christy (1983)[3] define, sinteticamente, esse princípio:

> Conhecimento de processos que operaram no passado podem ser inferidos pela observação dos processos existentes no presente.

O uniformitarismo surgiu em oposição a uma outra visão que dominava na geologia e na biologia, na época, o catastrofismo, segundo o qual a origem da terra e da vida foi proveniente de repentinos e únicos eventos no passado, e que todas as espécies vivas foram criadas com seus caracteres desde então. Essa é uma visão bíblica da criação da terra, que ligava a geologia e a lingüística (LABOV, 1994: 21).

O princípio do uniformitarismo foi introduzido na lingüística por William Dwight Whitney, que o colocou como ponto central na sua obra *Language and the study of language* (1867). Os neogramáticos foram influenciados por Whitney, e desenvolveram fortemente a idéia de que *o entendimento das línguas clássicas do passado deve ser encontrado nos dialetos vivos do presente* (LABOV, 1994: 22).

> Os fatores que produziram mudanças na fala humana cinco mil ou dez mil anos atrás não podem ser essencialmente diferentes desses que agora operam para transformar línguas vivas.[4]

De acordo com Labov, o princípio do uniformitarismo, hoje, parece ser aceito pela lingüística, como tem sido aceito por outras ciências históricas. Mas a implementação do pensamento uniformitário requer um contato íntimo com o atual processo de mudança no presente, sendo esse tipo de estudo relativamente recente.

---

[3] Christy, apud Labov, 1994:21: knowledge of processes that operated in the past can be inferred by observing ongoing processes in the present.

[4] Brugmann, 1897:1-2, In Christy, 1983:82, apud Labov, 1994:22. The factors that produced changes in human speech five thousand years ago cannot have been essentially different from those which are now operating to transform living languages.

> O uso do presente para explicar o passado então não somente depende de novos métodos e novos dados, porém também em pontos localizáveis de contato e similaridade entre o presente e o passado o que justificaria a aplicação de novos dados.[5]

Labov (1994: 21-22) discute as concepções do gradualismo e do catastrofismo na mudança lingüística, situando-as a partir do princípio do uniformitarismo. Na geologia, o princípio do uniformitarismo, a partir de Lyell (1833), está ligado à concepção gradualista em oposição ao catastrofismo. O gradualismo, na geologia, diz respeito ao modo gradual das mudanças ocorridas na terra, como resultado de pequenos e contínuos efeitos de erosão, sedimentação, metamorfose etc. e que podem ser observados em todos os lugares. Labov chama atenção para o fato de não se confundir, na lingüística, a aceitação do uniformitarismo, com a aceitação do gradualismo, como ocorreu com a geologia, de forma dogmática. Embasa a sua observação, afirmando que na história das línguas acontecimentos catastróficos, abruptos, sempre desempenharam um papel, principalmente na forma de deslocamentos populacionais: migrações, invasões, conquistas e imigrações maciças. Também mudanças políticas ocasionaram mudanças repentinas, com substituições radicais de uma norma prestigiada por outra, trazendo conseqüentes efeitos na linguagem. A versão gradualista do princípio do uniformitarismo, na lingüística, dá conta dos efeitos graduais internos da mudança no sistema lingüístico. Labov argumenta que esse princípio é uma pré-condição para a reconstrução histórica, tão válido quanto fazer uso do presente para explicar o passado. Vê o princípio do uniformitarismo mais como uma hipótese de trabalho, do que mesmo uma solução para o paradoxo fundamental da lingüística histórica, que diz respeito à tarefa de explicar as diferenças entre o passado e o presente, mas devido à extensão do passado em relação ao presente, não há meios de saber quão diferente ele foi (LABOV,1994: 21). Visto o princípio do uniformitarismo como uma solução, pode-se incorrer no erro de se ocultar muitos dos equívocos que são o resultado das reais diferenças entre o passado e o presente.

[5] The use of the present to explain the past then depends not only on new methods and new data, but also on locating points of contact and similarity between the present and the past that would justify the application of new data. Labov, 1994:20.

1.1.2 **A mudança em tempo aparente e em tempo real**

A observação da variação em uma sincronia pode pontuar dados indicadores de mudança. Nesse sentido, o estudo da mudança prevê dois estágios da língua e a garantia de continuidade entre os dois: o passado e o presente. Labov introduz a dimensão histórica no estudo da variação no *tempo aparente*, o que significa observar a distribuição de variáveis lingüísticas através dos níveis de idade. A partir dos dados obtidos, resta saber se se trata de uma mudança em progresso, ou de um comportamento lingüístico de mudança regular que se repete a cada geração. Se existem diferenças, se interpretam como possível resultado de uma mudança em progresso. Corvalán (1988: 156) diz que se admite que os padrões lingüísticos já estabelecidos na adolescência se mantêm mais ou menos estáveis através da vida do indivíduo, por exemplo, um indivíduo com setenta anos, hoje, representaria os padrões lingüísticos dos indivíduos de vinte anos há cinqüenta anos atrás, portanto, se pode comparar com a dos indivíduos que têm vinte anos hoje. Labov (1994: 72-73) considera que variáveis muito bem estabelecidas socialmente exibem gradação em cada idade, os adolescentes e adultos usam variantes estigmatizadas mais livremente que os falantes de meia idade, especialmente quando estão sendo observados. O melhor caminho para interpretar os dados de falantes mais velhos é estudar as mudanças nos mesmos indivíduos em *tempo real*.

O estudo da mudança em *tempo real* tem sido feito, nos últimos anos na teoria laboviana, de duas maneiras. (1) Compara a fala de uma mesma comunidade de falantes em cada certo número de anos, é o chamado *trend study*: uma vez realizados estudos numa comunidade, anos mais tarde se retorna à mesma comunidade, seguindo-se os mesmos procedimentos quanto à escolha da população e das amostras; de posse dos dados, faz-se a análise da mesma maneira. Seguindo-se os mesmos procedimentos controlados, a amostra será representativa e confiável. Nesse sentido, é indispensável que a comunidade tenha tido um período interveniente mais ou menos estável, sem drásticas mudanças na demografia, sem invasões etc. (2) Compara a fala dos mesmos indivíduos através de vários anos, o chamado *panel study*: objetiva localizar os mesmos

indivíduos que foram observados no primeiro estudo, busca descobrir alguma mudança em seu comportamento, submetendo-os aos mesmos questionários, à entrevista ou experimento. É um estudo trabalhoso e caro que, envolvendo planejamento desde o início, terá uma quantidade maior de amostras, prevendo-se as perdas; sem um planejamento prévio, as amostras serão mais reduzidas.

A possível correlação dos dados em *tempo aparente* com os dados em *tempo real* proporciona reconstruir a cronologia dos vários passos e correlacionar essa cronologia com as características sociolingüísticas de cada estágio (LABOV, 1994: 76-77).

Uma consideração importante sobre a mudança lingüística foi feita por Labov (1966), quando realizou estudos na cidade de Nova York, ao distinguir mudanças "de cima para baixo" e mudanças "de baixo para cima," relativas a níveis sociais e posições na hierarquia social. As mudanças "de cima para baixo" são introduzidas pela classe social dominante, freqüentemente com plena consciência. Labov (1994: 78) explica essas mudanças como provenientes de empréstimos de outras comunidades de fala que têm um alto prestígio na visão da classe dominante e que não afetam imediatamente os padrões do vernáculo dessa classe ou de outra classe, mas aparecem primeiramente na fala cuidada, refletindo um dialeto superposto aprendido depois da aquisição do vernáculo. Observa que, freqüentemente, esses novos traços do empréstimo lingüístico são inconsistentes com o sistema vernáculo, e seus usos envolvem mudanças correlatas em outros traços. As mudanças "de baixo para cima" são mudanças sistemáticas que aparecem primeiro no vernáculo, e representam a operação de fatores lingüísticos internos. Estão abaixo do nível da consciência social. Apenas quando a mudança está para se completar é que a comunidade se torna consciente dela (LABOV,1994: 78). São identificadas três fases no processo de mudança lingüística: na origem da mudança se trata das inúmeras variações possíveis, cujo uso está restrito a um pequeno grupo; na fase da propagação, há um número maior de falantes que adotam a nova forma e essa começa a consolidar-se em contraste com a antiga forma, num típico fenômeno de interação social; na complementação, alcança sua regularidade, mediante a eliminação das variáveis que competem com ela (LABOV [1972] 1983: 167).

1.1.3 **A metodologia variacionista**

Labov (1994:19-20), ao discutir os estudos neogramáticos sobre o processo de mudança de som, que é entendido como de forma gradual e uniforme, reconhece as limitações dos pesquisadores, primeiro porque não tinham como concepção o entendimento da língua na sua heterogeneidade ordenada, como é postulado pela teoria sociolingüística, e reconhece que para se avaliar a regularidade da variação dialetal são necessários novos métodos. Não se aplicariam novos dados a um velho problema, novos dados dependem de um novo princípio que não foi evidente a esses primeiros investigadores. A continuidade ou similaridade entre o presente e o passado então é o que vai proporcionar a aplicação desse novo princípio. Labov vê como profícua a aliança natural da geografia dialetal, sociolingüística, fonética e lingüística histórica. Reconhece que essa conexão feita hoje não seria possível há cem anos atrás, desde que depende de novas tecnologias. Novos procedimentos requerem inovações em métodos analíticos, e um tratamento matemático dos dados, tal como está previsto nos estudos sociolingüísticos quantitativos.

A Sociolingüística Variacionista se evidencia como portadora dessa nova proposta metodológica. Possui uma metodologia específica de coleta de dados em situações reais de uso, e de análise desses dados que procura correlacionar fatores externos e internos. Segue, em geral, os seguintes passos: observação da comunidade e - hipóteses de trabalho; seleção dos falantes; recolha dos dados; análise dos dados (identificação da variável, identificação dos contextos, codificação, quantificação e aplicação dos procedimentos estatísticos) e interpretação dos resultados, podendo haver alteração da ordem a depender das necessidades durante o desenvolvimento da pesquisa (CORVALÁN,1988: 16-17).

Como o que interessa ao pesquisador é a fala viva, espontânea, isto é, o vernáculo, alguns cuidados devem ser tomados para que os seus objetivos sejam plenamente alcançados, a começar pela escolha da comunidade de fala, da seleção dos informantes e da forma como vai se proceder a entrevista. É sabido que os meios empregados na coleta dos dados às vezes interferem nos próprios dados. A entrevista deve ser bem planejada, podendo o pesquisador optar por diálogo, elocução formal,

informal, narrativas, relatos de experiências etc., estando a escolha subordinada a seus interesses, às suas hipóteses. Quanto à seleção da amostra, essa deve registrar dados que sejam representativos. O tamanho da amostra deve levar em conta não só o tipo de variável a ser descrita, mas também o número de categorias ou células.

A análise dos dados requer certos procedimentos, como a definição da variável em estudo, a denominada variável dependente; a determinação dos contextos de ocorrência; as variáveis independentes. Labov ([1972]1983: 36) apresenta as propriedades mais freqüentes de uma variável lingüística para que possa servir de ponto focal ao estudo de uma comunidade de fala, sendo aí consideradas a freqüência e a integração desse elemento num sistema maior de unidades em funcionamento, e identificada na conversação espontânea, assim como no que se refere à sua distribuição, que deve estar altamente estratificada. O estabelecimento das variáveis independentes pressupõe para cada caso a constituição de um grupo de fatores. Tanto os fatores lingüísticos como os sociais atuam de maneira probabilística na variação. O contexto físico em que ocorre a comunicação, as relações entre os participantes e as suas características sociais tanto adquiridas, como nível educacional, classe social, como não adquiridas, como grupo geracional, sexo, etnia têm mostrado refletir-se em comportamentos lingüísticos diferenciados, de forma sistemática.

Estudos sociolingüísticos têm demonstrado correlações estreitas entre determinados tipos de variantes e fatores sociais determinados como escolaridade, classe social, grupo geracional, sexo (gênero). No que se refere ao fator escolaridade, tem-se constatado a relevância desse fator para o uso da forma padrão. Silva e Paiva (1996: 343) afirmam que, nos fenômenos de mudança, os falantes de maior escolarização tendem a privilegiar mudanças que implementam uma forma socialmente aceita e desfavorecem mudanças que se opõem ao padrão. Silva e Paiva (1996: 348) apresentam três tendências básicas do efeito da escolarização em relação à substituição da forma não-padrão pela forma padrão: a) há ocorrência de casos em que os falantes entram na escola oscilando entre um pequeno e grande uso da forma padrão, mas a escola "poda" a variante não-padrão; b) em outros casos, a maioria dos falantes entra na escola sem usar a variante padrão, esta é adquirida durante a sua escolarização sem que desapareça, porém, a variante não-padrão; c) em outros casos, os falantes entram na escola com a variante que se considera não-padrão, mas, paulatinamente, substituem essa variante pela considerada padrão. Fica, desse modo, evidenciada a relevância do

papel da escola na modificação do comportamento lingüístico dos falantes, o que significa a aquisição de formas aceitas como padrão.

Nem sempre os sociolingüistas optam por fazer a correlação dos fenômenos estudados com a escolaridade, nesse caso, a correlação é feita com a classe social. A classe mais alta também é indicadora de maior uso das formas padrão. Silva e Paiva (1994: 343) citam diversos trabalhos sociolingüísticos desenvolvidos no Brasil e em outros países que atestam a predominância de uso, pela classe mais alta, dessas formas. As classes mais altas, por serem as que têm mais acesso aos bens de consumo e culturais, são as que mais apresentam uma freqüência de uso das variantes padrão, consideradas de prestígio. Por "prestígio", Corvalán (1988: 71) diz que a Sociolingüística entende como: 1) o valor positivo que certas variáveis lingüísticas têm enquanto facilitam o acesso na escala social; 2) as formas lingüísticas *standard*, reconhecidas e aceitas pelas gramáticas normativas e geralmente associadas com a classe média alta e educada.

Há que se considerar o que diz Labov ([1972], 1983: 162-168) com referência às pressões sociais "de cima para baixo", as quais representam o processo evidente de correção social aplicado às formas lingüísticas individuais. Nesse processo, o principal ponto de atenção vai se constituir no papel especial da classe média baixa, ou mais especificamente, no segundo grupo da hierarquia de status. Labov se refere ao fenômeno de hipercorreção da classe média baixa, na propagação da mudança, identificado em seu estudo em Martha's Vineyard. De acordo com Labov, tudo parece provar que falantes da classe média baixa têm uma grande insegurança lingüística e por isso tratam de adotar, inclusive em idades medianas, as formas de prestígio utilizadas pelos membros mais jovens da classe imediatamente superior, a alta. Esses falantes superam o grupo de maior *status* em sua tendência a usar as formas consideradas como corretas e adequadas aos estilos formais. A hipercorreção se evidencia como um fenômeno de variação e mudança lingüística.

Com referência à diferenciação lingüística e sexo (gênero), tem-se constatado que as mulheres usam variantes de maior prestígio do que os homens. As mulheres da classe média baixa se autocorrigem muito mais do que os homens em contextos formais (CORVALÁN, 1988: 69). Há uma tendência geral em se considerar que os homens rompem muito mais as regras do que as mulheres, o que se explica pelos valores sociais que sempre diferenciaram o comportamento dos homens, mais livres socialmente para

agirem, do das mulheres, mais sujeitas ao julgamento social, e por isso mais submissas. Silva e Paiva (1996) citam diversos trabalhos que mostram uma forte tendência das mulheres no uso das formas lingüísticas padronizadas, verificando-se tanto nos fenômenos considerados de variação estável, quanto de mudança. Notam que, em todas as mudanças que consistem na implementação de uma forma lingüística não-padrão, as mulheres se manifestam conservadoras, preferindo a forma mais antiga, ficando a liderança do processo com os homens. O contrário pode ocorrer, quando a mudança é no sentido de uma forma prestigiada e, nesse caso, as mulheres tendem a ser inovadoras.

O uso de formas de maior prestígio pelas mulheres é também atribuído à pressão da escola, estando as mulheres mais receptivas à atuação normatizadora da escola (SILVA e PAIVA,1996: 367). Um outro fator considerado pelas autoras diz respeito ao papel da mulher na socialização da criança. Essa é sempre a responsável pelas normas de comportamento social, dentre elas o lingüístico, sendo vista sempre como um "modelo exemplar".

Atualmente, pesquisas têm demonstrado uma diminuição das diferenças lingüísticas no grupo de falantes mais jovens (homens e mulheres), entre 15-25 anos. Segundo Silva e Paiva (1996: 370), talvez possa se atribuir à influência do que Labov (1966, cf. Silva e Paiva, 1996: 368) chamou de "prestígio encoberto" das formas lingüísticas, que diz respeito ao uso de certas formas, "pois elas garantem a sua identidade como grupo". Consideram plausível aceitar que homens e jovens são os mais influenciados pelo "prestígio encoberto".

No que diz respeito ao fator idade, esse está sempre interagindo com o fator sexo (gênero). O grupo de idade que tende a diferenciar-se lingüisticamente é o dos adolescentes, pela maior identidade com o seu grupo, no uso de vocabulário e expressões próprias. Corvalán (1988: 75-76) considera que as diferenças por grupo de idade não são conseqüência mesmo do fator idade, mas de fatores relacionados, sendo o mais importante a percepção que o falante tem das vantagens sociais que podem obter do uso de variantes consideradas de maior prestígio na comunidade. Os grupos de idade intermediários (20-50 anos), fase produtiva do ponto de vista econômico, tendem, por questões profissionais e de possibilidade de acesso na escala social, a apresentar perfis de autocorreção.

Existem outras variáveis consideradas não estratificadas, como a variável mercado ocupacional, cujas formas de maior prestígio são usadas por falantes com

maior inserção nesse mercado do que as formas de menor prestígio. São as pressões sociais agindo sobre a língua, na escolha das variáveis de maior prestígio, em função do *status* na hierarquia sócio-econômica.

A Sociolingüística Variacionista, como modelo teórico-metodológico, tem trazido significativas contribuições à pesquisa lingüística, no estudo da variação e da mudança. Sobressai-se, sobretudo, a sua metodologia, de base empírica e precisa, porque conta com um suporte, que é a aplicação de um programa computacional, para a quantificação dos dados, e que realiza uma variedade de análises estatísticas. De acordo com Corvalán (1988: 49), as análises estatísticas são indispensáveis, quando se trabalha com uma grande quantidade de dados e se deseja estabelecer se as correlações aparentes entre a variável dependente e as independentes são estatisticamente significativas ou simplesmente são resultado da casualidade. A utilização da metodologia sociolingüística por outros modelos teóricos tem sido freqüente, demonstrando a sua eficácia, quando se trabalha com dados.

1. 2 FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO E FORMALISMO

Na Lingüística contemporânea, mais propriamente a partir da segunda metade do século XX, muito tem se discutido sobre as duas tradições do pensamento lingüístico: Formalismo e Funcionalismo, numa tentativa de delinear os seus campos de ação na investigação dos fenômenos lingüísticos. Alguns funcionalistas como Dik (1978 e 1989)[6], e Halliday (1985: xxviii-xxix), dentre outros, apresentaram pontos de divergência entre esses dois paradigmas. Essas divergências partem da forma como cada paradigma concebe a língua e a linguagem, e a perspectiva que é dada ao estudo dos módulos que compõem a língua o que determina caminhos diversos no trato dos fatos lingüísticos.

[6] cf. Neves (1997: 43)

No paradigma Formalista a língua é um conjunto de orações, é um sistema autônomo, independente do uso social, do contexto. Estuda-se a "língua em si mesma e por si mesma", dando ênfase aos aspectos formais. O correlato psicológico de uma língua é a competência vista como a capacidade de produzir, interpretar e julgar sentenças. A Sintaxe é o componente central, a Semântica e o Discurso são autônomos em relação à Sintaxe. Integram essa tradição o Estruturalismo e o Gerativismo. Para o Estruturalismo, a língua é uma estrutura composta de diferentes hierarquias centralizadas na Fonologia. Para o Gerativismo, a língua é uma atividade mental, em que se buscam princípios universais, sendo a Sintaxe seu componente central (CASTILHO, 2001).

No paradigma Funcionalista a língua é um instrumento de interação social, existe em virtude de seu uso. É o uso que gera as estruturas. O correlato psicológico de uma língua é a competência comunicativa do usuário. Como diz Gebruers (*apud* NEVES, 1994: 125,126), o que caracteriza a concepção da linguagem nessa abordagem, é seu caráter, não só funcional, como também dinâmico. Ela é funcional porque mantém interligados o sistema lingüístico e seus elementos com as funções que têm de preencher, e dinâmico, porque vê, na variabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica subjacente do constante desenvolvimento da linguagem.

O debate enfocando esses dois paradigmas está bem exemplificado no artigo de F. Newmeyer (1999), quando esse lingüista, fazendo um balanço dos principais pontos discutidos por lingüistas representantes das duas abordagens, é claro no que diz respeito às divergências de posturas que "delimitam" as duas tradições, mais pela forma como os lingüistas assumem os principais pressupostos ligados a cada abordagem, significando perspectivas diferentes na análise dos fenômenos da linguagem. Os formalistas, entenda-se aqui gerativistas, voltam-se para soluções formais internas da gramática. Newmeyer afirma que essa focalização levou a que se ignorassem generalizações importantes que se levantaram no curso da pesquisa funcionalista. Por outro lado, os funcionalistas admitem ligações entre estruturas e suas motivações funcionais, mas se recusam a admitir um sistema estrutural autônomo mediado entre os dois. Newmeyer vislumbra uma possibilidade de conciliação entre os dois modelos e apresenta boas razões para isso. O ponto fundamental do argumento de Newmeyer é que ele tem uma concepção do que significa um "sistema estrutural autônomo". Este é caracterizado por uma dinâmica interna, em que os elementos se interrelacionam e isso os leva a uma

formulação do sistema interno. Tal sistema pode muito bem ser motivado funcionalmente. Finaliza seu artigo dizendo:

> Sim, pode existir um sistema autônomo estrutural no centro da linguagem e, sim, a estrutura sintática pode ser motivada funcionalmente. Dada a verdade dessas duas proposições, não há razão por que as duas abordagens da linguagem não podem dar cada uma contribuições fundamentais para nosso entendimento da gramática, contribuições que elas podem dar lado-a-lado, se não mão-a-mão.[1]

Castilho (2001) considera que as diferenças já foram maiores, nesses últimos anos, avanços conseguidos nos domínios do Discurso e da Semântica diminuíram as distâncias entre eles. O artigo de Kato (1998) é representativo dos pontos em comum hoje existentes entre Formalismo e Funcionalismo. A Autora, como gerativista, levanta aspectos das duas abordagens e apresenta estudos que têm se realizado por diversos teóricos funcionalistas, levando-se a admitir, por exemplo, existir pelo menos mais de uma forma de Funcionalismo. Chama atenção para o fato de que o contraste entre as várias perspectivas funcionalistas se assemelha aos contrastes encontrados nas abordagens formalistas. Distingue-se, então, um Funcionalismo direcionado a um modelo de uso de língua e um Funcionalismo direcionado à língua tal como ela se manifesta em seu uso efetivo. Kato (1998) demonstra que mesmo entre os funcionalistas há os correlatos entre a Língua-I (interna, individual) e Língua-E (objeto gramatical externo, observável) de Chomsky (1986); também há pesquisas funcionalistas tanto no nível da variação intra-lingüística quanto da variação inter-lingüística. Há diferenças entre os funcionalistas, também no que se refere ao método de trabalho. Identifica que os funcionalistas dos Estados Unidos são mais próximos dos formalistas do que os que se dizem funcionalistas na Europa. Reconhece que muitos fenômenos que foram estudados por gerativistas ortodoxos foram tratados por funcionalistas, usando as funções gramaticais (aceitas por todos os funcionalistas), e apenas a ordem linear, sem usar a noção e as restrições de estruturas de árvore. Vê como promissor o trabalho

[1] Yes, there can be an autonomous structural system at the center of language and, yes, syntactic structure can be motivated functionally. Given the truth of these two propositions there is no reason why the two approaches to language cannot each make fundamental contributions to our understanding of grammar, contributions that they can make side-by-side, if not hand-in-hand. Newmeyer,1999:483.

conjunto de funcionalistas e gerativistas, a exemplo do que já foi desenvolvido por Kato e Castilho (1991).

Castilho (2001) identifica dois grandes espaços científicos na abordagem funcionalista: a Lingüística Funcional e a Lingüística Cognitiva. Por uma questão metodológica de organização desse conteúdo, vai-se seguir a proposta desse Autor, fazendo-se, primeiramente, uma abordagem da Lingüística Funcional, em seguida da Lingüística Cognitiva, levantando-se os pontos que se considerou serem os mais pertinentes para a análise do ONDE.

1. 2. 1 **A lingüística Funcional**

Os estudos funcionalistas, desde os seus primórdios com a Escola Lingüística de Praga, anos 30, com Mathesius, a seguir Trubetskoy, Jakobson, Danes, Firbas, Vachek, Sgall e outros, e, posteriormente, com a Escola Britânica, representada por M.A.K. Halliday, ligado às idéias da Escola de Praga, com Dwight Bollinger, precursor dos estudos funcionalistas nos Estados Unidos, em meados da década de 70, com o Grupo da Holanda, com Richling e seu discípulo Simon Dik, têm sido marcados por significativos debates, envolvendo postulados da análise lingüística no nível da gramática (sintaxe, morfologia e fonologia), no nível da semântica, no nível do discurso e da pragmática. Como diz Castilho (2001: 7), o Funcionalismo, na sua qualidade de teoria geral sobre a língua, abarca os grandes ramos da Gramática e da Pragmática, nesse caso, mais notadamente a Análise do Discurso e sua variante, a Análise da Conversação, além da Lingüística do Texto.

As tradições formalista e funcionalista se fixaram fortemente na Lingüística brasileira. Castilho (2001) cita Neves (1997,1999) que identifica os pioneiros dos estudos funcionalistas no Brasil, Evanildo Bechara, Hoyos-Andrade e Ataliba de Castilho. Em algumas universidades brasileiras os estudos funcionalistas já apresentam uma tradição em pesquisas, envolvendo os diversos níveis da análise lingüística.

A seguir serão levantadas as discussões mais profícuas do Funcionalismo da Escola Lingüística de Praga e de seus seguidores, Halliday e Dik (mais propriamente),

naquilo que se considerou ser os pontos mais relevantes, sem se pretender ir além de demonstrar como a língua é vista e quais as bases mais fundamentais dessa abordagem do fenômeno lingüístico.

1. 2. 1. 1 A Escola Lingüística de Praga e seus seguidores

A Escola Lingüística de Praga, nos anos trinta, é o ponto de partida dos estudos funcionalistas contemporâneos. Essa Escola lançou as bases de uma concepção funcional da linguagem que foram desenvolvidas por alguns seguidores. Essas bases estão evidenciadas no conceito de língua, vista como competência comunicativa, no estabelecimento das funções da linguagem, na "perspectiva funcional da sentença" e no estudo do papel da linguagem na diferenciação social. Há um consenso de que é, na Escola de Praga e nos modelos de gramática funcional de Halliday e Dik, que expandiram os pressupostos da Escola de Praga que o Funcionalismo está mais representado.

Segundo Garvin (1972: 238), a abordagem da Escola de Praga no estudo da linguagem caracteriza-se por forte ênfase no estudo das funções da linguagem. Essa ênfase na função inclui a função da linguagem no ato de comunicação e o papel da linguagem na sociedade, a função da linguagem na literatura e o problema dos diferentes aspectos e níveis de linguagem do ponto de vista funcional. De acordo com Neves (1997: 16), na Escola de Praga a língua é um sistema funcional, no qual aparecem lado a lado o estrutural (sistêmico) e o funcional. A esse respeito, Halliday ([1973] 1976: 134) assim se expressa:

> As preocupações estruturais têm sido dominantes há algum tempo em Lingüística; mas a utilidade de uma síntese dos enfoques estrutural e funcional de há muito se evidenciou desde os trabalhos dos lingüistas de Praga (Vachek, 1966), que desenvolveram as idéias de Bühler, especialmente no que se

> refere ao estudo da gramática. A forma particular assumida pelo sistema gramatical da linguagem está relacionada de perto com as necessidades sociais e pessoais que ela é chamada a atender. Mas para pôr de manifesto esse fato, cumpre examinar, ao mesmo tempo, o sistema da língua e as suas funções;...

Para Halliday (*apud* GIVÓN, 1995: 2), toda abordagem funcionalista de uma língua natural tem como principal objetivo verificar como se processa a comunicação entre os usuários dessa língua, examinando, desse modo, a competência comunicativa. Isso leva à consideração de que as expressões lingüísticas são configurações de funções e cada função leva a um modo diferente de significação na sentença.

1.2.1. 1. 1 <u>As funções da linguagem</u>

O termo *função* tem uma grande variedade de empregos entre os funcionalistas, nas diferentes classificações oferecidas dentro de cada quadro teórico. Observem-se algumas definições dadas a seguir. Segundo Dillinger (1991, *apud* Neves, 1997: 6), apoiando-se em outros autores, *função*, na lingüística, pode significar "relações" a) entre uma forma e outra (função interna); b) entre uma forma e seu significado (função semântica); c) entre o sistema de formas e seu contexto (função externa). Na perspectiva de Danes (1987: 4-5, *apud* NEVES, 1997: 8), *funções* têm, para a maioria dos autores da Escola Lingüística de Praga, o sentido de "tarefas" que a linguagem ou seus componentes desempenham, ou "propósitos" ao qual eles servem, sentido que se distingue daquele sentido lógico-matemático que o termo tem nos *Prolegomena* de Hjelmslev (1943). Para Halliday ([1973]1976: 135-136), a noção de *função* se refere ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, as estruturas são expressas em termos de elementos funcionais (e não de classes, como substantivo e verbo).

Quanto às propostas das funções da linguagem, foi Karl Bühler, psicólogo austríaco, integrado à Escola Lingüística de Praga que, segundo Garvin (1972: 238), desenvolveu a discussão mais avançada da teoria funcional da linguagem nos anos 30, e constituiu um ponto de partida para o estabelecimento das diversas propostas que surgiram entre os funcionalistas ligados a essa Escola. A proposta de Bühler parte de

sua concepção de linguagem ("modelo *organon* de linguagem") como um sistema de sinais, que funciona como um instrumento por meio do qual uma pessoa se comunica com a outra. A função da linguagem como instrumento deve ser encarada em relação aos três fatores básicos da situação da fala na qual é usada. A correlação entre signo e falante é a função *expressiva*; a correlação entre signo e ouvinte é a função *apelativa;* a correlação entre signo e estados de fato é a função *representativa* (GARVIN,1972: 239).

Roman Jakobson ([1960] 1970) adiciona às três funções de Bühler outras três, todas elas estão ligadas ao ato de comunicação verbal: *função referencial*, ligada ao contexto; *função emotiva,* ao remetente; *função conativa*, ao destinatário; *função fática*, ao contato; *função metalingüística*, ao código; *função poética*, à mensagem. No processo de comunicação, as funções estão de acordo com a intencionalidade do ato comunicativo, havendo sempre uma função numa posição de predominância em relação às outras, num sentido hierárquico.

M.A K. Halliday afirma que usa o termo *função* do mesmo modo que Bühler (1973 a, *apud* NEVES, 1997: 12), embora não na mesma perspectiva. Bühler tem interesse psicológico, direcionado para as funções que a linguagem serve na vida do indivíduo, Halliday interessa-se não só por uma teoria extrínseca - refere-se às funções sociais da língua que determinam claramente o conjunto das variedades, o "conjunto de usos" - mas também intrínseca – relação entre as funções da linguagem e a natureza do sistema lingüístico, o que significa volta-se para a multifuncionalidade que se reflete na organização interna da língua. Essa pluralidade funcional está na estrutura lingüística e forma a base de sua organização semântica e sintática, ou seja, lexical e gramatical. Halliday ([1973] 1976: 127), citando Malinowski, diz que o funcionamento social está refletido na língua como sistema. As funções propostas por Halliday ([1973] 1976,1985) consideradas por ele como "metafunções", são: *função ideacional* - a linguagem serve, em primeiro lugar, segundo Halliday, à expressão do conteúdo em termos da experiência do falante e da experiência da comunidade lingüística. Essa função não somente especifica as opções disponíveis no significado, mas também determina a natureza de suas realizações estruturais. A *função interpessoal* organiza e expressa tanto o mundo interior do indivíduo como seu mundo exterior, serve à expressão pessoal e interação social, equivale às funções expressiva e conativa de Bühler. A *função textual* diz respeito à criação do texto, é instrumental para as outras duas. Halliday ([1973] 1976: 159), referindo-se a esse componente do significado, diz

que sem ele "seríamos incapazes de fazer qualquer uso que seja da língua." Halliday (1985: xiii), ao definir a sua gramática como funcional, dá como razões: *é uma interpretação (1) de textos,(2) do sistema e(3) dos elementos das estruturas lingüísticas*.[7] No item (2), esse autor se refere às metafunções:

> ...os componentes fundamentais do significado da linguagem são componentes funcionais. Todas as línguas são organizadas em torno de dois tipos principais de significado, o "ideacional" ou reflexivo, e o "interpessoal" ou ativo. Esses componentes, chamados "metafunções", na terminologia da presente teoria, são manifestações no sistema lingüístico dos dois mais gerais propósitos que sublinham todos os usos da linguagem: (i) para entender o ambiente (ideacional), e (ii) para agir sobre o outro (interpessoal). Combinado com esses, há um terceiro componente metafuncional, o "textual", o qual aspira relevância em relação aos outros dois.[8]

Do ponto de vista da estrutura, cada função se efetiva na oração: na *ideacional*, a transitividade especifica os papéis dos elementos da oração - "agente", "processo", "meta". Na oração, a *interpessoal* é representada pelo modo e pelas modalidades – "sujeito", "predicador", "complemento" etc. diz respeito ao papel da fala; na *textual*, tema e informação, a oração como mensagem, especifica as relações entre o enunciado e a situação. (Halliday, [1973] 1976: 158) diz que uma oração do inglês é uma realização simultânea de significados ideacionais, interpessoais e textuais. Para explicar essa pluralidade funcional, ele diz que a escolha de uma palavra pode expressar um tipo de significado, sua morfologia outro e sua posição na seqüência outro ainda, qualquer elemento é passível de ter mais de um papel estrutural. Compara a um acorde de uma estrutura polifônica, que participa simultaneamente de certo número de linhas melódicas. Acrescenta que a organização interna de uma língua não é acidental, ela

---

[7] It is functional in three distinct although closely related senses: in its interpretation (1) of texts, (2) of the system, and (3) of the elements of linguistic structures. (Halliday, 1985: xiii.)

[8] ...the fundamental components of meaning in language are functional components. All languages are organized around two main kinds of meaning, the 'ideacional' or reflective, and the 'iterpersonal' or active. These components, called 'metafunctions' in the terminology of the present theory, are the manifestations in the linguistic system of the two very general purposes which underlie all uses of language: (i) to understand the environment (ideational), and (ii) to act on the others in it (interpersonal). Combined with these is a third metafunctional component, the 'textual', which breathes relevance into the other two. (Halliday,1985: xiii).

incorpora as funções que a língua desenvolveu para servir na vida do homem social. Pode-se dizer, como afirma Neves (1997: 6), dois pontos são básicos na gramática funcional de Halliday:

(i) a unidade maior de funcionamento é o texto;

(ii) os itens são multifuncionais.

Cada elemento numa língua é explicado por referência a sua função no total do sistema lingüístico.

A investigação da *multifuncionalidade* prevê:

a) a investigação do cumprimento de diferentes funções da linguagem (apesar de sua indissociabilidade e implicação mútua);

b) a investigação do funcionamento dos itens segundo diferentes limites de unidade (desde o texto até os sintagmas menores que a frase: texto – frase, ou oração complexa-oração-sintagma).

Entrecruzam-se, pois, no tratamento, *funções* e *níveis* de análise. E, considerando que o princípio da multifuncionalidade constitui a chave para uma interpretação *funcional* da linguagem (HALLIDAY, 1985: 52 *apud* NEVES, 1997: 64), assenta-se que muitos constituintes de uma construção entram em mais de uma configuração construcional.

A língua é para Halliday uma configuração orgânica de funções.

1.2.1.1.2 Perspectiva funcional da frase. Teoria Tema/Rema

Essa teoria foi formulada por V. Mathesius da Escola Lingüística de Praga por volta dos anos 30 e, de acordo com Castilho (2001), retomada por Firbas (1964), Danes

(1966), Dusková (1985), Halliday (1985), dentre outros. A frase é vista na sua função de organização da informação. Ela é passível de análise não apenas no nível fonológico, morfológico e sintático, mas também no nível comunicativo. Segundo Halliday (1985: 38), toda sentença numa língua expressa uma mensagem. A forma como está organizada lhe confere o *status* de um evento comunicativo. Vista dessa forma, são identificadas, do ponto de vista comunicativo, duas partes: o Tema e o Rema. O Tema desempenha o papel de tópico e o Rema o papel de foco. Ilari (1986: 42), citado por Castilho (2001), diz que toda sentença envolveria dois "atos de fala" cada um obedecendo a condições específicas, configurando-se o Tema como uma "ação de referência" e o Rema, como uma "asserção ou informação". O Tema tem baixa informatividade porque tem sua referência já estabelecida (ou facilmente recuperável) e o Rema tem maior informatividade. O Tema é o elemento comunicativamente estático, e o Rema, (ou comentário) comunicativamente dinâmico. Segundo Halliday (1985: 38), no inglês e em muitas outras línguas, o Tema se posiciona no início da sentença, organiza a sentença como mensagem, é o seu ponto de partida, e o Rema é o restante da mensagem. Essa definição é funcional. Halliday (1985: 39) apresenta um exemplo com uma sentença do inglês para demonstrar que a identificação do Tema é uma questão puramente funcional. A sentença: *halfpenny é a menor moeda inglesa*, *halfpenny*[9] é o Tema, já na sentença *a menor moeda inglesa é o halfpenny*, o Tema é *a menor moeda inglesa*[10]. As duas sentenças diferem na escolha do Tema. Halliday (1985: 39) chama atenção para o fato de que o Tema não é necessariamente um Grupo Nominal, pode ser representado por um Grupo Adverbial, ou Frase Preposicional. O sujeito é o Tema não marcado. A forma mais usada como Tema marcado, segundo Halliday, é o grupo adverbial, também os complementos são Temas marcados freqüentes. Castilho (2001) apresenta resultado de pesquisa publicada em Castilho-Preti (Orgs. 1987: 239-242) em que o Tema expresso por sintagma assume as funções sentenciais de sujeito (74%), adjunto adverbial (17%), e objeto direto (2%).

De Beaugrande (1993, cap. I p.20), citado por Neves (1997: 32), refere-se às mudanças significativas que as abordagens funcionalistas imprimiram ao papel da frase em comparação com a pesquisa formalista. A frase, no Funcionalismo, é vista enquanto ato de interação, que está sujeita a uma análise nos seus níveis ou subsistemas. A esse respeito verifique-se a articulação Tema /Rema da Escola de Praga, e o que apresenta

[9] *A halfpenny is the smallest English coin*
[10] *The smallest English coin is a halfpenny*

Halliday sobre essa articulação, e as suas funções da linguagem, que são "funções" da frase. Em Dik, a frase se apresenta num modelo de interação verbal, estando em relevância o componente pragmático a partir do qual se integram a sintaxe e a semântica. Acrescente-se o estudo da predicação de Dik, as "camadas" de constituição da frase em sua estrutura subjacente (predicação-proposição-cláusula) (NEVES, 1997: 83). A proposta de De Lancey (1981) é sobre as noções de *fluxo de atenção* e de *ponto de vista*, ligadas à organização das frases no discurso. O *fluxo de atenção* organiza o *fluxo da informação* que diz respeito ao modo como determinado conteúdo é apresentado ao ouvinte. Chafe (1987, *apud* NEVES, 1997: 34) se refere a "empacotamento", são aspectos cognitivos e sociais do conteúdo ideacional que são "empacotados" quando as pessoas falam. Mas o *fluxo da informação* vai além da relação com o conteúdo ideacional, tem relação com a organização que nele obtêm categorias como "tópico e comentário", "sujeito e predicado", "informação dada e informação nova", ou, ainda, "unidades de entonação", "orações", "frases", "parágrafos" (NEVES:1997: 34). As escolhas, na constituição das frases, obedecem à situação de comunicação, o falante imprime na estrutura a sua intencionalidade, donde o significado emerge do todo. A esse respeito, Halliday ([1973] 1976: 135-136), referindo-se ao que ele entende como ato de fala "*uma seleção simultânea dentre um grande número de opções inter-relacionadas*", diz que essas opções "*representam o 'potencial de sentido' da linguagem*" e acrescenta:

> O sistema de opções utilizáveis é a "gramática" da linguagem, e o falante, ou o escritor, seleciona dentro deste sistema: não *in vácuo*, mas no contexto das situações de fala. Os atos de fala envolvem, pois, o exercício criativo e repetitivo de opções em situações e ambientes sociais e pessoais.[5]

Halliday desenvolve a análise no nível da frase na articulação Tema/Rema, no nível do texto, a organização se estabelece entre o *dado* (apresentado pelo falante como recuperável no texto ou na situação) e o *novo* (não-recuperável). O texto é ao mesmo tempo organização da informação, organização da interação e organização semântica,

[5] Halliday cita Firth 1968; Pike, 1967; Ellis, 1966.

seguindo os mesmos passos das funções no nível da frase. Na frase, a organização do conteúdo é refletida pela transitividade, no texto pela coesão, que, para Halliday e Hasan (1976), se trata de uma relação semântica, pressupondo-se, tanto no que se refere ao nível da frase, quanto ao nível do texto, as escolhas feitas pelo falante, na dinâmica da interação. O texto se estrutura como uma teia, em que se leva em consideração as seqüenciações e junções, as repetições e as referenciações. Na gramática funcional de Halliday, o significado não se limita ao significado das palavras, mas é uma referência a todo o sistema de significados da língua.

1.2.1.1.3 A integração de componentes

Um dos pontos de divergência entre os paradigmas Formalista e Funcionalista diz respeito à relevância que é dada aos componentes de uma língua. Enquanto as teorias formalistas elegem numa estrutura de hierarquia como centrais a Fonologia (Estruturalismo) e a Sintaxe (Gerativismo), sendo autônomas a Semântica e a Pragmática, o Funcionalismo postula a língua dentro de uma visão integrada de componentes. As prioridades vão da Pragmática à Sintaxe via Semântica. Para Givón (1984 *apud* NEVES, 1997: 24), a Sintaxe é vista como a codificação de dois domínios funcionais: a Semântica (proposicional) e a Pragmática (discursiva). Na tradição Funcionalista a função primeira da língua é a comunicação, estando codificados nos enunciados aspectos da gramática, da semântica - responsável pelo significado como um todo - e aspectos pragmáticos - responsáveis pela interação. Na gramática funcional de Halliday, os componentes fundamentais do significado na língua são os componentes funcionais. As *metafunções* fundamentam todos os usos da linguagem. Dik postula que uma teoria funcional da sintaxe e da semântica só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal que ele apresenta, e em que a informação pragmática é apresentada pelo falante e pelo destinatário em qualquer estágio da interação verbal (DIK, 1978 *apud* NEVES, 1997: 25). A integração de componentes é vista no modelo de Dik na forma como ele

organiza a estrutura do predicado (à qual se reduzem todas as expressões lingüísticas) com a intervenção de três tipos de funções:

Semânticas: (papéis dos referentes dos termos nos estado-de-coisas, designados pela predicação): Agente, Meta, Recebedor etc;

Sintáticas: (especificação da perspectiva, a partir da qual o estado-de-coisas é apresentado na expressão lingüística): Sujeito e Objeto;

Pragmáticas (estatuto informacional de um constituinte dentro do contexto comunicativo mais amplo em que ele ocorre): Tema, Tópico, Foco etc. (DIK, 1979: 2, *apud* NEVES, 1997:26).

Quanto ao Discurso, esse é considerado pelos funcionalistas um componente da própria gramática. Neves (1997: 26) cita alguns lingüistas que desenvolveram trabalhos nessa perspectiva, como Du Bois (1980), que liga a seleção de itens indicativos de referencialidade às construções das personagens na narrativa; Mathiessen e Thompson (1988), que ligam a articulação das orações à organização discursiva; Hopper e Thompson (1980), que defendem a interferência de fatores discursivos no mecanismo da transitividade. Neves (1997: 28), referindo-se a Givón (1979b), afirma que admitir determinações discursivas na sintaxe equivale a incorporar a pragmática na gramática.

A abordagem Funcionalista postula a língua como uma "competência comunicativa". A partir dessa assertiva, Castilho (1997) apresenta três grandes direções que toma a Sintaxe Funcional, segundo se entenda a competência: (i) como a capacidade de criar sentidos e processar a informação (interface Sintaxe/Semântica); (ii) como a capacidade de criação textual (interface Sintaxe/Texto); (iii) como a capacidade de promover a interação verbal (interface Sintaxe/Conversação).

Para este trabalho, de acordo com os seus objetivos, estarão focalizados aspectos da interface Sintaxe/Semântica e da interface Sintaxe/Conversação.

Na interface Sintaxe/Semântica, os tópicos que são levantados por Castilho (1997) como (i) Estrutura Informacional da Sentença: a Articulação Tema/Rema; (ii) Teoria dos Protótipos; (iii) Teoria Composicional dos Sentidos: a Predicação; (iv) Referenciação, Dêixis e Foricidade; e (v) Conjunção, nem todos estarão sendo contemplados nesta seção, tendo em vista seus trabalhos posteriores, a exemplo do de 2001, e de outros autores, que refletem mesmo os avanços das pesquisas lingüísticas na

área da Lingüística Cognitiva e da Análise da Conversação, interface Sintaxe/Conversação.

1.2.1.2 A Sintaxe Interacional

Os estudos da língua falada, voltados para a interação face a face, isto é, numa abordagem discursiva, começaram a ser desenvolvidos a partir da década de 60, ligados aos estudos sociológicos, com os trabalhos de Harold Garfinkel, Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson (DIONÍSIO, 2001).

Quando se faz referência à língua falada, objeto de estudo, se fala na conversação natural, aquela produzida em situações naturais. A forma de registrar a fala é através de gravações ou filmagens, para, a partir daí, se proceder a uma transcrição que deve ser a mais fiel possível. Castilho (1998: 14) diz que a escolha da modalidade, no registro de uma interação verbal, institui um objeto de estudo. Apresenta dois tipos básicos de diálogos: (i) o *simétrico* ou *espontâneo*, os falantes dispõem de condições semelhantes para negociar livremente o assunto e controlar os turnos; (ii) o *assimétrico*, um interlocutor tem ascendência sobre outro, introduz ou muda o assunto, distribui os turnos; essa é a situação típica das entrevistas, dos diálogos desenvolvidos em ambientes institucionais, repartições públicas, igreja, sindicato etc. Muitas pesquisas desenvolvidas no português do Brasil têm sido de amostras da língua falada, como é o caso dos *corpora* NURC e PEPP (ambos utilizados nesta Tese), e que, segundo Castilho (1998), não constitui rigorosamente conversação.

O estudo da sintaxe na língua falada tem gerado no Brasil muitos trabalhos, a exemplo do Projeto "Gramática do Português Falado", do qual se distingue o Grupo de Sintaxe I (NEVES: 2002: 81), que faz um estudo da conversação - da competência comunicativa do falante, numa perspectiva da sintaxe funcional - mas não da "análise da conversação", no sentido estrito, o que cabe ao subgrupo "Organização Textual-Interativa", que parte da interação, investiga a organização tópica, as estratégias e os mecanismos de construção textual. É sob essa ótica que se vai levantar alguns pontos, que servirão de referência quando da análise dos dados. Tomam-se como textos básicos, dentre outros, Castilho (1997, 1998 e 2001) que apresenta os primeiros estudos da

Sintaxe Interacional e identifica pontos relevantes das discussões que envolvem a gramática e a conversação.

Castilho (1997) diz que em diversas ocasiões os lingüistas se perguntaram sobre o estabelecimento de um programa que se passasse da Análise da Conversação para a Análise Gramatical. No Brasil, cita Dias de Morais (1987) que descreveu os nexos coordenativos dentro dessa perspectiva, Castilho (1988) e Marcuschi (1989) que colocaram várias questões sobre esse assunto, mas foi Sandra Thompson, quem deslanchou um vasto programa de indagações, expressas no título de seu artigo, *O que a conversação pode nos dizer sobre a Sintaxe?*[5] Thompson-Ono (1993), a partir dos estudos de Sacks-Schegloff-Jefferson (1974) que indicaram a necessidade de uma "sintaxe conversacional", e realizaram o primeiro trabalho sobre a organização dos turnos conversacionais. O sistema de tomada de turnos é descrito em termos de dois componentes: (i) construção dos turnos, (ii) alocação dos turnos, e de um conjunto de regras conversacionais. Pode-se entender por turno conversacional como cada intervenção dos interlocutores formada pelo menos por uma unidade construcional. A unidade construcional é a fala elaborada no momento em que um indivíduo toma a palavra e se torna um falante (DIONÍSIO, 2001: 79). Segundo Marcuschi (1999: 18), um turno pode ser tido como aquilo que um falante faz ou diz enquanto tem a palavra, incluindo aí a possibilidade do silêncio. A conclusão de um turno pode dar-se a qualquer momento em que ocorra um *lugar relevante para a transição* (LRT). Marcuschi (1999: 19) afirma que o que se torna mais difícil não é definir quando há ou não uma mudança de turno, mas sim saber o que determina essa mudança e qual é o momento propício para ela ocorrer, considerando-se que a mudança de turno nem sempre coocorre com a conclusão de uma sentença. Castilho (1997) se detém no componente de construção dos turnos que apresenta propriedades fortemente baseadas na sintaxe. Esse componente se tornou mais conhecido, no programa da Sintaxe Interacional, como Unidades de Construção do Turno (UCT). Castilho (1997) remete ao artigo de Thompson-Ono (1993) que afirmam que *há várias unidades-tipo com as quais o falante pode construir um turno*. Essas unidades-tipo compreendem construções sentenciais, sintagmáticas e léxicas. A afirmação mais forte no que diz respeito aos turnos, segundo Castilho (1997), é que *exemplos das unidades-tipo projetam a próxima unidade-tipo*. A projetabilidade implica em que há uma percepção do completamento do

[5] What conversation can tell us about Syntax? (Thompson-Ono, 1993 *apud* Castilho, 1997)

movimento verbal, com respeito ao qual os turnos se sucedem. O falante prevê o momento em que o interlocutor vai encerrar sua fala, e se prepara para entrar na conversação. A projetabilidade tem sido reconhecida como sendo uma propriedade sintática fundamental. Castilho (1997) vê como uma interessante correspondência entre a habilidade que os interlocutores envolvidos numa conversação têm de prever seu momento de entrada na cadeia da fala, de um lado, e o fato de que certas estruturas sintáticas estão correlacionadas a isso, de outro. Estariam identificadas aí fortes correspondências entre processos pragmáticos, como a de tomada de turnos, e estruturas sintáticas, como o do emparelhamento de construções.

Thompson-Ono (1993 *apud* CASTILHO, 1997) vêem os turnos como o lugar fundamental para a ocorrência das sentenças. São seus conceitos fundamentais: (i) a unidade entonacional *interage de perto com a realização da sintaxe nos dados conversacionais*; (ii) para dar conta de vários fenômenos conversacionais relacionados com a sintaxe, é necessário postular os *esquemas construcionais* como uma entidade abstrata. Os esquemas construcionais são definidos como unidades de informação que dispõem de uma articulação conversacional e sintática, revelando o conhecimento sintático dos interlocutores. É uma referência à projeção que os locutores fazem do momento de completamento de suas intervenções, criando estruturas sensíveis a essa necessidade. A sintaxe deve ser entendida, portanto, como um processo, *em que cada movimento sintático faz sentido no contexto local em que ocorreu.*

Castilho (1997) acrescenta que as análises disponíveis mostram que os falantes têm a habilidade de construir um padrão sintático, mesmo quando ocorrem descontinuações nos turnos. Atribui à consideração de um esquema cognitivamente motivado no fundamento da atividade verbal.

Também Frank (1981)[6], mesmo não estando integrada no projeto de Sandra Thompson, desenvolveu indagações semelhantes sobre a sentença. Castilho (1997) faz referência ao questionamento feito por essa lingüista no "Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem" (Universidade Estadual de Campinas, 1981): *que tipos de objetos devem ser considerados sentenças para que nossa definição seja compatível com os pressupostos básicos da Análise Conversacional?* Frank (1986:14 *apud* CASTILHO, 1997) propõe que, em vez de se analisar as sentenças como produtos terminados, seja mais cabível tratá-las como processos que se desenrolam no tempo.

[6] Frank 1981, versão portuguesa em 1986:9, versão em inglês 1988 *apud* Castilho, 1997.

Castilho (1997) atribui a Lerner (1991), num trabalho desse último sobre as "sentenças em andamento", como sendo um dos primeiros a elaborar com mais detalhe o que são as UCTs, operando mais particularmente sobre as UCTs compostas, que ele define como dois turnos emparelhados, em que o segundo completa sintaticamente o primeiro. Exemplo dado:

> (1) M – Muitas máquinas agora não fazem gravações tão lentamente...então...quando eu vou gravar uma fita eu quero...
>
> J – poder ajustar a máquina para uma gravação rápida (p.441).

Lerner (1991: 456, nota 12 *apud* CASTILHO, 1997) ressalta que o segundo componente das UCTs não é obrigatório, demonstrando, uma vez mais, que tais construções não deveriam ser tratadas apenas em termos das distinções entre coordenação e subordinação, e sim em termos de projetabilidade pragmática e sintática que elas documentam.

Castilho (1997) oferece também exemplos das UCTs compostas encontradas no Projeto NURC, embora (chama atenção) não sejam materiais rigorosamente conversacionais.

Ford-Thompson (cf. CASTILHO, 1997) buscam uma caracterização das UCTs em conjunto com a questão do LRT, Lugar Relevante da Transição, entendida como a previsão que o interlocutor A faz do completamento da fala de B, preparando-se para entrar na fala; haveria também aí a percepção de um completamento sintático. Essas autoras investigam a questão do completamento dos seguintes ângulos:

> (i) completamento sintático: o completamento sintático é calculado em termos da sua relação com um predicado prévio, caso algum seja disponível; o corolário disso é que a incompletude sintática é calculada em termos de um predicado projetado e por vir.

(ii) *completamento entonacional*: quando ocorre um contorno de finalização.

(iii) *completamento pragmático*: de concepção bastante intuitiva, é caracterizado como o ponto em que se espera a intervenção de outro participante, ou quando não se espera intervenção nenhuma. Em síntese, é uma combinação de entonação com a seqüenciação da ação conversacional.

Ford-Fox-Thompson (1995 *apud* CASTILHO, 1997) consideram que a unidade conversacional básica deveria ser um amálgama das UEs e das UCTs, vistas essas como um epifenômeno, quer dizer, um fenômeno cuja presença ou ausência não altera o fenômeno que se deveria tomar principalmente em consideração, que é relativo à participação dos interlocutores no processo interativo, as práticas desenvolvidas por eles para construir sua participação, os pontos projetados de completamento como são tratados por eles quando esses se concretizam. As autoras apresentam essas idéias em forma de questões, as quais deveriam ser priorizadas em lugar de se perguntar se um segmento dos dados é ou não é uma UCT. Nesse trabalho, elas concluem que: (i) as UCTs são emergentes e não podem ser pré-definidas; (ii) as UCTs são unidades sintáticas primárias, dotadas de certos contornos entonacionais; (iii) finalmente, a tentativa de identificar as UCTs revela apenas uma parte do que de fato ocorre nas interações que estão observadas.

Castilho (1997) conclui que o que se pode depreender de tudo isso é que o conceito de UCT não tem toda a força necessária para caracterizar sintaticamente um texto falado, e muita pesquisa precisa ser ainda feita, para refinar o instrumento de análise. Apresenta uma distribuição das ocorrências mais freqüentes dos conectores coordenativos e subordinativos assinalando que, por exemplo, as coordenativas já foram denominadas na literatura de sentenças *end prefacing*, tantos são os textos conversacionais que começam com *e*; as adversativas oferecem um dos aspectos mais interessantes no que diz respeito à gramaticalização do Lat. *Magis*. Na língua falada emprega-se essa forma para adicionar uma negação, uma pergunta ou outro tópico. Quanto às subordinadas adverbiais, chama atenção para o fato de que particularmente com respeito às causais, a observação de como elas se constituem abala as convicções

em torno do diferente estatuto das sentenças principais e subordinadas. Na língua falada, a conjunção *porque* se abstratiza, deixa de assinalar as relações de causa e efeito, funcionando como um enumerador de proposições. Quanto às relativas, essas exercem um papel central na conversação.

A grande discussão que se estabelece no seio desse programa é no que diz respeito ao estabelecimento da relação entre processos pragmáticos e estruturas sintáticas. Como se identificar processos sintáticos considerando-se a sentença. Castilho (1997) questiona se existe mesmo sentença na língua falada. Considera as Unidades Entonacionais e as Unidades de Construção do Turno como candidatas a substituir a sentença como unidade de análise na língua falada. O que se verifica, ao longo dessa discussão, é que há uma tentativa de construir uma base teórica que dê conta dos fenômenos da língua falada na situação de interação, não nos mesmos moldes do que se utiliza para proceder às análises da língua em uso, numa perspectiva da sintaxe funcional. Na língua falada, isto é, na interação, são freqüentes as correções, as descontinuações, o que leva o interlocutor, a todo o momento, preencher vazios. Além do mais, a possibilidade de organização das conversas apresenta estratégias de gestão de turno que dizem respeito à troca de falantes, através de passagem de turno e de assalto ao turno, e à sustentação da fala, dessa dinâmica emerge uma sintaxe em que são observadas estruturas sentenciais completas, mas, em geral, predominam as sentenças incompletas, truncadas, ligadas por conectores textuais que assumem papéis de marcadores conversacionais. Não é por acaso que a língua falada, pelas suas características, é considerada um espaço propício de criação lingüística, e em que se podem observar os processos de mudança.

1.2.1.3 Teoria modular da língua: módulos discursivo, semântico e gramatical e os processos cognitivos pré-existentes

Na abordagem Funcionalista, o componente discursivo-pragmático se apresenta como o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica (S. DIK *apud* NEVES, 1997: 47). Dentro dessa visão funcionalista, Castilho (1997b) propõe uma teoria modular da língua apoiado em Morris (1938) e Franchi (1991), que postulam a língua como um

conjunto de três módulos, o *discursivo,* o *semântico*, e o *gramatical*, interligados pelo *léxico*, sem relações de determinação entre si. Integram, por assim dizer, a competência comunicativa dos falantes. Castilho (1997 b) define cada módulo, assim como os processos cognitivos prévios que os administram. A seguir, tem-se, em síntese, o que é postulado por Castilho (1997 b, 1998).

Cada módulo dispõe de um conjunto de propriedades que são administradas por processos cognitivos prévios à verbalização. A partir dessa perspectiva, Castilho (1997b, 1998) desenvolve reflexões sobre o sistema gramatical, começando pelo sistema discursivo-textual, numa trajetória que vai (i) da identificação dos processos conversacionais (ii) para a identificação dos processos de construção do texto, e desses (iii) para a identificação dos processos de construção das sentenças.

O módulo *discursivo* envolve a organização tópica, a disposição dos tópicos em unidades discursivas e os operadores da coesão textual. Os textos se formam a partir da conversação.

O módulo *semântico* se define como os diferentes processos de criação dos sentidos lexicais (denotação, conotação, sinonímia, antonímia, hiperonímia etc.), dos significados componenciais (referenciação, predicação, dêixis, foricidade etc.) e das significações interacionais (inferências, pressuposições etc.).

O módulo *gramatical* diz respeito às classes, às relações que entre elas se estabelecem, e às funções que essas classes assumem no enunciado. Esse módulo compreende a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe.

O *Léxico*, nessa perspectiva, é dado como um componente lingüístico primitivo, no sentido de que ele não deriva de outras instâncias da língua. É concebido como um conjunto de itens armazenados em nossa memória. Cada item dispõe de propriedades semânticas e gramaticais, que são igualmente adquiridas. Os itens sofrem, com o tempo, erosões em suas propriedades ditadas por necessidades discursivas, e a alteração dessas propriedades provoca a mudança lingüística.

Os processos cognitivos, que administram esses módulos, se caracterizam como um conjunto de instruções não seqüenciais, ativam simultaneamente as propriedades discursivas, gramaticais e semânticas já contidas nos itens lexicais. Agem como gerenciadores dos módulos lingüísticos. Esses processos estão assim denominados: *ativação*, *reativação* e *desativação*.

A *ativação* é definida como o processo que suscita as propriedades discursivas, semânticas e sintáticas dos itens lexicais. Resultam daí:

(i) a constituição do texto, bem como de suas unidades e de suas formas de conexidade;

(ii) a constituição das significações, que resultam das pressuposições, das implicaturas e da combinatória dos sentidos lexicais no interior do texto e das sentenças;

(iii) a constituição das sentenças, em suas representações sintática, morfológica e fonológica.

Castilho (1997b) identifica um possível correlato entre a *ativação* e a criação das idéias e das proposições.

A *reativação* é o processo pelo qual se suscitam de novo propriedades já ativadas previamente. A repetição ou recorrência de segmentos, a paráfrase ou recorrência de conteúdos. Essas manifestações da reativação se aplicam aos módulos discursivo e gramatical, respectivamente. Os processos metafóricos e metonímicos são considerados como reativações do sentido no módulo semântico. É apresentado um possível correlato entre *reativação* e memória.

A *desativação* constitui o processo de abandono das propriedades que vinham sendo ativadas. Constituem desativações no módulo discursivo: as "despreferências conversacionais", as digressões, e os parênteses textuais; no módulo gramatical: as hesitações, as pausas, as elipses, os anacolutos, os morfemas e sintagmas descontínuos. O "desbotamento" semântico (ingl. *bleaching*) pode estar correlacionado a um tipo de desativação no módulo semântico.

Para uma reflexão maior sobre esses módulos e sobre os processos cognitivos que ativam as suas propriedades, serão enfocados alguns aspectos constitutivos da conversação, do texto e da sentença, como postulam Castilho (1998), Marcuschi (1999), Koch (1998) e outros.

1.2.1.3.1 O módulo discursivo

O módulo *discursivo* trata da dinâmica da conversação, das "negociações intersubjetivas que se desencadeiam no momento da enunciação", o que em parte já foi visto, quando se tratou dos primórdios da Sintaxe Interacional, acima. Alguns pontos merecem ainda ser destacados relativos à conversação, e à constituição dos textos na linguagem falada.

1.2.1.3. 2 Manutenção do turno

Para manter o turno, o falante lança mão de estratégias de conseqüências discursivas e gramaticais: as pausas não muito longas, freqüentemente são preenchidas por meio de fáticos do tipo de "*ah*"; alongamento de vogais e consoantes em artigos, conjunções e preposições; autocorreções, freqüentemente o locutor substitui o item lexical escolhido, ou muda o rumo da conversa, temendo uma heterocorreção, o que implicaria, na maior parte das vezes, em perda do turno. O falante tem sempre repulsa pela correção do outro, como diz Castilho (1998: 38), admitir que se formulou mal o pensamento é perder força no jogo conversacional, tanto assim que, às vezes, acontece a incorporação da correção e, para manter o turno, parafraseia-se a correção. Castilho (1998: 42) apresenta o sistema de correção, como processo alimentador da conversação, a partir de um ângulo pragmático e de um ângulo textual. Do ângulo pragmático, tem-se a autocorreção, acionada para evitar um ataque ao turno, e a heterocorreção, acionada para tomar o turno. Funcionam, também, como mecanismos para reparar as infrações na distribuição do turno. Alguns autores preferem denominá-los "reparações". Do ângulo textual, se observa correção de palavra truncada, ou mesmo corte. Castilho (1998) cita Urbano (1997), que faz o estudo do corte de palavras, entendido como o abandono de um vocábulo, seguido ou não de sua repetição e observou que ocorre corte quando o

falante as articula erradamente, quando hesita no planejamento sintático da sentença (por exemplo, quando substitui um verbo por outro), ou quando falha no planejamento semântico da sentença. O falante recorre também às paráfrases, ele procede à correção, mudando a forma e preservando parte do conteúdo. Marcuschi (1999: 31) apresenta uma tipologia geral para o mecanismo da correção a partir do que apresentam E. E. Schegloff, G. Jefferson e H. Sacks (1974). Afirma, citando Schegloff (1979), que uma das conseqüências da correção é que ela modifica a estrutura da frase truncando-a, criando redundâncias, repetições, encaixamentos etc. Entretanto, esse fato não é aleatório, mas ordenado, podendo ser descrito e explicado.

1.2.1.3. 3 Passagem de turno

A passagem de turno se dá por "assalto ao turno", ou por passagem consentida do turno. O "assalto ao turno" é a estratégia do ouvinte, pode ser uma interrupção direta, ocorrendo um momento de superposição, ou a partir de uma "deixa" do interlocutor. Sobre a superposição, como mostram Preti-Urbano (1990 *apud* CASTILHO,1998:39), pode "*não gerar interrupção do discurso do falante que estava com a palavra*". A passagem consentida do turno pode ocorrer por processos não-verbais, o mais habitual é o olhar, e processos verbais. Quanto a esses últimos, pode ocorrer por um ponto prosodicamente definido (o final de uma série rítmica gera a expectativa da próxima série) ou por um ponto sintaticamente definido. O que, segundo Castilho (1998), permite postular a existência do chamado *lugar relevante da transição* (LRT). O ponto sintaticamente definido pode ser evidenciado por segmentos completos que provocam no interlocutor o interesse por intervir e tomar o turno, o que demonstra que os falantes compartilham a consciência das estruturas sintáticas, compartilham a percepção de que o movimento verbal implica num "completamento".

1.2.1.3.4 Os pares adjacentes

Pares adjacentes (ou pares conversacionais, MARCUSCHI (1999: 35)), termo introduzido por Schegloff (1972), são seqüências altamente padronizadas quanto à sua estruturação, são vistos como uma sorte de subordinação pragmática, pois a ocorrência de um turno-pergunta obriga a que ocorra um turno-resposta, que depende do primeiro. Essa composição difere da encontrada na sintaxe, em que há conectivos ou outros dispositivos formais que assinalam a subordinação, mas a relação de dependência está aí firmada no domínio da interação (CASTILHO, 1998: 46). Os pares mais habituais são: saudação/saudação, pergunta/resposta, reclamação/pedido de desculpas, advertência/aceitação ou recusa da advertência etc. Urbano-Fávero *et alii* (1993 *apud* CASTILHO, 1998: 45-46) identificaram dois tipos de par adjacente pergunta/resposta:

- "Perguntas de sim ou não, também conhecidas como perguntas fechadas", como em:

(13) Doc. – você comeu muito brigadeiro?

Inf. – NÃO... (DID SP 234: 127-130).

Responde-se, normalmente no Português, a esse tipo de pergunta com o mesmo verbo da interrogativa:

(13 a) DOC. – você comeu muito brigadeiro?

Inf. – comi.

Castilho (1998:45) esclarece que a denominação "fechada" vem do fato de que a informação vem na pergunta, não na resposta.

- "Perguntas sobre algo, também denominadas perguntas abertas ou de busca de informação nova" como em:

(14) Doc. – e onde é que as bailarinas se trocavam se maquiavam?

Inf. – tem os camarins (...) (DID sp 234: 287-289).

Essa pergunta é "aberta" porque a informação vem na resposta, não na pergunta. Castilho (1998: 46), fazendo referência aos autores, diz que eles lembram que as perguntas abertas são iniciadas pelos marcadores ou pronomes interrogativos *onde*, *quando*, *quem*, *de quem*, *como*, *que* etc. Como são vazios de sentido, tais pronomes funcionam como catafóricos, cabendo ao interlocutor responder com expressões plenas de sentido.

1.2.1.3.5 Os Marcadores Conversacionais

Os Marcadores Conversacionais (MCs) são entendidos na Análise da Conversação como "organizadores globais". Castilho (1998: 47) os apresenta como segmentos (i) sintaticamente independentes do verbo; (ii) constantes de um ou de mais de um item lexical, ou mesmo de expressões não-lexicais; (iii) funcionando no monitoramento da conversação e na organização do texto; (iv) distribuídos no início, no meio ou no final da unidade de análise (= turnos, pares adjacentes, unidades discursivas). Em síntese, os Marcadores Conversacionais verbalizam o monitoramento da fala, sendo freqüentemente vazios de conteúdo semântico, portanto, irrelevantes para o processamento do assunto, porém altamente relevantes para manter a interação. Castilho (1998: 47) se refere ao estudo desenvolvido por Marcuschi (1989) sobre os MCs, que propõe um plano sistemático de observação sobre os MCs, podendo-se considerar: (1) as classes que assumem esse papel, (2) sua distribuição no enunciado e (3) suas funções.

(1) C*lasses que atuam como MCs*: (i) existem os marcadores prosódicos, alongamentos, pausas etc., que servem para gerenciar a interação verbal; (ii) marcadores não-lexicais: do tipo *ah*, *ih*, *hm-* desempenham igualmente papéis de MCs; (iii) marcadores lexicais, nesse caso o item deverá dispor de determinadas propriedades

semânticas, sendo candidatos os itens semanticamente fóricos e dêiticos de tempo e de lugar, (especificando, nesse caso, o tempo e o lugar do discurso). Castilho (1998:48) diz que se requer certa multifuncionalidade para que um item se candidate a MC. Conclui dizendo que, na verdade, não há classes gramaticais específicas para os marcadores conversacionais, e sua ordenação num quadro analítico dependerá dos critérios que estão sendo adotados.

(2) *Distribuição dos MCs no enunciado*: eles podem estar distribuídos nos turnos, nos pares adjacentes, ou nas unidades discursivas. Podem ser iniciais, mediais ou finais.

(3) *Funções dos MCs*: Marcuschi (1989) identifica dois grandes tipos funcionais de MCs: (i) *marcadores pragmáticos*, orientados para a interação verbal, também conhecidos como fáticos, ou "marcadores interpessoais", segundo Castilho (1989b), monitoram a conversação, manifestando a necessidade de iniciar uma conversa (*e aí*? *tudo bem*?), cobrando a colaboração do outro (*não é*?/*né*?), assinalando o assentimento em prosseguir (*bom*, *bem*); (ii) *marcadores textuais*, orientados para a organização do texto: inicia-se um tópico (*bom*, *é o seguinte*), recusa-se um tópico novo (*essa não*, *sem essa*), aceita-se um tópico novo (*tá bom*, *vamos lá*), subdivide-se um tópico em subtópicos (*inicialmente*, *primeiramente*), expande-se o tópico (*e além disso*), seqüencia-se o tópico (*e então*, *e aí*, *agora*). São denominados por Castilho (1989 b) de "marcadores ideacionais". Há outro subconjunto de marcadores textuais que modalizam os tópicos, asseverando ou atenuando. Existem muitos critérios de ordenação dos marcadores, apresentados por outros autores. Para Castilho (1998) os marcadores são multifuncionais, exercendo simultaneamente o papel de organizadores interacionais e de organizadores textuais.

Castilho (1998: 59) toma a articulação Tema/Rema, formulada pelos lingüistas da Escola de Praga, e diz que ela se aplica também ao texto. Uma relação é estabelecida entre o que se considera essa articulação Tema /Rema no texto, de um lado, e na sentença, de outro. Assim, o Tema, ou ponto de partida, é dado pelos Marcadores Conversacionais orientados para o texto, e um Rema, ou exploração desse ponto de partida, por meio de sentenças "tematicamente centradas", isto é, aquelas que contribuem para o andamento do assunto. O Tema da sentença é um ponto de partida sintático, geralmente preenchido por uma expressão referencial, ou por um verbo apresentacional. Segundo Castilho (1998: 91), os verbos apresentacionais organizam

sentenças do tipo "V + X", isto é, o verbo vem sempre fronteado, seguido de um sintagma cujo referente é o que se quer introduzir na sentença são do tipo: *tem gente na sala*, *foi isso*, *trata-se do seguinte*, *há pessoas que não entendem de nada*. O Tema do texto é um ponto de partida discursivo, vale dizer, interacional, assumindo uma dimensão pragmática. O Rema da sentença é uma expressão predicativa, por meio da qual atribuímos propriedades ao Tema, e o Rema do texto é o conjunto das sentenças tematicamente centradas. Dentro dessa ótica, Castilho conclui que Tema e Rema teriam propriedades recursivas, suficientemente fortes para constituir expressões lingüísticas de vários níveis. Koch (1998) apresenta várias possibilidades de articulação Tema/Rema na construção do texto falado, referindo-se a estratégias de *tematização* e *rematização* usadas pelo falante em especial no que se refere à segmentação ou deslocamento de constituintes. Esse tópico será retomado quando se focalizar o módulo gramatical, a partir da sentença.

1.2.1.3.6 Os Conectivos Textuais

As Unidades Discursivas (UDs) podem vir interligadas por justaposição, sem a presença de conectivos textuais, ou por conexão, nesse caso, funcionam como conectivos os advérbios fóricos *então*, *aí*, *agora*, ou os advérbios em processo de gramaticalização, como o *mas* etc. Os processos de conectividade estão presentes tanto no texto quanto na sentença. Um mesmo Marcador Conversacional assume, portanto, um papel cumulativo do ponto de vista da estruturação do texto, enquanto Conectivo Textual, são Marcadores-Conectivos. Esses itens podem vir a "transformar-se" em conjunções sentenciais, isto é, a gramaticalizar-se. Observados numa transcrição "verticalizada", como a apresentada por Castilho (1998: 71), pode-se identificar uma propriedade desses conectivos que é a de serem duplamente fóricos. Isto é, ao mesmo tempo em que eles retomam o que foi dito anteriormente, anunciam Tópicos que se seguirão. Esse Autor cita o trabalho de Risso (1993) sobre os conectivos textuais, demonstrando como Marcadores Conversacionais atuam também como Conectivos Textuais "bifrontes". Dá como exemplo o item *agora*, que como Advérbio de Tempo

está integrado na estrutura sentencial como Adjunto; funcionando como Conectivo Textual, esse item está "fora" das sentenças, conectando Tópicos Conversacionais. Como Adv. de Tempo pode ser clivado, ((4) *Cheguei agora a Recife*. Clivado em (4 a) *Foi agora que cheguei a Recife*) enquanto como Conectivo Textual não admite a clivagem. Além disso, há uma propriedade de natureza prosódica, *agora*, Adv. de Tempo é usualmente pronunciado num nível emparelhado ao das palavras que antecedem e que se seguem, ao passo que *agora* como Conectivo Textual habitualmente vem separado do contexto por pausas, sendo entoado em ritmo descendente. *Agora* Adv. de Tempo e Conectivo Textual continuam invariavelmente como dêiticos temporais, entretanto o primeiro assinala o tempo dos eventos narrados, ao passo que o segundo assinala o tempo do discurso, dado *pela relação de sucessividade entre tópicos ou segmentos de tópicos* (RISSO: 1993 *apud* CASTILHO, 1998: 73).

1.2.1.3.7 A Repetição, como um processo de construção do texto por reativação

O texto falado está constantemente sendo reconstruído. São identificados dois processos: (i) ou repetem-se os segmentos textuais palavra a palavra, ou (ii) repete-se o conteúdo com palavras diferentes. No primeiro caso, o processo é denominado de repetição, no segundo, de paráfrase. Ambos os processos envolvem mecanismos sintáticos de reestruturação. Vai-se, entretanto, enfocar a repetição, tendo em vista ser esse processo mais pertinente aos dados sob análise nesta Tese.

Marcuschi (1996: 95) considera a repetição mais do que uma característica da língua falada, se constituindo propriamente numa estratégia de formulação textual. Por ser uma estratégia de "grande maleabilidade funcional" a repetição é vista como assumindo um conjunto variado de funções: contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e a geração de seqüências mais compreensíveis; dá continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas.

Castilho (1998: 74) faz referência ao trabalho de Perini (1980), que hipotetiza que a repetição é um procedimento de restituição das estruturas sintáticas canônicas; e ao de Ramos (1984), que apresenta outras motivações discursivas da repetição como "explicitar o tópico da nova seqüência e assegurar a coerência das seqüências do discurso", repetições para enfatizar elementos da sentença, repetição sintetizadora, repetição para recolocar no foco detalhes de uma narrativa, que auxiliarão os interlocutores a recompor o fio central da conversa.

Koch (1998: 99) diz que pesquisas mais recentes apontam motivações cognitivas e interacionais da repetição na fala, tanto em termos de processamento, quanto no que diz respeito a estratégias de persuasão, além de constituir importante mecanismo que permite tornar o texto mais coeso. Cita Jefferson (1972) que fez uma primeira distinção entre repetições *significativas* e *marginais*. Segundo esse autor, as verdadeiras repetições, as *significativas*, selecionam uma ocorrência prévia similar para sobre ela efetuar alguma operação, por exemplo, quando o segundo falante repete um enunciado produzido pelo primeiro, dando-lhe uma entonação interrogativa. As *marginais* são repetições devidas à dificuldade de planejamento/linearização, em que o falante não opera qualquer alteração sobre o elemento repetido, como no caso de repetições que acompanham uma interrupção para garantir a continuidade da enunciação. Tais repetições são extremamente freqüentes, servindo como recursos para o falante ganhar mais tempo de planejamento. Dentre outras distinções estabelecidas para as repetições, Koch (1998: 100-101) se detém nas alo-repetições ou hetero-repetições - repetições da fala do outro - e nas auto-repetições - repetições produzidas pelo mesmo falante, geralmente devido a exigências de ordem cognitivo-interacional, podendo, pois, ser orientadas tanto para o próprio falante, tanto para o locutor (ou, ainda, para ambos) e destaca algumas funções de cada uma. No que se refere às funções interacionais da repetição, Koch (1998: 104) cita Maynard (1983) que considera a repetição como uma estratégia discursiva destinada não só a garantir a coerência, mas também a "comunhão fática"[11], bem como, ainda, ao estabelecimento de laços emotivos entre os participantes e à preservação das faces. Também Tanner (1989 *apud* KOCH, 1998: 104) vê a repetição, ao lado do diálogo e da "immagery" como "estratégias de envolvimento", que criam a identificação emocional entre os participantes da interação: a alo-repetição cria um sentido de identificação do *self* com o outro, através da

[11] Malinowsky, 1923 *apud* Koch, 1998

identificação não só das idéias, como das respectivas posições. Ishikawa (1991 *apud* Koch, 1998: 104), igualmente como Tannen, postula que no nível da mensagem, a repetição facilita o processo de produção, compreensão e conexão do discurso; e, no nível da metamensagem, contribui, de forma fundamental, nos processos interacionais. Considera que a iconicidade é passível de ser encontrada em todos os níveis da língua de modo que a repetição conversacional pode representar significados icônicos no nível do discurso, inclusive a forma como é construído o *self* em dada interação social (”iconicidade interacional”). Vê a repetição conversacional como um “diagrama” em que o signo se relaciona simultaneamente com a mensagem e a metamensagem. Em suma, a repetição é vista como estratégia de criação lingüística e de estruturação textual. Koch (1998: 109) diz que ela constitui uma das provas mais concludentes da iconicidade na linguagem: o aumento da quantidade de formas aumenta a quantidade de sentidos, isto é, os sentidos são diagramaticamente icônicos. Koch apresenta esta conclusão:

> A repetição é particularmente constitutiva do discurso conversacional, no qual os parceiros, conjuntamente e passo a passo, constroem o texto, elaboram as idéias, criam, preservam e negociam as identidades, de tal forma que o texto, de maneira icônica, vai refletir essa atividade de co-produção.

1.2.1.3.8 A digressão e os parênteses, processos de construção do texto por desativação.

Koch (1998: 111) refere-se às digressões como presentes em toda e qualquer conversação, exercendo papéis definidos tanto na regulamentação como na sustentação da conversação, sendo muito importantes do ponto de vista interacional, ao contrário do que são consideradas na língua escrita. São definidas como segmentos não realizados topicamente com os materiais precedentes ou subseqüentes - esses são relacionados entre si. Na digressão, o tópico em curso é provisoriamente abandonado e um novo tópico é introduzido, sendo, a seguir, abandonado e substituído novamente pelo tópico

anterior (esquema a/b/a). Essa Autora cita Dascal e Katriel (1979) que postulam a existência de três tipos de digressões: a) baseadas no enunciado; b) seqüências inseridas; c) baseadas na interação. No caso de digressões baseadas no enunciado, haveria alguma relação – de tipo semântico, associativo ou pragmático – entre o enunciado principal e o(s) digressivo(s). As seqüências inseridas são seqüências corretivas ou clarificatórias, baseadas no ouvinte, isto é, constituem resposta a um enunciado anterior não compreendido ou não aceito integralmente pelo interlocutor. Realizam, geralmente, uma função metalingüística ou metaconversacional. Nas digressões baseadas na interação, o segmento inserido não mantém qualquer relação com o tópico em curso: elas constituem resposta a alguma alteração imposta de fora à situação comunicativa (ruídos, elementos distrativos de qualquer espécie). Castilho (1998: 79) se detém nos tipos a) e c), entendendo que a digressão baseada no enunciado, a descontinuação tem estatuto de Tópico Conversacional, enquanto que a digressão baseada na interação funciona, apenas, como uma sorte de comentário rápido, sem a centração e a relevância que caracterizam um Tópico. Castilho apresenta um exemplo de digressão com foco no enunciado e cita Andrade (1995: 94) que enumera alguns marcadores da digressão baseados no enunciado: *a propósito*, *isto me lembra que*, *por falar nisso*, *olha...tem um negócio*, *já que você falou nisso* etc. Quanto aos parênteses, alguns autores o consideram como fazendo parte das digressões, como Jubran (1996: 411) citada por Castilho (1998: 79), mas esse Autor os considera separadamente. Os parênteses são definidos como atos de fala que constituem pequenos esclarecimentos, comentários, perguntas etc. Castilho diz que o estudo dos parênteses faz uma ponte entre o Texto e a Sentença.

1.2.1.3.9 O módulo gramatical

Este módulo diz respeito às classes gramaticais, às relações que se estabelecem entre elas, às funções que essas classes assumem no enunciado, à sua representação fonológica. Diz respeito, em suma, ao estudo da sentença e dos processos cognitivos que ativam a suas propriedades.

A sentença apresenta propriedades fonológicas – possui uma entonação própria – propriedades sintáticas – diz respeito à estrutura sintagmática e funcional (ao se associarem na sentença os sintagmas assumem significados de que não dispõem enquanto itens lexicais isolados) e propriedades semântico-informacionais. A propriedade informacional da sentença é uma referência à sentença como unidade comunicativa *bipartindo-se em Tema (ou tópico) e Rema (ou núcleo, ou comentário, ou foco), ou, ainda, num segmento comunicativamente estático, oposto a um segmento comunicativamente dinâmico* (Ilari, 1986b: 37).

1.2.1.3.10 O verbo – elemento estruturante da organização argumental da sentença

A construção da sentença por ativação significa a ativação das propriedades gramaticais do verbo, portanto, estudar a organização das sentenças é focalizar o funcionamento dos verbos, a sua transitividade. Os falantes selecionam verbos a partir de suas necessidades discursivas, daí que os SVs assumem diversas estruturas. Castilho (1998: 91-92) enumera algumas dessas estruturas, que são formadas como resposta a um tipo de questão. Por exemplo, 1) à questão "*Quem/o que é X*?", a resposta é a introdução de um Tópico Conversacional, seja ele uma pessoa, seja uma coisa. Essa é dada por um Verbo Apresentacional, neste caso, a sentença é organizada do tipo "*V+X*", o verbo é sempre fronteado, seguido de um sintagma cujo referente é o que se quer introduzir na conversa. Do ponto de vista da articulação Tema/Rema, os Verbos Apresentacionais tematizam a sentença, concentrando-se a declaração propriamente dita no sintagma que se segue. Esse sintagma será, portanto, o Rema da sentença. Exemplo: *tem gente na sala*. 2) À questão "Como é X?", a resposta será a caracterização do Tópico, selecionam-se Verbos Equativos de estrutura "SN é SN", que geram sentenças do tipo *mãe é mãe*, e os Verbos Atributivos de estrutura "SN é Sintagma Adjetivo (SAdj)", como em *o povo de lá é bem diferente.* Os Equativos e Atributivos selecionam Temas semanticamente estáticos. 3) À questão "*O que X faz*?" a resposta se dá com a seleção de Verbos Biargumentais de Ação do tipo "*X faz Y*", exemplo*: nós fizemos o curso ali*, que apresentam o Tema numa forma dinâmica. 4) À questão " *O*

que aconteceu a X?" a resposta se dá com Verbos de Estado, tipo "*X está Y*", como em *fiquei lá durante três meses* , e com Verbos de Evento, do tipo "*X sabe Y*", como em *eu conheci bastante o povo de lá.* Esses verbos apresentam o Tema como um estado resultante de uma operação anterior, do tipo "*X viu Y*", portanto "*X conhece Y*", "*X sabe Y*". 5) À questão "*Como ficou X após ter feito Y*?" são selecionados Verbos Transobjetivos, do tipo "*X faz Y e Y está Z*", como no exemplo *os pesquisadores encontraram o povo doente.*

A propriedade fundamental do verbo é a transitividade, a qual assegura a esse a constituição de sua estrutura argumental, de que resulta a sentença. O termo argumento está sendo utilizado neste contexto no sentido de "termo adjacente ao verbo, por ele subcatecorizado". Os argumentos verbais têm um comportamento sintático diverso: o radical do verbo subcategoriza os argumentos internos (ou complementos), que fazem parte do SV; a flexão do verbo subcategoriza o argumento externo (ou sujeito), gerado "fora do SV". Castilho (1998: 93-94) apresenta a questão dos casos reto e oblíquo que remetem a duas relações sentenciais básicas: a relação de predicação, que se estabelece entre o verbo e o caso reto/sujeito, e a relação de complementação, que se estabelece entre o verbo e o caso oblíquo/complementos. O verbo predica do sujeito, isto é, atribui-lhe uma propriedade, e completa sua grade temática através dos complementos. Portanto, pode-se sintetizar as relações do verbo com os termos adjacentes da seguinte forma (Castilho: 1998: 95-96): (1) Relação argumental: o termo adjacente subcategorizado pelo verbo é proporcional a um pronome[7]. Se esse pronome for *ele*, e o verbo com ele concordar, identifica-se o sujeito. Se o pronome for do caso oblíquo, ou se for preposicionado, identifica-se um argumento interno, o objeto direto ou indireto. (2) Relação não-argumental: o termo adjacente não é proporcional a um pronome (pessoal), caracterizando uma conexidade sintática fraca entre ele e o verbo, então se têm as seguintes possibilidades: (i) o termo integra o próprio predicado, e tem-se o Equativo[8] e o Predicativo; (ii) o termo indica uma circunstância do predicado, ou modifica o predicado, e tem-se o Adjunto. Há verbos que não subcategorizam argumentos, nesse caso não constituem sentença, caso de verbos muito

[7] A esse respeito ver Castilho (1998: 94-95), de acordo com Claire-Benveniste (1984).

[8] Castilho (1998: 96) cita Lyons (1977:472) que mostra que o Equativo é distinto do Predicativo. O Equativo (i) é preenchido por um SN, (ii) estabelece uma "equação semântica" entre o referente do SN Sujeito ao referente do SN Equativo, promovendo uma paráfrase léxica, (iii) ambas as expressões não são redutíveis a um só sintagma, e, além disso, (iv) os SNs não são intercambiáveis na sentença. Ex: *A fita é a base do inquérito.*

gramaticalizados, como *ser* expletivo: (16) *Fulano é que chegou = Fulano chegou* (Castilho:1998: 97)

A partir do verbo, que constitui o SV, vai-se verificar como se apresentam na língua falada os seus argumentos, o externo, o Sujeito; e os internos, no caso o Objeto Direto; e o Adjunto Adverbial que mantém uma relação não-argumental com o verbo.

1.2.1.3.11 O Sujeito

O primeiro ponto a ser levantado é o que diz respeito à relação entre o sujeito e o Tema sentencial. Retomando a articulação Tema/Rema, o Tema é o constituinte que figura em primeiro lugar na sentença. O que se verifica é que nem sempre é o Sujeito que se apresenta nessa posição. Castilho (1998: 98) cita o resultado de uma pesquisa em que se examinou a construção do Tema sentencial na entrevista D2 SP 333, e os resultados foram: o Tema funcionou como sujeito em 74% dos casos, como Adjunto Adverbial em 17%, como Verbo Apresentativo em 7% e como Objeto Direto em 2%. O Tema-sujeito é predominantemente um Nome ou Pronome. O sujeito pode também vir elíptico.

Na língua falada, freqüentemente, no lugar do Tema sentencial ocorre uma Construção de Tópico (CT), que é um SN que vem antes da sentença, como em (18) *a casa da fazenda, ela era uma casa antiga, tipo colonial brasileiro, janelas largas*...(DID SP 18:8 In Castilho, 1998: 98), ou no final, sendo denominado de "antitópico". A CT, do exemplo citado, é considerada como estando "fora da sentença", pois o lugar argumental de Sujeito é preenchido por *ela*. Há, entretanto, uma ligação entre a CT e o Sujeito de (18), observe-se que o SN foi retomado pelo pronome *ela*. Castilho cita Pontes (1987) que fez um longo estudo sobre as CTs no português escrito e falado e conclui que, freqüentemente, se trata de complementos ou adjuntos deslocados para a esquerda da sentença. Na língua falada, raramente o lugar ocupado originalmente pela expressão deslocada é preenchido por um pronome-cópia, exemplo (20) (In PONTES, 1987 *apud* CASTILHO, 1998: 99) *A Belina o Hélio levou para a oficina* (CT Objeto Direto), nota-se a ausência do pronome-complemento *a* (ou *ela*) depois de *levou*. Também se observa a perda da preposição dos SPs ao se moverem para a esquerda,

como em: (21) (In PONTES, 1987 *apud* CASTILHO, 1998: 99), *Meu cabelo desta vez eu não gostei nem um pouco* (CT Oblíquo) e (24) *O seu regime leva muito laticínio*? (CT Adjunto Adverbial).

Quanto à posição que o sujeito assume na sentença, a habitual do Tema-sujeito é antes do verbo, e a do Rema propriamente dito é depois do verbo. Quando a informação nova recai no sujeito, o falante a desloca para a posição pós-verbal, típica do objeto direto. Castilho (1998: 100) cita resultados de pesquisa nos materiais do Projeto NURC/SP (CASTILHO *et alii* 1986 a) que apresentam 60% na ordem Sujeito-Verbo (SV), e 40% na ordem Verbo-Sujeito (VS) e apresenta os fatores condicionantes.

Estudos realizados no Português do Brasil por Berlinck (1988, 1989 *apud* TARALLO, 1991, 1996), sobre a posição do sujeito em relação ao verbo, em documentos a partir do século XVIII ao XX, demonstram um decréscimo da ordem VS, proporcionalmente um enrijecimento do padrão de ordem de constituintes SV(O). Tarallo relaciona essa mudança de ordem à mudança no português brasileiro nas estratégias de pronominalização, abrindo espaço para sujeitos lexicais e objetos nulos. Os dados de Berlinck evidenciam a existência de duas gramáticas, uma na qual as ocorrências de VS são explicadas via fatores funcionais, uma referência ao século XVIII, e outra em que a transitividade do verbo bloqueia a possibilidade de inversão do sujeito (TARALLO, 1996: 91). O que faz esse Autor concluir que:

> ...desde que os objetos nulos se tornaram um traço sintático dessa emergente gramática brasileira, a ordem VS deveria ser bloqueada com verbos transitivos a fim de não colidir com o papel temático a ser atribuído ao sintagma nominal ao redor do verbo.

1.2.1.3.12 O Objeto Direto

No Português do Brasil, ou o lugar do Objeto Direto não é preenchido, optando-se por sua elipse (objeto nulo), ou, se preenchido, a preferência recai num SN de núcleo nominal, ou de núcleo pronominal, nesse caso elege-se *ele*. Pesquisas no português do Brasil têm demonstrado um franco desaparecimento do clítico acusativo. Cyrino (1996) apresenta uma síntese dos estudos diacrônicos desenvolvidos por ela sobre o objeto nulo e os clíticos no Português do Brasil (PB), a partir do século XVIII. Esses estudos dão conta do aumento na ocorrência do objeto nulo, especialmente a partir do século XIX, e a perda concomitante do clítico de 3ª pessoa. Por outro lado, registra a ocorrência de pronomes lexicais em posição de objeto, constatando que esse fenômeno começa a aparecer nos dados também a partir do século XIX. Cyrino cita outros estudos sobre a queda dos clíticos - mais especificamente o *o* - como o de Duarte (1986), e sobre a aquisição desse clítico, por Corrêa (1991). Tanto os resultados da pesquisa de Duarte (1986) como os de Corrêa (1991) demonstram que os clíticos não aparecem entre os falantes jovens e que só começam a ser utilizados (especialmente na linguagem escrita) à medida que esses progridem em sua formação escolar.

Sobre a ordem de colocação do Objeto Direto, Castilho (1998) cita o estudo de Braga (1986) sobre a topicalização do OD nos dados do Projeto Censo Lingüístico do Rio de Janeiro. São conclusões de Braga sobre os fatores que favorecem a deslocação à esquerda do Objeto Direto: (i) OD preenchido por pronome demonstrativo neutro, (ii) OD codificador de *entidades inferíveis e evocadas e apenas secundariamente entidades novas*, (iii) ODs que implicam numa retomada de item anteriormente mencionado, o que faz do OD deslocado um fator de coesão textual.

1.2.1.3.13 A Adjunção

Como foi visto anteriormente, os Adjuntos são termos sentenciais ligados fracamente ao verbo e, por isso mesmo, não pronominalizáveis. Castilho (1998) questiona a descrição/prescrição da gramática tradicional sobre os Advérbios: primeiro

que ele é um modificador, sendo esse um traço forte, mas não comum a todos os Advérbios; também que eles funcionam sintaticamente como Adjuntos, o que também não se confirma para todas as palavras que estão classificadas como Advérbios. Sobre a classificação dos Advérbios, Castilho (1998: 109) apresenta a proposta do grupo do Projeto do Português Falado que identifica três funções sintático-semânticas (e não puramente semânticas): a predicação, a verificação e a conexão. Por "predicação (ou modificação)", entende-se a propriedade que têm os Advérbios de tomar por escopo um termo do enunciado, ou mesmo um participante do discurso, dando-lhe uma contribuição semântica, sendo essa a propriedade mais evidente dos Advérbios. Castilho chama atenção para o fato de que a Gramática Tradicional se fixou nela para caracterizar essa classe. Como predicadores, os Advérbios se aproximam bastante do verbo e do adjetivo. Pela propriedade da "verificação" certos Advérbios *comparam as proposições próximas quanto a seus valores de verdade*, afirmando, negando, incluindo, excluindo ou focalizando toda a sentença ou constituintes dela (ILARI *et al.*, 1990: 93 *apud* CASTILHO, 1998: 109). A "conexão" diz respeito à propriedade de certos Advérbios de ordenar segmentos do enunciado, funcionando como coesivos textuais, o que os aproxima das Conjunções sentenciais. Vale ressaltar que essas Conjunções derivam historicamente de Advérbios. Do ponto de vista puramente sintático, se distinguem os Advérbios de Constituintes (AdvC) dos Advérbios de Sentença (AdvS). Os AdvC se aplicam a um constituinte sentencial funcionando como constituintes de um SAdj ou de um SV. Eles são passíveis de focalização por *é que*, pela interrogação ou pela clivagem. Os AdvS se aplicam a toda uma sentença com o verbo *ser* + o adjetivo que está na base da sentença, como no exemplo a seguir: (43) *Provavelmente hoje vai chover* e (43 a) *é provável que hoje vá chover* (CASTILHO, 1998: 108-109). Castilho cita Ilari *et al.* (1990) que propõem as seguintes classes semânticas dos Advs: (i) Advérbios Predicadores: os Qualitativos, os Intensificadores, os Modalizadores e os Aspectualizadores; (ii) Não-predicativos: os de Verificação *de re* (Afirmação, Negação, Inclusão/Exclusão e Focalizadores), *de dicto* (Denegação, Afirmação, Focalização) e os Circunstanciais (de Lugar e de Tempo). Castilho (1993)[9] propõe a reordenação dos Advérbios Predicativos, identificando, primeiramente, as macrofunções semânticas, quais sejam: a modalização, a qualificação e a quantificação; depois identifica os tipos secundários, admitindo, quanto aos Não-Predicativos, o seu

[9] In Castilho, 1998: 110.

arranjo original, exclui, entretanto, os Circunstanciais de Tempo e Lugar – considerados como falsos Advérbios - pelo fato de serem dêiticos e poderem funcionar como argumentos sentenciais o que os retira definitivamente de entre os Advérbios. Propõe que sejam incluídos na classe dos Pronomes, como Pronomes Circunstanciais, ao lado dos Pronomes Pessoais, Demonstrativos, Possessivos e Indefinidos.

Quanto aos Advérbios Coesivos, esses não modificam as classes próximas, nem verificam seu valor de verdade, ligam, somente, segmentos do enunciado, funcionando como conjunções sentenciais, como em *(67) Traduzir é servir. Conseqüentemente, trabalho de inferiores. João do Rio, FSP 28/3/1993*, (CASTILHO, 1998: 112).

1.2.1.3.14 Construção da sentença por reativação – a repetição

Todos os itens lexicais podem ser repetidos. Castilho (1998: 115) apresenta alguns tipos de repetições sentenciais, concentrando-se na R do nome. São as seguintes: Rs contíguas em contraste com as Rs não-contíguas, quando entre a Matriz (M) e o segmento da matriz que foi repetido (R), aparecem materiais lingüísticos. Distingue-se a R idêntica, quando os segmentos M e R apresentam materiais lingüísticos iguais, estruturados da mesma forma, e desempenhando a mesma função, da R alteradora, quando o segmento R adiciona, subtrai, substitui materiais de M, ou mesmo recategoriza sintaticamente M. Esse Autor cita alguns outros trabalhos já desenvolvidos com a R, como o de Neves e Braga (1996) que tratam dos padrões de R na articulação de orações, focalizando as causais e as condicionais; Pezatti (1996) e Camacho (1996) que estudaram, respectivamente, a R do juntivo *ou* e das coordenadas aditivas.

A repetição provoca alterações funcionais na sentença, e alguns estudos apresentam como resultados que há lugares sentenciais favorecedores da R, como o de Bessa Neto (1991: 126) e de Marcuschi (1992: 124)[10], que constataram que SNs situados à direita do Verbo são mais repetidos do que aqueles à esquerda do Verbo. Castilho diz que essa descoberta permite afirmar que a R é inversamente proporcional

[10] In Castilho, op. Cit pág. 116

às rupturas da adjacência, isto é, à desativação de propriedades, descritas por Tarallo-Kato (1990, esp. p. 47 *apud* CASTILHO,1998: 116). Concluindo-se, daí, que a baixa densidade informativa favorece a interrupção, ao passo que a alta densidade informativa favorece a repetição.

Ao analisar alguns exemplos, Castilho (1998: 117-118) se detém nas *funções sentenciais atribuídas aos nomes em processo de R* e identifica que quando o falante promove uma R alteradora de nomes, ele vai mudando a respectiva função sintática, esse fenômeno é percebido dentro de um ritmo previsível, o que evidenciaria que a R é um fenômeno gramatical, no sentido de "regular". Conclui que uma Construção de Tópico (CT) quando repetida é reanalisada, exibindo um papel temático e um caso sintático de que não dispunha na M. Nos casos de R alteradora, propõe a seguinte hierarquia implicacional: Construção de Tópico >Argumento Interno [OD, OI, OBL] > Adjunto > Argumento Externo > Categoria Vazia. A R alteradora, nos exemplos focalizados, também apresenta um papel coesivo, passam de integrantes do Rema na M a Temas na R exemplificando o Tema derivado (quando o Rema de uma sentença anterior fornece o Tema da sentença seguinte). Uma R alteradora pode provocar a elipse de constituintes, Marcuschi (1988 *apud* CASTILHO, 1998: 119) diz que a elisão de sintagmas repetidos ocorre freqüentemente "da esquerda para a direita", já a R alteradora por adição de constituintes opera da direita para a esquerda.

1.2.1.3.15 <u>A desativação</u>

A desativação diz respeito às rupturas nos espaços sentenciais. A sentença na língua falada tem duas estruturas, de acordo com o que propõe o grupo do Projeto do Português Falado (CASTILHO, 1998: 121): a estrutura de "fundo", dada pelo verbo e seus argumentos, e a estrutura de "figura", dada pelos argumentos discursivos que permeiam o fundo, descontinuando a sentença. Foi proposto o seguinte modelo de sentença para o estudo das descontinuações sentenciais, que são relativos à questão da adjacência dos constituintes:

S-> [...Tóp (...Suj...V+Flex...C0...C1...) Antitóp...]

S[entença], Tóp[ico], Suj[eito], V[erbo] + Flex[ão], CO [OB], C1 [outros complementos], Antitóp[iço]...[espaços de preenchimento].

Estudos desenvolvidos por Tarallo-Kato *et al.* (1989) demonstram ruptura no espaço entre o sujeito e o verbo e entre o verbo e o argumento interno; também entre o verbo e o complemento nulo, entre cópula e o predicativo; e nos espaços pré e pós-sentenciais. Num segundo estudo, Tarallo e Kato *et al.* (1990) procuram verificar que elementos preenchem os espaços interfuncionais. Foram esses os resultados: em 62.8% não há preenchimento na fronteira intersentencial por elementos lexicais de qualquer espécie; há mais preenchimentos antes do tópico e do sujeito do que após o verbo; os elementos discursivos e os advérbios são os principais preenchedores; as mulheres lexicalizam mais que os homens os espaços sentenciais. A conclusão apresentada por Castilho é que no Português Falado há uma correspondência entre desativar a propriedade de transitividade do verbo (produzindo elementos elípticos) e ativar a de construção do Adjunto e de elementos discursivos.

A desativação do argumento externo se refere às ocorrências de sujeito nulo, demonstrando as pesquisas que, no Português do Brasil atual, há uma tendência à retenção do sujeito (referência à pesquisa de DUARTE (1983)). Na desativação dos argumentos internos, o fenômeno mais freqüente é relativo ao objeto nulo, já tratado em parte deste texto. O que se verifica é que no uso da língua, nas diferentes situações, ou se faz opção pelo preenchimento, ou pelo não preenchimento das funções sentenciais. O não preenchimento é sempre compensado pela presença de Adjuntos ou de elementos discursivos.

1.2.1.3.16 O módulo semântico

O módulo semântico se define como os diferentes processos de criação dos sentidos lexicais. Dentre os diversos processos, serão enfocados aqui os relativos aos significados componenciais: a predicação, a referenciação, dêixis e foricidade. Muitos estudos funcionalistas têm dado contribuições sobre a composição dos sentidos na sentença e no texto.

1.2.1.3.17 A predicação

Uma das formas de se entender os estudos semânticos ao plano de estruturas de predicação, ou enunciados, é considerar que essas criam, descrevem, estruturam acontecimentos, num dado universo de referência, indicando o papel que desempenham determinados argumentos, como participantes ou circunstâncias, nessas estruturas de predicação. *Predicar* pode ser entendido como o ato de relacionar termos argumentais e atribuir-lhes determinadas propriedades. Os papéis semânticos exercidos pelos argumentos numa sentença diferem das funções sintáticas que lhe são atribuídas. Assim, numa sentença como *João tem um livro*, existem dois argumentos e um predicador: o primeiro argumento, *João*, tem um papel semântico de beneficiário/recipiente e o segundo, *um livro*, de objeto. A correlação sintática é *João*, sujeito, *tem*, predicado verbal, e *um livro*, objeto direto. Os papéis argumentais mantêm relações coerentes, do ponto de vista semântico, o que não acontece com as funções sintáticas. Os papéis semânticos se substituem a depender da supressão de argumentos: termos com função gramatical de sujeito podem ter papéis argumentais de agente, de instrumento, de objeto. Os componentes semânticos dos predicadores funcionam como restrições seletivas, isto é, como traços componenciais que selecionam os papéis argumentais compatíveis com as características combinatórias de uma predicação (DUARTE, 2001:

119-121). Duarte diz que os papéis argumentais têm sofrido variações de autor para autor em função das características componenciais relevantes por eles depreendidas para os predicadores. Cita Mira Matheus (1983) que apresenta um quadro relativo à tipologia dos predicadores para o português que se baseia nos componentes *+dinâmico/-dinâmico*, *+durativo/-durativo*, *+controlado/-controlado*.

Os estudos semânticos tendo em vista as estruturas de predicação têm sua origem na chamada "gramática de casos" de Fillmore (1977 *apud* DUARTE, 2001). Mas é o Funcionalismo que desenvolveu estudos da sentença no plano da predicação, sendo S. Dik o que, segundo Castilho (1997), *apresenta uma interessante contribuição à percepção funcionalista sobre a predicação*, a partir da concepção de um modelo para as predicações. Também pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado têm dado sua contribuição ao problema da predicação, fazendo investigações com respeito a esse tópico, com a análise, inicialmente, dos Advérbios, dos Adjetivos e depois dos Verbos. O enfoque no módulo gramatical acima apresenta a organização argumental da sentença, ponto de partida para a verificação das relações entre as classes de palavras e das funções que essas classes desempenham no enunciado, a partir da relação que o predicador, o verbo, tem com seus argumentos, uma perspectiva de análise tomada em Castilho (1998).

1.2.1.3.18 <u>A referenciação</u>

Parte-se aqui da visão defendida por Koch e Marcuschi (1998)[11] que concebem a referenciação como uma atividade discursiva e como tal pressupõe uma visão não-referencial de língua e de linguagem, implicando, nesse processo, a percepção e a cognição. Os significados dos itens lexicais não são literais no sentido de uma relação direta de representação dos objetos do mundo, mas são percebidos cognitivamente e sujeitos à situação discursiva. A referenciação como tratam Mondada e Dubois (1995, *apud* KOCH e MARCUSCHI, 1998) é um processo realizado negociadamente no

[11] Koch e Marcuschi (1998), Marcuschi (1998), Koch (2002) tratam da referenciação nessa ótica.

discurso e que resulta na construção de referentes, de modo que a expressão referência passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral.[12] Os referentes são considerados como objetos-de-discurso e não realidades independentes. Eles não pré-existem ao discurso como tal, mas são construídos no seu interior. São esses objetos que os itens lexicais vão designar e não propriamente algo que esteja fora da mente, isto é, algo mundano. Koch e Marcuschi (1998) partem da posição de Reichler-Béguelin/Apothéloz (1995) que rejeitam todas as concepções realistas de significação, evitando uma relação rígida (e ingênua) entre a linguagem e o mundo. Mais especificamente assumem a posição de Mondada e Dubois (1995), que postulam uma visão processual em relação à significação. É nesse sentido que o termo referência passa a ser substituído por referenciação.

Um texto constrói-se e progride com base em dois processos gerais: (1) progressão referencial e (2) progressão tópica. A progressão referencial diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às estratégias de designação de referentes e formando o que se pode denominar de cadeia referencial. A progressão tópica diz respeito ao(s) assunto(s) discursivo(s) tratado(s) ao longo do texto. Marcuschi (1998) esclarece que a continuidade de um tópico oferece tão somente as condições possibilitadoras e preservadoras da continuidade referencial, mas não a garante.

A progressão referencial não implica necessariamente a correferência, podendo ser gerada no interior do próprio texto sem a retomada de referentes. Há, portanto:

a) continuidade referencial sem explicitação de antecedentes referenciais

b) continuidade referencial sem correferencialidade

c) continuidade referencial sem co-significação.

Há, por exemplo, com referência a (a), o uso do pronome com função referencial, mas sem um antecedente explícito no contexto. Ele, nesse caso, é não

[12] Castilho (1993) vê como uma relação conflitante na utilização dos termos foricidade e referência, por uma questão terminológica, são termos de origem grega e traduzidos no latim: grego *anaphéro* "levar para trás, relacionar com"; latim *refero*, "levar para trás, conduzir algo ao seu ponto de partida", donde *referência*. Para o seu objeto de estudo, os mostrativos, dá preferência à foricidade.

correferencial e nem propriamente anafórico, mas opera num domínio cognitivo que recobra referentes, que são precisos, embora não sejam propriamente pontuais.

A progressão referencial é considerada como uma questão de relações anafóricas em sentido amplo, conforme apresenta Marcuschi (1998: 6):

a) nem toda anáfora é pronominal

b) nem toda anáfora (pronominal ou não) é correferencial

c) nem toda anáfora (pronominal ou não) é uma retomada

d) nem toda anáfora (pronominal ou não) tem um antecedente explícito no contexto

e) nem toda anáfora nominal correferencial é co-significativa.

Um sentido amplo de anáfora significa considerá-la como estratégia de referenciação que se dá numa relação entre fenômenos textuais (discursivos) com configurações dos mais diversos tipos, Marcuschi cita como exemplo: pronome-nome; pronome-oração; nome-nome; nome-oração ou relações em que o antecedente não é sequer especificado (caso da construção referencial)[12]. Ressalta que, em suma, não há necessidade de retomada e correferenciação para que se dê uma relação anafórica.

Marcuschi (1998: 6) distingue alguns termos que são comumente usados quando se trata de progressão referencial, e que assumem acepções de acordo com o que se postula sobre o processo de referenciação:

> *referir* é uma atividade de designação realizável com a língua sem implicar uma relação especular língua-mundo
>
> *remeter* é uma atividade de processamento indicial na co(n)textualidade

[12] Construção referencial= alusão referencial, a referenciação é construída no processamento de informações variadas, mas sem necessidade de identificação de elementos discretos especificáveis, nesse caso constroem-se conjuntos ou classes de fenômenos. In Marcuschi, 1998: 5-6.

retomar é a continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade ou não.

Sobre a retomada de referentes, Marcuschi e Koch (1998: 183) se referem aos estudos tradicionais que consideram a anáfora como uma operação de simples designação referencial em que se dá uma retomada. Na realidade, deve-se considerar que a operação de retomada é apenas um cálculo referencial (geralmente de natureza extensional) e não uma retomada do referente quanto a todas as suas propriedades. A retomada, às vezes, é apenas uma espécie de remissão que estabelece o contínuo tópico.

Para explicitar as relações anafóricas, esses Autores sugerem as seguintes distinções:

(a) *correferência* (remissão que retoma o referente como sendo o mesmo já introduzido (identidade de referentes): dá-se, em geral, com retomadas por repetição, sinônimos ou designações alternativas para o mesmo referente);

(b) *recategorização* (remissão a um aspecto co(n)textual antecedente que pode ser tanto um item lexical como uma idéia ou um contexto que opera como espaço informacional (mental) para a inferenciação. Essa remissão pode ou não se caracterizar como uma retomada (parcial, total ou similar), que se realiza por processos fundados numa relação em geral estereotípica. Uma característica de todas as remissões referenciais que envolvem recategorização é a não-cosignificatividade).

(c) *co-significação* (a relação de co-significatividade se dá como uma relação léxico semântica dos elementos lingüísticos que constituem as relações anafóricas).

1.2.1.3.19 Considerações sobre o léxico na progressão referencial

Marcuschi e Koch (1998), com base nos pressupostos assumidos, postulam que uma teoria adequada aos propósitos das investigações textuais deveria ocupar-se de dois aspectos: (i) desontologizar o léxico e (ii) desmundanizar o discurso. O ponto de vista que defendem vai de encontro às postulações mais tradicionais que tomam os sentidos de forma literal, ao que afirmam que o léxico não é um instrumento de *etiquetagem da realidade*, nem o discurso é um simples produto de relações linguagem-mundo. Fazem uma referência à visão de Apothéloz/Reichler-Béguelin (1995: 241) que consideram o léxico das línguas naturais *como um instrumento complexo, a uma só vez fundamentalmente polissêmico e voltado para os fenômenos da-parassinonímia.* Para Marcuschi e Koch, mais importante do que montar um sistema de correspondências lexicais adequadas é identificar o conjunto de estratégias que tornam a referenciação possível no discurso e através do discurso. No decorrer de um discurso, o indivíduo tem a seu dispor uma série de alternativas para designar referentes, inclusive os mesmos referentes. A seleção lexical pode ser vista como um mecanismo que no discurso cria e mantém seus objetos, sendo, portanto, difícil falar em *adequação referencial.* Citam Apothéloz & Béguelin (1995:241) que dizem que a adequação referencial sofre mais de restrições socioculturais do que ontológicas. As estratégias de designação de referentes podem atuar como uma atividade de categorização, e em muitos casos servem-se de recursos como figuras retóricas, como a analogia, a metalepse, a metonímia, a metáfora para realizar-se.

Koch (2002: 83) apresenta como operações básicas na construção de um modelo textual princípios de referenciação que se seguem:

1. *ativação* – pelo qual um referente textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nódulo ("endereço" cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão lingüística que o "representa" permanece em foco na memória de curto termo, de tal forma que o referente fica saliente no modelo;

2. *reativação* - um nódulo já introduzido é novamente ativado na memória de curto termo, por meio de uma forma referencial, de modo que o referente textual permanece saliente (o nódulo continua em foco);

3. de-ativação – ativação de um novo nódulo, deslocando-se a atenção para um outro referente textual e desativando-se, assim, o referente que estava em foco anteriormente. Embora fora de foco, porém, este continua a ter um endereço cognitivo (locação) no modelo textual, podendo a qualquer momento ser novamente ativado. Seu estatuto no modelo textual é de *inferível* (cf PRINCE, 1981).

Esses procedimentos vão constituindo o texto, que é continuadamente elaborado e modificado por meio de novas referenciações. Para o texto progredir, são usadas algumas estratégias que permitem a construção no texto de cadeias referenciais por meio das quais se procede à categorização ou recategorização discursiva dos referentes (KOCH, 2002: 85): a) uso de pronomes ou elipses (pronome nulo); b) uso de expressões nominais definidas; c) uso de expressões nominais indefinidas.

a) Uso de pronomes ou elipses (pronome nulo)

Existem formas nominais que exercem a "função pronome", são os pronomes propriamente ditos, numerais, advérbios pronominais (cf. Koch, 1988, 1989, 1997). É o que se denomina de *pronominalização* (anafórica ou catafórica) de elementos co-textuais. Na fala pode ocorrer sem um referente co-textual explícito. Por exemplo, *No Nordeste brasileiro, eles têm as mais belas praias.* (KOCH, 2002: 86). O *eles* remete a indivíduos não diretamente designados, mas inferíveis. As elipses (pronome nulo ou categoria vazia), podem ter também função referencial.

b) Uso de expressões nominais definidas

São consideradas *expressões ou formas nominais definidas* as formas lingüísticas constituídas, minimamente, de um determinante (definido ou demonstrativo), seguido de um nome. Destacam-se entre essas expressões, as *descrições definidas*, que se caracterizam pelo fato de o interlocutor operar uma seleção, dentre as propriedades atribuídas a um referente. O locutor procura destacar ou enfatizar traços característicos do referente. Koch apresenta as configurações que podem assumir as expressões definidas:

Det. + Nome

Det. + Modificador(es) + Nome + Modificador(es)

Det. {Artigo definido/ Demonstrativo}

Modificador {Adjetivo/ SP/Oração relativa}

Exemplo: O projeto sofreu severas críticas, *críticas (essas) que o fizeram desistir de levá-lo adiante* (KOCH, 2002: 88).

c) Uso de expressões nominais indefinidas

A referenciação pode dar-se com *expressões nominais indefinidas*, com função anfórica (e não, como é característico, de introdução de novos referentes textuais). Exemplo:

(13) (...) Se há fuga de divisas para o exterior e as ações despencam, os reflexos na sociedade são imediatos.

Um exemplo clássico foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova Yorque em 1929, quando todo o mercado internacional se ressentiu 9...) ("Crise na Bolsa não ensinou brasileiro", *A Tribuna de Campinas*, 17/5/98) (KOCH, 2002:89).

Marcuschi (1998), ao tratar da progressão referencial na fala, diz que se observa: (i) uma preferência por repetições lexicais para retomadas explícitas. Contudo, muitas repetições não são simples retomadas, mas reorientação referencial com construção de conjuntos diversos e novas referenciações; (ii) nem retomada, nem remissão a alguma entidade representada por algum item antecedente específico, mas simples indução referencial fundada em aspectos difusos da cotextualidade, ou em processos cognitivos supondo partilhamento entre os participantes. É uma característica da fala se ocupar mais com uma organização colaborativa, com envolvimento interpessoal relacionado ao contexto discursivo e à relação direta com a referenciação situada. A fala, em relação à escrita, investe muito mais em conhecimentos partilhados.

1.2.1.3.20 A foricidade e a dêixis

O estudo da coesão textual diz respeito à organização semântica no nível do texto. Para Halliday e Hasan (1976), a coesão é entendida como uma relação semântica que se refere à interpretação de um item em dependência de outro que integra o mesmo texto.

Os itens fóricos, como formas referenciais ou remissivas, são itens da língua que não podem ser interpretados por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessários à sua interpretação. Para Halliday e Hasan (1976) a referência pode ser situacional (*exofórica*) e textual (*endofórica*). A referência é *exofórica,* quando a remissão é feita a conteúdos não-verbalizados da situação comunicativa. É *endofórica*, quando o referente se acha expresso no próprio texto. Se o referente precede o item coesivo, tem-se a anáfora; se vier após ele, tem-se a catáfora. Um outro processo é a localização de entidades no eixo do espaço e do tempo, o que se distingue da retomada de conteúdos. Esse processo foi denominado *dêitico* pelos gregos (adj. *deiktikós* "apto a demonstrar", calcada no verbo *déiknymi* "mostrar, dar a conhecer"). Segundo Lyons (1977: 636 *apud* Castilho, 1993: 123) dêixis implica *correlacionar enunciados com as coordenadas espaço-temporais do ato de fala*. Em Lyons ([1978] 1980: 261), tem-se uma explicitação maior do que esse Autor entende por dêixis: a localização e a identificação de pessoas, objetos, processos, eventos e atividades de que se fala e aquelas a que se faz referência em relação ao contexto espaço-temporal criado e

mantido pelo ato da enunciação, e a participação, em geral, de um locutor único e de, pelo menos, um interlocutor. Muitas classes de palavras têm um papel dêitico, entre as quais, pronomes, advérbios, artigos.

Neves (1997, 2002) apresenta a foricidade, a predicação e a conjunção como processos básicos constitutivos do enunciado. No texto, os itens se arranjam em processos fóricos, compondo, assim, a teia do texto, base da coesão textual. Neves hipotetiza que a língua falada, pelas suas características, dá maior peso à dêixis[13] (ou *exófora*, nos termos de Halliday) e, dentro da *endoforicidade*, maior peso à catáfora. A linearidade no tempo determina a necessidade de apontamentos prévios, de indicações anunciadas, para sustentar o total aproveitamento da mensagem, para garantir que não se perca nada da informação. Apresenta exemplos com advérbios, que é uma classe favorecedora para se observar processos de remissão textual e dêixis. São dados exemplos de construções catafóricas, como:

(1) *Quer dizer não foi...uma escolha* ***assim****: sem base* (D2-SP-360:398);

Construções com dêiticos:

(15) *já que o assunto foi lembrado* ***aqui*** (D2-RJ-355:9)

Construções com dêiticos em reiterações:

(24) *então tira* ***aquilo ali****, limpa bem o camarão* (D2-re-05: 1237)

Permeação entre os processos de dêixis e de remissão textual catafórica:

(29) *ele faz a praça* ***lá de Caxias*** (DID-POA-045:92).

Como se pode observar, dêixis e remissão textual se implicam. Neves levanta algumas características da fala na situação de interação que favorecem a dêixis. Quanto

[13] O termo *dêixis*, provém da palavra grega "*deiktikos"* que significa "mostrar" ou "indicar". Por *dêixis* entende-se a localização e a identificação de pessoas, objetos, processos, eventos e atividades de que se fala e aqueles que se faz referência em relação ao contexto espaço-temporal criado e mantido pelo ato da enunciação e a participação em regra geral de um locutor único e ao menos um interlocutor. Lyons ([1978] 1980: 261)

à função: a fala se orienta para o ouvinte (envolvidos o falante e a situação de comunicação); quanto às condições de produção, a participação na produção oral, isto é, a presença do interlocutor favorece a dêixis, como a quase simultaneidade do planejamento reclama maior concretização da situação da fala; quanto às estratégias, a permeação de vozes da produção oral também exige retorno freqüente à situação e, de outro lado, desfavorece o recurso a passagens anteriormente anunciadas, ou seja, desfavorece a anáfora; quanto ao processo de produção, a característica da língua oral de dificultar o controle contínuo do falante (e o que ele espera que o ouvinte tenha) sobre os enunciados já produzidos. O uso da dêixis na língua falada desfavorece a anáfora, essa é mais freqüente nos textos escritos.

Koch (1998) apresenta a coesão distinguindo duas grandes modalidades: a remissão e a seqüenciação. A remissão desempenha quer a função de (re)ativação de referentes, quer a de sinalização. A reativação de referentes no texto é realizada através da referenciação anafórica e catafórica. Quanto à "sinalização textual", prefere falar em dêixis textual de acordo com Ehlich (1981). A dêixis textual é relativa às orientações ou indicações que constituem apoios para o interlocutor realizar o processamento textual. São indicações do tipo *abaixo, acima, a seguir* etc. O estudo da dêixis deve ser um estudo global, segundo Ehlich, e a dêixis relativa ao domínio da fala é apenas um caso específico do procedimento dêitico. Vista a dêixis nessa perspectiva, ela se contrapõe à noção de anáfora. Quanto à catáfora, ficaria a meio caminho entre os dois fenômenos, a remissão catafórica e a dêixis textual. Exemplo: (19) *Observem bem* ***isto****: não lhes parece um tanto estranho?* (KOCH, 1998: 40).

A proposta da teoria modular da língua, dentro da abordagem funcional e aqui sumariamente desenvolvida, é tomada como suporte para a organização das variáveis independentes, as quais serão explicitadas mais adiante, considerados os processos cognitivos "gerenciadores" desses módulos, senão em sua totalidade, mas no que for possível ser previsto a partir do uso do ONDE nos contextos em que ele se insere.

1.3 A LINGÜÍSTICA COGNITIVA

A Lingüística Cognitiva constitui uma revolução dentro da Lingüística nesses últimos vinte anos. Está integrada no domínio maior da Ciência Cognitiva, que abarca várias linhas de pensamento, preferindo-se, portanto, a referência a ciências cognitivas. Essas deixam de lado a descrição formal de um mundo estático para privilegiar a descrição funcional de um mundo em movimento, mais particularmente, o dinamismo mental na criação do pensamento. Concorreram para a fundação dessa Ciência, mais especificamente, a Matemática, a Computação, a Neurologia, a Cibernética, a Teoria da Informação, através de suas contribuições. As ciências cognitivas se desenvolveram fortemente na Rússia, na Inglaterra e nos Estados Unidos, particularmente em Universidades da Califórnia, a partir de 1980 (CASTILHO, 2001).

A Lingüística Cognitiva se situa na tradição funcionalista na Lingüística contemporânea e estuda a interação entre a língua e as estruturas cognitivas, buscando explicar as formas e os significados das palavras e das construções. Sua contribuição para as ciências cognitivas está em mostrar que os *dados lingüísticos quando adequadamente compreendidos podem servir para revelar aspectos da representação mental em seu nível mais alto* (SWEETSER e FAUCONNIER, eds. 1996:1, *apud* CASTILHO, 2001).

O termo cognição é um termo que, segundo Marcuschi (1999), diz respeito ao conhecimento, suas formas de produção e processamento. Reporta-se, dessa forma, à natureza e aos tipos de operações mentais que se realizam no ato de conhecer ou de dar a conhecer. Vendo pelo ângulo da linguagem, diz respeito aos meios de produção e transmissão do conhecimento lingüisticamente, o que faz supor que o conhecimento acha-se de algum modo elaborado no formato de representações aptas a adquirirem formas lingüísticas e que se acha guardado na memória organizada e accessível. O falante realiza processos complexos de passagem de representações mentais para expressões lingüísticas, mas não se tem clareza de como esse processo interno se dá, já que seu acesso é indireto. Mais do que reprodutora de representações da realidade, a linguagem seria uma forma de apropriação sócio-cognitiva da realidade.

Neves (1997: 99), ao tratar da relação entre gramática e cognição, começa dizendo que uma concepção cognitivista da Lingüística, em especial da Semântica, está em várias análises clássicas, como as de Fillmore e de Lakoff da década de 70 (FILLMORE, 1976, 1977; LAKOFF, 1977), e, mais recentemente, em Jackendoff (1992), Talmy (1986), Lakoff (1987), Fillmore (1985). Para essa Autora, num modelo cognitivista da gramática se supõe que a estruturação das categorias lingüísticas se faz dentro dos mesmos princípios que orientam a estruturação de todas as categorias humanas, por exemplo, as perceptuais. E que uma teoria gramatical deve ser capaz de dar conta das relações entre as categorias lingüísticas e as categorias cognitivas, considerando-se uma relação icônica entre os sistemas. Neves (1997) apresenta alguns estudos em que essas relações são vistas de forma mais limitada, como os que limitam a motivação cognitiva às representações conceptuais – especialmente ao domínio do léxico – e outros que a vêem de uma forma mais ampla, estendendo a motivação cognitiva a toda a gramática. Nesse caso, implica em considerar que entre a gramática e a base conceptual existe uma relação icônica. Para exemplificar esses últimos, toma Lakoff (1987) que considera a gramática como uma categoria radial de construções gramaticais, pela qual se estabelece uma relação de correspondência entre o modelo cognitivo (que caracteriza a significação) e os aspectos correspondentes da forma lingüística. Numa categoria radial existe um centro categorial, e membros não-centrais, que se explicam como extensão motivada daquele centro. Dá como exemplo o lexema *mãe*, cujas extensões (os diversos tipos de *mãe*), de um lado, têm correspondência com o lexema "central", e, de outro, têm correspondência com os diversos modelos cognitivos que podem estar ligados a esse centro, como o da gestação (*mãe natural*), o da criação (*mãe de criação*) etc. Ao lado dessa rede semântica, postula-se uma rede sintática, na qual determinados elementos (como *there* no estudo de LAKOFF) deslizam de um tipo de construção (dêitica, por exemplo) para outro tipo (existencial, por exemplo), que, por sua vez, se estende motivadamente para outras construções. Nas estruturas frasais as relações se dariam igualmente: as estruturas frasais não-centrais se relacionam com estruturas centrais, nas quais a relação entre forma e significado é regular e direta, e delas deriva a correspondência entre forma e significado que apresentam. Outros estudos têm sido desenvolvidos na perspectiva das relações entre cognição e gramática, que são citados por Neves (1997) a exemplo do que apresentam Beaugrande (1993) e Givón (1991). Na verdade, a Lingüística Cognitiva abarca muitos campos de investigação como apresenta Castilho (2001): Teoria dos protótipos, Teoria

da metáfora, Teoria dos espaços mentais, Teoria da gramaticalização, Gramática cognitiva, Semântica conceitualista, Gramática construcional. Para este trabalho, vai-se enfocar os aspectos considerados os mais pertinentes, para o objeto de análise escolhido, o ONDE na língua falada, da Teoria dos protótipos, da Teoria da metáfora e da Teoria da gramaticalização. Nessas teorias, a semântica tem um espaço privilegiado, porque trata das significações, e como essas são implicadas com as representações cognitivas e a realização gramatical.

1.3.1 **Teoria dos Protótipos**

Há duas formas de categorização lingüística que têm merecido enfoque por parte dos lingüistas cognitivistas, como Lakoff (1982, 1987) e Givón (1986): a categorização clássica e a categorização natural. Essa distinção tem sido alvo de discussão, porque é representativa de concepções diferentes de tratar de um mesmo problema, a categorização lingüística, evidenciando-se a partir do próprio entendimento da relação pensamento, língua e mundo.

1.3.1.1 A categorização clássica

Taylor (1989) apresenta a categorização clássica, segundo o ponto de vista da Lingüística Cognitiva em especial do que trata Lakoff (1987). O termo clássico, de acordo com Taylor (1989:22), é usado por ele em dois sentidos: a abordagem é clássica porque remonta a antiguidade grega, é também clássica porque dominou a Psicologia, a Filosofia e a Lingüística (especialmente a Lingüística autônoma, o Estruturalismo e o Gerativismo) por todo o século XX. Foi elaborada por Aristóteles e retomada pela semântica de Frege e pela Gramática Gerativa. As concepções básicas da abordagem clássica podem ser assim sintetizadas: (i) as categorias são definidas em termos de uma conjugação de traços necessários e suficientes. Ou uma coisa possui um traço ou não possui, deve pertencer a uma categoria ou não, conseqüentemente, (ii) os traços são binários. Um traço não pode estar presente e ausente, ele deve ter um único desses

valores ou [+] ou [-]; (iii) as categorias têm limites claros. Uma categoria, uma vez estabelecida, divide o universo em dois conjuntos de entidades – aqueles que são membros da categoria, e aqueles que não são. Não existem casos ambíguos; (iv) todos os membros da categoria têm *status* igual. Uma entidade que exibe todos os traços definidos de uma categoria é um membro completo dessa categoria, por outro lado, qualquer entidade que não apresente todos os traços definidos da categoria não é um membro (TAYLOR, 1989: 23-24). Segundo a teoria clássica, as categorias espelham a realidade física, e por isso as classes são discretas e dotadas de propriedades inerentes (CASTILHO, 2001: 21).

Como foi dito acima, seguem a abordagem clássica o Estruturalismo e o Gerativismo.Taylor (1989: 16) apresenta a visão dessas teorias sobre língua/linguagem que concorrem para a assumpção dessa abordagem das categorias. O Estruturalismo defende que o significado de uma forma lingüística é determinado pelo próprio sistema lingüístico. Não dizendo respeito a esse sistema, a forma como as pessoas consideram o mundo lá fora, como interagem com ele, como elas o percebem e o conceitualizam, nessa visão, esses são fatores extralingüísticos. Embora as pessoas usem a língua para tudo, como, por exemplo, para falar sobre algo, interpretar, manipular o mundo, a língua é vista como um sistema fechado em si mesmo, numa palavra, ela é autônoma. Com o advento do paradigma Gerativo-Transformacional de Chomsky, a autonomia da linguagem adquire um sentido diferente. A língua não é considerada como um sistema encerrado em si mesmo, independente de seus usuários, antes, o objeto de investigação é um "*sistema do conhecimento*"[14] (CHOMSKY, 1986: 24 *apud* TAYLOR, 1989: 16), residindo na mente do falante. Essa é uma concepção mentalista da linguagem. Para Chomsky (1980: 27 *apud* TAYLOR, 1989: 16) a mente é *"uma estrutura altamente diferenciada, com subsistemas bem distintos".*[15] Taylor (1989: 16) explica essa asserção de Chomsky, fazendo uma comparação com o corpo humano, com as partes que o compõem, assim como cada parte tem seu próprio funcionamento e história de desenvolvimento, a mente humana consiste de componentes, que, embora interagindo, se desenvolvem e operam independentemente. Um desses componentes é a faculdade da linguagem, que determina a competência do falante, isto é, a competência no sentido estrito. A autonomia da linguagem diz respeito ao fato de que a faculdade da linguagem é um componente autônomo da mente, em princípio independente de outras faculdades

[14] "system of knowledge"
[15] "the mind is a highly differentiated structure, with quite distinc subsystems"

mentais. O interesse dos lingüistas, nesse modelo chomskiano, é o estudo da competência gramatical, isto é, o conhecimento lingüístico estritamente, adquirido pelo falante em virtude das propriedades da faculdade da linguagem. A linguagem, como um sistema computacional para gerar sentenças, está isenta de considerar como uma pessoa conceitualiza seu mundo, como ela o percebe e como ela interage com ele. A posição assumida por Taylor (1989) e por outros lingüistas cognitivistas é que nenhuma distinção deve ser feita entre conhecimento lingüístico e não-lingüístico. A concepção de língua que se defende é de um sistema não autônomo, que hipotetiza uma relação íntima, dialética entre linguagem, de um lado, e faculdades cognitivas mais gerais, por outro lado, e que coloca a linguagem no contexto da interação humana com o seu ambiente e suas espécies. Taylor (1989: 18) chama atenção para o fato de que a crítica à hipótese da autonomia da linguagem não é nova, há mais de cinqüenta anos atrás Malinowski (1937) escreveu sobre isso. O mesmo ponto de vista foi defendido por Lakoff (1978: 274 *apud* TAYLOR, 1989: 19) para quem é irreal se falar de uma faculdade da linguagem independente do *"desenvolvimento sensório-motor e cognitivo, percepção, memória, atenção, interação social, personalidade e outros aspectos da experiência".*[16] Muitos lingüistas hoje, que assumem as concepções apresentadas por Lakoff (1989), de que aspectos da experiência e cognição estão decisivamente implicados na estrutura e funcionamento da linguagem, têm usado o termo "cognitivo" para suas abordagens. Taylor (1989) dá como mais antiga essa abordagem cognitivista. Estudiosos que se posicionavam fora da corrente principal da lingüística autônoma, ou estruturalista ou gerativista, levantaram hipóteses que hoje são defendidas por lingüistas cognitivos. Cita Geeraerts (1988 a) que dá uma grande contribuição, através da reavaliação do trabalho de grandes filologistas históricos europeus. Hoje, apesar de diferenças de pontos de vista, muitas contribuições têm sido dadas por lingüistas como Jackendoff (1983), Hudson (1984), Wierzbicka (1985) e Givón (1979), também por um número de pesquisas em aquisição da linguagem desenvolvidas, por exemplo, por Slobin, Schleesinger e outros, (*apud* TAYLOR, 1989).

[16] "sensory-motor and cognitive development, perception, memory, attention, social interaction, personality and other aspects of experience."

1.3.1.2 A categorização natural

Nos últimos anos, muito se debateu sobre a natureza e estrutura das categorias, especialmente na psicologia cognitiva. Essas discussões vieram pôr a claro a necessidade de uma teoria da categorização não-aristotélica, sendo muitas as evidências que demonstravam a inadequação dessa abordagem das categorias. Taylor (1989: 38) esclarece que muitas das inadequações da teoria clássica foram antecipadas por Ludwig Wittgenstein numa passagem altamente significativa do seu livro *Philosophical Investigations*[17], concluída por volta de 1945. Wittgenstein questionou como definir a palavra *jogo* (*game*), notou que os vários membros da categoria *jogo* não compartilham uma quantidade de propriedades comuns, em sua base, *jogos* podem ser claramente distinguidos de *não-jogos.* O limite da categoria é *fuzzy*, significando "impreciso", o que, entretanto, não interfere na utilidade comunicativa da categoria. Taylor (1989: 38-39) apresenta a proposta de Wittgenstein (1978) de descrição da estrutura de *jogo*, a partir da metáfora *semelhança de família*[18]. Esse autor diz que os vários usos do termo *jogo*, como jogos de mesa, jogos de carta, jogos de bola, Jogos Olímpicos etc. não apresentam nada em comum, apenas similaridades, relações, são como semelhanças de família. Sendo assim, a categoria *jogo* não pode ser descrita por uma conjugação de traços que distinga unicamente *jogos* de *não-jogos.* A categoria deve ser informada na base de exemplares. Taylor (1989: 38) acrescenta que contrariamente às expectativas da teoria clássica, a categoria não é estruturada em termos de traços claramente distintos, mas antes numa cadeia de cruzamento de similaridades. Há atributos tipicamente associados a uma categoria, daí que alguns membros dividem alguns desses atributos e alguns membros dividem outros. Logo, não há atributos comuns para todos os membros e para eles sozinhos. As hipóteses de Wittgenstein constituíram ponto de partida para estudos empíricos que vieram dar maiores detalhes sobre o membro central, prototípico de uma categoria. Taylor (1989) refere-se aos experimentos de Labov (1973), que apresentaram resultados importantes sobre os *atributos*, demonstrando as limitações da construção binária da abordagem clássica; também faz referência ao trabalho do antropólogo W. Kempton (1981) cujos experimentos apresentaram resultados semelhantes aos de Labov; da psicóloga Eleanor Rosch (1973, 1975) que desenvolveu

[17] *Investigações Filosóficas*
[18] *family resemblance*

um extenso trabalho empírico sobre protótipos; também ao trabalho de Geeraerts (1985).

Na categorização natural, segundo Castilho (2001: 21), as categorias são vistas como uma representação da realidade, não havendo limites claros entre as classes, estabelecendo-se entre elas um contínuo de limites imprecisos (*fuzzy edges*). Algumas entidades compartilham muitos traços (atributos) comuns, constituindo-se nos protótipos de sua categoria. Outras compartilham apenas alguns traços, integrando-se como elementos marginais na classe considerada. Nessa teoria, as entidades possuem diferentes graus de integração em sua categoria, o que permite que muitas relações possam ser reconhecidas entre os membros de categorias diferentes. Taylor (1989: 54) diz que a relação entre os membros de uma categoria é uma questão de gradação.

Castilho (2001: 21) refere-se a uma expressão usada por Givón (1984: 15), *continuum categorial*, e diz que esse é um procedimento analítico mais sensível às línguas naturais. Na postulação das classes, mais vale a similitude do que a identidade. Os traços definidores das classes não são estabelecidos a partir de suas propriedades necessárias e suficientes, ou a partir de seu valor de verdade, e sim a partir de certas semelhanças que os falantes percebem intuitivamente. Para categorizar os seres, as pessoas não levam em conta as propriedades "físicas", mas as propriedades que decorrem da imagem que elas têm deles. Lakoff (1982), citado por Castilho (2001), se refere às *propriedades interacionais*, tais como *as formas percebidas, as imagens, as intenções*. Quanto às propriedades interacionais, se supervalorizam umas em detrimento de outras.

Entre os recursos que a língua oferece ao falante para expressar graus de relação dos membros de uma categoria, há palavras e expressões que Lakoff (1972 *apud* TAYLOR, 1989) chamou de *hedges*. De um ponto de vista formal, *hedges* formam um grupo heterogêneo; semanticamente, *hedges* são expressões lingüísticas que os falantes têm a seu dispor para comentar sobre a linguagem que eles estão usando. Mais especificamente, Lakoff (1975: 234 *apud* CASTILHO 2001:22) designa *hedges* determinadas palavras e expressões *cuja atribuição é tornar as coisas com limites mais precisos ou menos precisos*[19]. São listados, entre outros, os seguintes termos do inglês:

[19] ...whose job is to make things fuzzier ou less fuzzy

kind of, *sort of, more or less, relatively*[20]. Em português, tem-se *tipo*, *mais ou menos*, *uma espécie de*, entre outros, expressando o mesmo fenômeno.

Givón (1986) propôs uma solução híbrida entre as duas teorias, a teoria clássica e a natural, confrontando o ponto de vista platônico com as observações de Wittgenstein, a que denominou Teoria dos Protótipos.

Castilho (2001) apresenta aplicações dessa teoria à língua portuguesa, por exemplo, no estudo dos advérbios, em que se identificaram advérbios "mais adverbiais", como os Predicativos, e advérbios "menos adverbiais", como os Não-Predicativos (ILARI et al., 1990), e outros; no estudo dos Pronomes, cita Lavandera (1984: 109), Castilho (1993), Neves (1993), Ilari, Franchi e Neves (1996).

A Teoria dos protótipos se insere na abordagem da Semântica Cognitiva, porque diz respeito à questão da categorização. A hipótese que se apresenta é que os conceitos se estruturam por protótipos. Quando classificamos, partimos de casos que são exemplares, que são mais reveladores da categoria. As categorias, por seu lado, se estruturam por meio de um caso mais prototípico que se relaciona via semelhança com os outros membros.

1.3.2 **Teoria da Metáfora**

A teoria da metáfora está igualmente inserida na abordagem da Semântica Cognitiva, que tem, segundo Oliveira (2001), como um de seus marcos inaugurais a publicação de *Metaphors we live by*[21], de George Lakoff e Mark Johnson (1980). Parte-se, nesse modelo, de que o significado é que é central na investigação sobre a linguagem. A forma deriva da significação, porque é a partir da construção de significados que aprendemos, inclusive, a lógica e a linguagem. Contrariamente do que defendem algumas abordagens formais, de que a linguagem está numa relação de correspondência direta com o mundo, na Semântica Cognitiva, o significado não tem nada a ver com a relação linguagem e mundo. O significado emerge de dentro para fora,

[20] espécie de, sorte de, mais ou menos, relativamente
[21] Conceitos (a partir dos quais) vivemos

e por isso ele é motivado. A significação lingüística emerge das significações corpóreas, do movimento dos corpos em interação com o meio em volta.

Para Lakoff e Johnson (1980: 3) a metáfora, como a maioria das pessoas a percebem, diz respeito apenas às palavras, é um assunto da imaginação poética, da linguagem extraordinária mais do que da linguagem comum. Enquanto para esses Autores, a metáfora é penetrante no dia-a-dia da vida, não apenas na linguagem, mas no pensamento e na ação. O sistema conceitual comum, nos termos em que se pensa e age, é fundamentalmente metafórico por natureza. Os conceitos estruturam o que se pensa, como as pessoas se colocam no mundo e como se relacionam com as outras pessoas. O sistema conceitual, assim, desempenha um papel central em definir as realidades diárias.Os *processos do pensamento* humano são amplamente metafóricos. Metáforas como expressões lingüísticas são possíveis porque existem metáforas no sistema conceitual das pessoas. Para exemplificar o que significa um conceito ser metafórico e a idéia de que ele estrutura as atividades do dia-a-dia, Lakoff e Johnson (1980: 4) apresentam o conceito ARGUMENTO e a metáfora conceitual ARGUMENTO É GUERRA. A partir daí, ilustram com uma série de expressões que evidenciam como a metáfora está refletida na linguagem diária como: *Ele **atacou cada ponto fraco** em meu argumento; Eu **destruí** seus argumentos.* Perdem-se ou ganham-se argumentos. É importante se notar que muitas das coisas que se usa na argumentação são estruturadas, parcialmente, pelo conceito de guerra que se tem. Esses Autores chamam atenção para o fato de que não existe nenhuma batalha física, mas verbal, a estrutura do argumento – ataque, defesa, contra-ataque etc. – reflete isso. *A essência da metáfora é entender e experimentar uma espécie de coisa em termos de outra* (LAKOFF e JOHNSON, 1980: 5)[22]. Eles concluem que o conceito é metaforicamente estruturado, a atividade é metaforicamente estruturada e, conseqüentemente, a linguagem é metaforicamente estruturada. Para exemplificarem como, através das expressões lingüísticas metafóricas, pode-se estudar a natureza dos conceitos metafóricos que estruturam nossas atividades diárias, Lakoff e Johnson (1980: 7-9) dão o *conceito metafórico* TEMPO É DINHEIRO[23], como esse é usado no inglês contemporâneo. Demonstram que esse conceito é cultural, surgiu nas sociedades industrializadas modernas e estrutura profundamente nossas atividades diárias. O tempo é entendido como algo que pode ser gasto, economizado, investido, desperdiçado etc. como nas expressões: *Como você*

[22] The essence of metaphor is understaning and experiencing one kind of thing in terms of another.
[23] TIME IS MONEY

gastou *seu tempo esses dias? Eu* ***perdi*** *muito tempo quando eu estive doente.* ***Obrigada pelo*** *seu tempo.*[24] O tempo é conceitualizado metaforicamente como valioso, como um recurso limitado. Essas exemplificações acima apresentadas pelos Autores dizem respeito às metáforas *conceituais.*

Lakoff e Johnson (1980:14) examinam casos de metáforas que organizam todo um sistema interno de conceitos em inter-relações. São as metáforas *orientacionais*. São assim denominadas, visto que muitas delas têm a ver com orientações espaciais. Tais orientações não são arbitrárias, elas têm uma base em nossa experiência física e cultural, são: *em cima - em baixo*; *dentro – fora*; *frente – atrás*; *profundo – superficial*; *central – periférico* etc. Como exemplo de funcionamento metafórico tem-se: *feliz é para cima (happy is up)*. O fato de *para cima (up)* ser algo positivo, pode-se dizer *estou me sentindo para cima hoje (I'm feeling up today)*, no sentido de estar bem. As oposições: *em cima – em baixo*; *frente – atrás* etc. são físicas por natureza. Admitindo-se que a maioria do sistema conceitual normal é estruturado metaforicamente, esses conceitos espaciais simples são os primeiros candidatos a serem entendidos diretamente, sem metáfora. Por exemplo, a orientação espacial *para cima* (*up*) e seu oposto *para baixo* (*down*) evidenciam os movimentos humanos nessas direções. A importância da verticalidade para o ser humano, de se manter ereto (*up*) demonstra um conceito espacial que se origina na experiência humana. As metáforas orientacionais, baseadas nesses conceitos espaciais, variam de cultura para cultura. Os Autores apresentam uma série de exemplos de correspondências dessas orientações espaciais a usos metafóricos, que têm a ver com estado de espírito, e com inter-relações. As metáforas espaciais são mapeadas com base em nossa experiência física e cultural.

Lakoff (1998: 90), referindo-se ao que considera *Realismo Personificado*[25] antes considerado por ele *Realismo Experiencial*[26]- uma visão não objetivista da mente e do conhecimento - diz que os conceitos básicos, como esses conceitos de relações espaciais, não estão fora no mundo, mas são impostos ao mundo como uma maneira que permite às pessoas funcionarem no mundo. Eles são, num sentido, interativos. Vieram à tona a partir de nossas interações corporais no mundo. Como as categorias não se encontram fora, no mundo, também as relações espaciais não estão fora, independentes das pessoas. Cita Regier (1996) que mostra que as relações espaciais dependem de

[24] *How do you spend your time these days? I lost a lot of time when I got sick. Thank you for your time.*
[25] *Embodied Realism*
[26] *Experiential Realism*

estruturas do cérebro. Existem esquemas topográficos no campo visual que permitem às pessoas terem conceitos topológicos espaciais como CAMINHOS e RECIPIENTES[27]. Existem outros esquemas que derivam das experiências corpóreas no mundo, como o esquema de BALANÇO, aprendido nos ensaios da criança para ficar em pé. Esses esquemas estruturam nossos conceitos que são mapeados em domínios mais abstratos, cuja experimentação é indireta. Tem-se aí a metáfora. Ao se tomar o esquema CAMINHO, verifica-se como alguns conceitos se estruturam metaforicamente a partir daí.

De acordo com a Semântica Cognitiva (OLIVEIRA, 2001), a origem do significado está nas primeiras inter-relações da criança com as pessoas que a circundam e com o meio em que vive. Inicialmente a criança aprende esquemas de nível básico, por exemplo, a criança se move várias vezes em direção a certos alvos. Desses movimentos emerge um esquema imagético, cinestésico (uma memória de movimento) em que há um ponto de partida, um percurso e um ponto de chegada. O significado, portanto, deriva de esquemas sensório-motores. São as ações no mundo que permitem que as pessoas aprendam diretamente esquemas imagéticos espaciais e são esses esquemas que dão significado às expressões lingüísticas. Os deslocamentos de um lugar para outro, quando a criança ainda não fala, estruturam um esquema imagético. Esse esquema imagético é denominado de CAMINHO que pode ser assim esquematizado:

A (fonte do movimento)_____B (alvo do movimento)

O conceito de tempo, por exemplo, se estrutura via o esquema espacial do CAMINHO. Exemplo: (33) *A conferência foi de segunda a sábado* (OLIVEIRA, 2001:36). Essa é uma estrutura metafórica, porque o tempo é conceituado a partir de correspondências com o esquema espacial. As metáforas de tempo são apresentadas por Lakoff (1998: 102): *tempo como um recurso; tempo como um objeto que se move; tempo como uma locação no espaço.* Lakoff (1998) esclarece que todas essas metáforas são projetadas a partir do entendimento que se tem de movimento, espaço e de recursos naquele domínio.

[27] PATHS and CONTAINERS

O esquema de estar dentro e fora de algum lugar, chamado RECIPIENTE estrutura metáforas de *recipientes*. Lakoff e Johnson (1980: 29) partem do princípio de que as pessoas se situam como um recipiente, separadas do resto do mundo pela pele, por isso as pessoas vêem outros objetos físicos como recipientes (*casa, salas, florestas etc*.). Eles dão o seguinte exemplo: deslocando-se de um quarto para outro, é deslocando-se de um recipiente para outro, isto é, deslocando-se para fora de um quarto (moving *out of* one room) e entrando em outro (and *into* another). Mesmo quando não existem limites físicos naturais se colocam limites – marcando um território, de forma que se passa a identificar uma parte interna e uma superfície marcada, caso de uma parede, uma fenda, ou uma linha abstrata, ou plano. A territorialidade, definida como a colocação de um limite, uma divisa em volta de algo é um instinto humano básico, existem poucos mais básicos do que a territorialidade. Essa atribuição implica em quantificação (tamanho) e substância. Eles dão o exemplo de *tub of water* ('banheira de água'), *tub* é um continente de objeto, e *water* é um continente de substância. Também o campo visual é conceitualizado como um continente e conceitualiza o que se vê que está dentro. Lakoff e Johnson (1980: 30) dão exemplos como: *Eu o* ***tenho em*** *vista*; *Eu não posso vê-lo – a árvore está* ***no*** *caminho*; *Não existe* ***nada em*** *vista*[28] etc.

As metáforas denominadas *ontológicas* são usadas para se compreender eventos, ações, atividades, emoções, idéias etc. Nossas experiências são entendidas como entidades ou substâncias, através das quais se pode fazer referências, categorizar, agrupar. Compreender a experiência em termos de objetos e substâncias permite se recortar pedaços da experiência e tratá-los como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme. Geralmente se atribui superfície com fronteiras. Experiências com objetos físicos (em especial nossos próprios corpos) provêm base para grande variedade de metáforas ontológicas. A personificação é compreendida como objetos vistos como pessoas. Lakoff e Johnson (1980) dão como exemplo a experiência de *aumento de preço*, que pode ser metaforicamente vista como uma entidade, pelo nome *inflação,* como em: *A inflação está abaixando nosso padrão de vida; Nós precisamos combater a inflação*[29] etc. A inflação é vista como uma entidade que pode ser quantificada, podem ser identificados aspectos particulares, pode ser vista como uma causa, pode-se agir em relação a ela, e mesmo acreditar que as pessoas a entendem. A personificação é uma categoria mais geral que cobre uma série de metáforas, cada uma

[28] I *have* him *in* sight; I can't see him – the tree is *in* the way; There's *nothing in* sight.
[29] Inflation is lowering our standard of living. We need to combat inflation.

selecionando aspectos diferentes de uma pessoa ou formas de ver de uma pessoa. Os Autores acrescentam que metáforas *ontológicas* como essa são necessárias mesmo como uma tentativa de lidar racionalmente com a experiência.

Lakoff e Johnson (1980:19) confessam o pouco entendimento que têm sobre a base experencial de metáforas. O certo é que nenhuma metáfora pode ser compreendida ou mesmo adequadamente representada independentemente de sua base experiencial. Exemplificam com *up* ('para cima'): *Feliz é para cima* e *Racional é para cima.*[30] Embora o conceito de *up* ('para cima') seja o mesmo em construções metafóricas como as dadas acima, as experiências nas quais esses *up* ('para cima') metafóricos estão baseadas são muito diferentes.

Lakoff e Johnson (1980: 52) tratam de outros tipos de metáforas, a que se referem como sendo uma estruturação parcial de conceitos. Essa estruturação é necessariamente parcial e está refletida no léxico da língua, incluindo o "léxico frasal" (*phrasal lexicon*) que contém expressões de formas-fixas como "*estar sem fundamento*".[31] Como os conceitos são metaforicamente estruturados de uma maneira sistemática, a exemplo de "*Teorias são edificações*",[32] é possível usarem-se expressões como "*construção*", "*fundação*" de um domínio "*edificações*" para falar sobre conceitos correspondentes num domínio metaforicamente definido "*Teorias*". Expressões como "*o tempo virá*", "*nós construímos uma teoria*", "*atacar uma idéia*" são metafóricas, cada uma é usada dentro de um sistema total de conceitos metafóricos, conceitos que se usam na vida diária e são expressões fixadas por convenção.

Além das lexias, Lakoff e Johnson (1980) se referem a outras expressões que são idiossincráticas. São instâncias isoladas de conceitos metafóricos. Exemplo: *o pé da montanha*, *a perna de uma mesa* etc. Há, nesses casos, apenas o uso de uma parte da metáfora. Retomando-se o primeiro exemplo, vê-se que a metáfora no seu todo é "*uma montanha é uma pessoa*". Expressões desse tipo são idiossincráticas, assistemáticas e isoladas. Elas não interagem com outras metáforas, nem desempenham um papel particular no sistema conceitual do ser humano, por essa razão "*não são metáforas através das quais nós vivemos"* [33], isto é, são metáforas "mortas". Ao passo que expressões como: *perdendo tempo*, *atacando posições* etc. são "vivas", no sentido mais

---

[30] *Happy is up, Racional is up*
[31] *to be without foundation*
[32] Theories are buildings
[33] *...are not metaphors that we live by*

fundamental: "*elas são metáforas através das quais nós vivemos*" [34] (LAKOFF e JOHNSON, 1980: 54-55).

A *causa* é vista como um conceito humano básico, dentre outros. Para Lakoff e Johnson (1980: 69), diferentemente do que tinha sido visto até então a respeito dos "blocos construtores", os exemplos apresentados apontavam para uma clara distinção entre conceitos absolutamente emergentes e conceitos absolutamente metafóricos Mas a *causa* não se apresenta apenas como conceito básico, emergente, é também metafórico; em outras palavras, aparece como tendo um núcleo absolutamente emergente que é elaborado metaforicamente. Lakoff e Johnson (1980: 69-70) preferem entendê-la como uma *gestalt* experiencial. Ela é vista como um agrupamento de outros componentes. Esse agrupamento forma a *gestalt*, um todo que os seres humanos acham mais básico do que as partes.

Lakoff e Johnson (1980) tratam da metonímia, num capítulo, estabelecendo uma comparação com a metáfora. A metonímia e a metáfora constituem diferentes processos. A metonímia ocorre quando se usa uma entidade para se referir a uma outra que é relacionada a essa. Exemplo (LAKOFF e JOHNSON, 1980: 35): *Ele gosta de ler o Marquês de Sade* (= os escritos do Marquês). A metáfora é principalmente uma maneira de se conceber uma coisa em termos de outra, e sua função primária é a compreensão. A metonímia, por outro lado, tem primariamente uma função referencial, isto é, permite se usar uma entidade para dar suporte a uma outra, também tem a função de produzir informação. Os Autores dão como exemplo a metonímia *a parte pelo todo*, nesse caso existem muitas partes que podem ser tomadas pelo todo. Cada parte que é tomada, determina que parte do todo está sendo focalizado. Como a metáfora, a metonímia não é um artifício poético ou retórico, é uma questão de linguagem, faz parte de nossos pensamentos e ações diárias, funcionando ativamente em nossa cultura. Observe-se um caso especial de metonímia *a parte pelo todo*, chamado *a face pela pessoa*. Ex: *Nós precisamos de alguns* ***rostos novos*** *por aqui*.[35] Os Autores chamam atenção para o fato de que em nossa cultura olha-se para o rosto de uma pessoa para ver como ela é, mais do que para sua postura ou movimentos. Como a metáfora, metonímias não são ocorrências do acaso, ou são arbitrárias para serem tratadas como instâncias isoladas. Os conceitos metonímicos são também sistemáticos, como os

[34] *they are metaphors we live by*
[35] We need some *new faces* around here.

exemplos representativos que são dados por Lakoff e Johnson (1980: 38-39): a parte pelo todo (*Tire **sua coronha** daqui*); o produtor pelo produto (*Ele comprou um **Ford)***; objeto usado pelo usuário (*O **sax** está com a flauta hoje*); o controlador pelo controlado (***Napoleão** perdeu em Waterloo*); a instituição pela pessoa responsável (*O **Senado** pensa que o aborto é imoral*); o lugar pela instituição (***Wall Street** está em pânico*); o lugar pelo evento (***Watergate** mudou nossa política*). Como a metáfora, os conceitos metonímicos estão ligados à nossa experiência, são mais óbvios do que os metafóricos, desde que geralmente envolvem associações diretas, físicas ou causais.

1.3.3 **Conceitos espaciais**

1.3.3.1 O localismo

Os estudos a respeito da origem espacial dos significados, numa abordagem cognitivista, têm ocupado um grande espaço na Lingüística contemporânea, em especial no ramo da Semântica Cognitiva. Muito antes das pesquisas na linha da Gramaticalização como hoje é concebida, uma quantidade de trabalhos a antecederam, sendo um dos mais conhecidos o Localismo. São proponentes dessa teoria: Hjelmslev (1935), Anderson (1971, 1973), Lyons (1967, 1975, 1977), Pottier (1974). De acordo com essa abordagem, expressões espaciais são lingüisticamente mais básicas. Segundo Lyons ([1978] 1980: 338), o termo localismo se refere à hipótese segundo a qual as expressões espaciais são mais fundamentais, gramaticalmente e lexicalmente que diversas espécies de expressões não espaciais, servindo de modelo estrutural a outras expressões. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 113), ao tratarem do Localismo, apresentam uma visão crítica dessa abordagem, exatamente no que diz respeito ao cerne da questão: a origem espacial das expressões lingüísticas, pois reconhecem categorias mais básicas do que lugar. Embora destaquem que muitas das pesquisas desenvolvidas pelos localistas produziram grandes achados nos estudos da Gramaticalização e revelaram alguns aspectos importantes do processo que leva à emergência das formas gramaticais. Também salientam que muitas noções usadas pelos localistas parecem com as empregadas por Lakoff e Johnson (1980), para formularem muitas de suas metáforas

conceituais. A esse respeito, Lyons ([1978] 1980: 340) se refere a certas preposições, verbos e advérbios que são usados para fornecer orientação espacial, localização ou deslocamento e que têm emprego em outras instâncias mais abstratas, como, por exemplo: *se se julga X melhor do que Y, se dirá que X está* ***acima*** *ou* ***antes*** *de Y ou que o precede* etc.[36] Assim é o conceito de *viagem*, usado por Lakoff e Johnson (1980), que figura como um veículo em um número de metáforas conceituais, como *O amor é uma viagem*[37], *Casamento é uma viagem*[38], *A vida é uma viagem*[39], ou *Um argumento é uma viagem*[40]. O mesmo conceito é usado pelos localistas para dar conta de algumas estruturas conceituais mais abstratas. Segundo Lyons ([1978] 1980: 340), se uma entidade viaja de uma fonte em direção a uma meta ela toma um caminho ao qual se pode fazer ou não referência (exemplo de expressões nas descrições de viagem: "*pela cozinha*", "*através do bosque*", "*ao longo do Sena*"[41]). As viagens começam logo que a entidade parte da fonte e termina quando ela atinge a meta. A saída e a chegada são dois "acabamentos" (no sentido de Vendler: 6.6, *apud* Lyons, [1978] 1980). O ponto de partida é a locomoção, o conceito mais concreto, para várias espécies de locomoção abstrata. Lyons ([1978] 1980: 340) diz que "*Uma grande parte do que se considera geralmente como metafórico na utilização da língua pode se explicar em termos localistas*." [42]

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) questionam o localismo dentro de uma discussão mais ampla da Teoria da Gramaticalização. Nessa perspectiva, apresentam uma tabela que está em Lyons (1977: 718 *apud* Heine, Claudi e Hünnemeyer, 1991), proposta pelos localistas, e que constituem achados localistas, como exemplos de gramaticalização.

---

[36] "si on juge X meilleur que Y , on dira que X est au-dessus au avant Y ou qu'il le précède"
[37] *Love is a journey*
[38] *Marriage is a journey*
[39] *Life is a journey*
[40] *An argument is a journey*
[41] "par la cuisine", "à travers le bois", "le long de la Seine", Bennet (1975: 18 *apud* Lyons 1978-1980: 340)
[42] Une grande partie de ce que l'on considère généralement comme métaphorique dans l'utilisation du langage peut s'expliquer en termes localistes.

Fonte	Estrutura derivada
Categorias locativas	Categorias temporais
Locação abstrata	Posse e existência
Expressões locativas e dêiticas	Distinção passado não-passado
Construção locativa	Noções aspectuais de progressividade e
Noções locativas	Cláusulas temporais, causais e condicionais

Tabela 01: Proposta localista que exemplifica percurso de Gramaticalização (LYONS, *apud* HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991)

Nessa Tabela, está evidente que tanto aspecto quanto tempo gramatical, quanto tempo, posse e existência, assim como cláusulas temporais dentre outras cláusulas subordinadas têm como fonte construções locativas. De acordo com Lyons ([1978] 1980: 338), pode-se distinguir versões fracas e fortes do localismo, segundo o leque de categorias e de construções gramaticais que se inclui no seu domínio. A hipótese localista, na sua versão mais fraca, se limita ao fato "indiscutível" de que as expressões temporais, num grande número de línguas sem ligação entre si, provêm de expressões locativas. Exemplifica, citando Traugott (1976), que se refere às preposições em inglês, "*quase todas as preposições ou partículas que são locativas em inglês são também temporais*";[43] *for* ("durante/depois"), *since* ("desde"), *till* ("até") são temporais e não espaciais no inglês moderno, e provêm historicamente de locativos; e há casos de preposições que têm um emprego tanto espacial quanto temporal e adquiriram o seu sentido temporal mais tarde, isso em todos os casos. Lyons ([1978] 1980: 338) acrescenta que o que é verdadeiro em relação às preposições e partículas é igualmente verdadeiro para um grande número de verbos, advérbios e conjunções em inglês e em outras línguas. O tempo gramatical é uma categoria dêitica e há um paralelismo evidente entre a dêixis espacial e temporal. Há uma correlação direta entre o afastamento temporal e o afastamento espacial a partir do ponto zero do aqui e agora. Acrescenta que não é de surpreender que os sistemas de tempo de diversas línguas tenham recorrido às formas ou expressões locativas, e mais precisamente dêiticas, para estabelecer distinções como passado *vs.* não-passado. As distinções aspectuais são ainda mais claramente espaciais, ou espacializáveis que as distinções de tempo gramatical Os

[43] "presque toutes les prépositions ou les particules qui sont locatives en anglais sont aussi temporelles" Traugott (1976 apud Lyons 1978-1980: 338)

localistas consideram, comumente, a localização temporal como menos concreta que a localização espacial e mais concreta que os diversos tipos de localização dita abstrata. Os dois tipos de estado, que são estudados mais freqüentemente a partir da noção de localização abstrata, são a posse e a existência.

A versão forte do localismo, segundo Lyons ([1978] 1980: 344) englobaria a expressão lingüística da verdade e da modalidade, sem falar da negação e da quantificação. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 115) se referem a essa forma mais "forte" de localismo, que está, por exemplo, ilustrado nos dizeres de Anderson (1973: 10): "*Funções gramaticais subjacentes são, em geral, organizadas basicamente em termos de oposição envolvendo locação e direção*."[44] De acordo com tal posição, mesmo expressões lingüísticas relacionadas à verdade, modalidade, negação ou quantificação foram trazidas de dentro do escopo do localismo. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) se contrapõem à visão localista e se referem às suas postulações que preconizam a existência de um número de domínios que servem como pólos para o desenvolvimento de conceitos gramaticais. Discutem esses domínios em termos de categorias como PESSOA, OBJETO, ATIVIDADE, ESPAÇO, TEMPO, QUALIDADE. Segundo esses Autores, as pessoas usam objetos, atividades ou localização para expressarem entidades mais abstratas ou para estruturarem textos. O espaço forma apenas um único pólo entre outros considerados mais básicos. Considerando-se o papel desempenhado pela categoria ESPAÇO como uma fonte de gramaticalização, apresentam as seguintes principais possibilidades:

a) ESPAÇO forma uma única fonte.

b) ESPAÇO forma uma das várias categorias disponíveis.

c) ESPAÇO não é requerido como uma fonte de gramaticalização.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 116) discutem essas alternativas, verificando que a assertiva pode ser aceita como válida, considerando-se a gramaticalização. Em relação à alternativa *a*, alguns adeptos do localismo acreditam que pode ser aplicado, por exemplo, a conceitos temporais. Contra-argumentam que a

[44] "Underlying grammatical functions are in general organized basically in terms of oppositions involving location and direction" Anderson (1973: 10)

categoria de tempo parece não ter o espaço como única fonte, por exemplo, noções de tempo dêitico podem ser derivadas de um número de fontes verbais, muitas das quais não envolvem espaço, como verbos modais, tais como, *querer*, *desejar*, *ter que*, os quais formam uma fonte comum para marcas de futuro. Uma vez que a possibilidade *a* não ocorre, a gramaticalização pode ser descrita em termos de *b* ou *c*.

Demonstram a alternativa *b* a partir de dois exemplos que foram tratados como casos paradigmáticos nos trabalhos localistas: posse e marcas de aspecto. Considerando-se a expressão do conceito de posse, ESPAÇO não forma uma única fonte, ATIVIDADE é uma outra fonte comum, em que ações e processos, codificados lingüisticamente como verbos, são empregados para conceitualizar noções de posse. Verbos como *pegar*, *segurar*, *tomar*, *adquirir*, *obter* etc. formam uma fonte que Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 116) chamam de "modelo de aquisição"[45], desde que o conceito dinâmico de aquisição serve como um veículo para expressar conceitos de posse, especialmente posse verbal, como: "*X adquire Y*" para "*X possui Y*"[46]. Existe uma outra fonte que pode ser chamada de "modelo de acompanhamento",[47] de acordo com esse modelo, uma proposição como "*X está com Y*" é reanalisada como "*X possui/ tem Y*"[48]. Esclarecem que esse modelo é muito usado, por exemplo, num número de línguas Bantu e da Nigéria-Congo. Sobre o outro paradigma, marca de aspecto, os Autores dizem que em muitas línguas construções locativas do tipo "*X está em Y*" têm sido gramaticalizadas no aspecto progressivo "*X está fazendo Y*"[49]. Ademais, a categoria ATIVIDADE pode ser empregada como uma alternativa para essas categorias de ESPAÇO. Em algumas línguas africanas a progressividade é conceitualizada em termos de processos.

Quanto à alternativa *c*, Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 116) dizem que existe um número de conceitos gramaticais para os quais essa alternativa se aplica. Conceitos que não podem ser derivados de conceitos locativos. A negação aparece como um deles. Marcas de negação podem ser derivadas de estruturas nominais, adverbiais ou verbais, mas se acredita que não de fonte espacial. Heine, Claudi, Hünnemeyer (1991: 118) apresentam um outro ponto que consideram mais sério para ser levantado contra as postulações localistas: conquanto o espaço seja um domínio

---

[45] "*acquisition model*"
[46] "X acquires Y" - "X owns/has Y"
[47] "*companion model*"
[48] "X is with Y" - "X owns/has Y"
[49] "X is at Y" - "X is doing Y"

fonte que de fato dá origem a uma grande quantidade de funções gramaticais, não parece que ele forme uma categoria de fonte "primária". Conceitos locativos são derivados de entidades referenciais mais "concretas", em particular, de conceitos que pertencem à categoria OBJETO. Tinham já proposto uma metáfora categorial OBJETO para ESPAÇO para esse processo. Também noções locativas originadas do físico descreveram entidades como partes do corpo e *landmarks* ambientais. Em algumas línguas termos de partes do corpo, como "costas" foram gramaticalizadas para advérbios locativos, ou aposições (*atrás*, etc.), marcas temporais "*depois*", marcas de caso, e eventualmente conjunções subordinativas.

A discussão desenvolvida por Heine, Claudi, Hünnemeyer (1991) é bastante profícua para a postulação da constituição das categorias gramaticais. O contínuo metafórico categorial proposto por esses Autores tem a vantagem de dar conta dos inúmeros casos de gramaticalização que provêm de domínios mais básicos do que ESPAÇO.

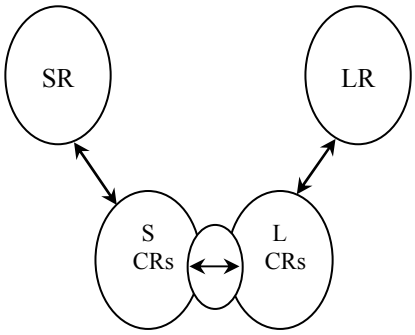
1.3.3.2 Cognição espacial e linguagem

O estudo sobre o espaço tem ocupado muitos lingüistas, principalmente aqueles que estão interessados na relação cognição espacial e a linguagem. A questão que se coloca diz respeito ao como a linguagem pode elucidar sobre a cognição espacial.O artigo de Bloom *et al.* (1996) apresenta considerações interessantes. Esses Autores fazem alguns questionamentos, cujo interesse recai em como as pessoas falam de espaço, e o que elas podem e devem escolher para falar a respeito disso. Também conscientes do papel do desenvolvimento e da cultura em moldar a interação linguagem-espaço, querem saber que aspectos fundamentais da cognição espacial são dados *a priori* e quais aspectos podem ser alterados pela experiência.

Eles partem dos estudos de Jackendoff (1983, 1987), que tomou a hipótese de Fodor (1975) sobre a "linguagem do pensamento" ("*language of though*"), como uma suposição inicial. Segundo Bloom *et al.* (1996), a "linguagem do pensamento", referida por Fodor, diz respeito a que ninguém pode aprender uma língua ao menos que já tenha uma língua original, primitiva, para estruturar o processo de aprendizagem. Ele se refere a essa língua primitiva como a "linguagem do pensamento", que inclui os blocos

construtores a partir dos quais os conceitos são construídos. Bloom *et al.* (1996) apresentam as idéias de Jackendoff (1983, 1987), também resultados de pesquisas de neurocientistas, tecem comentários e expõem o seu ponto de vista. Alguns dos pontos levantados por esses Autores serão aqui registrados dada a importância das discussões desenvolvidas.

Bloom *et al.* (1996: 554) apresentam o esquema cognitivo proposto por Jackendoff em que existem representações de linguagem (LRs)[50], representações espaciais (SRs)[51], e representações conceituais (CRs)[52]. As representações de linguagem (LRs) incluem todos os aspectos da estrutura da linguagem, envolvendo o léxico e a gramática; representações espaciais (SRs) incluem todos os aspectos da estrutura espacial como essa está representada no cérebro; representações conceituais (CRs) são primitivos que formam os componentes do significado, lingüístico (CRL)[53] e espacial (CRs)[54]. Discutem a interface (CRL) e (CRs). Como está apresentado no esquema proposto por Jackendoff (1983, 1987), apenas certos aspectos das representações lingüísticas (CRL) e das representações conceituais espaciais (CRs) podem participar dessa interface.



Quadro 01: Descrição esquemática da análise de Jackendoff (1983, 1987), da relação entre representações de linguagem (LR), representações espaciais (SR) e representações conceituais de linguagem e espaço (CRs). (*Apud* Bloom *et al.*, 1996: 554.)

A provável conclusão é que alguns aspectos do significado espacial não podem ser expressos lingüisticamente, exatamente como alguns aspectos da linguagem não correspondem a noções espaciais. Dessa forma, acreditam os Autores, a "linguagem do

[50] language representations (LRs)
[51] spacial representations (SRs)
[52] conceptual representations (CRs)
[53] conceptual language representations
[54] conceptual spatial representations

espaço", a partir desse ponto de vista, não pode inteiramente esclarecer a respeito da faculdade cognitiva espacial e, de alguns aspectos dessa faculdade, não se pode falar a respeito, porque não estão lingüisticamente representados. Uma forma de se ter acesso a pelo menos uma parte das representações conceituais espaciais (CRs) é analisando termos espaciais lingüísticos, essa é uma proposta de Jackendoff (1983, 1987) que é analisada por Bloom *et al.* (1996).

Antecede a apresentação dessa análise, a conceituação de espaço e como ele está representado na mente. O fato é que o espaço pode conter objetos e eventos, mas não necessariamente, tendo em vista existirem espaços vazios. O' Keefe e Nadel (1978, 1986), citados por Bloom *et al.* (1996: 555), dizem que as noções de lugar e espaço são primitivos lógicos e conceituais que não podem ser reduzidos a entidades, ou definidos em termos de outras entidades, como objetos, ou da relação entre objetos. Por outro lado, ambos, objetos e eventos ocupam locações espaciais e têm intrínsecas propriedades espaciais.

Pesquisas neurobiológicas têm demonstrado que há um número relativamente grande de representações distintas ou "mapas" do espaço e informação espacial, no cérebro. Por exemplo, há referências a mapas do espaço motor, do espaço auditivo, do espaço visual; mapas do espaço corporal, espaço próximo, espaço longe; mapas do espaço egocêntrico (relativo ao organismo ou parte dele) e espaço alocêntrico (relativo a espaço externo); e mapas do espaço categorial e espaço coordenado. Os neurocientistas ligaram uma variedade de estruturas cerebrais e sistemas a uma ou a outra das representações espaciais e identificaram algum grau de independência de muitas dessas formas de informação espacial. Existem vários mapas espaciais ego-centrados unimodais e multimodais, também há evidência de uma superordenada representação espacial alocêntrica amodal ou multimodal que, de alguma maneira, integra as representações espaciais (SRs) fornecidas por cada um dos vários mapas espaciais. Pesquisas também demonstram que o espaço externo é representado independente da posição momentânea do organismo em termos das relações entre objetos e os lugares em que eles ocupam. Bloom *et al.* (1996: 556-557) dizem que as células "lugar", identificadas primeiramente por O' Keefe e outros[55], são ativas quando um animal está num determinado lugar no espaço, e há relação entre essa locação no espaço e outros lugares no ambiente. As células responsáveis pela direção são ativas quando um animal

[55] O' Keefe e Dostrovsky, (1971), O" Keefe, (1976); O' Keffe e Nadel, (1978)

se volta para uma direção particular no ambiente, qualquer que seja sua locação específica[56]. Existem dados que mostram que as células "lugar" e células "principais de direção" ("*head direction*") são estritamente ligadas entre si.[57]

Há evidências de que os mapas espaciais presentes no cérebro representam o espaço, sem considerar a exata natureza dos objetos, ocupando qualquer parte do espaço representado. As propriedades espaciais (e outras) dos objetos são como capturadas em sistemas neurais separados. Pesquisas neurobiológicas sugerem a existência de duas correntes de processamento visual sobre objetos: uma ("*ventral pathway*") que é concernente ao *que* ("*what*") o objeto é, a outra ("*dorsal pathway*") diz respeito ao *onde* ("*where*") o objeto está locado em relação ao organismo.[58]

Do que foi considerado até então, Bloom *et al.* (1996: 558) apresentam as conclusões a seguir: (1) existe uma variedade de mapas espaciais no cérebro o que torna improvável que exista apenas uma representação espacial amodal que dá conta do conjunto de primitivos espaciais; (2) de qualquer forma, algumas representações neurais do espaço não incluem representações detalhadas de objetos, refletindo a distinção lógica entre o espaço ambiental e os aspectos espaciais dos objetos; (3) existe alguma, porém não total separação nos sistemas representando objetos, entre aqueles representando o *que* um objeto é, e aqueles representando *onde* um objeto está locado.

Bloom *et al.* (1996: 558-561) apresentam alguns estudos desenvolvidos sobre a percepção e concluem que existe uma variedade de módulos independentes para a representação espacial, algumas representações lidam com objetos, algumas com espaço e algumas com a interação entre eles.

Quanto à correlação entre a linguagem e cada um desses módulos, Bloom *et al.* (1996: 562) fazem as seguintes perguntas:

> A linguagem expressa a informação disponível em todos, ou em alguns desses módulos espaciais? São partes particulares da linguagem usadas para expressar formas específicas da informação espacial?[59]

---

[56] Taube (1992); Taube, Muller e Ranck, (1990 a, b), citados por Bloom *et al.* (1996)
[57] Knierim *et al.* (1993), citados por Bloom *et al.* (1996: 557)
[58] Ugerleider e Mishkin, (1982) citados por Bloom *et al.* (1996: 557)
[59] Does language express the information available in all, or only some, of these spacial modules? And are particular parts of language used to express specific forms of spacial information?

Esses Autores tomam Landau e Jackendoff (1993) que enfatizam as diferenças na maneira pela qual as línguas codificam relações espaciais e objetos. Por exemplo: no inglês, objetos são descritos por nomes, que é uma classe aberta de elementos lingüísticos, enquanto as relações espaciais são descritas por preposições, que é uma classe fechada de elementos lingüísticos. Segundo Bloom *et al.* (1996: 562), Landau e Jackendoff (1993) utilizam essas diferenças entre preposições e nomes como evidência para o fato de que preposições e nomes mapeiam em direção a diferentes espécies de representações espaciais. Em particular, a proposta desses Autores sugere que a classe fechada de termos lingüísticos espaciais deve mapear um subconjunto de representações conceituais (CRs) que são sobre as relações espaciais entre objetos, ou entre um observador e objetos (isto é, relações que representam locações de objetos sem atentar para as propriedades específicas dos objetos ocupando aquelas locações); e nomes devem desfrutar de um mapeamento privilegiado num subconjunto de representações conceituais (CRs) que são especializados para representação de objeto. Landau e Jackendoff (1993 *apud* BLOOM *et al.* 1996: 562) assinalam que as distinções lingüísticas nos significados de nomes e preposições estão de acordo com a evidência neurobiológica e computacional indicando que o "que" ("*what*") e "onde" ("*where*") são representados independentemente. Bloom *et al.* (1996: 562) esclarecem que a abordagem de Landau e Jackendoff (1993) é baseada no *insight* de Jackendoff (1983) de que se pode aprender sobre representações conceituais espaciais estudando como se fala de espaço.

A posição que Bloom *et al.* (1996: 563) assumem é que os programas de pesquisa que tentam, simplesmente, identificar subdivisões da linguagem com sistemas neurais espaciais não estarão aptas a elucidar completamente a natureza das representações conceituais espaciais[60]. A razão repousa no fato de que existem nomes que expressam noções conceituais abstratas e que não são apreendidas através de representações nem sensoriais, nem perceptuais, nem neurais. Esses Autores desenvolvem uma discussão, demonstrando que não há equivalência entre nomes e nomes de objetos, e entre objetos e entidades. Por exemplo, para os adultos apenas uma minoria de nomes se refere a objetos materiais, também as crianças usam nomes que não se referem a objetos. Mesmo crianças parecem possuir representações conceituais

[60] Remetem também a Bierwisch, cap. 2 deste vol.

(CRs) que não correspondem a objetos. Existem muitas palavras e categorias semânticas para as quais não há uma correlação com forma, como exemplo, citam: *brincadeiras* e *dias*. Essas considerações mostram que embora exista uma relação entre a categoria de nomes e a noção de forma de objeto, ela não é direta, ela é mediada por um sistema conceitual mais abstrato (Bloom *et al.* 1996: 564).

Quanto aos termos espaciais, esses Autores tomam como exemplo a preposição *in* ("em"), usada em frases com respeito a desenhos ilustrativos,[61] e demonstram que também está claro com o uso da preposição, que termos espaciais não podem ser derivados de uma interface entre linguagem e um conjunto de mapas sensório-perceptuais, como foi demonstrado, igualmente, com relação aos nomes. Existe um número de exemplos, como foi ilustrado com a preposição *in*, que fatores não espaciais controlam o uso de termos espaciais em inglês. As preposições *frente* e *trás* ("*front*" e "*back*"), por exemplo, possuem uma variabilidade de aplicações, muita dessas estão implicados fatores funcionais. Assim, a semântica não-espacial de um objeto pode governar o uso de preposições. Outros fatores semânticos não-espaciais, tais como saliência, são relevantes quando se sabe se alguma coisa está "*perto*" ou "*longe*"; esses fatores semânticos são evidentes em algumas memórias espaciais. Uma outra referência é feita aos termos lingüísticos direcionais. Existe, pois, muita evidência que o conhecimento egocêntrico sobre locação espacial precede conhecimento alocêntrico.

Bloom et al. (1996: 567) focalizam, também, a atenção num aspecto do espaço que é *lugar*. Indagam como a língua trata lugar. Em contraste com relações espaciais de distância e direção, lugares são descritos por elementos de classe aberta mais do que por elementos de classe fechada, nomes comuns, próprios. Nomes são usados em caso de entidades (sendo elas lugares, objetos, ou outras entidades); e preposições são usadas em caso de relações (sendo elas sobre espaço, objetos ou outras entidades). Nessa visão, as preposições não estão limitadas a descrever relações espaciais entre objetos. Os Autores acreditam que não existem conexões diretas entre tipos específicos de elementos de linguagem e mapas específicos espaciais. Propõem que "deturpando" ("*distorting*") os *inputs* sensoriais, esses mapas espaciais podem impor uma ordem e uma estrutura que nossas representações conceituais espaciais requerem. A investigação, através de estudos da linguagem e outros comportamentos espaciais, pode

[61] a) The butterfly is *in* the jar. b) (The butterfly is *in* the tabletop). c) The butterfly is *in* the canyon. Apenas os usos de *in* nas frases a) e c) estão adequados, em conformidade com a figura 15.3. Bloom et al., 1996: 565.

revelar muito a respeito desses fatores organizacionais e isso pode levar a algum entendimento sobre as próprias representações conceituais (CRs). Não rejeitam a idéia de que pesquisas neurobiológicas e cognitivo-perceptuais possam lançar luzes sobre a natureza das representações conceituais espaciais, muito pelo contrário.

Verificam, igualmente, se os mapeamentos entre linguagem, comportamento e espaço variam através da cultura. Fica claro que diferentes línguas e/ou culturas podem utilizar diferentes habilidades cognitivas em diferentes graus (BLOOM et al., 1996: 571). Evidências têm demonstrado que os mapeamentos entre representações conceituais espaciais (CRs) e representações conceituais lingüísticas (CRL) são plásticas, maleáveis, e que podem variar em línguas diferentes. A conclusão a que se chega é que tanto as culturas podem influenciar na escolha de elementos para se fazer referência a atributos espaciais, como podem influenciar na escolha dos próprios atributos espaciais que se usam para fazer referências. Mas não há evidências de que as línguas alterem, fundamentalmente, o entendimento espacial do mundo. Partindo-se da hipótese de que a experiência não fundamentalmente altere processos perceptuais e cognitivos, o estudo de fatores intrínsecos organizacionais deve oferecer uma "brecha" nas representações conceituais subjacentes.

Bloom *et al.* (1996: 572) concluem, sintetizando a discussão, a partir dos questionamentos feitos:

> (1) Que aspectos do espaço podemos falar a respeito? (2) Que aspectos da linguagem refletem atributos espaciais particulares? (3) As representações conceituais espaciais (CRs) são mudadas pela experiência? (4) Que luz o estudo da linguagem e do espaço pode lançar sobre a natureza das representações conceituais?[62]

Seguem as respostas que são dadas e que esclarecem sobre o ponto de vista que os Autores assumem.

[62] (1) Which aspects of space can we talk about? (2) Which aspects of language reflect particular spacial attributes? (3) Are spacial CRs changed by experience? (4) What light can the study of space and language shed on the nature of conceptual representations?

Existem aspectos do conhecimento espacial sobre os quais não se pode naturalmente falar (por exemplo, a distância absoluta entre dois objetos, ou entre um observador e um objeto); por outro lado, existem aspectos do conhecimento espacial sobre os quais se pode falar a respeito (por exemplo, relações espaciais), mas os Autores acreditam que não se pode, no presente, fazer uma distinção que seja satisfatória entre duas classes de conhecimento espacial.

A sugestão de Landau e Jackendoff (1993) de que nomes descrevem objetos e preposições descrevem relações espaciais, Bloom *et al.* (1996: 572) consideram como um começo importante para o projeto do entendimento de como a linguagem mapeia o espaço, mas vêem que é mais plausível se admitir uma visão mais abrangente em que nomes descrevem entidades (incluindo, mas não limitado a, lugares e objetos) e em que preposições descrevem relações.

Quanto à suposição de que representações conceituais espaciais podem ser mudadas pela experiência, dizem que há evidência de que diferentes culturas referem-se a espaço de diferentes maneiras, mas não há razão para se supor que isso envolve uma mudança nas representações conceituais subjacentes.

Para um maior desvelamento das representações conceituais (CRs), Bloom *et al.* (1996: 572) acreditam ser importante uma análise cuidadosa dos "fatores organizacionais" intrínsecos que interagem com a informação ambiental para estruturar nosso conhecimento do mundo espacial. Esses fatores organizacionais agem como uma espécie de "sintaxe" de acordo com os *inputs*, através dos quais os sistemas espaciais estão ordenados, e assim fazendo eles contribuem com significado para as representações espaciais. Acreditam que um estudo cuidadoso da maneira pela qual a língua reflete essas organizações ou "distorções" pode ajudar a iluminar as representações conceituais (CRs).

Fica evidente com as discussões propostas por Bloom *et alii* (1996) que há ainda o que se pesquisar para se esclarecer sobre a natureza das representações conceituais espaciais, ficando também claro que pesquisas com a linguagem, numa perspectiva em que se considere a experiência e a inter-relação com o meio e a cultura possam dizer muito sobre essas representações.

1.3.3.3 Linguagem e relações espaciais

Neste item vai-se enfocar a perspectiva em que Svorou (1993) trata a relação língua e espaço. Na obra em foco, a Autora apresenta os conceitos que servem de base às análises que são desenvolvidas num estudo interlínguas (são vinte e seis línguas), sendo um estudo fundamentalmente de base semântica, em que ela busca identificar universais da linguagem. Serão levantados alguns aspectos relativos aos conceitos apresentados, vistos como os mais pertinentes para os estudos em questão.

Um ponto de partida é considerar que a composição biológica do ser humano determina a forma como ele experimenta o mundo. Tem sido um consenso, na atualidade, por parte de lingüistas, psicólogos, cientistas cognitivistas de que há um nível intermediário entre a linguagem e o mundo físico e objetivo, que é a cognição. A cognição contém representações, embora exista muita discussão sobre a natureza de tais representações. Há teorias que propõem uma distinção entre "semântica" e "representações cognitivas", numa tentativa de separar propriedades da linguagem de propriedades do pensamento humano em geral. Tais teorias, consideradas como formais, assumem uma visão de que a linguagem é uma faculdade separada da mente humana. Teorias recentes da linguagem e significação (como já foi visto em parte deste trabalho) refutam as visões objetivistas das teorias semânticas que ignoram os fatores humanos. Svorou (1993: 3) cita Lakoff (1987) e Johnson (1987), que apresentam uma alternativa para as teorias semânticas formais, ao conceberem a linguagem como encaixada na cognição humana. O significado lingüístico está personificado nas formas da linguagem, a partir da experiência que se tem em contato com o mundo, o que determina o entendimento das formas lingüísticas. A Autora adota esse último ponto de vista, e concebe a cognição - nível intermediário entre a linguagem e o mundo físico - como a única forma de se falar da "fascinante" habilidade humana de receber sensações via canais do aparato perceptual e manipulá-las ou combiná-las a fim de que outras sensações sejam criadas, ou mesmo fazer com que se responda a essas fisicamente. Considera como mais fascinante ainda a habilidade do ser humano de lembrar desses eventos de percepção, manipulação e resposta. As memórias estocadas são ativadas em situações semelhantes o que faz com que façam parte do inventário e mesmo do sistema de crenças do ser humano. Assim, a memória contém conhecimento dos efeitos do mundo físico sobre o ser humano e vice-versa; conhecimento do sistema de valores

proporcionado pela cultura e conhecimento das interações sociais entre membros da mesma cultura, naturalmente, conhecimento da língua.

A língua que se usa na interação nem sempre se apresenta com formas completas, no sentido das sentenças completas e perfeitas da "competência" de Chomsky. A natureza da memória permite que, numa interação, se entenda e responda ao que aparentemente parece incompleto. Ademais, outros fatores são pertinentes à interação: a gesticulação, expressão facial, ambiente físico e social, sendo, de fato, o contexto lingüístico e pragmático fundamental no entendimento da língua. Donde se conclui que a língua não é um sistema auto-suficiente de comunicação, mas antes requer referência a outras faculdades da cognição humana e do comportamento. Essa dependência do usuário ao contexto para a interpretação da língua é denominada por alguns estudiosos (Bühler, 1934; Rommetveit, 1968; Fillmore, 1975 *apud* Svorou, 1993: 4) de *ancoragem dêitica* do evento lingüístico. Os eventos lingüísticos são ancorados com respeito a três dimensões, representando o *Quem* (Who), *Onde* (Where) e *Quando* (When) do evento. A intersecção dessas dimensões tem sido chamado de *centro dêitico* (Fillmore, 1975 *apud* Svorou, 1993). Svorou (1993: 4) considera que numa interpretação mais ampla da noção de *ancoragem dêitica*, não apenas o *Quem*, o *Onde* e o *Quando*, mas também as condições sociais e psicológicas pertencentes ao momento da interação são cruciais para o entendimento do evento lingüístico. A aparente incompletude que se observa em usos lingüísticos como uma peça do discurso é o efeito da *ancoragem dêitica*. A informação contextual não precisa ser especificada no discurso, mas assumida. Na verdade, a *ancoragem dêitica* é a típica (prototípica) instância da língua como um sistema de comunicação, a fonte da ontogênese da língua, a base para todos os outros desenvolvimentos em contextos não-dêiticos. Essa visão da língua significa entendê-la estudando mais do que estruturas lingüísticas. A ancoragem espaço-temporal da língua não é apenas a base do entendimento das mensagens lingüísticas, mas também a base de antecipação de certas espécies de mensagens lingüísticas. O material lingüístico é estocado na memória conjuntamente com o seu recorrente contexto dêitico. Quanto mais familiar é a situação, menos se precisa de elaboração lingüística. A situação que se considera mais familiar é o "*Aqui e Agora*" ("Here and Now"), em que os componentes do centro dêitico são rapidamente avaliados.

As pesquisas sobre a língua ganham uma nova dimensão quando se assume a sua base experimental e sua direta conexão com a cognição humana. Svorou (1993) considera que o objetivo final da explanação da estrutura lingüística e, conseqüentemente, poder prever os padrões de ocorrência, é o estudo da língua em seus múltiplos aspectos. Não só descrever as estruturas sincrônicas, mas também descrever como foram criadas; não só entender como os adultos falam, mas como os padrões lingüísticos foram adquiridos na infância. A língua deve ser estudada em vários aspectos, tanto no nível sincrônico como diacrônico.

No que diz respeito à língua e às relações espaciais, Svorou (1993) vai tratar de como a língua expressa as relações espaciais. Nas interações diárias, fala-se sobre situações localizando-as. Pode-se usar "aqui", "lá", "atrás", "em frente à televisão", "para a esquerda como se você fosse para o centro da cidade", "atrás da porta" etc. Cada uma dessas expressões carrega um *grau de explicitação* ("degree of explicitness") na codificação de referentes no mundo. Explicitação incorpora a relevância de peso de vários elementos da situação, concebidos com respeito ao intento comunicativo do falante. Por exemplo, "aqui" possui o mais baixo grau de explicitação – precisa de pouca elaboração lingüística - porque o falante considera o conhecimento da posição dele/dela como informação adequada para o ouvinte locar a entidade sob questão. Também "aqui" indica que a localização do objeto ou da situação está na vizinhança física ou psicológica do falante sem fazer referência a nenhum outro traço característico da situação. Neste sentido, diz-se que "aqui" tem baixo *grau de especificidade* ("degree of specificity"). *Grau de especificidade* se refere à quantidade de detalhes através dos quais as relações espaciais são descritas. Assim, "na porta" tem um baixo grau de especificidade comparando-se com "no topo do canto esquerdo da porta": as partes da porta são fracionadas em regiões menores, apenas uma é usada para locar o objeto, especificando, dessa forma, a localização com grande apuro. Os graus de explicitação dependem das intenções do falante, do endereçamento, e do contexto comunicativo em que se está. Expressões com baixo grau de explicitação como "aqui", "lá" "além de" são usados sempre quando se divide o aspecto temporal do contexto, mas não o aspecto espacial. Também vai depender da espécie de interação lingüística que se tem.

Locam-se entidades e situações no espaço quando se descrevem cenas, narra-se uma seqüência de eventos, dão-se instruções, responde-se a perguntas (ex: "Onde está minha bolsa?"), ou quando se quer se referir a um objeto contrastivamente (ex: "o

homem atrás da casa", oposto ao homem em qualquer lugar). Tais interações são chamadas de "*frames lingüísticos*" ("linguistic frames"). Assim, descrições com baixa especificidade tende a ter também baixa explicitação. Pode-se mentalizar partes de uma cena espacial em regiões de acordo com o intento comunicativo.

Todo objeto neste mundo está contido em alguma coisa. Mas a língua, para descrever um objeto, não utiliza todos os elementos da localização. Há um nível de codificação lingüística de relações espaciais que é considerado adequado, significando que nem sempre é necessário se dar muitos detalhes, para não se tornar redundante ou tedioso, também não dar pouca informação, para não ser específico demais (GRICE, 1974, *apud* SVOROU, 1993: 7). Esse nível é chamado de *nível básico* - com referência ao contexto, diz respeito à quantidade de informação suficiente especificada nas interações lingüísticas.

No ato conceitual de locar um objeto para um certo propósito comunicativo existem alguns elementos que desempenham um papel fundamental. É da natureza do ser humano locar objetos com respeito a outros objetos de uma forma relativística. A locação de objetos físicos é detectável num nível físico-fisiológico, e descrito num nível lingüístico com referência a outros objetos que estão nas proximidades do primeiro. As conseqüências dessa habilidade humana básica são fundamentais para uma teoria das relações espaciais.

Svorou (1993) se refere a Talmy (1983) e Langacker (1986, 1978), dentre outros, que observaram que a maneira como se loca objetos em relação a outros envolve o conhecimento de alguma espécie de relação assimétrica, entre o objeto que se quer locar e o objeto com respeito ao qual se quer localizar. As relações assimétricas dizem respeito a tamanho, continência, suporte, orientação, ordem, direção, distância, movimento, ou a combinação desses. Se não há assimetria entre a entidade que se quer locar e a entidade de referência, impõe-se algum tipo de assimetria. De uma forma mais típica leva-se em consideração a localização de um observador. Como exemplo tem-se: *O prédio está do lado esquerdo, se você vai para cima*, ou seja, informa-se a assimetria direita – esquerda do transeunte. Descrevendo a relação assimétrica entre entidades numa situação espacial, Talmy (1983 *apud* SVOROU, 1993: 9) se vale dos termos *figura* ("figure") e *fundo* ("ground") da Psicologia Gestalt (KÖHLER, 1929; KOFKA, 1935) para rotular o objeto a ser locado (*figura*) e o objeto de referência (*fundo*). Diversos outros termos têm sido usados: *locans* e *locatum*; *trajector* e *landmark*

(Langacker, 1986), "*relans* e *relatum*". Svorou (1993: 9) adotou o rótulo sugerido por Langacker, dividindo a conceitualização do evento de localização como uma metáfora de estratégia perceptual de *fundo* ("backgrounding") com a finalidade de perceber objetos de *frente* ("foreground"), isto é, a *figura* ("figure") – *fundo* ("ground") da organização do evento de localização. O *Trajector* (TR) é a entidade a ser locada; o *Landmark* (LM) é a entidade com respeito ao qual o *Trajector* é locado. Esses termos são usados para se falar sobre a localização, não só de objetos físicos, mas também de pessoas, sensações (ex: "dor"), emoções (ex: "amando"), sentimentos (ex: "esperança no mundo"), situações (ex: "Ele beijou Maria atrás do celeiro"), e relações abstratas de conteúdo variado (relações temporais, posse, comparação, razão etc.).

Uma organização espacial de duas entidades pode ser descrita lingüisticamente numa quantidade de maneiras diferentes, cada uma delas constitui uma "*construção da organização espacial*" pelo falante. Por exemplo, o bebedouro do passarinho e a mesa.[63] Uma descrição espacial adequada para esse arranjo é: "O bebedouro do passarinho está sobre a mesa". "O bebedouro do passarinho" é tratado como TR, a entidade a ser locada; e "sobre a mesa", é tratado como LM, entidade com respeito ao qual o *Trajector* é locado, funciona como objeto de referência. Se a mesa fosse escolhida como TR, a descrição seria mudada para: "A mesa está sob o bebedouro do passarinho". Essas descrições são motivadas pelo vínculo lógico, lingüisticamente, elas não são equivalentes no sentido de não serem intercambiáveis. Observa-se que, enquanto a primeira é uma descrição muito mais provável, a segunda não. Existem, entretanto, algumas características que fazem com que certas entidades sejam mais apropriadamente *Trajector* (TR) e *Landmark* (LM) do que outras. Construções específicas de arranjos espaciais são de fato determinadas pelo *frame lingüístico* no qual elas ocorrem.

Um outro exemplo do papel determinante de *frames lingüísticos* é sugerido pelo tratamento de LMs como alvos, objetivos ou destinações finais, como fontes ou pontos iniciais, implicando movimento verdadeiro ou virtual e, finalmente, como entidades estáticas. TRs são localizados com relação a LMs. Descrevem-se cenas dando as relações locais de entidades para as mais próximas e então dessas para outras. Quando se dão instruções, como se segue um procedimento, como se chega a um determinado local, LMs são "destinações" e "fontes". Talmy (1983 *apud* SVOROU, 1993: 11) nota

[63] Referência à Figura 1, em que um bebedouro de passarinho está sobre uma mesa, Svorou, 1994: 10.

que certos objetos físicos são mais adequadamente construídos como LMs do que outros. Exemplo: cidades, grandes edificações são bons LMs com respeito aos quais as pessoas se orientam. São objetos grandes, imóveis *(large, immobile objects)*, e num arranjo espacial que envolve tais objetos e um objeto relativamente menor e/ou objeto móvel/em movimento, as pessoas tendem a locar objetos pequenos com relação aos grandes, e os móveis com respeito aos imóveis. Também a escolha de LMs recai sobre aquilo que culturalmente é significante (*cultural significance*), certos prédios pequenos podem ser escolhidos como LMs, pelo seu valor cultural reconhecido. Um outro parâmetro, que contribui para a tendência de uma entidade ser escolhida como LMs, é a freqüência de encontro (*frequency of encounter*) com um objeto particular, por exemplo, numa cidade, os monumentos, a costa, são como pontos de referência, e, conseqüentemente, um LM. Um encontro freqüente com uma entidade faz com que se tenha um bom conhecimento dela, em troca, torna a entidade saliente (*salient*), no sentido de que é familiar e de fácil acesso. Entidades salientes são mais facilmente tomadas como LMs com respeito a outras menos salientes. Existe uma relação entre as três últimas características de LMs: entidades culturalmente significantes são encontradas freqüentemente e são salientes. O reverso não é sempre o caso.

O encontro freqüente com entidades salientes leva as pessoas a conhecerem-na em diversos aspectos, como: seu tamanho, forma, textura e função. Também a conhecerem suas partes componentes e, especialmente, as partes com as quais se interage. Além disso, leva a conhecerem o contexto em que as pessoas e outras entidades interagem com essas entidades. Svorou (1993: 12) propõe que todo esse conhecimento pode ser incorporado à noção de *região* de uma entidade. *Regiões* constituem uma noção fundamental, incorporando conhecimento de caracteres físicos e funcionais de entidades que, por seu turno, determina a descrição lingüística de relações espaciais. A noção de região de uma entidade é motivada pelo uso real da linguagem.

Svorou (1993: 13) diz que a noção de região está subjacente a diversas teorias de relações espaciais, mas não foi totalmente desenvolvida em nenhuma delas. Cita Miller e Johnson-Laird (1976: 59) que opõem a noção de região à noção Aristotélica de "lugar". Eles discutem que a noção de região é necessária, uma vez que "lugar" não determina como lugares particulares e relações entre lugares são identificados. Svorou (1993) concorda com a posição desses Autores, e diz que se assumisse descrições lingüísticas de relações espaciais baseadas na teoria Aristotélica do espaço iria se

defrontar com problemas, porque tais descrições não correspondem a categorias lexicais discretas. A Autora acrescenta que a imprecisão ("fuzziness") com que formas lingüísticas descrevem relações espaciais está implícita em diversas teorias, especificamente, em Fillmore (1982), Talmy (1983). Apresenta a posição de Herskovits (1982) que adota o "lugar" Aristotélico, que significa a região do espaço que um objeto ocupa, nem maior nem menor do que ele, mas acrescenta a idéia de imprecisão ("fuzziness"), quando observa que algumas descrições geométricas de limites de espaço do LM não são claras. Quando os limites de descrições geométricas são vagos, conseqüentemente, as categorias lingüísticas são imprecisas ("fuzzy"). Herskovits (1982 *apud* SVOROU, 1993), para dar conta da imprecisão ("fuzziness"), postula o princípio pragmático de tolerância. Na visão dessa Autora, tolerância é o grau de desvio do significado nuclear de uma preposição espacial, motivada pelos limites naturalmente vagos de descrições geométricas e a imprecisão das categorias lingüísticas. Entretanto, tolerância depende da natureza dos objetos envolvidos na organização espacial, o grau em que a posição deles pode ser distinguida, acuidade visual, distância visual, relevância, um outro princípio pragmático na explanação de descrições lingüísticas de arranjos espaciais. Svorou (1993) apresenta uma visão alternativa para a proposta de Herskovits (1982), e defende que o significado da expressão locativa não é uma função do "lugar" Aristotélico do *Landmark*, juntamente com o princípio pragmático de tolerância da expressão espacial, mas antes dá prioridade conceitual a REGIÃO do *Landmark* numa expressão locativa. Segundo Svorou (1993), essa postulação afasta a necessidade de uma noção de "lugar" discreta, bem definida, ideal, que não é adequada à maneira como a linguagem trata espaço e que tem, ainda, que ser suplementado pela postulação de princípios pragmáticos, como tolerância, para explicar a vagueza de limites de descrições lingüísticas.

A noção de região é relevante numa teoria de relações espaciais que assume que as pessoas entendem espaço pelas relações que existem entre objetos naquele espaço. Regiões são estruturas conceituais que são determinadas pelo conhecimento que as pessoas têm de atributos físicos, perceptuais, interacionais e funcionais de entidades. As combinações de atributos definem três tipos básicos de entidades com respeito a regiões típicas que elas podem ter. *Continentes* (recipientes) como caixas, xícaras, tubos, potes etc., são concebidos como tendo *região interior*. A forma côncava de tais objetos determina uma interação típica com outras entidades e define seu interior como um

“espaço de uso”. Outras entidades são tipicamente tratadas como se tivessem *regiões exteriores*, como quadro-negro, tampos de mesa, árvores, montanhas, e mesmo pessoas interagem com outras entidades com seus limites externos, quer dizer, seu “espaço de uso” é externo e em volta dele. Entidades tais como campos, continentes, países são tipicamente tratados não como tivessem regiões, mas como *sendo regiões*. Teoricamente, cada entidade, em situações diferentes, é concebida como tendo região interior ou exterior, ou como sendo região. Empiricamente, a forma como é concebida vai depender das típicas interações das pessoas com essa entidade, o que estará refletido na maneira em que essa entidade é manipulada na linguagem. Por exemplo: se alguém descreve sua posição “no quarto” ou “fora do quarto” trata o “quarto” como uma entidade com região interior. Se usa “em frente ao quarto”, trata a entidade com regiões exteriores.

As entidades não são descritas apenas em sua locação, mas também no que diz respeito à orientação de seus movimentos no espaço. O movimento é percebido como tendo direcionalidade. Movimento é a percepção de mudanças periódicas de relações espaciais tais como mudanças de locação, de orientação e de forma dos objetos, ou mudança no ângulo de observação em que os objetos são vistos (MILLER e JOHNSON-LAIRD, 1976 *apud* SVOROU, 1993: 24). Se não tiver nenhuma mudança aparente nas relações espaciais de objetos, não se percebe nenhum movimento.

Percebe-se o movimento de uma entidade com respeito ao ambiente estável ou outra entidade móvel. Em cada caso, reconhece-se uma relação assimétrica entre um *Trajector* e um *Landmark.* Tais relações assimétricas existem com respeito à mobilidade situacional, direção do movimento, trajeto do movimento, ordem entre entidades móveis, ou a combinação desses. Entidades em movimento são o centro da atenção em cenas e o foco de usos no discurso. A esse respeito, essa assimetria determina que a entidade em movimento será tomada como *Trajector*, deixando o papel do *Landmark* para a entidade imóvel, ex: um navio em movimento e o cais. Entretanto, em situações em que ambas as entidades estão em movimento, a decisão entre qual é o *Trajector* e qual é o *Landmark* pode ser baseada no foco do discurso, ou na saliência das entidades envolvidas.

A direcionalidade é inerente ao movimento. Entende-se a direcionalidade do movimento de entidades a partir do que é permitido pelo sistema visual e perceptual de uma pessoa. Movimento e direcionalidade são bem próximos, são dependentes na forma

como são entendidos. A maneira como se fala de movimento e direção reflete a maneira como alguém distribui a atenção durante a percepção de mudança de locação.

Trajetos (caminhos) são cursos que movem entidades seguindo do começo de seu movimento até o seu fim. Descrevem-se trajetos com referência a *Landmarks* e suas propriedades. Deslocamentos tais como: "ao longo", "em volta", "através de" são assim entendidos prototipicamente com referência a objetos longos, extensos, ou objetos com um aparente comprimento (oceano: "ao longo do oceano"), objetos esféricos, objetos transversais, côncavos, finalmente, objetos com limites paralelos salientes, que se pode atravessar. Descrições de trajetos refletem a associação do movimento com entidades que funcionam como *frames* de referência na qual a percepção do movimento é baseada. A noção de trajeto implica que há uma fonte e uma destinação associada a ela.

Para falar de espaço e relações espaciais, Svorou (1993) se detém na classe fechada de elementos gramaticais. A linguagem faz uso de um número pequeno desses elementos que se caracterizam por possuir "conteúdo relacional" em oposição ao "conteúdo material" dos itens lexicais (SAPIR, 1921 *apud* SVOROU, 1993: 31). Assim, preposições, afixos, flexões de caso e mesmo advérbios espaciais formam parte dos "*grammars*" de línguas naturais. Svorou (1993) se refere a essas formas gramaticais da língua que expressam relações espaciais como "*grams* espaciais". As relações espaciais são concebidas com referência a LMs, não importando se eles são explicitamente mencionados ou entendidos pelo contexto.

O conteúdo semântico dos *grams* espaciais é estruturado pela relação entre as convenções morfossintáticas e fonológicas de uma língua particular e a experiência humana dos arranjos espaciais de entidades. A Autora apresenta o conceito das abordagens objetivistas sobre o significado de *grams* espaciais, cita Bennett's (1975), em oposição às abordagens não objetivistas, por exemplo, a expressa por Brugman (1981) e assumida por ela: os *grams* espaciais são polissêmicos, o que é muito mais complexo do que considerar componentes binários do significado das abordagens objetivistas. A estrutura semântica de *grams* espaciais é motivada por mecanismos cognitivos e crenças culturais. Eles se relacionam entre si de uma forma estruturada, refletindo a relação com as situações da maneira como são experimentadas. Por exemplo, em pares de *grams* espaciais como: "*em frente de – atrás de*[64]", "*acima –*

[64] "in front of – in back of"

abaixo" [65], vistos numa relação de oposição, no primeiro par a oposição é atribuída à assimetria perceptual, no segundo, à assimetria gravitacional. Ambos são experimentados pelos seres humanos (CLARK, 1973 *apud* SVOROU, 1993: 33). Svorou (1993: 33) assume que o significado de *grams* espaciais é estruturado e a natureza da estrutura é determinada empiricamente. Inclui a experiência numa teoria do significado, tendo em vista que os princípios que governam a linguagem não são puramente lingüísticos, desde que refletem a experiência do ser humano com situações. Há uma relação icônica entre forma e significado. Essa relação se torna evidente em várias características formais e estruturais de *grams* espaciais. Assim, para uma teoria morfológica de *grams* espaciais deve ser levada em consideração sua característica semântica.

De acordo com sua forma, os *grams* espaciais podem variar em relação a duas dimensões: a) sua estrutura interna, b) sua relação com outros elementos na extensão do discurso. Quanto à sua estrutura interna, os *grams* espaciais podem ser simples, formas monomorfêmicas, como as preposições em inglês *in*, *on*, *at*[66], ou elas podem ser complexas, como as construções preposicionais em inglês *in front of*, *in back of*.[67] A complexidade de *grams* espaciais é significativa de um ponto de vista teórico: a hipótese de que a complexidade lingüística de *grams* espaciais reflete iconicamente a complexidade cognitiva de relações espaciais que aqueles *grams* codificam. Por exemplo, relações topológicas simples, como contigüidade e conteúdo, terão expressões lingüísticas simples (*grams* monomorfêmicos), por outro lado, relações projetivas que localizam entidades com respeito a regiões de outras entidades, terão forma lingüística polimorfêmica complexa.

Grams espaciais interagem com outros elementos lingüísticos na extensão do discurso nos níveis morfossintático e semântico, criando variação interlíngua e intralíngua. Considerando as relações espaciais como um domínio semântico presente em todas as línguas, Svorou (1993: 35) propõe que suas características morfossintáticas variem ao longo de um *contínuo de fusão*.[68] O contínuo de grau de fusão proposto por Svorou, está dentro de um domínio semântico específico, que é dos *grams* espaciais. Esse contínuo está representado no seguinte esquema:

---

[65] "above – bellow"
[66] "em", "sobre, em, no", "em, no,perto de, a, até"
[67] "em frente de", "atrás de"
[68] Svorou (1994: 35) remete à Bybee (1985 b) a idéia básica do contínuo de fusão.

baixa fusão		alta fusão
embraced	**agglutinated**	**fused**
(‘enlaçado’)	(‘aglutinado’)	(‘fundido’)

Tabela 02: Contínuo de fusão das unidades lingüísticas espaciais (SVOROU, 1993: 38)

A expressão **embraced** se refere às construções adverbiais e preposicionais em que o *gram* espacial e seu complemento são unidades fonológicas independentes, mas ainda formam uma unidade. Um exemplo de um *gram* espacial “*embraced*” é o tipo de construção inglesa “*in front of NP*” (“em frente de SN”). **Agglutinated** (“aglutinado”) se refere aos morfemas afixados que são identificados em contextos fonológicos. A Autora dá como exemplo o prefixo *duy* (morfema direcional do “South Eastern Pomo” que mantém sua forma em todos os contextos), significa “através de uma área”, “em volta de uma área”, “ao longo de um perímetro”. A expressão **fused** (fundido) se refere a morfemas afixados sujeitos a alteração fonológica causada pela raiz, mas também apresentando alomorfia condicionada pelas categorias morfológicas, tais como número, gênero, classe de nome, ou classe de declinação. Dá como exemplo flexões de caso dativo e acusativo do Grego Antigo (SVOROU, 1993: 35-36).

Svorou (1993: 39) se refere à língua como sujeita à dimensão do tempo, e isso é evidenciado pelas mudanças na sua estrutura, na sua forma e no seu significado. Embora todas as categorias evoluam, algumas carregam os sinais de sua evolução mais do que outras. Os *grams* espaciais, como outras categorias, são, assim, um produto da evolução do material lingüístico, e como tal, sua história está manifestada na sua forma e significado em qualquer ponto sincrônico. A Autora desenvolve um estudo pancrônico dos *grams* espaciais.

Para o estudo diacrônico desses *grams*, Svorou (1993: 39-40) faz referência às recentes pesquisas que têm sido desenvolvidas sob a rubrica da Gramaticalização (ou Gramaticização, como a Autora prefere se referir)[69] que postulam que *grams* espaciais evoluem de material lexical, indo através de vários estágios durante os quais eles,

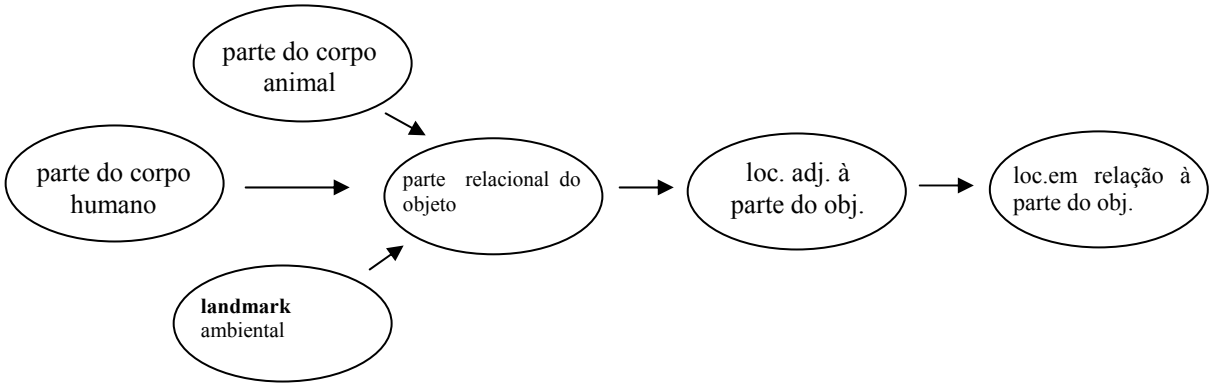
[69] Neste texto, vai-se utilizar o termo gramaticalização.

progressivamente, perdem suas características lexicais e simultaneamente adquirem mais e mais características gramaticais. Considera a variação na forma e no significado de *grams* espaciais não apenas como uma possibilidade, mas uma conseqüência inevitável da evolução da língua. Admite que um olhar mais de perto na história de formas gramaticais e, especialmente, de *grams* espaciais, se faz necessário, não apenas para explicar uma quantidade de variação, mas porque a história reflete aspectos mais profundos da interação social e aspectos da constituição cognitiva dos seres humanos.

Svorou (1993) considera os *grams* espaciais como um domínio ideal para explorar o processo de Gramaticalização. As relações espaciais são expressas por itens de classe aberta (ex: verbos) ou itens de classe fechada (ex: preposições). Enquanto novos membros de classe aberta podem ser formados por processo derivacional, novos membros de classe fechada não podem ser formados sincronicamente via derivação, mas antes são produto de processos evolutivos (ex: artigos desenvolvem a partir de pronomes). Mudanças no significado têm sido vistas como acompanhando ou seguindo mudanças formais.

Num estudo abrangente sobre os *grams* espaciais, a Autora vai tratar das fontes lexicais desses *grams*, nomes e verbos, qualquer outra fonte é vista como estágios no percurso evolutivo. O movimento de um estágio para outro não necessariamente elimina os usos produzidos pelos estágios intermediários. Cada estágio é caracterizado pela polissemia e o conteúdo semântico da forma é estruturado em torno de um esquema central-periférico de usos. Os usos mais freqüentes, num ponto particular da evolução de uma forma, definem o centro. Usos periféricos, por sua vez, podem se tornar centrais, proporcionando, assim, a evolução de uma forma. Usos recorrentes de formas, em novos contextos, dão a essas novos usos periféricos. Assim, o contexto é visto como um dos fatores envolvidos na aquisição de novos usos (GIVÓN, 1989 *apud* SVOROU, 1993: 91).

Os itens lexicais que constituem fontes para o desenvolvimento de *grams* espaciais se referem às três maiores classes de entidades, com as quais o ser humano convive: partes do corpo humano, partes do corpo de animais de quatro pernas, e *landmarks* ambientais são os pontos do começo da trajetória, que é vista como unidirecional.

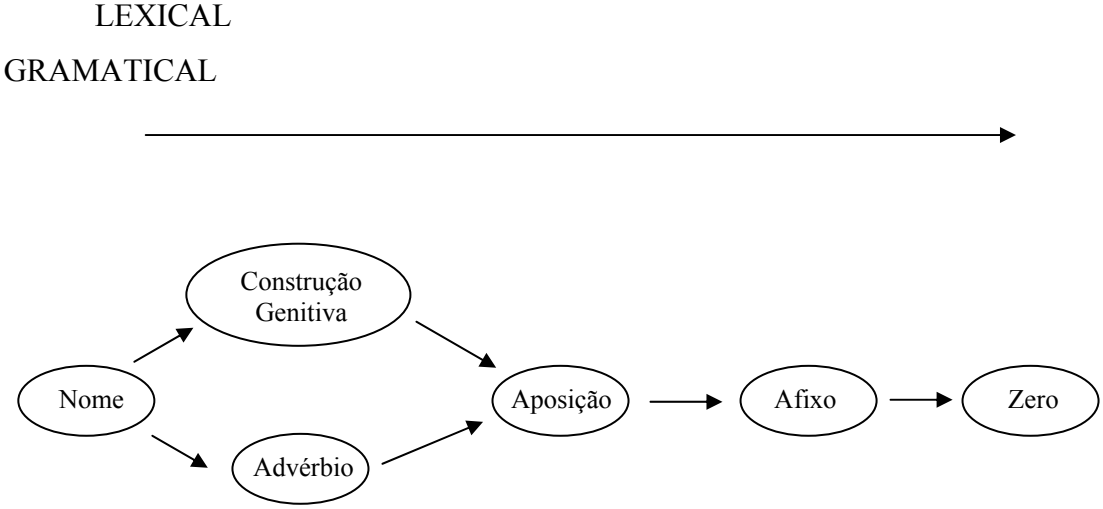


Quadro 02: Processo evolutivo de *grams* espaciais provenientes de nomes (SVOROU, 1993)

Svorou (1993) faz referência aos estudos de vários pesquisadores cognitivistas, que desenvolvem estudos na linha da Gramaticalização, dentre esses, Heine, Claudi e Hünnemeyer (1987,1991), que são tomados por ela, para a proposta da relação entre a fonte e o resultado da Gramaticalização, partindo de domínios que servem como pólos para o desenvolvimento de conceitos gramaticais. Refere-se à sugestão de Sweetser (1988, 1990) de que a gramaticalização é um percurso metafórico ("*metaphor-driven*"). Segundo Sweeter, a gramaticalização envolve metaforicamente uma estrutura esquemático-imagética de um domínio conceitual a outro preservando sua estrutura. Sobre a referência de Sweeter de que a gramaticalização é um percurso metafórico ("*metaphor-driven*"), Svorou (1993: 99-100) chama atenção para o fato de que é infundado se reivindicar que as mudanças de percurso metafórico sejam graduais, uma vez que tudo o que está envolvido é o reconhecimento de similaridades entre dois domínios e o revigoramento dos significados lingüísticos de descrição de um para descrever o outro. Cognitivamente esse processo parece ser básico e os pensamentos humanos estão organizados em volta de tais estruturas analógicas (Cita Lakoff e Johnson (1980) e Lakoff, (1987)). Para Svorou, qualquer gradualidade na mudança deve ser devida não a saltos conceptuais, mas antes ao processo de convencionalização dentro da comunidade lingüística. Os estágios semânticos identificados no contínuo da evolução de *grams* espaciais constituem o conjunto de usos que os *grams* têm num estágio sincrônico particular.

A evolução de *grams* espaciais de fontes nominais envolve uma trajetória contínua na qual diversos estágios podem ser identificados. Dois processos, metáfora e metonímia, têm sido considerados como responsáveis em fazer progredir a

gramaticalização, o "former operating" nos estágios iniciais do processo e o último nos últimos estágios. Gramaticalização tem sido descrita como mais propriamente um processo complexo que envolve mudanças semânticas pela transferência de estruturas esquemático-imagéticas de um domínio conceitual para o próximo via metáfora, e por transformar estruturas esquemático-imagéticas dentro do mesmo domínio via metonímia. As mudanças não se dão apenas no nível semântico, mas, também, no nível morfossintático.[70]



Quadro 03: Contínuo de evolução morfossintática de *grams* espaciais (SVOROU, 1993: 101)

A trajetória da evolução de termos espaciais e expressões que têm sua fonte em nomes apresenta um exemplo do princípio mais básico do pensamento humano, o fato de que o ser humano usa noções concretas para expressar outras mais abstratas. Svorou (1993: 118) acrescenta que um outro contexto no qual o comportamento lingüístico pode ser visto numa perspectiva diacrônica é o processo de aquisição da linguagem.

1.3.4 **Teoria da Gramaticalização**

[70] Svorou (1994: 101) propõe um continuo de evolução sintática para morfemas espaciais.

1.3.4.1 Sobre o conceito de gramaticalização

Os estudos desenvolvidos na linha da gramaticalização fazem parte do paradigma funcionalista na lingüística contemporânea. A gramaticalização é vista como um processo de criação da gramática através das necessidades comunicativas do discurso. Estudos mais recentes tendem mais fortemente a considerar motivações pragmáticas e cognitivas no desencadeamento dos processos de mudança. Castilho (2001: 32) define a gramaticalização como:

> ...as alterações sofridas por um item lexical, ao longo das quais ele (i) passa por modificações em suas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas, (ii) deixa de ser uma forma livre, (iii) estágio em que pode até mesmo desaparecer, como conseqüência de uma cristalização extrema. É importante reter que na gramaticalização um domínio cognitivo fonte fundamenta o estágio A, que se altera para o estágio B igualmente motivado por um domínio cognitivo alvo. A pesquisa mais recente vem incluindo na agenda desta teoria a identificação dos gatilhos cognitivista e pragmático da gramaticalização.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 5) dizem que a questão da origem e desenvolvimento de categorias gramaticais é quase tão antiga quanto a lingüística. Esse fato não impede de se ver a gramaticalização como um novo paradigma. Tomam a definição de gramaticalização de Jerzy Kurylowicz ([1965] 1975: 52 *apud* Heine, Claudi e Hünnemeyer, 1991: 3), que é vista como uma definição clássica e aceita por muitos lingüistas:

> Gramaticalização consiste na ampliação dos limites de um morfema que avança de um *status* lexical para um gramatical ou de um menos gramatical para um mais gramatical, isto é, de um formante derivacional para um flexional. [71]

[71] "Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical status, e. g. From a derivative formant to an inflexional one"

Outros termos são usados como sinônimos, ou quase sinônimos de gramaticalização, embora, em muitos casos, eles se refiram a certas características semânticas ou sintáticas da gramaticalização: "reanálise", "sintaticização" (GIVÓN, 1979a), "esmaecimento semântico", "enfraquecimento semântico" (GUIMIER, 1985), "condensação" (LEHMANN, 1982), "redução" (LANGACKER, 1977) etc. Há uma diversidade de definições, assim como algumas formas de se nomear esse processo, como "Gramaticização" (GIVÓN, 1975; BOLINGER, 1978; BYBEE e PAGLIUCA, 1985) e "Gramatização" (MATISOFF, 1991), (HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991: 3). "Gramaticalização" é o termo mais comumente usado.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 3 - 4) apresentam as diversas perspectivas em que a gramaticalização é vista. Por exemplo, num número de trabalhos, o termo refere-se apenas à fase inicial do processo que diz respeito ao desenvolvimento da estrutura lexical para a estrutura gramatical (SAMUELS, 1971; SANKOFF, 1988). Outros autores ainda limitam o uso do termo gramaticalização para se referir à transição de estruturas pragmáticas para a sintaxe (HYMAN, 1984). Alguns definem o termo de uma forma mais abrangente, como Hopper (1987) com sua *gramática emergente*, em que gramaticalização é usada quase como um sinônimo de gramática.

Há, entretanto, características que são comuns a muitas definições de gramaticalização. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 4) citam três características. Primeira, a gramaticalização é concebida como um processo. Como um processo diacrônico (KURYLOWICZ, 1964; TRAUGOTT e KÖNIG (in press)) e como um processo sincrônico (LEHMANN, 1986; HEINE e CLAUDI, 1986). Os Autores chamam atenção para o fato de que em um número de trabalhos não está especificado como a gramaticalização é concebida. Segunda, a gramaticalização é aplicada em toda espécie de domínio, incluindo o fonológico, mas muitos estudiosos tratam a gramaticalização como uma noção morfológica, isto é, que diz respeito apenas ao desenvolvimento de uma dada palavra ou morfema. Terceira, é o que está implícito em muitas definições e tem sido freqüentemente mencionado como uma propriedade intrínseca do processo de gramaticalização, o fato ser unidirecional, isto é, leva uma unidade "menos gramatical" para uma unidade "mais gramatical" e não vice-versa. Poucos contra-exemplos têm sido citados.

Essa diversidade de tratar de um mesmo fenômeno, a gramaticalização, não é tão pacífica. Alguns lingüistas se posicionam de forma crítica e questionadora, a exemplo de Campbell e Janda (2001) e de outros lingüistas, em artigos no *Language Science* (2001). Esses artigos do *Language Science* submetem a gramaticalização a uma avaliação crítica e, segundo Campbell e Janda (2001), possuem objetivos claros, como tornar os lingüistas conscientes das deficiências, e contribuir para uma compreensão mais plena e mais prudente das espécies de mudanças envolvidas na gramaticalização e das explicações que se encontram por detrás delas. No artigo de Campbell e Janda (2001: 93-112), esses Autores fazem um levantamento de diversas definições de gramaticalização por diversos autores (apresenta-as ordenadas cronologicamente) e a crítica recai no sentido de que usam o termo gramaticalização sem identificar claramente (ou totalmente) o que compreendem por esse termo, se é uma referência ao fenômeno (mudanças que levam à diminuição do *status* de itens lexicais e/ou o aumento do *status* de itens gramaticais) ou se é à teoria (o grupo de afirmativas que têm sido feitas em relação a tais fenômenos). Citam Lessau (1994: 416) que diz que, desde o tempo de Meillet, tem havido "*uma ampliação do objetivo de estudos relacionados com a gramaticalização*", em paralelo com "*o termo que experimentou uma extensão considerável em várias direções*" – de modo que "*... como conseqüência, não é fácil encontrar uma definição geral, um denominador comum, para os vários conteúdos e aplicações que a "Gramaticalização" tem hoje*". O artigo de Campbell e Janda (2001) é introdutório, considerando-se os que se seguem, e que tomam outros pontos dos estudos da gramaticalização como alvo de críticas, como a questão da unidirecionalidade. Sobre esse princípio, considerado por muitos lingüistas da linha da gramaticalização, como inquestionável, já existe muita discussão a respeito. Posteriormente, em parte deste trabalho, será apresentado o ponto de vista defendido por Castilho (2002). O que se observa é que os inúmeros trabalhos que têm sido desenvolvidos sob o arcabouço teórico da gramaticalização têm contribuído para que mais e mais fenômenos lingüísticos possam ser estudados na compreensão da mudança lingüística, nessa perspectiva. De forma sintetizada, vai-se pontuar, em especial a partir do que apresentam Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), alguns períodos que marcaram os caminhos nos estudos da gramaticalização.

1.3.4.2 Breve histórico dos estudos da gramaticalização

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) fazem um levantamento dos estudos da gramaticalização desenvolvidos a partir do século XVIII, tal como ela é concebida, embora algo já tenha sido dito há muitos séculos antes. Os Autores fazem breve referência aos chineses que no século X escreveram distinguindo entre símbolos lingüísticos "cheios" e "vazios" e Zhou Bo-qi (dinastia deYuan, A. D. 1271 – 1368) que defendeu que todos os símbolos vazios eram formados de símbolos cheios, plenos.

No século XVIII dois filósofos franceses Etienne Bonnot de Condillac e Jean Jacques Rousseau assinalam que a complexidade gramatical e o vocabulário abstrato são historicamente derivados de lexemas concretos. Horne Tooke, contemporâneo de Condillac, pode ser considerado como o pai dos estudos da gramaticalização. Para Tooke, o "segredo" das palavras está na sua etimologia. Tooke, em trabalhos de 1786 e 1805, apresenta Nomes e Verbos como "palavras necessárias", consideradas como partes essenciais do discurso, e outras classes de palavras, como conjunções, advérbios e preposições são decorrentes de "mutilações", abreviaturas de "palavras necessárias". Formas flexionais e derivacionais eram tratadas por ele como fragmentos de palavras inicialmente independentes, aglutinadas à palavra de origem.

No século XIX, a gramaticalização esteve presente nos estudos lingüísticos, mas não com esse nome, era um parâmetro para a explicação da lingüística histórica, diacrônica. Assim é o trabalho de Franz Bopp (1816, 1833), que forma um importante parâmetro no entendimento diacrônico da lingüística Indo-Européia. Nos seus estudos de lingüística comparada apresenta numerosos exemplos do desenvolvimento de itens lexicais para auxiliares, afixos e/ou flexões. August Wilhelm von Schlegel (1818) apresentou muitas idéias que, de acordo com Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 6), voltaram em discussões recentes nos estudos de gramaticalização. Mais influente do que foi proposto por Schlegel, foi a conferência apresentada por Wilhelm von Humboldt, em 1822, "*Sobre a origem das formas gramaticais e sua influência no desenvolvimento das idéias*"[72], publicada em 1825. Humboldt defendeu a tese de Tooke de que classes de palavras tais como preposições e conjunções "*têm sua origem em palavras reais denotando objetos*" e propôs quatro estágios de evolução dos significados:

[72] "*On the origin of grammatical forms and their influence on the development of ideas*" original em alemão.

estágio I – (chamado de "o estágio mais baixo"): língua, frases e orações;

estágio II – ordem fixa de palavras e palavras vacilando entre "significado material e formal";

estágio III – "análogos de formas" que são "expressões puras de relações";

estágio IV– ("o estágio mais alto") "verdadeiras formas, flexões e palavras puramente gramaticais".

Essa teoria veio a ser conhecida mais tarde como "teoria da aglutinação" ou "teoria da coalescência".

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) atribuem a Franz Wüllner talvez a noção mais pronunciada de gramaticalização durante a primeira metade do século XIX. Wüllner apresenta em sua obra "*Sobre a origem e significado primitivo de formas lingüísticas*"[73] (1831) exemplos do desenvolvimento de palavra independente para flexão e discute com algum detalhe a transição de construções perifrásticas para morfemas temporais.

Para Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), a obra de William Dwight Whitney (1875) é significativa por apresentar pontos de vista sobre a mudança semântica que hoje são relevantes para as concepções modernas de gramaticalização. Segundo Whitney, transferência e extensão são fatores importantes na mudança semântica. Outros aspectos defendidos na obra desse Autor são considerados insustentáveis, como sua tese evolutiva e etimologias.

Muitos trabalhos de estudiosos germânicos, que surgiram na segunda metade do século XIX, só agora começam a ser descobertos como sendo de interesse para os estudos da gramaticalização. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 8) citam os estudos de alguns lingüistas, dentre eles os de Georg von der Gabelentz ([1891] 1901), que propôs a noção de uma espiral evolutiva para descrever o desenvolvimento de categorias gramaticais, e o paradigma "*o que hoje é afixo foi um dia uma palavra independente*"[74] se tornou quase um lugar comum na lingüística. Gabelentz admitiu duas forças motoras

[73] "*On the origin and original meaning of linguistic formas*" – original em alemão.
[74] "what-today-are-affixes-were-once-independent-words"

da gramaticalização: *indolência* ou *facilitação*, e *distintividade*, que provocou um grande impacto nas primeiras concepções da gramaticalização no século XX.

No século XX, Antoine Meillet é considerado o fundador dos estudos modernos de gramaticalização. A sua obra "*A evolução das formas gramaticais*"[75] (1912) marca o início da perspectiva da gramaticalização que ainda prevalece até hoje. Ele é o introdutor do termo *gramaticalização.* Meillet seguiu Bopp, mais do que Humboldt, usando a gramaticalização como um parâmetro explanatório para a lingüística histórica. Está de acordo com Gabelentz de que a mudança lingüística ocorre em espiral; distingue entre *enfraquecimento* e *expressão intensa*, reminiscência das duas forças condutoras da gramaticalização referidas por Gabelentz. Para Meillet, existem apenas dois processos através dos quais novas formas surgem, ou via inovação analógica, ou via gramaticalização (atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma). Enquanto a primeira não interfere no sistema lingüístico, a última leva a transformação a todo o sistema pela introdução de novas categorias para as quais não pré-existia qualquer expressão lingüística. Meillet fala de uma espécie de contínuo existente na transição de itens lexicais (*palavras principais*) para auxiliares e outros morfemas preenchendo funções gramaticais (*palavras acessórias*), que são referidas também como "palavras vazias". Para Meillet, essa é uma distinção discreta. Uma outra observação importante desse lingüista diz respeito à correlação inversa entre a freqüência de uso e o decréscimo do valor expressivo que unidades sofrem no seu trajeto para se tornar uma palavra acessória.

Também Sapir, referido por Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 9) traz importantes contribuições para os recentes estudos da gramaticalização, em sua obra *Language* (1921). No capítulo 5 do seu livro, embora lide com a tipologia sincrônica, esse contém muitas observações sobre a gramaticalização. O que é referido como "*bleaching model*"[76] foi rotulado por ele como "*thinning-out process*"; e a noção atual de "*form-meaning asymmetry*"[77] foi assim descrito: "*Agora a forma vive mais prolongadamente do que seu próprio conteúdo conceptual*"[78]. Os Autores ressaltam a descrição feita por Sapir do contínuo concreto-abstrato e sua relação com a expressão lingüística como ainda relevante para os estudos modernos no desenvolvimento das

[75] "*L'evolution des formes grammaticales*"
[76] "modelo de esmaecimento"
[77] "assimetria forma-significado"
[78] "Now form lives longer than its own conceptual content"

categorias gramaticais. Há de se considerar, entretanto, que, segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 10), sua abordagem não inclui a gramaticalização como um paradigma maior.

Ainda há referência ao trabalho de Kurylowicz ([1965] 1975) e ao de Benveniste (1968) nos quais, de certa forma, ainda está presente a perspectiva Boppiana de gramaticalização, como uma parte essencial da lingüística clássica Indo-Européia. De acordo com Heine, Claudi e Hünnemeyer, (1991), Benveniste (1968) propõe uma distinção entre "mudança inovadora" e "mudança conservadora", uma reminiscência forte da distinção que Meillet estabelece entre inovação analógica e gramaticalização. Benveniste, como discípulo de Meillet, segundo Hopper e Traugott (1993: 25), em seu artigo de 1968, "*Mutações das categorias lingüísticas*"[79] repetiu muito do que foi dito por Meillet (1912) sobre a gramaticalização de verbos auxiliares provenientes de verbos lexicais, chamando esse processo de "auxiliarização".

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) dividem os estudos da gramaticalização, antes de 1970 e depois de 1970. Até 1970, a gramaticalização era vista principalmente como fazendo parte da lingüística diacrônica, como um meio de analisar a evolução lingüística, de reconstruir a história de uma dada língua ou grupo de línguas, ou de relacionar estruturas lingüísticas modernas a padrões prévios de uso lingüístico. Por volta de 1970, a noção de gramaticalização foi aceita por um número de estudiosos como constituindo um dos fatores da mudança lingüística. Segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 11) um dos principais méritos dos estudos da gramaticalização depois de 1970 foi que a atenção foi dirigida para o potencial que esses estudos oferecem como um parâmetro explanatório para o entendimento da gramática sincrônica.

A gramaticalização tem, portanto, sido estudada em duas perspectivas: uma diacrônica, como foi desenvolvida até 1970, outra sincrônica, mais propriamente desenvolvida nos estudos atuais. Hopper e Traugott (1993: 2) definem as duas perspectivas. A histórica, diacrônica, investiga a fonte das formas gramaticais e o caminho típico da mudança que as afeta. Nessa perspectiva, a gramaticalização é geralmente vista como um subconjunto das mudanças lingüísticas através das quais um item lexical em certos usos se torna um item gramatical, ou através das quais um item gramatical se torna mais gramatical. A outra perspectiva é mais sincrônica, vê a

[79] "Mutations of linguistic categories"

gramaticalização como, principalmente, um fenômeno sintático - discursivo – pragmático, para ser estudado do ponto de vista dos padrões fluidos dos usos lingüísticos. Há estudos que aliam as duas perspectivas, desenvolvendo um estudo pancrônico.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 11) tratam das abordagens recentes, uma referência aos trabalhos desenvolvidos de 1970 a 1991.

Nos inícios de 70 predominavam o estruturalismo e o gerativismo, esse último principalmente nos Estados Unidos. Lambert (1969) apresenta uma tentativa de conciliar a teoria gerativa com achados em metáfora, metonímia, sinédoque e outros processos cognitivos. Adotou uma versão modificada da gramática de casos de Fillmore, chamada "gramática de caso modificada".[80]

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 11) se referem a um outro paradigma, bem conhecido, para o qual muitas estruturas que aparecem na gramática podem ser derivadas do domínio do espaço e servem como modelo para outras expressões. Essa linha de pesquisa tem sido referida como "hipótese localista" ou "localismo", já vista em parte deste trabalho. São adeptos do localismo: Lyons (1967); Anderson (1971); Pottier (1974) e Dehl (1975) que apresenta uma versão ampliada do "localismo", propondo uma hierarquia espacial egodêitica, em que são distinguidos quatro tipos de espaço, do mais central para o periférico. Cada espaço tem seu próprio centro dêitico. Cada espaço apresenta uma expressão lingüística correspondente: espaço social – *me*; espaço espacial – *here*; espaço temporal – *now*; espaço lógico – *in this case*.

Um outro modo de considerar os fenômenos da linguagem é o proposto pelos cognitivistas, para os quais a estrutura da língua é o resultado de fenômenos não-lingüísticos. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 12) consideram como abordagens de maior peso nessa linha de pesquisa as desenvolvidas por Talmy (1972, 1975, 1978, 1983, 1985 a), Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1987) e Langacker (1981, 1982, 1986).

Um outro ponto a ser considerado é o que diz respeito às insatisfações das principais correntes lingüísticas quanto às restrições do estruturalismo e de outros modelos rígidos sincrônicos. Surgiu a necessidade de parâmetros que pudessem ajudar a explicar o comportamento lingüístico de uma forma não circular. O trabalho de Talmy Givón, segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 12) constitui novos parâmetros,

[80] "modified case grammar"

um deles é diacrônico e referente à evolução lingüística, surgindo daí uma nova perspectiva de análise inspirada nos trabalhos tipológicos, como os de Greenberg (1963 b). Givón, na sua clássica afirmação "*A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*"[81] (1971), atribuída à influência da descrição de Hodge da evolução tipológica cíclica no egípcio, marcou o começo de uma nova era de pesquisa no desenvolvimento de categorias gramaticais. Como Hodge (1970), ele assumiu que a evolução lingüística é cíclica, envolvendo o desenvolvimento de lexemas livres para afixos o que leva a desgaste e eventualmente fusão com a raiz, sendo o resultado o início de um novo ciclo (GIVÓN, 1971b: 411-12 *apud* HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991: 12). Nos últimos anos surge uma nova revisão nos trabalhos de Givón. Desde os meados de 1970, o discurso pragmático foi considerado como um parâmetro maior para o entendimento da estrutura lingüística e para o desenvolvimento de estruturas sintáticas e categorias gramaticais, em particular. Em acréscimo a seu primeiro slogan "*A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*" Givón deu atenção a um outro caso paradigmático da evolução lingüística que pode ser parafraseado como: "*A sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*".[82] Givón defendeu que, no processo de gramaticalização, um modo mais pragmático dá lugar a um mais sintático. De acordo com essa perspectiva, estruturas frouxas paratáticas discursivas se desenvolvem em estruturas sintáticas mais fechadas, mais unidas. Resulta uma oscilação cíclica que representa o fluxo diacrônico dos mecanismos lingüísticos:

Discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero

Essa linha de pesquisa abriu novos espaços nos estudos da gramaticalização, uma vez que foi um estímulo para que não se considerasse mais a gramaticalização simplesmente como a "*reanálise do material léxico para a gramática*" mas também como a reanálise dos padrões do discurso como padrões gramaticais, e das funções do nível discursivo, como do nível da sentença, funções semânticas (Heine, Claudi e Hünnemeyer, 1991: 13).

[81] "today's morphology is yesterday's syntaxe"
[82] "Today's syntaxe is yesterday pragmatic discourse"

A partir daí, outros achados estimularam pesquisas em particular na freqüência do discurso como um indicador da emergência de novos padrões gramaticais (GIVÓN, 1984 b; BYBEE e PAGLIUCA, 1985; DUBOIS, 1987; DURIE 1988; HOPPER, 1987). Esses processos de gramaticalização podem ser materiais para se entender estruturas sincrônicas da língua, como foi demonstrado por Li e Thompson (1974a) que usaram a gramaticalização como um parâmetro explanatório para avaliar certas estruturas lingüísticas, como a substituição da ordem SVO (sujeito-verbo-objeto) para a sintaxe SOV (sujeito-objeto-verbo) no chinês. Eles defendem que a mudança de ordem no chinês, a transição SVO para SOV é o resultado de um processo em que o verbo assume uma função gramatical. Os achados de Li e Thompson (1974a), segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 14), não só contribuíram para o entendimento da estrutura sincrônica da língua, mas também forneceram novas técnicas para a reconstrução de estágios antigos de línguas.

Segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 15), Elizabeth C. Traugott (1980) desenvolve uma nova abordagem, ao focalizar os princípios da mudança de significado no processo de gramaticalização. Baseia-se em Halliday, na sua visão tripartite das funções da linguagem. Traugott propõe que a mudança principal envolvida no processo de gramaticalização seja da proposicional/ideacional via textual para o componente semântico-funcional interpessoal/expressivo. Esse processo é visto como conduzindo a uma grande pragmatização do significado. Traugott voltou sua atenção também para o papel desempenhado pelo reforço da informatividade, implicaturas conversacionais e metonímia no desenvolvimento de categorias gramaticais.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 15) pontuam que enquanto em trabalhos anteriores, como o de Givón, a questão levantada foi onde a gramaticalização começa e onde termina, Heine e Reh (1984) se concentraram no mecanismo interno do processo de gramaticalização. Ao observar que esse processo afeta todos os níveis da estrutura lingüística, eles distinguem entre processos funcionais, morfossintáticos e fonéticos. Esses são apresentados numa ordem cronológica em que operam, por exemplo, processos funcionais cronologicamente precedem tanto processos morfossintáticos quanto fonéticos. Além disso, Heine e Reh (1984) listam observações mais gerais que podem ser feitas durante o processo de gramaticalização. Assim, quanto mais gramaticalizado for o item, mais:

a) perde em complexidade semântica, significado funcional e valor expressivo;

b) perde em significado pragmático e ganha em significado sintático;

c) é reduzido o número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;

d) perde em variabilidade sintática, isto é, mais sua posição na cláusula se torna fixa;

e) torna-se obrigatório em certos contextos e agramatical em outros;

f) aumenta sua coalescência com outras unidades tanto semântica, quanto morfológica, quanto fonologicamente.

g) perde em substância fonética.

Numa linha de pesquisa voltada para a natureza lingüística do processo de desenvolvimento de lexemas em morfemas gramaticais, com evidência em numerosas línguas, Heine e Reh (1984) concluíram sobre a gramaticalização: "*Gramaticalização é um contínuo evolutivo. Qualquer tentativa de segmentação em unidades discretas se torna arbitrário em alguma extensão*"[83] (HEINE e REH, 1984: 15 *apud* HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991: 16).

Bybee e Pagliuca (1985) focalizaram características relevantes da gramaticalização. A primeira diz respeito ao processo de generalização, ou enfraquecimento do conteúdo semântico, já anteriormente referido por outros pesquisadores. Se por um lado, um morfema mais geral tem uma distribuição também mais geral, uma vez que ele pode ser usado em mais contextos, por outro lado, é mais geral porque faltam certos traços do significado. A generalização, portanto, implica em significados vazios de suas especificidades (BYBEE e PAGLIUCA, 1985: 63 *apud* HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991: 17). Uma outra característica é a freqüência de uso. Não só os morfemas que estão sujeitos à gramaticalização são caracterizados por "muito freqüentes e de uso geral" mas, também, seu uso aumenta desde que eles sofrem esse processo. Esses Autores também propuseram a extensão metafórica como um importante mecanismo subjacente à generalização, em que itens

[83] "Grammaticalization is an evolutional continuum. Any attempt at segmenting it into discrete units must remain arbitrary to some extent"

lexicais concretos servem para expressar funções gramaticais, as quais "*são necessariamente abstratas*"[84] (BABY e PAGLIUCA, 1985: 72 *apud* HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991: 17).

Os Autores vêem uma influência de Givón (1981) nas propostas de Bybee e Pagliuca (1985). Fazem uma referência à monografia sobre morfologia desenvolvida por Bybee (1985 a). Nesse estudo ela observa que a morfologia derivacional é uma transição entre expressão lexical e flexional e propõe um contínuo: lexical/derivacional/flexional, o qual é descrito em termos de dois parâmetros: "relevância" e "generalidade"[85] Um alto grau de relevância correlaciona-se com um baixo grau de generalidade e vice-versa.

Lehmann (1982, 1986) vai a busca de parâmetros sincrônicos para descrever a gramaticalização. Embora seu interesse recaia na distinção de aspectos sincrônicos e diacrônicos da gramaticalização, no nível sincrônico, procura caminhos para medir a "gramaticalidade". Propõe seis parâmetros para medi-la, com base em três aspectos que são relevantes para determinar a autonomia ou não de elementos lingüísticos, a saber: *peso*, *coesão* e *variabilidade* avaliados paradigmática e sintagmaticamente. Os seis parâmetros servem para ordenar unidades lingüísticas ao longo de uma escala sincrônica de gramaticalização. Os seis parâmetros são Integridade, Paradigmaticidade, Variabilidade Paradigmática, Escopo, Coesão, Variabilidade Sintagmática.

	Aspecto Paradigmático	**Aspecto Sintagmático**
Peso	Integridade	Escopo
Coesão	Paradigmaticidade	Conexidade
Variabilidade	Variabilidade Paradigmática	Variabilidade Sintagmática

Tabela 03: Parâmetros sincrônicos da gramaticalização (segundo Lehmann 1982, 1986)

Para Lehmann (1982b *apud* CASTILHO, 1997: 49) a gramaticalização diz respeito à autonomia do signo. Quanto mais autônomo o signo, menos gramaticalizado,

[84] "in themselves are necessarily abstract"

[85] Givón (1981) usou o termo "generalization" (generalização) e Bybee (1985 a) "generality" (generalidade) em sua monografia. O sentido de "generalização" contrasta com o de "generalidade". "Generalidade" se refere ao grau de obrigatoriedade numa dada construção sintática (Heine, Claudi e Hünnemeyer, 1991: 17).

e quanto menos autônomo, mais gramaticalizado. Assim se explica cada um dos aspectos:

- *peso*: para ser autônomo, um signo deve ter certo peso, propriedade que o distingue dos demais membros de sua classe, proporcionando proeminência no paradigma.

- *coesão*: quanto mais relações com outros signos, tanto menos autônomo se tornou o signo.

- *variabilidade*: quanto maior a mobilidade do signo, tanto maior será sua autonomia.

O decréscimo no peso e na variabilidade e o aumento da coesão se constituem, portanto, nos três aspectos da gramaticalização. Relacionando-os com os dois aspectos lingüísticos fundamentais, o paradigmático e o sintagmático, tem-se: o *peso paradigmático* de um signo é sua *integridade*, seu tamanho substancial, tanto semântico, quanto fonológico. O *peso sintagmático* é seu *escopo*, a saber, o número de construções nas quais ele entra e que ajuda a formar.

A *coesão paradigmática* de um signo será chamada *paradigmaticidade*, isto é, o grau de integração de um signo no paradigma. A *coesão sintagmática* de um signo será denominada *conexidade* ("boundedness"), isto é, o grau de sua adesão a outros signos.

A *variabilidade paradigmática* de um signo é a possibilidade de usar outros signos no seu lugar, ou mesmo a possibilidade de omiti-lo. A *variabilidade sintagmática* de um signo é a possibilidade de substituí-lo em sua construção.

Lehmann (1986 *apud* HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991: 18) apresenta ainda seis processos para dar conta da natureza gradual da gramaticalização: *desgaste*, *paradigmaticidade*, *obrigatoriedade*, *condensação*, *coalescência*, *fixação*.

Parâmetro	Gramaticalização fraca →	Processo →	Gramaticalização forte
Integridade	Conjunto de propriedades semânticas; possivelmente polissilábico →	Desgaste →	Poucas propriedades semânticas; monossegmental
Paradigmaticidade	O item participa escassamente no campo semântico →	Paradigmaticidade →	Fortemente integrado no paradigma
Variabilidade paradigmática	Livre escolha dos itens, de acordo com as intenções comunicativas →	Obrigatoriedade →	Escolha sistematicamente restrita, uso largamente obrigatório
Escopo	O item se correlaciona com constituintes de complexidade arbitrária →	Condensação →	O item modifica palavra ou raiz
Coesão	O item é justaposto independentemente →	Coalescência →	O item é afixo ou até mesmo suporte de traço fonológico
Variabilidade sintagmática	O item pode mover-se livremente nas estruturas →	Fixação →	O item ocupa lugares gramaticais fixos

Quadro 04: Parâmetros e processos da gramaticalização (segundo Lehmann 1986)

Castilho (1997: 51) chama atenção para o fato de que o mérito desse quadro é o de mostrar que a gramaticalização está sujeita a uma graduação forte/fraca, aspecto que é focalizado pelo princípio da continuidade e gradualismo.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 20) dizem que o estudo do papel da gramaticalização na interação entre discurso e gramática abriu um novo campo importante de pesquisa. Por exemplo, tem-se consciência de que categorias de tempo e de aspecto podem desenvolver-se de funções discursivas, citam Fleischman (1983); Herring (1988); que coordenação e subordinação na gramática surgem como estruturas discursivas que se tornam convencionalizadas e, conseqüentemente, gramaticalizadas, citam Haiman e Thompson (1988); e que combinação de cláusulas podem ser interpretadas como uma gramaticalização da organização retórica do discurso, citam Mathiessen e Thompson (1988). Atribuem a muitas dessas pesquisas à influência de Hopper que propôs a mais pronunciada posição baseada no discurso para a abordagem da gramaticalização, com a sua noção de *gramática emergente*, definida como um movimento contínuo em direção à estrutura (Hopper, 1979 a, 1979 b, 1982, 1987). Segundo Hopper (1987 *apud* HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991: 21) não há gramática, ou "*a gramática é sempre emergente, mas nunca presente*".

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 21) fazem referência aos estudos de gramaticalização desenvolvidos nos anos 80, relativos à estrutura de categorias de futuro, tanto objeto de estudo de Fleischman (1982 a, b, 1983), quanto de Bybee e

Paggliuca (1987) e Bybee, Pagliuca e Perkins (1991), em que se discutiu o papel desempenhado por "*semantic bleaching*"[86] no surgimento de categorias gramaticais. Desde 70 que outros termos têm sido usados para designar, no processo de gramaticalização, fenômeno semelhante: "*bleaching*" (GIVÓN, 1975 a; LORD, 1976: 183); "*semantic depletion*" (LEHMANN, 1982: 127) ou "*weakening of semantic content*" (BYBEE e PAGLIUCA, 1985). Essa visão foi também partilhada por Sweetser (1988) que observa que há de fato um movimento em direção à dispersão dos aspectos centrais do significado em direção a domínios-alvo e que o único componente que permanece sem ser afetado nesse processo é a imagem esquemática ou estrutura tipológica das entidades interessadas. Transferindo a estrutura esquemática do domínio-fonte para algum domínio-alvo particular, o significado do último é adicionado ao significado da entidade transferida. Assim, em adição a perdas, há também ganhos semânticos na gramaticalização.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 21-22) apresentam a síntese de Wilett (1988), do que se tem discutido na literatura da gramaticalização nos últimos tempos, no que diz respeito às principais hipóteses levantadas sobre a "generalização semântica" [87]:

a) a hipótese da "extensão metafórica", segundo a qual o significado concreto de uma expressão é aplicado a um contexto mais abstrato;

b) a hipótese "recipiente"[88], segundo a qual significados gramaticais são parte da estrutura semântica interna presente na sua fonte lexical;

c) a hipótese da "implicatura", segundo a qual o mecanismo predominante de criação de significados secundários, que gradualmente assumem como significados originais, é a convencionalização de implicaturas.

Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 22) concluem essa parte do trabalho levantando os principais temas abordados por eles, considerados os mais salientes, diante da quantidade de tópicos, abordagens e posições que emergem nos estudos da gramaticalização. Principais temas: 1) a evolução da língua, ou línguas; 2) mudança

[86] "esmaecimento semântico"
[87] "*semantic generalization*"
[88] "containment"

tipológica; 3) o processo da unidirecionalidade; 4) a gramaticalização como um parâmetro explanatório da lingüística diacrônica; 5) a gramaticalização como um parâmetro explanatório da lingüística sincrônica; 6) a gramaticalização numa abordagem discursivo-pragmática; a gramaticalização vista fora da estrutura da linguagem, devido a sua natureza cognitiva. Essa última abordagem é considerada a mais recente, e é nessa perspectiva que estão pautadas as pesquisas de: Claudi e Heine (1986); Svorou (1988), Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), citados por esses últimos Autores.

A década de 90 foi profícua no desenvolvimento dos estudos da gramaticalização na abordagem da lingüística cognitiva, especialmente da semântica cognitiva, se estendendo pelos anos 2000.

1.3.4.3 Os estágios da gramaticalização

Castilho (2001: 34) propõe os seguintes estágios da gramaticalização: (i) sintaticização, (ii) morfologização, (iii) redução fonológica, (iv) estágio zero, fase que reinstaura todo o processo.

Focalizando-se cada um de *per se*, tem-se:

Sintaticização

A sintaticização de um item lexical compreende (i) a mudança de sua categoria sintática (recategorização), em que uma "classe de palavra X" passa a "classe de palavra Y"; (ii) num sentido mais amplo, é a incorporação de um item lexical na sentença, quando um predicador lhe atribui casos e papéis temáticos. Uma vez que cada item dispõe de propriedades gramaticais que os integram em diferentes classes léxico-sintáticas, sua gramaticalização será, portanto, mais propriamente um processo de recategorização.

Na recategorização de categorias lexicais, tem-se observado o seguinte contínuo:

> Categoria maior [Nome, Verbo] > Categoria mediana [Adjetivo, Advérbio] > Categoria menor [Preposição, Conjunção, Pronome, Verbos Auxiliares] (HOPPER e TRAUGOTT, 1993: 104 *apud* CASTILHO, 2001).

Castilho (2001) pontua que a criação das categorias léxico-gramaticais tem sido tradicionalmente apresentada como processos de composição e de derivação. A recategorização de um item pré-existente, por fugir a esses processos, é descrita como um caso de "derivação imprópria".

O Autor organiza esse item da seguinte forma: (1) Grupo Verbal, (2) Grupo Nominal, (3) Grupo Pronominal, (4) Grupo Adverbial e (5) Grupo dos Nexos. Detém-se em cada um desses Grupos, demonstrando o processo de recategorização. Vai-se apresentar, de forma sintética, cada um deles.

(1) Grupo Verbal

O verbo, como categoria primária, não deriva de outra classe lexical, exceto em que um sufixo verbal é acrescentado a uma base nominal. Castilho apresenta exemplos em que, do ponto de vista da gramaticalização, um verbo pleno se transforma num verbo funcional e esse num verbo auxiliar. Verbos plenos são os que funcionam como núcleos do predicado. Os verbos funcionais transferem esse papel para os constituintes à sua direita, tornando-se portadores de Pessoa, Número, Tempo e Modo. Os verbos auxiliares acompanham verbos nucleares na forma nominal, aos quais atribuem as categorias de pessoa e número, especializando-se como auxiliares de tempo, modo e aspecto. Um verbo funcional pode transformar-se em verbo auxiliar, e este em afixos, morfologizando-se. Esses processos seqüenciais de gramaticalização são representados da seguinte forma:

Verbo pleno > Verbo funcional > Verbo auxiliar > Clítico > Afixo

Castilho apresenta exemplos de Auxiliares de Tempo que se morfologizaram e foram substituídos por outros, como ocorreu com o Futuro Latino *amabo* que passou a

sofrer a concorrência de *amare habeo*, uma perífrase que de início codificava o Modo, com a idéia de obrigatoriedade. Num processo evolutivo, a hipótese é de que durante algum tempo a forma simples, que pode ser representada por A, sofreu a competição da perífrase, que pode ser representada por B, até que essa última acabou por suplantar a primeira: A>A/B>B. A continuidade da inovação, um dos princípios da gramaticalização, leva à criação de uma nova forma flexional, em Port. *amarei*, Fr. *aimerai*, Ital. *ameró* etc., a qual, por seu turno, passa a sofrer a concorrência de uma nova perífrase, desta vez constituída pelos verbos *ir* (Port. *Vou*/*irei amar*, Fr. *Je vais aimer*, Ital. *vado amare*) e *querer* (Pot. *quero amar*), retomando-se o processo anterior. O verbo *ir*, ao gramaticalizar-se, perdeu o sentido original de movimento de afastamento referido ao falante, por contraste com *vir*, que é movimentar-se em direção ao falante. Daí, possíveis construções como, Pot. *vou ir*, *vai vir*; Ingl. *he is going to come*.

(2) Grupo Nominal

Ocorrem os seguintes processos no Grupo Nominal:

1) Verbos dão origem a Nomes substantivos, como os infinitivos (*comer é bom*), os particípios ("*collecta pecunia* > *coleta*. Ocorreu o apagamento do nome), gerundivos no plural neutro (*fazenda*, *legenda* > *lenda)*

2) Adjetivos se recategorizam como Substantivos (*galgo* < *cannis galgo*, *o pobre*) e Substantivos se recategorizam como Adjetivos (*vermelho* < *vermiculus*, *louro* < *laurus*) (Maurer, 1959: 248-250 *apud* Castilho, 2001: 37)

A recategorização dos Nomes fica assim representada:

Verbo > Nome [substantivo > Adjetivo e Adjetivo > Substantivo]

(3) Grupo Pronominal

Os pronomes são fundamentalmente dêiticos. Com a gramaticalização dessas formas, elas vão perdendo seu caráter dêitico, isto é, mostrativo, abstratizando-se esse valor, que se desloca para o da identificação do lugar no discurso, ou anáfora. Castilho dá como exemplo os Demonstrativos, que tinha um caráter dêitico e depois assumiu um valor anafórico, Lat. *ille*, Port. *Aquele*, e Pronome Pessoal *ele*. Também os Demonstrativos deram origem aos Artigos, cliticizando-se ao Nome: Lat. Vulgar *illu homine* > *o homem*, reduzindo seu caráter anafórico.

Os Pronomes Pessoais de primeira e segunda pessoa são dêiticos e de terceira anafóricos. Novas formas são obtidas, especialmente, para a primeira e segunda pessoa, pela incorporação de expressões de tratamento, como Port. *Vossa Mercê* > *você*, que deslocou *tu*, ou de sintagmas nominais indefinidos, como Port. *a gente*, que desloca presentemente *eu* e *nós*, Fr. *on*, do Latim *homo*.

Os Pronomes Pessoais átonos se cliticizam, como Port. *me*, *te*, *se*, *o*, *lhe*. O reflexivo *se* tende a generalizar-se para todas as pessoas, sobretudo nas modalidades não-padrão das línguas, como Port. popular *eu se alembro*, *você se alembra*, *ele se alembra*. Perda da categoria de pessoa, como um estágio, e depois como em Fr. não-padrão o reflexivo se cliticiza ao verbo *je sarrête*, *nous se reverrons* etc.

(4) Grupo Adverbial

1) Nomes se recategorizam em Advérbios, como do Fr. *chez*, que deriva do Lat. *casa*.

2) Verbos se recategorizam em Advérbios, como no Fr. *voire*, que aparece nos Advérbios de designação *voici*, *voilá.*

(5) Grupo dos Nexos

Muitas Preposições são recategorizadas de outras classes, como:

1) Nome > Preposição

Ex: do Ingl. *back* ("costas") pode funcionar para indicar espaço (como em *three miles back* "três milhas atrás") ou para indicar tempo (como *three years back* "três anos atrás). O trabalho de Svorou (1993) é representativo desse tipo de gramaticalização.

2) Verbo > Preposição

Ex: Verbos em formas nominais podem recategorizar-se como preposições. Em Port. *exceto*, *salvo*, *durante*, *mediante*.

3) Numeral Ordinal > Preposição

Ex: Port. *segundo*

Também Conjunções podem proceder da recategorização de várias classes.

1) Nome > Conjunção. Em Port. a palavra *modo* constitui a locução conjuncional causal *a modos que*, com variantes como: *amoque*, *mode* etc.

2) Verbo > Conjunção. Em Ingl. *say*, substituindo, em certos contextos, uma conjunção condicional (HOPPER e TRAUGOTT, 1993: 14 *apud* CASTILHO, 2001: 41)

3) Advérbio > Conjunção. Como exemplo a transformação do Advérbio latino *magis* "mais", na conjunção coordenativa "mas".

4) Pronome > Conjunção. Castilho faz referência a dialetólogos como Amaral (1922), Nascentes (1953) e lingüistas como Câmara Júnior (1972) e Tarallo (1983) que vêm mostrando que os pronomes relativos estão perdendo suas propriedades pronominais, com uma severa redução em seu quadro, restringindo sua atuação gramatical à de uma conjunção sem papel funcional. As relativas com pronomes-lembrete e as relativas cortadoras decorrem dessa mudança. Ex: "*este é o homem que eu*

falei com ele ontem", "*este é o homem que eu falei ontem*". Castilho observa que a redução dos pronomes tem se dado em referência a apenas um item, *que*. Por outro lado, esse mesmo item está passando por outras formas de generalização de uso, operando como conjunção aditiva / temporal / condicional / comparativa, como nos seguintes exemplos (MARROQUIM, 1945 *apud* CASTILHO, 2001: 40-41) : "*eu tomei pula vareda, qui* (=e) *quando caí no engano tinha andado meia légua*".

Castilho (2001) cita Sweetser (1990: 78) que mostra que as conjunções são polifuncionais, atuando no domínio do conteúdo, no domínio epistêmico e no domínio conversacional.

Categorização funcional

Castilho (1997, 2001) trata da sintaticização não apenas como a recategorização de um item, mas também como sua categorização funcional. Esse Autor se refere a estudos de Tarallo (1991) que demonstram uma reorganização no sistema pronominal no português do Brasil que teve como conseqüência a implementação de objetos nulos e a retenção de sujeitos lexicais. Considera, também, os estudos sobre tópico e sujeito. Remete aos estudos de Dacat (1989) que investigou as pressões estruturais que levam as construções de tópico, em alguns casos, a serem reanalisadas como "sujeito da sentença em que aparecem". Essa Autora demonstra que em estruturas como [Tóp. 0 V X], em que 0 representa a ausência do sujeito, o tópico ocupa seu lugar. Um outro ponto levantado diz respeito ao enrigecimento progressivo da ordem dos constituintes funcionais no português do Brasil. Faz referência aos estudos de Berlink (1989) que demonstram um decréscimo da ordem VS, progressivamente, do século XIII ao século XX, em contrapartida, uma afirmação da ordem SV, que tem sido atestada como predominante na sincronia atual. Seus estudos demonstram que houve uma forte alteração nas regras de colocação do sujeito.[89]

Castilho (2001: 51) identifica a repetição (R) como um dos recursos da sintaticização, em que itens passam a ter funções argumentais e temáticas na sentença. Dá exemplos de segmentos de fala em que um item lexical numa construção de tópico

[89] Em parte deste trabalho, referente à Sintaxe Interacional (2.2.4.3 Módulo gramatical), há maiores detalhes sobre os pontos levantados nesta parte.

inicial é reanalisado na R2 (Repetição 2) como argumento do verbo como no exemplo (66), ***Peixe**, peixe aqui no Rio grande do Sul eu tenho impressão que se come **peixe** exclusivamente na Semana Santa.* Há casos em que uma expressão ocorre inicialmente como Rema da sentença e reaparece como Tema no segmento repetido. Esse Autor conclui que a análise das alterações da estrutura temática poderá revelar se há alguma hierarquia entre os papéis envolvidos, e se ao longo das Rs os papéis de conteúdo mais concreto seriam substituídos por aqueles de conteúdo mais abstrato. A baixa densidade informativa favorece a interrupção, ao passo que a alta densidade informativa favorece a repetição.

Ao analisar a R de Verbos e Nomes, do ponto de vista da gramaticalização, Castilho (2001: 54) levanta dois pontos a serem considerados quanto à R: (1) a R concorre para a formatação da estrutura sintagmática e da estrutura funcional da sentença. Um exemplo é que a R funciona no apagamento de constituintes, operando da esquerda para a direita, e na adição de constituintes, invertendo essa orientação; a R ordena, também, as funções sentenciais segundo uma hierarquia previsível. (2) quanto aos procedimentos semânticos que acompanham a gramaticalização, a R é favorecedora de indícios de uma translação da significação concreta para a abstrata, constatada no exame da estrutura temática da sentença e na seleção de Tempo-Modo. (3) confirmação de alguns princípios da gramaticalização: a mudança de função decorre da reanálise de sintagmas, desencadeada por sua repetição. Há um ritmo unidirecional e contínuo que vai das estruturas menos ligadas, como as construções de tópico, até as mais ligadas, como os argumentos. Muito raros são os processos inversos.

Morfologização

A morfologização diz respeito à criação de formas presas, sejam afixos flexionais, sejam afixos derivacionais.

Quanto aos afixos flexionais, Castilho (2001: 42) trata da flexão verbal e flexão nominal. Na criação de afixos flexionais relativos à flexão verbal, tem-se como exemplo a gramaticalização dos morfemas de Tempo que, com enorme freqüência, procedem de um Verbo Auxiliar. Foi o que aconteceu com o futuro românico, em que *habere* se transforma no morfema [*re*], na verdade [*e*], se se considerar que [*r*] é o morfema do

infinitivo. O novo morfema se integra no subsistema morfológico da língua, passando a ter um uso obrigatório. Também os morfemas de Tempo podem ser originários de Advérbios. Por exemplo, no Tok Pisin, a expressão adverbial do Ingl. *by and by* originou o marcador temporal *bambai*; o Adv. *já* indica o passado em várias línguas etc.

Quanto à criação de afixos flexionais relativos à flexão nominal, Castilho (2001: 43) examina, por exemplo, os morfemas de Caso que representam a gramaticalização de itens independentes; os morfemas de Gênero e de Número. O grau mais avançado da gramaticalização de Número ocorre nos casos de alternância vocálica, como no Port. *avô* / *avós*; no Ingl. *mouse* / *mice* ("camundongo/ camundongos").

Para exemplificar a criação de afixos flexionais, Castilho apresenta a morfologização do Nome latino *mente*, feminino, que entre outros sentidos tinha o de "modo, maneira". Esse N pospôs-se a Adjetivos, no sintagma nominal, dando origem a expressões como *agir cristã mente*, isto é, "agir de um modo cristão". Por uma redução fonológica, *mente* se tornou átono, cliticizando-se ao Adjetivo, num processo ainda não consumado, se se considerar expressões como *falou franca e asperamente*.

Redução Fonológica

A redução fonológica é um dos processos de gramaticalização mais visíveis. Formas livres transformam-se em formas presas, gramaticalizando-se como afixos. Como exemplo, a formação do futuro nas línguas românicas, em que a forma trissílaba *habeo* reduziu-se ao monotongo *ei*.

Estágio Zero

O estágio zero ocorre quando um morfema desaparece. O estágio zero é o momento máximo da exaustão da estrutura, e anuncia a retomada do processo contínuo que é a gramaticalização. A razão está em que a cristalização de estruturas contraria a natureza mesma da língua, no que ela tem de criativo, de transitório, de re-elaborador (CASTILHO, 2001: 45)

1.3.4.4. Sobre a gramaticalização de orações

Hopper e Traugott (1993: 167) no capítulo 7, sob o título de *Gramaticalização através de cláusulas*[90] propõem um estudo sobre sentenças complexas, uma alternativa para os estudos tradicionais que dividem as orações em coordenadas e subordinadas. Definem a sentença complexa do ponto de vista sintático como uma unidade que consiste de mais de uma oração. Uma oração se define como "núcleo" (*nucleus*) na terminologia de Longacre (1985 *apud* Hopper e Traugott, 1993: 169) se ela pode ser independente, constituindo uma unidade semântica e gramatical. Uma sentença complexa pode consistir de um núcleo, ou de núcleos adicionais, ou de um núcleo e de uma ou mais "margens" (*margins*), orações relativamente dependentes, com grau de dependência variável. Sobre essas orações que constituem "margem", são identificados três tipos semanticamente distintos: as que funcionam como sintagmas nominais (chamadas complemento), as que funcionam como modificadoras de nomes (chamadas orações relativas), as que funcionam como modificadoras de sintagmas verbais, ou proposições inteiras (chamadas orações adverbiais)[91]. As adverbiais e as relativas apositivas (explicativas), segundo os Autores, podem ser menos dependentes do que as relativas restritivas e as orações complemento (substantivas), em algumas línguas, ou em alguns estágios de uma língua. Do ponto de vista da mudança lingüística, a formação inicial de uma sentença complexa inclui a combinação, em uma estrutura, de dois núcleos separados e autônomos, que são mutuamente relevantes. Hopper e Traugott (1993) atribuem o ato de combinar as orações e expressá-las lingüisticamente, às estratégias de produção retórica. Propõem um *cline* com três "pontos rígidos" (*cluster points*)[92]como se segue:

a) "parataxe", ou independência relativa

[90] "Grammaticalization across clauses"
[91] Sobre essa classificação das orações, Hopper e Traugott (1993: 169) remetem a Thompson e Longacre, 1985: 172).
[92] Remete o *cline* como discussões de Matthiessen e Thompson (1988); Lehmann (1988, 1989); Langacker (1991).

b) “hipotaxe”, ou interdependência, na qual há um núcleo, e uma ou mais orações relativamente dependentes.

c) “subordinação”, ou, na sua forma mais extrema, “encaixada”, em outras palavras, completamente dependente, em que a “margem” está totalmente incluída num constituinte do núcleo.

Os Autores apresentam esses pontos num “*cline* de combinação de cláusulas”:

parataxe > hipotaxe > subordinação

Consideradas pelo grau de dependência, vão apresentar traços +/- dependente e +/- encaixada:

parataxe	>	hipotaxe	>	subordinação
-dependente		+ dependente		+ dependente
-encaixada		-encaixada		+ encaixada

As orações, assim, se dispõem num contínuo crescente segundo os níveis de encaixamento, do menor ao maior grau de integração, evidenciando-se a correlação icônica forma-função.

parataxe_____hypotaxis_____subordinação

(independente) (interdependente) (dependente)

núcleo_____margem

integração mínima_____integração máxima

articulação maximamente aberta_____articulação minimamente aberta

De acordo com o que propõem Hopper e Traugott (1993), as orações adverbiais e as relativas explicativas estariam no nível da hipotaxe, com um grau menor de integração e as complemento (substantivas) e relativas restritivas estariam no nível da subordinação. A questão que os Autores levantam é se diferentes tipos de combinação de orações são motivadas. Tomam o que propõe Givón (1990: 826 *apud* HOPPER e TRAUGOTT: 1993: 171) sobre a existência de um paralelismo cognitivo forma-função do seguinte tipo: *Quanto mais dois eventos/estados são semântico e pragmaticamente integrados, mais serão as orações que os codificam integradas gramaticalmente.*[93] Consideram como uma demonstração de iconicidade diagramática[94]. Apresentam como hipótese que elementos mais salientes e independentes que ligam orações (dão exemplo com *that*, ligando orações) são correlacionados com um mínimo de integração semântico-pragmática, e os menos evidentes (como em algumas línguas, afixos flexionais, em outras como o Inglês, não existem marcas) são correlacionadas com uma integração máxima semântico – pragmática. Segundo Hopper e Traugott (1993: 177), as línguas do mundo dispõem de uma grande variedade de técnicas para ligar orações em amalgamação mais fechada.

A partir do princípio da unidirecionalidade, as orações mais independentes, mais frouxas do ponto de vista sintático seriam mais antigas, passariam para estruturas mais integradas do ponto de vista semântico e sintático. Furtado da Cunha *et al*. (1999:101) apresentam uma análise sincrônica e diacrônica do verbo *achar* seguindo a trajetória de integração sintática proposta por Hopper e Traugott (1993), e identificam um uso mais integrado de *achar* no português arcaico, que não mais ocorre no português contemporâneo, uma construção de infinitivo com acusativo.

> (17) E mãdou vijnr comigo hua muy honrada dona diaconyssa, per nome chamada Romana, *a qual,* quando ueo, *achou iazer* aos pees do sancto bispo Nono Pelagia com gran planto e dôo. (Crestomatia arcaica – p. 96 *apud* Furtado da Cunha *et al.*1999: 104)

[93] "The more two *events*/*states* are integrated semantically ou pragmatically, the more will the clauses that code them be integrated grammaticaly"

[94] A iconicidade diagramática se distingue da iconicidade imagética. A iconicidade imagética constitui uma semelhança sistemática entre um item e seu referente, com respeito a uma determinada caracterísitca; a iconicidade diagramática se refere a um arranjo icônico de signos, nenhum deles se assemelhando necessariamente a seu referente, sob qualquer aspecto (Neves, 1997: 106).

A forma verbal *achou iazer* com objeto direto *a qual,* segundo Furtado da Cunha *et al.* (1999), foi pouco freqüente no *corpus* estudado, demonstrando que essa construção estava sendo pouco utilizada no período arcaico, pelo menos com o verbo *achar*. Essa forma representa um resíduo do latim no português arcaico, que, com o tempo, desapareceu, pois não ocorre no português atual.

Também Furtado da Cunha *et al.* (1999) apresentam um novo uso desse verbo no português contemporâneo, aparentemente em início de gramaticalização, para o qual não se tem uma forma atestada no português arcaico.

> (22) aí eu estava no colégio... era... aula de ciências... eu *acho*. (Viviane, 8ª. série. FURTADO DA CUNHA *et al.* 1999:107)

O verbo *achar*, nessa construção, comporta-se como um "parentético epistêmico"[95] Essas conclusões vão de encontro ao princípio da unidirecionalidade, proposto para orações complexas.

1.3.4.5 Gatilhos da gramaticalização

Castilho (2001: 45) usa o termo "gatilho" para se referir às forças motivadoras que desencadeiam o processo de gramaticalização. Identifica duas fontes que proporcionam as alterações lexicais (i) a integração dos itens em determinados domínios cognitivos, como "corpo", "visão", "espaço", "movimento". (ii) a conversação, quando necessidades pragmáticas levam o ser humano a introduzir alterações no estoque lexical para dar conta dessas necessidades. Tem-se, portanto, um gatilho cognitivo e um gatilho pragmático.

1.3.4.5.1 <u>Gatilho cognitivo da gramaticalização</u>

[95] Segundo a autora, "parentético epistêmico" é uma expressão epistêmica que consiste de um sujeito e de um verbo que aparece no final de uma cláusula.

De um ponto de vista cognitivista, a gramaticalização é a codificação de categorias cognitivas em formas lingüísticas, aí incluídas a percepção do mundo pelas diferentes culturas, a representação do corpo humano nas línguas, o papel da visão, do espaço, do movimento. É de conhecimento de que nem todo item lexical é susceptível de alterações por gramaticalização. As pesquisas têm demonstrado que as preferências são por aqueles itens que representam as categorias que foram acima mencionadas, independentemente das diferenças culturais.

A) A Visão

Castilho (2001) toma Langaker (1987, 1991, 1992) que apresenta algumas propostas sobre a Visão, para explicar como essa macrocategoria funciona nas línguas naturais. O modo como retratamos uma cena, isto é, o modo como a perspectivamos, vai especificar a expressão lingüística escolhida para sua verbalização. A primeira dessas propostas diz respeito a ponto de observação da cena, que pode ser fixo ou móvel. Para exemplificar o ponto de vista fixo, Castilho dá como exemplo:

a) O Tocantins é afluente do Amazonas.

O Tocantins integra a bacia Amazônica.

Quanto ao ponto de vista móvel, outras expressões são geradas, segundo o participante da cena em que se situa o observador. Castilho dá os seguintes exemplos:

b) O Tocantins desemboca no Amazonas

O Amazonas recebe as águas do Tocantins

As expressões utilizadas em (b) dizem a mesma coisa, apenas o ponto de vista móvel mudou. O ponto de vista pode ser genérico, como nos exemplos dados, ou específico, revelando diferentes graus de detalhamento.

Há, também, que se considerar uma outra categoria cognitiva, simultaneamente ao ponto de vista do observador, que é a de saliência dos participantes da cena. Um participante da cena pode ser focalizado como seu foco primário, nesse caso identifica-se o *tema* (Funcionalismo de Praga), *figura*, *trajector* (Langacker, Svorou), ou como seu foco secundário, identifica-se o *rema*, *fundo*, *landmark.* Castilho dá exemplos para ilustrar como a sintaxe representa o jogo *figura*/*fundo* ou *tema*/*rema* ou *trajector*/*landmark* [96] , alterando *Amazonas* e *Tocantins* nesses papéis.

c) O Amazonas precede o Tocantins em caudal de águas.

O Tocantins segue-se ao Amazonas em caudal de água.

B)O espaço físico

Ainda com referência aos exemplos acima, Castilho (2001: 46) diz que o ponto de vista do observador gera determinadas estruturas sintáticas, como foi visto. Em todos os casos arrolados, a cena captada corresponde a um ESPAÇO, estudado por muitos cognitivistas, como Svorou (1983, 1993), Heine Claudi e Hünnemeyer (1991) e anteriormente pelos localistas, como Lyons (1977).

Há a proposta de dois modelos para a configuração do ESPAÇO, (i) o modelo dos pontos de referência (Ingl. *landmark*), (ii) e o modelo do corpo humano. Procedem a partir dos primeiros, as preposições derivadas de nomes que especificam o céu (*sobre*), a terra / o solo / o chão (*sob*), o buraco (*dentro*); procedem do segundo os nomes designativos de OBJETOS concretos, os quais, via metaforização, produzem as preposições, à medida que as propriedades nominais se perdem e determinadas propriedades gramaticais se ganham, por exemplo: cabeça (*sobre*); peito/rosto – *frente* etc. Em muitas línguas naturais, a marcação do locativo se dá através de preposições pré-nominais ou de preposições preverbais, dá como exemplo:

[96] Em parte deste trabalho esses termos estão em contextos teóricos explicativos.

d) O guerreiro caminhou contra a muralha [ALATIVO]

e) O guerreiro veio da muralha [ABLATIVO]

Também os casos derivam da categoria de ESPAÇO. Castilho diz que isso representa um aprofundamento no processo de gramaticalização, uma vez que os casos são considerados "mais gramaticais" que as preposições na marcação das relações sintáticas. Sendo possível derivar do ALATIVO e do ABLATIVO outros tantos casos, como dos seguintes exemplos:

f) Esperou à porta [LOCATIVO]

g) Vou à feira [ALATIVO]

h) Entregou à criança o presente [BENEFACTIVO]

i) Perdeu ao contar a verdade [TEMPO >CAUSA]

j) Saiu de casa [ABLATIVO DE ORIGEM]

k) Ferido de amor [PACIENTE]

Da categoria de ESPAÇO, as preposições passam a designar TEMPO, sendo esta a mais direta metáfora do ESPAÇO. A noção de TEMPO cronológico dá surgimento, por sua vez, a uma sorte de tempo do discurso, por meio do qual se pontuam sejam os eventos numa narrativa, sejam os pólos numa argumentação. Castilho (2001: 48) exemplifica com o item *aí*:

l) O livro que você procura está *aí* na prateleira [ESPAÇO FÍSICO]

O carteiro chegou e *aí* começou a distribuir a correspondência [MOMENTO DE EVENTO]

Primeiro vou detalhar as classes gramaticais e *aí* será possível estudar sua origem [PONTO NA ARGUMENTAÇÃO]

C) O movimento

De certa forma, movimento já aparece no detalhamento da VISÃO, na referência aos pontos de vista fixo e móvel. Uma evidência de como as características cognitivas se imbricam, o que vale dizer que elas não são opositivas, negativas, como as categorias formais, ao contrário, são antes problemáticas, cumulativas.

Do movimento entendido como deslocação no espaço físico, deriva a noção de volição, e dessa a de deslocação para o tempo futuro. Castilho (2001: 48) dá exemplo com o verbo *ir*.

m) Vou caminhar até o parque [MOVIMENTO FÍSICO, capacidade de caminhar]

n) Vou esquematizar tudo, assim vocês entenderão [VOLIÇÃO]

o) Vou ir a Santos no primeiro feriado [FUTURO]

p) Vá cuidar das tuas coisas [DEÔNTICO]

ESPAÇO FÍSICO e MOVIMENTO são considerados as categorias mais básicas, na análise das preposições. Sendo espaço físico mais básico do que espaço mental.

1.3.4.5.2 Gatilho pragmático da gramaticalização

De um ponto de vista interacional, a gramaticalização é a representação gramatical das categorias pragmáticas que regem a conversação. O discurso oral constitui, assim, o lugar privilegiado para a observação dos processos constitutivos da linguagem, como a gramaticalização. Castilho (2001: 48) identifica a repetição e a marcação conversacional como duas categorias pragmáticas que constituem formas gramaticais. A discussão dessas duas categorias se encontra em parte deste trabalho, na parte referente à sintaxe interacional.

1.3.4.6 Princípios da gramaticalização

Não há unanimidade em relação aos princípios que regem os estágios da gramaticalização. Serão apresentados os propostos por Lehmann (1982), por Hopper (1991) e finalmente os propostos por Castilho (1997).

Lehmann (1982 *apud* Castilho, 1997: 49) identificou cinco princípios, discriminados abaixo:

(1) **Paradigmatização**: construções sintáticas integram-se como formas perifrásticas em paradigmas morfológicos, o que conduz a paradigmas progressivamente pequenos e homogêneos.

(2) **Obrigatoriedade**: dentro do paradigma, a escolha entre seus membros sujeita-se a regras gramaticais. O conjunto categorial representado pelo paradigma torna-se progressivamente obrigatório nas sentenças da língua.

(3) **Condensação**: quanto mais um signo se gramaticaliza, tanto menos complexos se tornam os constituintes com os quais ele pode combinar-se.

(4) **Coalescência**: este princípio se manifesta da justaposição (via cliticização, aglutinação e fusão) para uma alternância simbólica.

(5) **Fixação**: o signo gramaticalizado tende a ocupar uma posição fixa inicialmente na sintaxe, e depois na morfologia, tornando-se um preenchedor de espaços gramaticais.

Hopper (1991) admite a existência de cinco princípios:

(1) **Estratificação** ("layering"): dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e a interagir com as camadas mais novas.

(2) **Divergência**: quando a forma lexical gramaticalizou-se num clítico ou num afixo, a forma original permanece como um elemento autônomo e sofre as mesmas mudanças que um item lexical comum.

(3) **Especialização**: dentro de um domínio funcional, é possível haver em determinado estágio uma variedade de formas com nuanças semânticas diferentes; quando a gramaticalização ocorre, estreita-se essa variedade de escolhas formais, e um número menor de formas selecionadas assume significados semânticos mais gerais.

(4) **Persistência**: quando uma forma se gramaticaliza, passando de uma função lexical para uma função gramatical, tanto quanto isso seja gramaticalmente viável, alguns traços do seu significado lexical original tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical.

(5) **Descategorização**: formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e as propriedades sintáticas das categorias plenas Nome e Verbo, e a assumir atributos característicos das categorias secundárias, tais como o Adjetivo, o Particípio, a Preposição, etc.

Castilho (2001: 58) apresenta como princípios da gramaticalização: a Analogia, a Continuidade e o gradualismo, a Unidirecionalidade e a simultaneidade, e a Reanálise. Esses princípios operam sobre as categorias cognitivas e pragmáticas já referidas.

1) Analogia

Espécie de aproximação psicológica entre categorias em ausência, isto é, entre categorias situadas no eixo paradigmático. A analogia não dá surgimento a expressões ou estruturas novas, ela simplesmente estende regras a itens ainda não atingidos, "uniformizando" as formas da língua.

2) Continuidade e gradualismo

A gramaticalização é um processo que tende continuamente à inovação da estrutura das línguas, sobre as quais opera numa forma gradual. Sapir (1921), e posteriormente Labov (1995 *apud* CASTILHO, 2001: 59) postulam que a variação é o primeiro estágio da mudança sintática. Os trabalhos da gramaticalização invertem essa ordem. Lichtenberk (1991: 37 *apud* CASTILHO, 2001: 59) afirma que a *variação é uma conseqüência necessária do gradualismo da mudança lingüística*, dado o caráter cíclico da gramaticalização. Castilho diz que se pode afirmar que a variação é ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de chegada da mudança lingüística.

3) Unidirecionalidade e simultaneidade

Vários autores defendem a unidirecionalidade do processo de gramaticalização, isto é, postulam ser um processo irreversível, que só pode ser desenvolvido da esquerda para a direita: a um estágio A deve-se seguir um estágio B e não o contrário. Não poderia haver, portanto, "desgramaticalização". Embora existam alguns casos. Assumem esse ponto de vista, por exemplo, Hopper e Traugott (1993); Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), dentre outros.

Castilho (2002) assume uma postura crítica diante da questão da unidirecionalidade, propondo que esse princípio deva ser substituído pelo de

multidirecionalidade. Ele parte dos questionamentos de Campbell e Janda (2001), que têm uma posição desafiadora diante de algumas questões pertinentes à gramaticalização, e uma dessas é sobre o princípio da unidirecionalidade.

Castilho (2002) diz que outros lingüistas, aqui no Brasil, já tinham se pronunciado contra o princípio da unidirecionalidade, Ferreira, Cezário, Martelotta, Votre (2000: 152). Castilho apresenta o seu ponto de vista, e a proposta da multidirecionalidade é pautada em questões teóricas e do conceito mesmo de língua. Vê a postulação da unidirecionalidade ligada a uma concepção estática de língua, passível de representação através de uma linha – a um estágio A se segue um estágio B, a esse se segue um estágio C, e assim por diante - na qual é possível reconhecer pontos e estabelecer derivações entre eles, o que não coaduna com a língua, um fenômeno intrinsecamente dinâmico. Quanto ao processo de mudança de uma categoria em outra, por exemplo, de um Nome para um Advérbio e desse para uma Preposição, é como se os lingüistas, procedentes da tradição funcionalista, não considerassem a Teoria dos Protótipos, e postulassem limites tão claros entre as categorias. Um outro ponto, diz respeito à proposta de apresentar o discurso, a gramática e a semântica numa hierarquia entre eles, como se a mente operasse em termos de instruções seqüenciais.

Castilho (2002) propõe uma teoria multissistêmica da língua. Parte da consideração de gramaticalização, como um dos processos de criatividade lingüística, o qual demanda uma teoria lingüística dinâmica para ser entendido. Assume a língua como um multissistema dinâmico que pode ser representado numa forma radial, tendo ao centro o Léxico e à volta o Discurso, a Semântica e a Gramática. Cada um desses sistemas dispõe de categorias próprias, que podem eventualmente apresentar correlações entre elas, mas não indicaria nem derivação nem subordinação. Postula que a mente deve operar simultaneamente sobre esses conjuntos de categorias e os produtos lingüísticos que daí resultassem poderiam ser representados como uma constelação. Quer dizer com isso que qualquer expressão lingüística exibe simultaneamente propriedades discursivas, semânticas e gramaticais, variando o grau de saliência entre elas. Não vê vantagens em estabelecer uma hierarquia entre Discurso, Semântica e Gramática, como pretendem autores dos estudos da gramaticalização.[97] Castilho conclui ratificando a sua proposta, a partir dos argumentos apresentados, e a partir da análise do

[97] Detalhes sobre a descrição desses subsistemas e dos mecanismos sociocognitivos de caráter pré-verbal, que governam o Léxico, encontram-se em parte deste trabalho.

item *antes*, de substituir o princípio da unidirecionalidade pelo de multidirecionalidade, acreditando que o poder heurístico lhe parece maior. Reconhece, entretanto, que muita pesquisa precisa ainda ser feita nesse sentido.

4) A Reanálise

Diferentemente da analogia, a reanálise opera no eixo sintagmático. Por esse princípio, os falantes mudam sua percepção de como os constituintes de sua língua estão ordenados no eixo sintagmático. A abdução se distingue da indução e da dedução. Castilho (2001) cita Anderson (1973 *apud* HOPPER e TRAUGOTT, 1993: 39) que define a abdução como: "*a abdução provém de um resultado observado, invoca uma lei, e infere então o que poderia ser o caso; assim, dado o caso que Sócrates morreu, podemos correlacionar esse fato com a lei geral que todos os homens são mortais, e, portanto, Sócrates é um homem*". Abdução (ou inferência) é tida como um tipo fraco de raciocínio, mas é considerado por Pierce (*apud* CASTILHO, 2001: 61) "*a base da percepção humana, e o único tipo de raciocínio através do qual se pode dar origem a novas idéias*".

Através da abdução se mudam os limites entre determinados constituintes, estabelecendo mentalmente novos cortes, sem alterar a manifestação superficial da unidade sobre a qual se está operando. Apesar disso, a reanálise vai ter conseqüências futuras no eixo paradigmático, pois uma nova categoria estará surgindo. Isso levou alguns autores a reconhecer na reanálise a mudança dos limites, ou até mesmo a perda dos limites entre constituintes.[98] Castilho (2001: 62) apresenta alguns exemplos de processos de reanálise, como a formação do futuro no Ingl.: [*I am going*] [*to sell my car*], em que o verbo *to go* mantém seu sentido pleno de movimento no espaço físico, e o segundo constituinte assinala a finalidade dessa deslocação. Reanalisada como [*I am going to*] [*sell my car*], uma nova unidade apareceu, o progressivo *I am going to*, cuja gramaticalização prossegue, a ponto de se poder omitir o pronome e o auxiliar, donde *going to* que, reduzido fonologicamente, deu lugar a *gonna*, uma nova forma de futuro.

[98] Como Langacker (1977 *apud* Heine, Claudi, Hünnemeyer, 1991: 216), citados por Castilho (2001: 61)

Segundo Hopper e Traugott a reanálise é o *desenvolvimento de novas estruturas a partir de estruturas mais antigas* (HOPPER e TRAUGOTT, 1993: 56).

Detges e Waltereit (2002) propõem uma perspectiva diferente de considerar a reanálise, a partir de uma visão pragmático-cognitiva. Tomam a reanálise em comparação com a gramaticalização. A reanálise não é vista puramente em termos descritivo-estruturais, como tem sido considerada, mas diz respeito a um procedimento baseado no ouvinte, enquanto a gramaticalização é um procedimento baseado no falante. Tanto reanálise quanto gramaticalização, defendem os Autores, surgem como conseqüência de necessidades básicas de comunicação, que podem ser identificadas como estratégias do ouvinte, no caso da reanálise, e estratégias do falante, no caso da gramaticalização. Eles sustentam que a reanálise é proveniente de usos da língua, não como uma conseqüência de necessidades do sistema. É primariamente semântica e não sintática – é disparada por certos tipos de mudanças semânticas, sobretudo por metonímia, mas também por mudança taxonômica. Consideram a gramaticalização como um exemplo de mudança semântica como a reanálise, entretanto, há uma diferença crucial entre os dois processos: a reanálise é o resultado de uma estratégia de interpretação, isto é, é baseada no ouvinte, e a gramaticalização, por outro lado, é o resultado não intencional de técnicas expressivas discursivas, isto é, é baseada no falante (DETGES e WALTEREIT, 2002: 6). A reanálise não é unidirecional, como a gramaticalização tem sido entendida, é baseada em dois princípios: o princípio da referência e o princípio da transparência. Reanálise e gramaticalização são vistas pelos Autores como duas estratégias diferentes: o propósito da reanálise é o entendimento, a gramaticalização é apenas uma subclasse de mudança baseada na expressividade, além disso, ela é sempre acompanhada pela reanálise. Os Autores concluem que, por causa disso, a gramaticalização não pode ser o fenômeno mais importante, como Haspelmath (1998: 344) sustenta.

Pelo que é apresentado por Detges e Waltereit (2002), pode-se inferir que, a partir do ponto de vista deles, a reanálise e a gramaticalização constituem dois processos com motivações semelhantes, a comunicação, mas têm princípios diferentes, não havendo uma superioridade da gramaticalização sobre a reanálise.

1.3.4.7 Princípios constitutivos da linguagem

Além da gramaticalização, Castilho (2001, 2002) inclui a semanticização e a discursivização como processos constitutivos da linguagem. Tanto a semanticização como a discursivização co-ocorrem com a gramaticalização. Sobre a semanticização, acredita que se precisaria entender mais claramente os mecanismos semânticos das línguas naturais, para configurá-la melhor. Posiciona-se contrariamente a certas afirmações de natureza semântica, como supor uma derivação de sentidos abstratos a partir de sentidos concretos; também o uso de "bleaching", "fading", como se não houvesse ganhos, e só perdas nas línguas.

A esse respeito, observe-se o que apresenta De Mulder (2001: 15) sobre a questão do enfraquecimento semântico no processo de gramaticalização. É sustentado por muitos lingüistas, como Heine e Reh (1984: 15), quando dizem que a gramaticalização é "*uma evolução em que unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética*", significando que o sentido gramatical é mais "abstrato" que o sentido da unidade lexical que constitui o ponto de partida da gramaticalização. Outros lingüistas, como Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991 109-113 *apud* DE MULDER, 2001: 15), notam, por outro lado, que gramaticalização não é necessariamente sinônimo de "enfraquecimento semântico". Para respaldar essa idéia, eles recorrem aos estudos de Rubba (1990) sobre a gramaticalização que leva nomes que designam partes do corpo à adposições: esse lingüista nota que o sentido dessas adposições é mais complexo do que dos nomes de que são derivados. De Mulder afirma que a gramaticalização não dá, então, verdadeiramente lugar a um enfraquecimento semântico. Cita Hopper e Traugott (1993: 88) que sustentam que essa se aplica, sobretudo, às primeiras fases do processo, nos quais, há, sobretudo, uma "redistribuição" ou uma modificação do sentido, que mesmo um enfraquecimento semântico. De Mulder (2001: 16) diz que a mudança semântica que está implicada no processo de gramaticalização é freqüentemente descrita em termos de transferência metafórica. Dá o exemplo apresentado por Swetser (1988) com o verbo *go* do Ingl., que pode expressar um sentido futuro, em virtude de uma projeção no domínio temporal do sentido espacial esquemático desse verbo, que indica um movimento linear a partir de um lugar onde se situa *ego* em direção a um objeto distante. Bybee, Perkins e Pagliuca (1994: 269 *apud* De Mulder, 2001: 16) vão mais além, quando dizem que não é necessário se fazer apelo à transferência metafórica, uma

vez que o sentido temporal é já presente como uma inferência do sentido espacial: o que se desloca num caminho no espaço, se desloca também no tempo. O sentido espacial é suprimido, e essa é a causa do elemento intencional que está igualmente presente desde o ponto de partida: quando se diz que se vai a qualquer lugar fazer qualquer coisa (*I am going to X to do Y*), o locutor anuncia por ele mesmo sua intenção de fazer. O sentido futuro de *go* se analisa, assim, como uma generalização a partir dos contextos em que se exprime uma intenção, sem que exista um deslocamento no espaço para realizar tal intenção.

As discussões sobre a questão do sentido no processo de gramaticalização foram intensificadas com os recentes estudos na área da semântica cognitiva, como tem sido visto. Castilho (2001, 2002) propõe que a semanticização deva ser um programa adicional, assim como a discursivização, para privar a gramaticalização de sua atual centralidade. Sob a rubrica da semanticização, propõe, ainda, aprofundar as pesquisas sobre a referenciação, a predicação, a foricidade e a conexidade, precedendo tudo isso de indagações de como criamos os sentidos.

Sobre a discursivização, Castilho (2002) vê uma maior dificuldade em delineá-la. Supõe que seu ponto de partida deve ser a ancoragem dêitica do evento lingüístico. Parte do que diz Svorou (1993: 4):

> a linguagem ancorada deiticamente é o exemplo típico (prototípico) da linguagem como um sistema de comunicação, a fonte da ontogênese da língua, e a base para o desenvolvimento de todos os demais contextos não dêiticos.

A partir dessa consideração, devem ser feitas indagações sobre topicalização (hierarquia tópica, desvios tópicos por digressão e por parênteses), correção sociopragmática, tratamento da informação, entre outros temas.

Os temas arrolados acima, tanto os referentes à semanticização, como à discursivização, são considerados nos estudos da gramaticalização, principalmente quando estão em foco dados da língua falada.

2. O ONDE: ASPECTOS HISTÓRICOS PRESCRITIVOS E DESCRITIVOS

2.1 O ONDE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Para empreender o histórico do ONDE, toma-se o latim clássico, como ponto de partida, posteriormente o latim vulgar tardio, a fase medieval e o português arcaico. Foram consultados alguns autores que tratam mais especificamente sobre cada período, com o objetivo de enfocar, apenas, as formas pronominais e adverbiais que levaram ao estabelecimento do ONDE usado nesta sincronia. Também se espera extrair reflexões sobre os aspectos semânticos e morfossintáticos que envolvem os usos dessas formas, servindo como subsídio para análise posterior.

2.1.1 **Os locativos no latim clássico**

Para o estudo dos pronomes relativos e dos advérbios de lugar, no latim clássico, se fará um recorte, sendo enfocados, apenas, os que estão ligados diretamente ao atual ONDE. Pretende-se verificar, com o levantamento feito, as formas que deram origem a esse item, e também verificar se essas formas eram, do ponto de vista categorial, pronomes ou advérbios - uma das questões que suscita questionamentos, por não estar resolvida nas gramáticas normativas do português atual, quando tratam do ONDE.

Para situar os pronomes relativos referentes a lugar e os advérbios de lugar na língua latina clássica, tem-se que recorrer ao seu sistema de casos. Os pronomes relativos se distribuem nos casos nominativo, acusativo, genitivo, dativo e ablativo no singular e no plural. O caso ablativo tem a função de adjunto circunstancial ou adverbial. Indica o lugar e também o tempo em que se realiza a ação expressa pelo verbo. Primitivamente, indicava o ponto de partida, a origem. Além do ablativo singular, *quo, qua, quo,* único usado no período clássico, tanto para o pronome relativo, como para o interrogativo - indefinido,[99] havia no latim arcaico um ablativo *qui* que se especializou como advérbio, deixando, porém, um ou outro vestígio até na língua

[99] O pronome interrogativo – indefinido é estreitamente ligado ao pronome relativo, possuindo para o ablativo as mesmas formas do singular, *qui, qua, quo* e do plural, *quibus, quibus, quibus*.

clássica, como é o caso da expressão *quicum* equivalente a *cum quo* (com o qual) (Farias, 1958: 143). O pronome relativo latino concorda com o antecedente. Entretanto, o caso vai depender da função sintática que o pronome apresenta na oração a que pertence.

Lindsay (1915: 135 §1.), ao tratar da origem dos advérbios, diz que esses foram, na sua maior parte, casos de nomes, adjetivos e pronomes. Os casos mais freqüentemente encontrados no latim eram o acusativo, o ablativo (ou instrumental) e o locativo.

Faria (1958: 251) no item *Complemento ao Estudo do Advérbio*, diz:

> Quanto à sua origem, muitos advérbios são simples formas casuais, fixadas em determinados casos, como que assim fossilizadas, e que passaram a ser usadas adverbialmente, destacando-se, desta forma, do sistema da declinação. Outras vezes, são formados de certas terminações que lhe são características, geralmente provenientes de antigas desinências nominais, conservadas ou não pela língua comum. Finalmente alguns representam verdadeiras locuções prepositivas que acabaram por ser compreendidas como um único vocábulo.

Referindo-se aos advérbios de lugar, Faria (1958: 249) apresenta-os divididos, em latim, em dois grupos: os que se derivam de pronomes (principalmente os demonstrativos) e os que não se derivam de pronomes. Trata, em primeiro lugar, dos que se derivam de pronomes, os que vão interessar a esta análise.

Esse autor apresenta um quadro dos pronomes demonstrativos e dos advérbios deles derivados. Os advérbios se dividem pelas quatro questões: *ubi* (lugar onde), *unde* (lugar donde), *quo* (lugar para onde) e *qua* (lugar por onde). Apenas exemplificando a distribuição, será apresentada uma parte do quadro:

Pronomes demonstrativos	*Ubi*	*unde*
	(lugar onde)	(lugar donde)
hic	*hic*, aqui	*hinc*, daqui
Iste	*istic,* aí	*istinc*, daí
Iille	*illic*, lá	*illinc*, de lá
Is	*ibi,* aí	*inde*, daí
Idem	*ibidem,* aí mesmo	*indidem*, daí mesmo

Quadro 5 – Pronomes demonstrativos e advérbios deles derivados (Faria, 1958: 249).

Faria (1958: 252) acrescenta que os advérbios de lugar e tempo, como *ibi, ubi, istic, illic, domi, humi, militiae* são representantes de antigos locativos.

Câmara Júnior (1976: 116), tratando da natureza do advérbio, assim se expressa:

> Nas antigas línguas indo – européias, entre as quais o latim, o advérbio se caracterizava, em face das formas nominais ou pronominais em que se filiava, por ser um nome ou pronome fixado num determinado caso (que era freqüentemente o ablativo) ou ter uma estrutura peculiar com um sufixo típico.

Acrescenta que havia uma série de advérbios locativos que se associavam aos pronomes demonstrativos um a um. Distinguia-se a situação (*ubi)*, a proveniência (*unde*) e a direção (*quo*), essencialmente.

Ao se enfocar as formas latinas correspondentes ao atual *onde*, tem-se:

ubi (lugar onde)

unde (lugar donde)

quo (lugar para onde)

qua (lugar por onde)

Com relação à proveniência desses quatro locativos latinos, *quo* e *qua* são o caso ablativo singular dos pronomes relativos. Quanto a *ubi* e *unde,* Lindsay (1915: 141) os inclui nos advérbios pronominais, formados por sufixo: (1) -*bi* (antigo –*bei*) com sentido locativo, é o caso de *ibi* e *ubi*, e (6) –*nde,* indicando movimento, deslocamento, é o caso de *inde* e *unde*.

Ernout e Meillet (1994: 715, 716 e 747) dão a seguinte classificação para *ubi* (*ubei*): advérbio de lugar, relativo e interrogativo, com significado de *à la place où* (no lugar em que), *sans mouvement* (sem movimento), *où* (onde); se emprega também com relação a tempo, *au moment où, quand, lorsque* (no momento em que, quando, logo que). Tem por correlativo *ibi*, panromânico. E para *unde* adv: *d'où* (de onde), relativo e interrogativo, correlativo de *inde*, panromânico. Acrescentam que *ubi* como *unde, umquam* e *uter* fazem parte das palavras de *u-* inicial que pertencem ao grupo dos relativos-indefinidos *quis, qui*. É em *ubi* que esse *u-* inicial tem sua explicação mais

nítida, pois *unde* não tem uma etimologia clara, e *umquam, uter* têm *u-* apenas secundariamente; *ut* não tem correspondente fora do itálico.

Em observância às formas umbra e osca, correspondentes a *ubi*, dizem que essa forma demonstra que a forma inicial era *quubi* e que o *qu-* inicial, restituído diante de *u* sob a influência de *quis, quae*, etc. nos compostos, se anulava diante de *u* nas simples. Desde então se reencontra em itálico o advérbio indo-europeu significando *où* (onde).

Quanto a *unde*, os autores dizem que a única forma constituída como *unde* é *inde*. No que se refere ao *u* inicial, é válido para o que foi dito sobre *ubi*. Acrescentam que a estrutura de *inde*, *unde* lembra a dos advérbios eslavos. Não admitem bem a relação com o tipo latino *hin-c*, *istim, illim*.

Rubio (1983: 277-279) tratando da subordinação relativa latina, postula um paralelismo sintático em rigorosa correspondência com o paralelismo morfológico. A morfologia colocaria evidentes conexões entre termos interrogativos (pronomes, adjetivos, advérbios de lugar, tempo e modo) e suas possíveis respostas. As respostas a *quis*? (quem?), *qui*? (que?), *ubi*? (onde?), *quo*? (para onde?), *qua*? (por onde?), *unde*? (de onde?), *ut*? (como? de que modo?) são absolutamente paralelas.

A *quis*? (= quem), por exemplo, pode-se dar:

a) uma resposta absoluta: um nome ou pronome pessoal;

b) uma resposta dêitica: assinala-se a pessoa, de alguma maneira sem nomeá-la;

c) uma resposta "relativo individualizadora": *Quis uenit* ? (Quem vem?) *Quem heri uidimus in foro* (Quem ontem vimos no foro);

d) uma resposta "relativo-indefinida": *quicumque, quidam.*

A subordinação relativa pode ser: subordinação pronominal, subordinação adjetival-relativa, subordinação adverbial relativa de lugar, subordinação adverbial geral (também de base essencialmente relativa), subordinação interrogativa. Para efeito de análise, neste texto, serão verificadas apenas a oração pronominal relativa e a subordinada adverbial relativa de lugar.

Sobre a <u>subordinada pronominal relativa</u>, Rubio (1983: 279) diz que a didática tradicional considera toda oração relativa como uma determinação de um "antecedente"

(nome ou pronome demonstrativo). Toda oração relativa se reduziria a um desses dois modelos:

a) com antecedente nominal: *Pecuniam, quam credidisti, reddo* (Devolvo o dinheiro que creditaste);

b) com antecedente demonstrativo: *Tibi id, quod credidisti, reddo* (Devolvo-te o que creditaste).

Para a construção (b) sem antecedente, postula-se um antecedente *id* "subentendido", com o qual ela fica reduzida ao modelo normal. Discute essa representação, dizendo que a resposta (c) (relativa) deveria ser eliminada desse esquema, restando apenas a nominal (a) e a dêitica (b), ambas suscetíveis de uma determinação facultativa, mediante a oração relativa. Rubio questiona o fato de se, normalmente, crer dispensável um antecedente para *ubi* (lugar ou tempo), *quo, unde, qua, ut* etc., acrescentando que não há razão de se postular *is, ea, id* subentendido para a oração relativa com *qui.* Exemplifica:

(*Ubi cenabis*?) (Onde jantarás?) - *Ubi tu iusseris*. (Pl., Truc., 577) (Onde tu mandares).

(*Ut loqueris*?) (Como falarás?) - *Loquor ut opinor*. (Cic., Brut., 131) (Falo do mesmo modo que penso).

Do mesmo modo e em rigoroso paralelismo, deve ser interpretado:

(*Quid faciunt*?) (Que fazem?) - *Quod iussit sunt faciunt* (César, B. G., 3,6,1).

(*Quis uenit*?) (Quem vem?) - *Quem heri uidimus in foro*. (Quem vimos ontem no foro).

Rubio (1983: 280-281) discute os dois tipos de orações: com antecedente nominal e com antecedente demonstrativo. A <u>oração relativa com antecedente nominal</u> tem função adjetiva, isto é, constitui uma determinação desse antecedente em tudo comparável à função de um adjetivo formal referido a um nome. Essa oração relativa, não é, pois, estruturalmente, um elemento central da oração principal, mas uma expansão semântica

de um elemento da oração principal, ao qual se junta uma nova faceta; essa expansão está "subordinada", isto é, em um nível sintático inferior e em conexão vertical com o elemento determinado por ela.

Quanto à oração relativa com antecedente demonstrativo, como em *Tibi reddo id quod credidist* (Restituo-te o que pagaste), diz-se que o *id* é o complemento direto do verbo principal, porém, na realidade, é um complemento direto puramente "formal", sem conteúdo semântico, o verdadeiro complemento direto é a expansão *quod credidisti.* O *id* daria uma informação, além do campo mostrativo, de noções de gênero (neutro), número (singular) e caso (acusativo). Em *id* tem-se um substantivo no acusativo, porém um substantivo sem conteúdo real no plano semântico. O *id* não é inteligível antes de completar-se semanticamente com o que lhe foi acrescentado: *quod credidisti*. No exemplo citado, o *id* tem apenas o conteúdo anafórico que aponta para *quod credidisti.* Essa relação não seria de tipo vertical, mas aponta para uma relação de tipo horizontal.

Sobre a oração relativa sem antecedente, Rubio (1983: 282) diz que essa oração prescinde da ajuda preparatória do signo anafórico, prescinde da marca nominal abstrata e expressa, tão somente, seu conteúdo real, contando com o ouvinte que saberá atribuir-lhe a forma e a função adequada com a ajuda do contexto e também com o indício orientador da entonação.

Depois de examinar os três tipos sintáticos de oração relativa, sintetiza dizendo que essa oração ascende gradualmente de hierarquia sintática. No primeiro caso, *Pecuniam quam credidisti*, a oração é subordinada a um membro da oração principal; no segundo caso, *Id quod credidisti*, a oração relativa está no mesmo nível que esse membro da oração principal e em justaposição com ele; no terceiro caso, *Quod credidisti* desloca-se do antecedente e se converte no complemento direto do verbo principal. Apenas nesse último caso, a oração relativa se integra totalmente na oração principal, a oração relativa funciona igual a um substantivo, com relação ao verbo da principal; nos dois primeiros exemplos, ela permanece na posição anterior de um dos componentes da oração principal. Conclui dizendo que, dessa forma, pode-se entender, assim, a denominação tradicional de "subordinada substantiva". Essas orações são estruturalmente diferentes e não constituem um só tipo sintático.

Rubio (1983: 296) demonstra que estruturação semelhante se encontra na subordinação adverbial relativa (de lugar), em rigoroso paralelismo.

1) Questão *Ubi*? Resposta: (*Natus est) in Sicilia ubi rex Agathocles regnator fuit.* (Nasceu na Sicília onde reinou o rei Agathocles) (Pl., Men., 409- 410).

2) *Ubi sum, ib non sum; ubi non sum, ibi est animus* (Onde estou, (ali) não estou; onde não estou, ali está o meu pensamento) (Pl. Cist., 211, 212).

3) *Ubi tu Caius, ego Caia* (Onde tu estejas Gaio, eu estarei Gaia) (fórmula de cerimônia nupcial).

Esse mesmo tipo com relativo indefinido: *Illam requiram ubiubi est* (Lá vou buscá-la onde quer que esteja) (Pl., Epid., 492). Essas mesmas estruturas ocorrem com *unde*, *quo*, *qua.*

2.1.2 Os locativos *ubi, unde, quo* e *qua* no latim vulgar

O latim vulgar é o latim falado, espontâneo de que derivaram as línguas românicas em oposição ao dos textos literários.

No que se refere aos pronomes relativos, Maurer Júnior (1958: 113) afirma que a língua vulgar conserva o pronome relativo clássico, que é panromânico, embora perca algumas de suas formas, especialmente as do plural. O que fica é o seguinte:

	Masculino e feminino	Neutro
nominativo	*Qui*	*quod* (e *quid*)
dativo	*Cui*	_____
acusativo	*Quem*	*quod*

Quadro 6 – Pronomes relativos na língua vulgar (Maurer Júnior, 1958: 113).

Perde-se a distinção entre o masculino e o feminino, empregando-se a forma masculina para os dois gêneros, o que já atestam as inscrições latinas.

O autor se refere à forma *qualis,* e diz que embora seja incluído por Grandgent entre os relativos vulgares, não o considera, devendo tratar-se de uma formação

posterior. Esse novo relativo exprimia melhor do que *qui* as diferenças de gênero e número, o que pode explicar a preferência dada pela língua culta.

Com referência aos advérbios, Maurer Júnior (1958: 166) observa que os advérbios demonstrativos que constituíam um grupo de correlativos, indicando posição, direção, procedência e passagem por um lugar (respectivamente *hic, huc, hinc* e *hac* e assim por diante) perderam-se em grande parte e, às vezes, se confundiram. Assim *ubi* se emprega por *quo*; *ibi* por *eo*; *unde* substitui freqüentemente *ubi* (cf. port. *onde*, esp. *onde*; fran. antigo *ont*; prov. *on*; rum. *unde*) etc.

Sobre o emprego dos advérbios, Maurer Júnior (1958: 190) assim se expressa: *A inovação mais notável é que os advérbios de tempo e de lugar admitem a regência de uma preposição, o que lhes dá um caráter pronominal*. Em Nota (515) acrescenta: *O mesmo caráter pronominal assumem advérbios como unde e inde (Stolz-Schmalz, p. 391 e s.), dando, mais tarde, origem a verdadeiros pronomes*, *e. g. fr*. *dont* (*de unde*), *e en.*

2.1.3 **Os locativos *ubi* e *unde* no latim medieval**

O latim medieval compreende o período que vai da queda do Império Romano a 1492.

Bastardas Parera (1953) faz um estudo das cartas espanholas do século VIII ao XI. São documentos notariais, geralmente agrupados em *Cartularios*, escrituras de doações, permutas, testamentos, juízos etc. Da análise da língua usada nesses documentos, o Autor apresenta significativos resultados sobre o uso dos locativos, no capítulo referente à sintaxe dos pronomes (Bastardas Parera: 1953: 72, 73). Os advérbios de lugar *inde* (ou *exinde*) e *ibi* assumem freqüentemente a função de pronomes de 3ª pessoa. Os advérbios *unde* e *ubi* fazem as vezes de pronomes relativos. O Autor considera como um uso muito antigo, remontando ao latim arcaico e que adquiriu grande desenvolvimento no período de decadência. Atribui a substituição dos pronomes relativos por esses advérbios, como a lei do menor esforço. Pois, não só consegue evitar o uso das preposições, como toda referência ao gênero e ao número. Acrescenta que, pelo que está registrado na Espanha, o uso pronominal desses advérbios devia ser freqüente na língua

vulgar da época visigótica, pois alguns autores cultos o evitam. Nas *Fórmulas Visigóticas* aparecem *exinde* e *unde* nessa função.

Sobre o uso pronominal do advérbio *unde,* Bastardas Parera (1953: 75 § 33) diz que o emprego de *unde* em substituição a *de quo*, *de qua*, *de quibus*, com valor instrumental ou causal, é freqüente em todos os documentos espanhóis. Como exemplo, tem-se:

Cardeña, 200,7,932: *erat foro unde* (em virtud del cual) *discurriset* (sc. aqua) *ad Sancti Torquati* (em virtude de estar na praça, seguiu para Santo Torquato).

Também *unde* pode indicar a relação de "acerca de", "respeito a"; às vezes seu significado está perto do genitivo objetivo (Bastardas Parera: 1953: 76). Exemplo:

Cardeña, 304,6,962: *pro ipso solare et ipso antuzano cum suis adiacentiis unde intentio* (i. e. *contentio*) *est*.

Esse uso persiste também no castelhano: Docum. 163, 9, 1213: *esta vinna vendo io Illana Peidrez a vos dona maior, ont son testigos...*

O Autor acrescenta que nas cartas catalãs somente se encontra *unde* com esse significado. Embora *unde* substitua o relativo acompanhado da preposição *de*, não eqüivale nunca a um genitivo possessivo. Contrariamente ao que ocorre com *inde,* tão pouco se usa com significado partitivo.

Quanto ao uso pronominal dos advérbios *ibi* e *ubi*, Bastardas Parera (1953: 76 -77) diz que, nas cartas, *ibi* se usa em função pronominal em substituição a um dativo complemento indireto, quando esse está representado por um nome de coisa, geralmente uma entidade, monastério ou igreja; não se usa com referência a pessoa.

Com esse mesmo significado de *ibi*, usa-se o relativo *ubi*:

San Cugat, 171,52,985 (fórmula freqüente): *et omnem suam uasculam concessit ad ipsas iam dictas ecclesias ubi (=quibus) iam dictum alaudem relinquid* (e construiu toda sua ornamentação para as igrejas já referidas, nas quais deixou a já referida lira).

2.1.4 **Os locativos *ubi* e *unde* no português arcaico**

Segundo Mattos e Silva (1989), a fase arcaica do português tem seus limites cronológicos entre os séculos XIII e XV. É uma fase medieval e os documentos remanescentes desses três séculos *testemunham reflexos das mudanças lingüísticas que ocorreram na língua de comunicação oral nesse período*. Essa documentação escrita é anterior à ação dos gramáticos, ortógrafos e dicionaristas, também de uma "normativização", o que justifica a diversidade não só ortográfica como gramatical, existente nos documentos (Mattos e Silva: 1989: 41).

A Autora toma como *corpus*-base das estruturas trecentistas *Os Diálogos de São Gregório*, um documento medieval português, batizado por ela, na sua edição crítica, como *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*. Incluem-se entre os textos literários medievais em prosa traduzidos, que visam à educação religiosa. O estudo empreendido é uma gramática parcial do português arcaico anterior a 1385.

Mattos e Silva (1989: 240 - 241), no capítulo referente aos substitutos do sintagma nominal, trata dos locativos interrogativos, *hu* e *onde.* Seguem os resultados de sua análise descritiva.

Com *hu* interroga-se sobre o "ponto em que algo ou alguém se encontra".

Hu he ora o Deus de Elias? 1.4.23, e sobre o "ponto a que ou para que algo ou alguém se destina" *Hu te queres ir*? 1.5.10.

Com *onde* interroga-se sobre "o ponto de que algo ou alguém provém",

...perguntei-o mui de coraçon onde era e el mi respondeu que era da cidade de Tuderte 1.28.4.

A forma *hu* ocorre 86 vezes e *onde,* 30 vezes.

A autora chama atenção para o fato de que não foram documentadas no *corpus* as formas: *a hu*, *para hu*, nem *de hu* ou *de onde.* Não há preposições precedendo *hu* e *onde*. Em Nota, Mattos e Silva (1989: 241) esclarece que nas *Cantigas de Santa Maria* está documentada a forma *dhu,* e *du* no *Orto do Esposo*; em ambos está documentado o *onde*, equivalente a *donde*. Foram registradas, entretanto, quatro ocorrências de *u,* ao lado das 86 de *hu* e em todas essas ocorrências *u* está sempre precedido de *per*,

correspondendo ao atual *por onde*. Na relação dos exemplos dados com *u*, a Autora conclui que em nenhum dos contextos *u* funciona como introdutor de interrogação, mas como relacionante relativo de uma afirmativa.

Ex: 1: 5.30 *Achou a carreira per u o ladron soia a viir?*

Mattos e Silva (1984: 242) conclui questionando se *hu* e *u* não seriam não apenas variantes gráficas, mas contextuais.

Segundo Said Ali (1957: 182), *hu* do latim *ubi* e *onde* do latim *unde* eram, a princípio, dois advérbios de sentidos distintos, indicavam um, o lugar em que, o outro a procedência. Depois, por influência do pleonástico *donde*, passam a valer por sinônimos, por fim *hu* é enjeitado da língua culta.

Mattos e Silva (1984: 241) relaciona o *hu* equivalente aos atuais *onde* e *para onde*, enquanto *onde* equivale ao atual *de onde*, dos dialetos considerados padrão.

São os seguintes os resultados encontrados pela Autora: *hu* e *onde* são empregados, na maioria das vezes, como relativos em frases afirmativas. *HU* pode ter como antecedente explícito a palavra *lugar* ou não, ou então pode estar precedido do substituto locativo *ali*. São 33 ocorrências de *hu*, em uma *hu* assume valor temporal e não locativo (Mattos e Silva, 1989: 243).

Hu com valor locativo

1.12.6 *...tomaron o santo bispo Marcelino enas mãos e levaram-no pera aquel hu ardia a cidade.*

Hu com valor temporal

1.2.20 *Ca, como quer que aqueles que ordiada vida fazen non queiran seer meestres hu primeiramente non foron discipulos.*

Quanto ao *onde*, são registradas por Mattos e Silva (1989: 244 - 245) as seguintes ocorrências:

- *onde* indicando um ponto de partida local.

3.12.6 *...e era oito milhas da cidade onde o bispo avia de viir.*

- *onde* indicando um porto de partida abstrato ou nocional.

1.1.6 *E pera crecentar mais mha tresteza todas aquelas cousas onde mi door e desprazer alguu podia nacer.*

- *onde = de que*, indicando uma relação de posse, e não de procedência (3 casos).

1.5.24 *Fiiz... que foi noutro dia preposto naquel moesteiro onde o fora Libertino, contou a mim* (= Libertino foi abade do mosteiro).

- *onde* temporal equivalente a "a partir do momento em que".

4.8.8 *Acaecer-lhis-ia que onde o homen cuidava que a culpa menguasse, ende creceria e faria-se maior.*

- *onde* conclusivo, equivalente a *donde* e *logo*, sem referir-se a um antecedente (11 casos).

1.17.26 *Onde porque o miragre que fez quando os cegos alumeou quis que jouvesse ascondudo e pero non se pôde asconder.*

Nas Conclusões, Mattos e Silva (1989: 247) sintetiza sobre sua análise:

> ...o sistema analisado é constituído basicamente de dois termos: *hu: onde*, sendo o elemento semanticamente não marcado *hu*, que expressa tanto *o ponto em que* quanto *o ponto a que* e associado à preposição *per* indica *o ponto através de que*; e *onde*, o elemento marcado, que tem como traço semântico básico *o ponto a partir de que,* quer espacial, quer nocional, quer temporal, quer possessivo, quer contextual.

A Autora chama atenção para o fato de ambos serem basicamente locativos, mas que podem funcionar como temporais. Do ponto de vista sintático, funcionam mais como relativos, explicável por se tratar de narrativa, e o uso de *onde* conclusivo pela argumentação empregada em certas passagens da obra.

Ocorrências no *Flos Sanctorum*, manuscrito medieval do século XIV, edição inédita por Machado Filho (2001), ilustram valores do HU e do ONDE, semelhantes aos encontrados nos *Diálogos de São Gregório*. Seguem exemplos:

HU - Nocional

9vC2[100] *E pois assi é, guarda-te quanto poderes / de virares nem a torto nem a dereyto. E a / verdade, levar-te-à aa vida perduravil* ***hu*** */ viveras por sempre.*

ONDE – Espaço Físico

8rC2[101]- *Senhor, rogo-te e peço-ti por / mercee que me nõ leixes tornar a aquela terra / maa e lixosa* ***onde*** *viim, ca muyto desejo / de folgar aqui contigo* - FS

A busca de um esclarecimento sobre a classificação, uso e semantismo do ONDE via sua história, certamente trará contribuições valiosas para os estudos subseqüentes que se farão do ONDE, nesta sincronia, em *corpor*a orais, objeto de nossa pesquisa.

O fato de se ter enfocado apenas o período que vai do latim clássico ao português arcaico – do ponto de vista histórico, da antiguidade clássica ao final da Idade Média – é porque o interesse se voltou mesmo para o princípio formativo, etimológico dos locativos, especialmente de *ubi* e *unde*: a filiação dessas formas à classe dos pronomes e dos advérbios e como forma e significado se aliavam.

Retomando as formas locativas do latim clássico, especialmente *ubi* (que deu origem ao *où* francês) e *unde* (que deu origem ao *onde* no português), eram advérbios pronominais formados por sufixação, como foi visto em parte deste trabalho. Morfologicamente, foram formados por morfemas pronominais. Na verdade, os advérbios não tinham o seu sistema de casos, com suas terminações específicas, como o possuíam os substantivos, adjetivos, pronomes. Eram, por assim dizer, uma classe derivada. Uma vez formados, passavam a ingressar na classe escopo dos advérbios, e, como advérbios (caso dos locativos), assumem na estrutura sintática o *status* de relativos. O estudo de Rubio (1983) é esclarecedor dessa assunção. Os locativos constituem orações subordinadas adverbiais relativas em perfeito paralelismo com as

[100] A numeração tem a seguinte seqüência: número do fólio; verso; coluna; número da coluna (Machado Filho, 2001).
[101] A numeração tem a seguinte seqüência: número do fólio; retro; coluna; número da coluna (Machado Filho, 2001).

subordinadas pronominais relativas. Ademais, servindo de modelo de análise na formação de oração adverbial relativa sem antecedente, para a oração com *qui*. Posteriormente, vai se verificar que no latim vulgar esses locativos adquirem caráter pronominal.

Se os estudos sobre o latim clássico nos fornecem dados sobre a formação dos locativos, sua filiação às classes gramaticais e seu uso, é a partir dos dados obtidos do latim vulgar, latim medieval e do português arcaico que se vai verificar a variação de uso de uma forma por outra, a substituição; semanticamente, as alterações de sentido e na estrutura da frase usos que vão além do relativo já existente no latim clássico.

Câmara Júnior (1976: 120) conclui sobre o advérbio na estrutura portuguesa:

> Em português continuam os sistemas de advérbios locativos e temporais, tipologicamente paralelos aos latinos. Houve apenas mudanças morfológicas e substituições de fórmulas, em vez da simples evolução fonética.
>
> Quanto aos interrogativos, o sistema latino baseado na oposição entre situação (*ubi)* direção (*quo*), proveniência (*unde*) continuou, mas com substituição de vocábulos. A partícula *ubi* (que persistiu em italiano e francês) aparece em português arcaico sob a forma de *u.* Mas predominou afinal adoção de *onde* (lat. *unde*) para situação, e o recurso às preposições *a* e *de*, respectivamente, para com a mesma partícula assinalar a direção e a proveniência (*aonde; donde*).

Ressalte-se que no português do Brasil não há uma distinção entre o ONDE e o AONDE, apresentando-se como formas variantes A esse respeito, observe-se o que apresenta Cambraia (2002).

2.1.5 **Sobre o histórico do AONDE**

Cambraia (2002) faz um estudo histórico do AONDE, pretendendo elucidar sobre a origem de seus dois valores “lugar em que” e “lugar a que”, existentes no português contemporâneo. Para tanto, parte do primeiro texto em língua portuguesa em que se

constatou a sua presença. Trata-se de uma obra trecentista intitulada *Livro de Falcoaria* de autoria de Pero Menino. Refere-se a Cunha (1986: 64), que registra a data de ocorrência do AONDE no século XIV, uma ocorrência no *Livro de Falcoaria* e de uma no século XV nas *Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, sem, entretanto, descrevê-las. É inferido por Cambraia que, tendo surgido no século XIV, essa forma deveria ser pouco freqüente na fase arcaica (séculos XIV e XV), passando a ocorrer mais do século XVI em diante.

Cambraia (2002) apresenta as hipóteses levantadas sobre os valores semânticos do AONDE por alguns estudiosos. Por exemplo, como Brandão (1963) e Pontes (1992) que acreditam que num primeiro momento AONDE significava "lugar a que" e que depois passou a significar "lugar em que". Brandão (1963) acredita que houve, nesse caso, influência do espanhol. Essa hipótese é da inovação semântica. Outros estudiosos como Magne (1950) e Pereira (1929), citados por Cambraia (2002), acreditam que o AONDE já possuía ambos os valores, desde a sua origem, essa hipótese é da origem polissêmica. Cambraia (2002) diz que a ocorrência de AONDE com ambos os valores já assinalados é certa, pelo menos do século XVI em diante. Cambraia cita Magne (1950: 462) que diz que no português antigo não havia uma distinção rigorosa no uso de ONDE, DONDE, AONDE, ADONDE: todas essas formas seriam usadas com o valor do atual ONDE. Esse Autor, porém, não apresenta dados abonando sua afirmação (Cambraia, 2002: 46).

Cambraia ainda analisa a proposta de Pereira (1929: 550-551) sobre a hipótese de AONDE como uma variante protética do ONDE, assim como teria acontecido com algumas palavras da língua: *assi* (< *si*), *ainda* (< *inda*). Considera como uma hipótese altamente favorecedora no caso do ONDE, sendo uma das razões[102] o fato de que, segundo Gonçalves (1993: 132 *apud* Cambraia, 2002), *os vocábulos latinos, os de origem popular e os mais antigos na língua são aqueles mais propulsores quer da variação em aférese, quer da variação em prótese*. Cambraia completa a sua argumentação, dizendo que o ONDE – base da formação do AONDE – é um vocábulo de origem latina (vem do advérbio latino *unde*), é de origem popular (possui uma tradição ininterrupta na história do português) e encaixa-se na categoria dos itens mais

[102] Cambraia (2002: 46 – 50) analisa a hipótese do AONDE ser uma variante protética do ONDE, com base nos resultados obtidos por Gonçalves (1993), em seu trabalho, no qual realizou uma análise sincrônica e diacrônica dos fenômenos de prótese e aférise do *a* no português, a partir de um *corpus* de textos do século XII-XIV ao XX, procurando determinar os fatores intra e extra-lingüísticos que regulam os dois processos em questão.

antigos da língua (seu primeiro registro na língua data da fase arcaica, mais especificamente do século XII, segundo Machado (1987: 252), ou do século XIII, segundo Cunha (1982: 561). Embora aceite todas as evidências analisadas como favoráveis, leva em consideração a quase unânime interpretação da forma AONDE (defendida por muitos estudiosos citados pelo Autor), como sendo composta da preposição *a* e do advérbio ONDE. Opta, portanto, pela análise do comportamento lingüístico do AONDE e de seus correlatos no *Livro de Falcoaria*, primeiro texto em língua portuguesa em que se constatou a sua presença, para elucidar sobre esse duplo valor do AONDE.

O *Livro de Falcoaria* é analisado a partir do códice A (existem mais dois), considerado por Lapa (1931 *apud* Cambraia, 2002) como o melhor deles. Cambraia (2002) coletou todas as ocorrências da forma AONDE e de seus correlatos. Adotou a descrição dos tipos de estrutura sintática em que ocorrem. Segue a distribuição dos locativos.

São 23 ocorrências do AONDE e seus correlatos assim distribuídos.

- 14 do ONDE
- 03 do AONDE
- 02 do DONDE
- 04 do Por ONDE

Contexto sintático – número de ocorrências

AONDE - 2 em oração relativa restritiva

1 em oração relativa livre

ONDE – 8 em oração relativa restritiva

5 em oração relativa apositiva

1 em oração relativa livre

DONDE – 1 em oração relativa restritiva

1 em oração relativa apositiva

Por ONDE – 1 em oração relativa restritiva

1 em oração relativa apositiva

2 em oração relativa livre

Valor semântico

AONDE –"lugar em que" (3 ocorrências)

ONDE – "lugar em que" (12 ocorrências)

"lugar a que" (1 ocorrência)

"lugar de que" (1 ocorrência)

DONDE – "lugar de que" (2 ocorrências)

Por ONDE – "lugar por que" (4 ocorrências)

Cambraia (2002) também observa ocorrências do AONDE no códice B (esse códice é incompleto), e conclui que não há nenhuma ocorrência do AONDE.

Cambraia (2002) cita Bonfim (1993: 117-118) que se refere ao sistema de localizadores formado pelo ONDE e correlatos no português arcaico, e diz que esse teria passado por um processo de mudança. Numa primeira fase (séculos XIII – XIV) ter-se-ia o emprego da forma U, indicando localização estática ("lugar em que") e direção ("lugar a que") e o da forma ONDE, indicando proveniência ("lugar de que"). Por causa de um esvaziamento semântico das acepções de proveniência e de direção e da progressiva adoção de preposições para marcar essas duas idéias, teria havido uma confusão no uso dessas duas formas (séculos XIV e XV). Nessa confusão, o ONDE teria se tornado um localizador universal, caindo em desuso a forma U (séculos XV-XVI).

Cambraia (2002) conclui, pela análise feita no *Livro de Falcoaria*, que o AONDE tem valor tanto de "lugar em que" quanto de "lugar a que". Tais valores eram também expressos pelo ONDE sem qualquer preposição. A preposição *a*, no português arcaico, expressava as idéias de "direção" ou de "permanência" (Mattos e Silva, 1989: 627-628 *apud* Cambraia, 2002: 60). Cambraia (2002) conclui que o *a* do AONDE não estaria marcando nenhuma oposição com o ONDE. A sua função estaria em estabelecer a distinção entre "lugar em que/lugar a que" e "lugar de que". No *Livro de Falcoaria* não

há ocorrência de AONDE com valor de "lugar de que". Desde a sua origem, o AONDE possui valor de "lugar em que" e "lugar a que". O AONDE teria surgido para reforçar os dois valores "lugar em que" e "lugar a que" que o ONDE teria adquirido no processo de mudança por que passou na fase arcaica do português, processo em que teria perdido seu valor etimológico de "lugar de que". O AONDE não seria apenas visto como uma variante do ONDE, mas como um reforço preposicional.

Exemplo das três ocorrências do AONDE no *Livro de Falcoaria*, levantados por Cambraia (2002).

(5) "(...) poen os ditos ferros bem quentes no lugar *aonde* he a fistola gerada (...)" (Lapa(1931: 30)

(9) "(...) deves de fazer assy: vay *aonde* matão cabras ou cabrões (...)" (Lapa, 1931: 68)

(10) (...) queimarás o falcão, que ouver fistola, nos lugares *aonde* a tiver com as pontas que tem pera syma (...) (Lapa, 1931: 71-72)

Há, nesses exemplos, o valor de AONDE "lugar em que" e de "lugar a que". No exemplo (9) é bastante claro o sentido de "lugar a que" que o AONDE assume com relação ao verbo da oração principal. Na oração subordinada em que esse item ocorre com *matão* tem o valor semântico de "lugar em que" (Cambraia, 2002: 58).

2.2 VISÃO PRESCRITIVA E DESCRITIVA DO ONDE

Faz parte da investigação sobre o ONDE a revisita à tradição gramatical e a outras obras mais descritivas, que tratam sobre classificação, valores e empregos do ONDE. Foram, portanto, selecionadas para esse fim, as gramáticas normativas de Cunha e Cintra (1985), Napoleão M. de Almeida (1997), Rocha Lima (1999), Bechara (2000) e as gramáticas especialmente voltadas para o ensino, de Pasquale e Ulisses (1997), Faraco e Moura (1998), Cereja e Magalhães (1999) Sacconi (1992), e as gramáticas descritivas de Perini (1998) e de Neves (2000).

Veio se juntar à bibliografia escolhida para estudos sobre o ONDE, a obra de Paul Hadermann (1993), *"Étude morphosyntaxique du mot où"*, que trata sobre o OÙ na língua francesa. Essa obra constitui uma investigação exaustiva sobre o tratamento do OÙ em gramáticas, dicionários e em material coletado do Instituto Nacional da Língua Francesa, além de utilizar *corpora* escrito e oral para servir de exemplificação às análises apresentadas. Essa obra constitui uma grande contribuição aos estudos empreendidos sobre o ONDE, por levantar questões de natureza morfossintática que também são pertinentes a esse item. Em geral, as gramáticas do português são pouco elucidativas em vários aspectos de prescrição e descrição, isso por conta do tratamento, sobretudo econômico, quando não ambíguo, que é dado a esse item.

Metodologicamente, para se proceder à comparação das ocorrências do ONDE e do OÙ, tais quais foram apresentadas por essas obras, optou-se por tomar como ponto de partida o estudo de Hadermann (1993), visto ser um trabalho já construído, de caráter crítico, que prima pela clareza, pela análise cuidadosa e exaustiva do OÙ.

Do resultado dos levantamentos feitos sobre o ONDE e do que apresenta Hadermann sobre o OÚ, se identificaram mais semelhanças entre os dois itens do que se poderia prever.

2.2.1 **Tratamento do OÙ pelas gramáticas e dicionários da língua francesa**

O objetivo de Hadermann (1993) é determinar a natureza da palavra OÙ e examinar se os diferentes empregos podem remeter a um valor único que existiria na língua. Atribui ao caráter polissêmico e polifuncional da palavra OÙ, a base do problema que encontram os lingüistas para classificar e definir essa palavra. Em suas pesquisas encontrou uma grande incoerência terminológica e de classificação: OÙ *advérbio interrogativo,* OÚ *advérbio pronominal,* OÙ *pronome relativo*, OÙ *pronome adverbial*, OÙ *conjunção*. Para exemplificar essa "confusão" terminológica, cita o dicionário de Robert (1970, t. 4, p. 178, b *apud* HADERMANN, 1993: 19):

> OÙ, pronome, advérbio relativo e interrogativo. Referindo-se a um nome que o precede, où é propriamente relativo, pois ele representa um nome (antecedente), ligando-o à proposição que segue.

> Construído sem antecedente, où é, ou equivalente de uma conjunção, ou puramente advérbio.

Hadermann esclarece que o OÙ será o equivalente de uma conjunção nas relativas sem antecedente ex: *J'irai où vous voudrez*. Será advérbio nas interrogativas ex: *Je lui demande où il ira*.[103]

Salienta que fará um exame crítico da classificação tradicional de OÙ tal qual é proposta nas gramáticas e dicionários do francês moderno e analisará os critérios sobre os quais se funda a existência das partes do discurso, *advérbio, pronome* e *conjunção de subordinação*. (HADERMANN, 1993: 29).

Verifica, primeiramente, as gramáticas que classificam o OÙ como um advérbio relativo e interrogativo. São *La grammaire de l' Académie française* (1932: 57, 188), e as obras de De Boer (1954: 183), de von Wartburg (1958: 29), de Wagner e Pinchon (1962: 212) , de Mauger (1968: 366), de Grevisse (1969: 213) e de Steinberg (1972, t.2, p. 118). Cita Bonnard (s.d., p. 87), que diz que OÙ é sempre advérbio de lugar empregado com e sem antecedente.

Em Tesnière (1969: 582), OÙ figura no capítulo da translação adverbial ao lado de outros translativos simples tais como *quand, comme, si*. São translativos, segundo Tesnière, as conjunções de subordinação, os pronomes relativos, as preposições, os artigos, os verbos auxiliares e as terminações gramaticais dos "translativos". Os translativos são *palavras vazias cuja função é de transformar a categoria das palavras plenas.*

Cristea (1974), na sua *Grammaire structurale du français contemporain*, considera o OÙ- relativo como advérbio, cujo *antecedente é um substantivo nome de coisa, tendo geralmente o traço [+ concreto], espacial ou temporal*". Mais raramente, OÙ se emprega com *um antecedente nome de coisa [- concreto]; não tem então um valor adverbial espaço-temporal* (CRISTEA,1974: 214 apud HADERMANN, 1993: 30). Exemplo: *Une promesse où il faut se fier...* (Caillois).[104]

OÙ- interrogativo (na interrogação direta e indireta) é igualmente classificado entre os advérbios. Os relativos e os interrogativos aparecem na classe dos "substitutos".

---

[103] Eu irei *onde* você quiser. Eu lhe pergunto *onde* ele irá.
[104] (Uma promessa onde ele deve se fiar...)

OÙ faz parte dos "substitutos adverbiais". Como substituto interrogativo, OÙ antecipa a circunstância espacial. Cristea apresenta as locuções: j*e ne sais où* (eu não sei onde), *n'importe où,* (não importa onde)*, Dieu sait où* (Deus sabe onde). OÙ, nessas locuções, é sempre substituto adverbial e a locução inteira é designada como um "substituto generalizante de indiferença". (Cristea, 1974: 249 *apud* Hadermann, 1993: 31).

Moignet (1981: 210 *apud* HADERMANN, 1993: 31) estuda o OÙ no capítulo referente aos advérbios não predicativos.[105] Apresenta três usos do OÙ: (1) em estado pleno, tendo o valor de advérbio de lugar, indeterminado: *où que tu vas?* (onde você vai ?)*; tu vas où?* (você vai onde?), OÙ estaria sob o olhar interrogativo ou expressivo do locutor. (2) é o uso do OÙ na interrogativa direta clássica, na interrogativa indireta e na subordinada dependente de um verbo "tético": *OÙ vas-tu?* (Onde você vai?) *Je te demande où tu vas.* (Eu lhe pergunto onde você vai) *Je sais où je vais* (Eu sei onde eu vou). (3) é o OÙ em estado o mais reduzido, o qual liga uma proposição (nominalizada) a um antecedente locativo ou temporal*: la maison où je vis* (a casa onde eu vi); *l'heure où nous sommes* (a hora onde nós estamos). Em todos esses empregos, OÙ é um indeterminante de lugar. Sua indeterminação se anula logo que retoma um antecedente (que pode ser locativo ou temporal). Hadermann (1993: 32) diz que antes de julgar a pertinência dessa classificação, vai propor uma definição da categoria do advérbio.

Para esse Autor, nem a gramática tradicional e normativa, nem a gramática estrutural são explícitas quanto aos critérios utilizados para definir o advérbio. Eles se baseiam normalmente na função de "complemento circunstancial" que o advérbio assume. O critério da função permite, segundo alguns autores citados, de distinguir o advérbio do pronome (que pode ter diversas funções), da preposição e da conjunção (que não tem verdadeiras funções na frase). Hadermann (1993: 34) diz que a categoria do advérbio se tornou um "fourre-tout" em que os gramáticos classificam as palavras que eles não sabem o que fazem. Esse Autor prefere reservar o rótulo de advérbio, ou melhor, de "adjuntivo"[106] aos termos que têm um conteúdo lexical próprio e que comutam com um sintagma preposicional dependente da frase ou do grupo verbal. Conclui esta parte, dizendo que, devido a sua definição do advérbio, que é ainda provisória e que deve ser testada num *corpus* de expressões "advérbiais", OÙ será

[105] Hadermann esclarece que as partes da língua não predicativas são as que não ligam "matéria nocional " a uma forma lingüística. Entre as partes da língua não predicativas estão ainda relacionados os outros advérbios (além do OÚ já referido), pronomes e adjetivos interrogativos –relativos.
[106] Creissels (1988: 215 *apud* Hadermann 1993: 35).

excluído da categoria dos advérbios. Ademais, OÙ faz parte do paradigma das palavras *qu-* tais como *qui, que, quoi* que são tradicionalmente definidos como pronomes (Hadermann, 1993: 35).

Em seguida, esse Autor faz um levantamento dos gramáticos que classificam o OÚ no paradigma dos pronomes. São dois gramáticos: Brunot (1965: 178)[107] e Sandfeld (1965: 192)[108]. Para Brunot, o OÙ é um *pronome conjuntivo* (equivalente de relativo) ou *interrogativo*, e para Sandfeld, OÙ é *introdutor de relativas*.[109]

A maioria das obras gramaticais, diz Hadermann, estuda o OÙ tanto como pronome relativo, quando há um antecedente, tanto como advérbio, quando o OÙ é empregado sem antecedente. É, entre outros, o caso da *Grammaire Larousse* (1964: 257), do *Dictionnaire des difficultés grammaticales et lexicologiques* de Hanse (1971, p. 492), da gramática de Dubois e Lagane (1973: 99 - 101) e o de Grevisse e Goosse (1980: 208, 284).

Os estruturalistas tentam integrar os relativos e os interrogativos numa única classe de palavras. Dubois**,** na *Grammaire structurale du français: nom et pronom* (1965: 91) apresenta os empregos dos interrogativos-relativos a duas distribuições diferentes de uma mesma forma, chamada "substituto"[110]: a primeira distribuição contém os empregos em que os interrogativos-relativos referem-se a um "antecedente"; a segunda distribuição reagrupa os casos em que os substitutos são antecipados ou não se referem a nenhum antecedente explícito (HADERMANN, 1993: 36). OÙ se emprega como substituto de um sintagma nominal inanimado (com o sentido temporal ou espacial) precedido da preposição *en, dans, pendant, vers, jusque, par, de,...*

Togeby (1982: 140 *apud* HADERMANN, 1993: 36) propõe igualmente dispor *qui, que, quoi, où, dont, combien, comment, si e quand* em uma única categoria: a categoria do *pronome-interrogativo-relativo*. Um dos critérios que esse Autor utiliza

---

[107] Em Nota, Hadermann (1993: 35) diz que "Porém, no índex da obra figura ao lado da palavra OÙ a designação de advérbio."

[108] Em Nota, Hadermann (1993: 35) acrescenta que nesse volume dedicado às proposições subordinadas, não há questão sobre a interrogação direta.

[109] Em Nota, Hadermann, citando Chervel (1977: 240), acrescenta que a integração da palavra OÙ na classe dos pronomes relativos apresentou um problema no século XVIII: "Hesitou-se, durante muito tempo, integrar o où nesta série (=pronomes relativos). A palavra funciona, com efeito, como interrogativo, à diferença de *dont*, e durante muito tempo a maior parte dos gramáticos e lexicógrafos o consideraram unicamente como um advérbio. Na verdade, mencionava-se, correntemente, que ele se empregava como um pronome relativo, mas, salvo algumas exceções, como Girault-Duvivier, repugnava vê-lo como pronome até o fim do século XIX."

[110] Hadermann esclarece que Dubois não chega a integrar as conjunções de subordinação.

para reconhecer o pronome interrogativo-relativo é o de "portador da referência" (*portée de la référence*). OÙ seria o caso locativo do pronome interrogativo-relativo, que se emprega com ou sem antecedente.

Warnant, no seu *Structure syntaxique du français* (1982: 107 *apud* HADERMANN, 1993: 37), classifica o OÙ-relativo entre os "juntivos-substitutos". Baseando-se em exemplos do francês popular, esse autor afirma que OÙ é a combinação de um juntivo "preposicional" *que* e de *y*. Também acrescenta um novo OÙ, "o où sem antecedente" da gramática tradicional. Na frase, por exemplo, *C'est où je vais* (É onde eu vou) OÙ integra um determinante "lugar" não expresso de maneira autônoma. Ao lado de OÙ e de *quand*, cita ainda *comme, comment, combien e si*.

Hadermann (1993: 37) conclui dizendo que os lingüistas que acham que OÙ é um pronome têm a tendência de reagrupar os interrogativos e os relativos numa única categoria. O interrogativo e o relativo não seriam senão empregos diferentes de um só pronome, chamado assim, "substituto". Certas formas desses substitutos não conhecem senão o emprego interrogativo ou relativo; outros aceitam os dois empregos; outros, ainda, aceitam um emprego conjuncional (ao lado de um emprego interrogativo ou relativo). O OÙ se integra plenamente na categoria do "pronome interrogativo-relativo": assume empregos interrogativos e relativos; é a associação de um "juntivo" *que* e *y*.

Hadermann (1993: 37-39) passa a questionar sobre o que é pronome. Diz que a maioria dos gramáticos distingue para o pronome a função de representação, ou de substituição do nome. Questiona essa definição tradicional, dizendo que certos "advérbios" obedecem a essa mesma definição, como sejam: *maintenant, ici, lá...* (agora, aqui, lá). A partir de sua nova concepção do advérbio e do pronome, essas palavras seriam pronomes. Diz que a noção "pro-nom" lembra fortemente a presença de um sintagma nominal. *Ici, lá,..* (aqui, lá) comutam com um sintagma preposicional. Para evitar a ligação pronome-sintagma nominal, ele prefere a pronome, o termo *proforma*.

Esse Autor conclui dizendo que o OÙ, tanto como outras palavras chamadas tradicionalmente de advérbios, é um pronome, ou, pelo menos, uma *proforma.* OÙ exprime uma indeterminação de lugar e tem, por conseqüência, um caráter lacunar que lhe permite representar um sintagma (preposicional) e de se referir a ele anafórica, catafórica e mesmo exoforicamente.

Hadermann (1993: 39-40) também verifica as obras que tratam o OÙ como uma conjunção.

Baylon e Fabre**,** na *Grammaire systématique de la langue française* (1981), classificam o OÙ como pronome se ele é empregado como introdutor de uma relativa com antecedente; hesitam, porém, em classificar o OÙ sem antecedente. No entanto, encontram semelhança entre estruturas como, por exemplo, *Nous irons où tu voudras* (Nós iremos onde você quiser) e *Nous partirons quand tu voudras* (Nós partiremos quando você quiser). Colocam frases como: *OÙ Jean réussit, Pierre échouera (*Onde Jean saiu-se bem, Pierre fracassou.) entre as proposições adverbiais de lugar, chamadas locativas.

La grammaire française moderne (1971: 217 *apud* HADERMANN, 1993: 40) propõe para o OÙ a seguinte classificação: advérbio interrogativo de lugar; pronome relativo com antecedente; "advérbio conjuntivo", somente quando OÙ é empregado num contexto declarativo.

Grevisse (1980: 1344 *apud* HADERMANN, 1993: 40), na classificação das proposições subordinadas, distingue ao lado das proposições temporais, causais, finais, consecutivas, adversativas, condicionais e comparativas, as proposições locativas. Ele se refere às proposições introduzidas pelo advérbio de lugar OÙ, empregado como conjunção.

De Boer (1954: 215 *apud* HADERMANN, 1993: 40) considera *au cas où* (no caso onde*), au moment où,* (no momento onde), *dans la mesure où*,...(na medida onde) como "locuções conjuntivas". Entretanto, Moignet (1981: 215) analisa o OÙ final das locuções tendo por núcleo *moment* como um nominalizador interno, quer dizer, um relativo. (*au moment où = au moment auquel moment*).

Hadermann (1993: 40 - 41) questiona se *où que* pode ser considerado uma locução conjuntiva. Apresenta o conceito de Tesnière, que diz ser uma locução translativa introduzindo *um indeterminativo geral transformado num advérbio de lugar*. A respeito da classificação do OÙ como uma conjunção, Hadermann posiciona-se contrariamente. Diz que a conjunção de subordinação serve para ligar duas proposições e a transformar a proposição que ela introduz em termos de frase da principal. Ela se distingue dos pronomes (proformas) *qu-* pela ausência do componente "fórico", quer dizer, pela ausência da possibilidade de substituir anafórica, catafórica ou

exoforicamente a um sintagma nominal. Retoma o exemplo dado por Baylon e Fabre, *où Jean réussit, Pierre échouera,* e diz que mesmo em enunciados desse tipo, OÙ se caracteriza por um componente fórico. Há entre as duas proposições uma colocatividade que diferencia OÙ da conjunção de subordinação.

Hadermann (1993: 60) acrescenta que OÙ parece adquirir um emprego conjuncional nas locuções *au cas où*, *dans la mesure où*, *dans l'hypothèse où*. Essas locuções introduzem proposições chamadas tradicionalmente "condicionais". OÙ aí teria perdido não somente seu emprego relativo, mas também seu semantismo locativo.

Esse Autor conclui dizendo que há muitas lacunas nas gramáticas. Os gramáticos não se fundamentam em critérios sólidos para estabelecer a separação entre um pronome relativo empregado sem antecedente, um pronome interrogativo e uma conjunção de subordinação. O único ponto sobre o qual todos parecem concordar é o da função que teria o pronome relativo na subordinada. Sendo do advérbio, as definições permanecem igualmente muito falsas. Atribui à ausência do rigor no estabelecimento das categorias, a dificuldade de classificar a palavra OÙ, que se insere à primeira vista em muitos paradigmas: no paradigma dos relativos; no paradigma dos interrogativos; no conjunto fluido das locuções conjuntivas. Não acha econômico classificar o OÙ tanto na categoria do advérbio, tanto na categoria do pronome, tanto na categoria da conjunção. OÙ exprime, fora do contexto, a indeterminação de lugar. No contexto, ele pode se referir a um sintagma que permite resolver a indeterminação. Por esse aspecto lacunar e pela possibilidade da saturação OÙ se aproxima dos pronomes. Ele se substitui, geralmente, a um sintagma preposicional locativo ou temporal (salvo nas combinações *par où, d'où...*), ainda que os pronomes *qui, que, quoi* comutem com os sintagmas nominais. Essa comutação com um sintagma preposicional é a base da definição de OÙ como "proforma locativa preposicional". A proforma OÙ entra às vezes em construções que estão em vias de lexicalização, por exemplo, *au cas où.* OÙ perde, então, sua função anafórica e a locução é considerada como estando congelada ou inanalisável.

Hadermann (1993: 42) discute sobre o valor de OÙ, a partir de seus diversos empregos, e diz que todos esses OÙ são locativos e são marcados por um *valor não fixado, por uma indeterminação,* tende a reagrupá-los e a ver senão um único OÙ na língua, conhecendo diversos empregos.

2.2.2 **Tratamento do ONDE pelas gramáticas normativas e descritivas do português contemporâneo**

O tratamento do ONDE pelas gramáticas consultadas (normativas e descritivas) é bastante insatisfatório, equivalendo-se ao que é dado ao OÙ pelas gramáticas francesas. Não há uniformidade de análise, apenas alguns pontos comuns entre uma obra e outra, permanecendo lacunas que não são supridas pelo conjunto, a começar pela classificação, ponto de partida relevante para o desencadeamento de toda a perspectiva de análise. Apenas dois gramáticos, Napoleão M. de Almeida (1997) e Rocha Lima (1999) só consideram o ONDE na classe dos advérbios, excluindo-o da classe dos pronomes. Os demais gramáticos o incluem tanto na classe dos pronomes, quanto na classe dos advérbios.

Almeida (1997: 318)**,** na classificação dos advérbios de lugar, cita ONDE e AONDE. ONDE indica estada, permanência "em um lugar". O advérbio AONDE indica movimento "para um lugar". Em Nota esclarece:

> ONDE pode ser *advérbio relativo,* com antecedente expresso ou latente, na frase: *A cidade ONDE nasci* - *cidade* é o antecedente expresso do advérbio ONDE. Dizer: *Eu nasci ONDE tu nasceste* - equivale a dizer: *Eu nasci no lugar ONDE* (em que = pronome relativo) *tu nasceste* – sendo lugar o antecedente implícito do advérbio ONDE (ALMEIDA, 1997: 317).
>
> Dada a significação relativa que encerram os advérbios ONDE (lugar em que), quando (tempo em que) como (maneira por que) e por que (motivo por que) podem ligar orações. Ex: *Todos procuravam saber ONDE ele está*. ONDE – advérbio conjuntivo (ALMEIDA, 1997: 318).

Referindo-se às orações subordinadas adjetivas, em Nota, Almeida diz que as subordinadas vêm ligadas à principal por pronome relativo: *O homem que vi morreu*, ou por advérbio relativo: *A casa ONDE moro é pequena.* A fim de análise, Almeida propõe o desdobramento, como em: *Vi quem chegou.* Vi *aquele / que* chegou. *Não vejo ONDE*

você está. Não vejo *o lugar / em que* você está. Nesse caso, são subordinadas adjetivas as subordinadas ligadas por esses relativos.

As conjunções, pronomes relativos e advérbios relativos são considerados *formas conjuntivas* , indicando o início de nova oração. (p. 532).

Quanto às estruturas interrogativas, ONDE faz parte dos advérbios interrogativos, ao lado de *quando, como, por que.* Almeida (1997: 324) assim se manifesta:

> Vimos que, de acordo com a função, certos advérbios podem ser conjuntivos; chamam-se então *interrogativos*, pelo fato de em geral virem em orações interrogativas, tanto diretas quanto indiretas; podem indicar quatro circunstâncias: advérbio interrogativo de lugar, de tempo, de modo, de causa. *ONDE está você? Pergunto ONDE você está* (lugar).

A proposta de analisar o ONDE quando encabeça orações subordinadas adjetivas, por desdobramento, é um dos pontos-chave de divergência de muitos gramáticos, como ficará evidenciado. Também há de se observar que, embora o ONDE esteja só na classe dos advérbios, conforme nos apresenta Almeida (1997), contém propriedades pronominais – é reconhecido como advérbio relativo - pois pode ligar orações, e assume também a função de conjunção – é uma forma conjuntiva – indicando o início de oração e em estruturas de interrogação direta e indireta. O ONDE, como o OÙ, é também polifuncional.

Rocha Lima (1999: 175) parte da consideração de que o ONDE é um advérbio relativo como *quando, como*, empregados com "antecedente". Em orações adjetivas, ONDE, *que, quem, quanto e como* são considerados relativos condensados, podem ser usados sem antecedente, ex: *O carro enguiçou ONDE não havia socorro.* Para efeito de análise, deve-se restaurar o antecedente omitido.[111] Como Almeida (1997), admite o desdobramento do ONDE. Na parte de sua Gramática referente às *Funções do ONDE*, diz que esse é *pronome relativo, geralmente locativo, equivalente a lugar em que, no qual*.[112] Cita os clássicos, dizendo que esses não distinguiam entre ONDE e AONDE. ONDE pode ser ainda precedido das preposições *de, para, por.* É também um advérbio,

[111] Rocha Lima op. cit. p. 270
[112] Rocha Lima op. cit. p. 333

usado nas interrogativas diretas e indiretas.[113] O tratamento do ONDE por esse Autor é pouco explícito, faltando clareza nas prescrições.

As demais gramáticas selecionadas registram o ONDE tanto na classe dos pronomes, quanto na classe dos advérbios. São as gramáticas tradicionais de Cunha e Cintra (1985) e de Bechara (2000); as gramáticas de finalidade didática de Faraco e Moura (1998), Pasquale e Ulisses (1998), de Cereja e Magalhães (1999), e a de Sacconi (1992) e as gramáticas de cunho descritivo de Perini (1998) e de Neves (2000). O levantamento a ser apresentado segue a ordem acima.

Cunha e Cintra (1985) consideram o ONDE como pronome e como advérbio. Como pronome, o ONDE pode ser empregado com antecedente e sem antecedente. Mencionam que alguns gramáticos admitem a existência de um antecedente interno, desenvolvendo, para efeito de análise, ONDE em *no lugar em que*.[114] No item referente à função sintática dos pronomes relativos dizem que:

> Os pronomes relativos assumem duplo papel no período com representarem um determinado antecedente e servirem de elo subordinante da oração que iniciam. Ao contrário das conjunções, que são meros conectivos, e não exercem nenhuma função interna nas orações por elas introduzidas....

Esses Autores acrescentam que os pronomes desempenham sempre uma função sintática nas orações a que pertencem. O ONDE desempenha a função de adjunto adverbial, ex: *Entrava-se de barco pelo corredor da velha casa de cômodos ONDE eu morava.* (Mário Quintana) [115]

Com referência a "Valores e empregos dos relativos", os Autores assim se expressam: *Como desempenha normalmente a função de adjunto adverbial (= lugar em que, no qual), ONDE costuma ser considerado por alguns gramáticos de advérbio relativo.*[116] Dizem que essa denominação não foi acolhida pela Nomenclatura

[113] Rocha Lima op. cit. p. 350
[114] Cunha e Cintra op. cit. p. 337
[115] *apud* Cunha e Cintra (1985: 336).
[116] Cunha e Cintra op. cit. p. 337

Gramatical Brasileira (NGB), mas é aceita pela Portuguesa.[117] Fazem uma referência ao ONDE e AONDE, dizendo que na linguagem coloquial essa distinção está praticamente anulada e que já não era rigorosa nos clássicos.[118]

O ONDE como advérbio está classificado entre os que indicam lugar. *Para ONDE* e *Por ONDE* constituem locuções adverbiais.[119] São apenas citadas. Quanto ao advérbio ONDE, usado em construções interrogativas, apenas apresentam exemplos: *ONDE está o livro? Ignoro ONDE está o livro.* Não fazem qualquer observação quanto ao processo de análise da interrogativa indireta. No capítulo referente às orações adjetivas, não há, sequer, um exemplo com ONDE.

Observam-se lacunas no tratamento do ONDE, na gramática de Cunha e Cintra (1985). Em alguns momentos, apenas se referem ao procedimento de análise adotado por alguns gramáticos, em relação a certas estruturas, a exemplo do ONDE sem antecedente, sem se posicionarem a respeito.

A gramática de Bechara (2000) é mais explicativa, dando um tratamento mais completo ao ONDE. Para esse Autor, à semelhança do que assumem Cunha e Cintra (1985), ONDE é pronome e advérbio.

Bechara (2000) denomina os pronomes como unidades categoremáticas, que são "formas sem substâncias". Não representam nenhuma matéria extralingüística, por isso os pronomes são substantivos, adjetivos, advérbios e até verbos em algumas línguas.

Os pronomes relativos são definidos como *os que se referem a um termo anterior chamado antecedente*.[120] No item *Pronomes relativos sem antecedente*, diz que o QUEM e o ONDE podem ser usados sem antecedente, ex: *Moro ONDE mais me agrada*. Em O*bservação*, Bechara acrescenta: *Os relativos sem antecedentes também se dizem relativos indefinidos*. O Autor faz referência à posição de alguns autores de admitir, nesse caso, para efeito de análise, o desdobramento, entendendo ONDE, como *o lugar em que*. Conclui dizendo que *Este modo de encarar o problema tem repercussões diferentes na classificação das orações subordinadas*[121].

[117] Cunha e Cintra op. cit. p. 532
[118] Cunha e Cintra op. cit. p. 342
[119] Cunha e Cintra op. cit. p. 533
[120] Bechara op. cit. p. 171. Esta é também uma definição dada por Cunha e Cintra (1985)
[121] Bechara op. cit. p. 172

Bechara (2000: 465) apresenta orações como: Ainda não sei *que vou fazer hoje*, O professor pergunta *qual o motivo da algazarra*, como orações subordinadas resultantes de substantivação, que podem ser interrogativas e exclamativas. Observa que, nesses casos, as unidades interrogativas e exclamativas (pronomes e advérbios) têm função sintática na oração subordinada a que pertencem.

Para demonstrar essa análise admitindo a substantivação, dá uma estrutura construída com pronomes e advérbios relativos, em que a oração substantiva funciona como objeto direto do verbo *saber*: Não sabemos *QUANTO comprou*./ Não sabemos *ONDE comprou* / Os garotos não descobriram *ONDE os pais tinham posto os presentes* Bechara (2000: 470) conclui dizendo:

> A análise que adotamos tem a vantagem de encarar uma realidade da língua, e não uma substituição que a ela realmente nem sempre equivale... Transposta a substantiva, a oração de relativo sem antecedente expresso pode exercer as funções próprias das substantivas originais. [122]

Sobre o *Emprego de relativos*, assim se expressa:

> Em lugar de *em que*, *de que*, *a que*, nas referências a lugar, empregam-se respectivamente, ONDE, DONDE, AONDE (que funcionam como adjunto adverbial ou complemento relativo).[123]

O Autor estabelece uma distinção entre ONDE e AONDE. Difere da posição de Cunha e Cintra (1985), portanto. Observe-se o que diz Bechara:

> modernamente os gramáticos têm tentado evitar o uso indiscriminado de *ONDE* e *AONDE*, reservando o primeiro para a idéia de repouso e o segundo para a idéia de movimento: *O lugar ONDE estudas... / O lugar AONDE vais...*

[122] Em nota, se refere a Said Ali que assume postura semelhante.
[123] Bechara op. cit. p. 487

Bechara (2000: 290) refere-se aos advérbios como uma classe de palavra muito heterogênea, tornando-se difícil atribuir-lhe uma classificação uniforme e coerente. Os critérios usados para classificá-los são pelos valores léxicos (semânticos) das unidades que o constituem, são os denotadores de lugar, tempo, quantidade etc. e critérios funcionais. Pelos critérios funcionais estão os demonstrativos (aqui, então, aí), os relativos (ONDE, como, quando, etc.) e interrogativos (quando? ONDE? como?). Bechara[124] diz que o advérbio, pela sua origem e significação, se prende a nomes ou pronomes, havendo, por isso, advérbios nominais e pronominais. O ONDE pertence aos de base pronominal: relativos ONDE (em que), quando (em que), como (por que). Interrogativos ONDE? quando? como? por que? (por quê?).

Bechara (2000: 294) se refere aos advérbios relativos, apresentando a mesma conceituação dada aos relativos, incluindo exemplos semelhantes. Observe-se a citação abaixo.

> Os advérbios relativos, como os pronomes relativos, servem para referir-se a unidades que estão postas na oração anterior. Nas idéias de lugar empregamos ONDE, em vez de *em que*, *no qual* (e flexões): *A casa ONDE mora é excelente*.
>
> Precedido de preposição *a* ou *de*, grafa-se aonde e donde: *O sítio aonde vais é pequeno/ É bom o colégio donde saímos*.
>
> Ainda como os pronomes relativos, os advérbios relativos podem empregar-se de modo absoluto, isto é, sem referência a antecedente: *Moro ONDE mais me agrada*.[125]

Bechara[126] analisa essa oração iniciada pelo ONDE sem antecedente, Moro *ONDE mais me agrada*, como uma subordinada adverbial locativa. Apresenta outros exemplos,

[124] Bechara op. cit. p. 293
[125] Verifica-se uma ambigüidade na análise apresentada por Bechara. O ONDE tem o mesmo comportamento como pronome e como advérbio (relativo) em termos de: valor = lugar; emprego = em que, no qual; ocorrência: com antecedente e sem antecedente; usos preposicionados, e é designado de duas formas?
[126] Bechara op. cit. 294

quando trata das subordinadas adverbiais locativas: Os meninos sobejam *ONDE estão* e faltam *ONDE não se acham.*[127].

No item referente a *Orações complexas de transposição adverbial*, Bechara (2000: 471) classifica em dois grupos as orações transpostas que exercem funções da natureza do advérbio:

> a) as subordinadas adverbiais propriamente ditas, porque exercem função própria de advérbio ou locução adverbial e podem ser substituídas por um destes (advérbio ou locução adverbial): estão neste caso as que exprimem as noções de *tempo, lugar, modo* (substituíveis por advérbio), *causa, concessão, condição e fim* (substituíveis por locuções adverbiais formadas por substantivo e grupos nominais equivalentes introduzidos pelas respectivas preposições);
>
> b) as subordinadas comparativas e consecutivas.

Ao se referir às subordinadas propriamente ditas, diz que se assemelham às substantivas, já que se identificam com essas em funções adverbiais, como ocorre com o substantivo transposto ao papel de advérbio mediante o concurso de preposição. Exemplifica: Saiu *de noite*. Estudamos *com prazer*.

No item *Outras particularidades nos transpositores das orações adverbiais*, Bechara (2000: 472) faz referência ao ONDE.

> a) Quando usados sem referência a antecedente, os advérbios relativos *onde, quando, como* e *quanto* (este com preposição) transpõem a oração a que pertencem, que passa a exercer papel de adjunto adverbial:
>
> *Onde me espetam fico*.

[127] Bechara op. cit. p. 501

Bechara (2000), ao analisar as orações subordinadas encabeçadas por relativos, as dispõe numa classificação conforme as categorias que representam. A oração transposta inserida na oração complexa é classificada conforme a categoria a que corresponde e pela qual pode ser substituída no desempenho da mesma função. Daí ser a oração transposta classificada como substantiva, adjetiva ou adverbial. Mais vale a forma como os elementos constituintes se combinam sintaticamente e o valor que assumem. Ao se referir às conjunções, apresenta as conjunções coordenativas como conectores – *reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático*. Diferente é o papel que assumem as subordinativas, denominadas de transpositores.

Dada a estrutura: Soubemos *que vai chover*, apresenta a seguinte análise[128]:

> a missão da conjunção subordinada é assinalar que a oração que poderia ser sozinha um anunciado: *Vai chover*, se insere num enunciado complexo em que ela (*vai chover*) perde a característica de um enunciado independente, de oração, para exercer, num nível inferior da estruturação gramatical, a função de *palavra*, já que *vai chover* é agora objeto direto do núcleo verbal *soubemos.*
>
> ... *que vai chover* é uma oração "degradada" ao nível da palavra, e isto se deveu ao fenômeno de *hipotaxe* ou subordinação.
>
> A oração degradada ou subordinada passa a exercer uma das funções sintáticas próprias do substantivo, do adjetivo e do advérbio...

Considera-se o que foi dito por Bechara (2000: 110), e que vai ser retomado aqui como síntese, quando, ao se referir às classes de palavras e categorias gramaticais, diz que apenas o *substantivo,* o *adjetivo*, o *verbo* e o *advérbio* são as únicas reais "categorias gramaticais" da língua, *confusamente misturadas na gramática tradicional... porque são as únicas dotadas do significado categorial*. O significado categorial não caracteriza apenas os lexemas, mas ainda sintagmas e orações inteiras. Também o significado categorial está sempre implicado com certas funções específicas na estruturação gramatical; por isso o *substantivo* (representado por nome, pronome,

[128] Bechara op. cit. p. 320

sintagma - nominal, oração normalizada) pode ser o sujeito da oração. O pronome, juntamente com o numeral, pertence às palavras categoremáticas, vazias de significado, como já foi citado anteriormente neste texto.

Pelo exposto, conclui-se, pela análise de Bechara, que o ONDE é uma palavra categoremática – visto como pronome – como advérbio, é um advérbio relativo - pertence a uma categoria e, em orações, se substantiviza e se adverbializa (é uma adverbial locativa), ascende, portanto, ao *status* de categoria.

As gramáticas de Faraco e Moura (1998), Pasquale e Ulisses (1998), Cereja e Magalhães (1999) e a de Sacconi (1992) voltadas para a área pedagógica, apresentam, além da parte normativo-prescritiva, textos e exercícios para aplicação em sala de aula, consideram, também, como Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2000), o ONDE na classe dos pronomes e dos advérbios.

Faraco e Moura (1998: 306) apresentam os pronomes como palavras com pouco conteúdo significativo. Os relativos se referem a termos já expressos e, ao mesmo tempo, introduzem uma oração dependente. O antecedente pode vir expresso ou não, como no seguinte exemplo do ONDE sem-antecedente: *ONDE eu nasci passa um rio.* Em O*bservação*[129] acrescentam que os relativos Quem e ONDE quando ocorrem sem antecedente expresso são chamados de *relativos indefinidos.*

Na parte referente à *Emprego do relativo ONDE*,[130] os Autores são explícitos quando admitem para esse item apenas a referência a lugar: *só deve ser empregado para indicar lugar*: A cidade *ONDE nasci* fica no interior do Maranhão. Posicionam-se contrariamente ao emprego desse pronome para indicar *tempo*, para substituir *por isso*, *mas, de que, uma vez que* e outros elementos, como ocorre na língua falada. Confira-se o que dizem os Autores: *Na linguagem falada, e muitas vezes na escrita, esse pronome serve como curinga, ou seja, aplica-se a qualquer situação.* Apresentam o exemplo: *De volta aos anos 70, ONDE o público era sempre enganado com falsas promessas*. (Folha de São Paulo). Chamam atenção para a forma adequada: *A forma adequada seria: ...anos 70,* ***em que*** *o público....* Apresentam um outro exemplo: *As importações de bens de consumo não-duráveis (categoria ONDE se enquadram os produtos populares) cresceram muito nos dois últimos anos*. (Folha de São Paulo). Chamam atenção para a forma adequada: *A forma adequada seria: ...categoria* ***em que*** *se enquadram.*

[129] Faraco e Moura, 1998: 309
[130] Faraco e Moura op. cit. p. 484

Concluem: *De acordo com a norma culta da língua esses empregos devem ser evitados*[131]

Como advérbio, o ONDE está incluído nos de lugar, e em advérbios interrogativos. Para ONDE é considerada uma locução adverbial.

Na parte que tratam das orações subordinadas substantivas, em *Observações*[132] dizem que as orações subordinadas substantivas podem ser introduzidas também por pronomes interrogativos e por advérbios interrogativos, estando incluído aí o ONDE. Conclui-se que, à semelhança de Bechara (2000), preferem analisar as interrogativas indiretas, precedidas por esses advérbios, como orações subordinadas substantivas, e não pelo processo de desdobramento.

Ao listarem as orações substantivas adverbiais, os Autores fazem a seguinte observação:

> A NGB não faz referência a dois tipos de oração: modal e locativa. (...) oração locativa equivale a um adjunto adverbial de lugar, introduzida pelo advérbio ONDE: Estaciona sempre *ONDE é proibido*. (FARACO e MOURA, 1998: 488)

Pasquale e Ulisses (1997) são enfáticos no que diz respeito ao emprego do ONDE na referência a lugar físico, espacial: *ONDE é pronome relativo quando equivale a em que; deve ser usado, portanto, unicamente na indicação de lugar.* Dão o seguinte exemplo: Você conhece uma cidade brasileira *ONDE se possa atravessar a rua em segurança*?[133]. Esses autores apenas dizem em *Observação*[134], que alguns autores defendem a existência de pronomes relativos sem antecedente em frases como: *Quem não deve não teme* e *Ficou quieto ONDE o deixaram*. Nesses casos, os pronomes Quem e ONDE seriam equivalentes a *aquele que* e *no lugar em que*.

No capítulo referente a *Pronomes relativos: usos e funções* esses Autores chamam atenção para o fato de que o ONDE só deve ser empregado em período composto atuando sintaticamente como adjunto adverbial. Diferenciam o ONDE usado na interrogativa direta, do ONDE da subordinada adjetiva. No primeiro caso, o ONDE é

[131] Faraco e Moura, op. cit. p. 485
[132] Faraco e Moura, op. cit. p. 477.
[133] Pascale e Ulisses op. cit. 294
[134] Pasquale e Ulisses op. cit. p 295

advérbio interrogativo, no segundo, o ONDE é pronome, *só pode se usado na indicação de lugar, atuando sintaticamente como adjunto adverbial.* [135]

À semelhança de Faraco e Moura (1998), registram usos na língua que fogem do canonicamente estabelecido:

> Há uma forte tendência na língua portuguesa atual, em usar o ONDE como relativo universal, um verdadeiro cola-tudo. Esse uso curiosamente tende a ocorrer quando um falante de desempenho lingüístico pouco eficiente procura 'falar difícil' surgem então frases como:
>
> *Vai ser um jogo muito difícil, muito disputado, ONDE nós vamos tentar conseguir mais um resultado positivo*.
>
> *Vivemos uma época muito difícil. ONDE a violência gratuita é dominante, etc*.
>
> Na língua culta, escrita ou falada, ONDE deve ser limitado aos casos em que há indicações de *lugar* físico, espacial. Quando não houver essa indicação, deve-se preferir *em que, no qual* (e suas flexões, na qual, nos quais, nas quais) e, nos casos de idéia de causa/efeito ou de conclusão*, portanto*. Pasquale e Ulisses (1997:436)

Os Autores retomam os exemplos dados e fazem as devidas substituições.

Como Bechara (2000) e Faraco e Moura (1998), incluem as interrogativas indiretas nas possibilidades de construção das orações subordinadas substantivas. São também as introduzidas pela conjunção subordinativa integrante *se* e por pronomes ou advérbios interrogativos[136] .

Cereja e Magalhães (1999), também como Pasquale e Ulisses (1997), são enfáticos ao considerarem o ONDE como um referenciador de lugar. Sob o título "*Um assunto ONDE*" eles dizem:

---

[135] Pasquale e Ulisses (1997:433-5)

[136] Pasquale e Ulisses op. cit p. 418

> No padrão culto da língua, o pronome relativo ONDE deve ser empregado apenas quando substitui antecedentes que indiquem espaço físico. Por essa razão, construções comuns na linguagem coloquial e popular, como "uma situação ONDE as pessoas não sabiam o que fazer,"um problema *ONDE* a solução é [...]" no padrão culto devem ser substituídas por "uma situação *em que* as pessoas não sabiam o que fazer" e "um problema cuja situação é [...]", respectivamente."[137]

Esses autores se referem à função sintática do ONDE, pronome relativo, de adjunto adverbial.

No capítulo referente à preposição[138], e tratando do processo de *combinação,* dão exemplo de AONDE *Eu gostaria de saber aonde ela quer chegar* (preposição + advérbio). O ONDE é também citado nos advérbios interrogativos.

A gramática de Cereja e Magalhães (1999) peca pela economia, é bastante incompleta, de maneira geral e, especificamente, em relação ao ONDE.

Sacconi (1992) inclui o ONDE na classe dos pronomes e na classe dos advérbios. Como pronome pode vir com antecedente ou sem antecedente. Nesse último caso, é denominado de relativo indefinido locativo, dando início à oração justaposta[139] . Com antecedente: Não conheço a cidade *ONDE nasceu o presidente* (ONDE = adjunto adverbial de *nasceu*). Sem antecedente: *ONDE entra o sol,* não entra o médico (*ONDE entra o sol* = oração justaposta locativa).

Sacconi (1992: 333) define as orações justapostas como *orações coordenadas ou subordinadas que aparecem sem conectivo Ex.:* Moro *ONDE não mora ninguém* (adverbial locativa).

O ONDE, como advérbio, só é citado quando o Autor se refere aos advérbios interrogativos. Figurando ao lado do ONDE estão: *quando, como, por que*, que são, respectivamente, advérbios interrogativos de lugar, tempo, modo, causa. Podem ocorrer tanto nas interrogativas diretas, quanto nas indiretas.[140]

---

[137] Cereja e Magalhães op. cit. p. 143
[138] Cereja e Magalhães (1999: 181)
[139] Sacconi (1992: 194)
[140] Sacconi (1992: 253)

As gramáticas de Perini (1999) e Neves (2000) têm um cunho descritivo, mas conjugam em muitos aspectos com o que é proposto nas gramáticas normativas.

Perini (1999: 141) considera o ONDE pronome e advérbio. Como pronome constitui, ao lado de outros, uma marca de subordinação, encabeçando a oração subordinada adjetiva. Estabelece a diferença entre as interrogativas indiretas e as subordinadas adjetivas, embora se pareçam superficialmente. Nas interrogativas indiretas o sintagma complexo é um SN ou um sintagma adverbial. Exemplo: Não sei [*quantos espectadores virão ao circo]*é uma subordinada substantiva objetiva direta. Essa análise é a mesma proposta por Bechara (2000).

Neves (2000: 372) analisa o ONDE como pronome e como advérbio.

ONDE e Como são considerados pronomes que nunca se referem à pessoa. ONDE é um indicador de lugar que se emprega com ou sem antecedente. É na oração um elemento nuclear constituindo o núcleo de um sintagma, é tradicionalmente chamado de pronome substantivo (ao lado de Que, Quem e Como). Neves (2000: 374-75) dá exemplos do ONDE em orações adjetivas restritivas com e sem antecedente: *Esta noite o aquecimento do edifício ONDE moro não funcionou (cv*) e *ONDE há é nos Araújos, ONDE até os filhos roubam dos pais* (cz), e exemplo do ONDE em oração adjetiva explicativa com antecedente: *Em Soweto, ONDE vivo, as pessoas nem sequer têm dinheiro para pagar eletricidade....* Quanto à função (NEVES, 2000: 386), o pronome ONDE sempre funciona como adjunto ou complemento adverbial de lugar. Neves (2000) acrescenta que o pronome relativo ONDE que possui antecedente é sempre equivalente a *em que*. Observa que o ONDE é, muitas vezes, empregado equivalendo a *em que*, *mas sem valor locativo, o que não tem justificativa*. Exemplifica*: Na prática, a venda com caderneta funciona como um negócio ONDE o dinheiro também é virtual..."* e *"A diminuição dos empréstimos bancários que alimentam a produção cria uma situação ONDE não é o consumidor que para de comprar*".(FSP)[9] .

Na parte referente aos advérbios, o ONDE se insere na lista dos advérbios interrogativos. Em interrogativas indiretas é integrado numa oração nuclear, funcionando como seu complemento (NEVES, 2000:239). Esta análise equivale à feita por Bechara (2000) e Perini (1999). Neves (2000) se refere ao advérbio interrogativo de

[9] Esses usos são condenados por Faraco e Moura, Pasquale e Ulisses, e Cereja e Magalhães

lugar, significando "em que lugar?". Precedido das preposições *para/a* e *de*, *a indicação passa a ser de direção ou de origem...* Precedido de *a faz uma combinação, formando uma só palavra.* Apresenta exemplificação.

Neves (2000: 256) refere-se aos advérbios de lugar e de tempo, como categorias dêiticas, fazem orientação por referência ao falante e ao aqui-agora, constituem o complexo modo-temporal que fixa o ponto de referência da fala. Lugar e tempo se implicam de tal maneira, que é fácil o trânsito de uma para outra categoria, sendo freqüente encontrar advérbio de lugar indicando tempo. Essa reflexão pode servir para a compreensão do ONDE usado, muitas vezes, na linguagem coloquial com referência a tempo, como já foi sinalizado por alguns gramáticos.

Ainda sobre os advérbios de lugar e tempo, refere-se aos *fóricos* e aos *não-fóricos*. Os *advérbios fóricos remetem a algum outro elemento, dentro ou fora do enunciado*.[141]

> Têm natureza pronomial, comportando-se como *proformas nominais*, o que lhes permite, aliás, funcionar como *argumentos*. Esses advérbios são muitas vezes chamados de *advérbios pronominais* ou *pronomes adverbiais*.[10] [...]...referem-se a circunstâncias, mas em si não exprimem uma indicação circunstancial substancial. Essa indicação tem de ser recuperada na situação, configurando exófora...; no texto, configurando endófora (anáfora ou catáfora).

Fica claro também em Neves (2000) a ambigüidade categorial do ONDE. É pronome? É advérbio? É pronome e advérbio ao mesmo tempo? Verifica-se que, na abordagem, as fronteiras não se delimitam.

2.2.3 **Aspectos conclusivos sobre a prescrição e a descrição do OÙ e do ONDE**

À semelhança do OÙ, o ONDE não recebe um tratamento uniforme por parte dos gramáticos. Há pontos comuns da análise, mas muitas divergências. Como o OÙ, o

[141] Neves op. cit. p. 257
[10] Não há exemplos com o ONDE, mas tudo indica que ele estaria aí incluído.

ONDE é polissêmico e polifuncional. Segundo Hadermann (1993), essa é a dificuldade encontrada pelos gramáticos, para classificar e definir a palavra OÙ. Assume-se que com o ONDE, as dificuldades são semelhantes. Numa apreciação mais geral sobre a análise desse item, observa-se que, ao considerar certas realizações, os gramáticos tendem a dar um tratamento que se ajuste aos cânones gramaticais. Vão sempre em busca de saídas, nem sempre bem sucedidas, deixando lacunas, resultando num trabalho incompleto. Quando o gramático consegue ir além, ultrapassando as barreiras da prescrição, ele obtém uma análise mais coerente, mais adequada, a exemplo da que é dada por Bechara (2000).

Serão retomados alguns pontos, os mais relevantes, sobre o tratamento que é dado ao ONDE, pelas gramáticas, em comparação com a abordagem do OÙ, apresentada por Hadermann (1993), nos capítulos I e II, especialmente, no que se refere à posição dos gramáticos, partindo da classificação do OÙ, também do que foi levantado ao longo de seu trabalho.

O ONDE é classificado como advérbio e como pronome. Recebe muitas designações, conforme os critérios de análise: *advérbio relativo*; *advérbio conjuntivo*; *pronome-advérbio*; *advérbio interrogativo*; *pronome relativo; relativo indefinido*; *advérbio pronominal.*

O OÙ é classificado como pronome, como advérbio, também como conjunção, recebendo as designações de *advérbio interrogativo, advérbio pronominal, pronome relativo, pronome adverbial.*

No que diz respeito à análise das orações com ONDE e com o OÙ, quando essas são constituídas com antecedente, a questão, entre os gramáticos, é mais consensual, ONDE e OÚ se comportam como os outros elementos relativos, com duplo papel, referindo-se a um termo antecedente, ao mesmo tempo servindo de elo subordinante à oração que iniciam – constituem as subordinadas adjetivas. Hadermann (1993) chama atenção para o fato de que, na maioria das gramáticas estudadas, OÙ é considerado pronome relativo quando há antecedente, e advérbio quando empregado sem antecedente.

Em estruturas em que esses itens aparecem sem antecedente em frases declarativas, como, por exemplo: *ONDE nasci, passa um rio* e em estruturas interrogativas, como, por exemplo: *ONDE você vai? / Desejo saber ONDE você vai,* em

relação ao ONDE, observa-se a tendência de se considerar o ONDE sem antecedente, como um advérbio, visto esse elemento fazer parte dos advérbios interrogativos construindo orações sem antecedente em interrogativas diretas e indiretas. Também o comentário de Pasquale e Ulisses (1997) é revelador dessa posição, quando dizem que alguns autores admitem o pronome relativo sem antecedente. Quanto ao OÙ, há classificações em que o integram numa única categoria do pronome interrogativo-relativo (Dubois, Togeby), não ocorrendo essa classificação no português para o ONDE.

Dentre as obras francesas que tratam do OÙ sem antecedente, esse item funciona como uma conjunção ou advérbio conjuntivo, sendo classificado, sintaticamente, como uma proposição subordinada adverbial – locativa[142].

Hadermann (1993) não aceita a classificação do OÙ como conjunção em contextos em que ele ocorre sem antecedente, constituindo uma oração subordinada adverbial. Para esse Autor, o OÙ é fórico em qualquer contexto.

Em relação ao ONDE, quando ele ocorre sem antecedente, as divergências de análise são bastante significativas. Há autores que propõem o desdobramento do ONDE em *no lugar em que,* e a oração, com o relativo, é subordinada adjetiva (ponto de vista de Almeida (1997) e Rocha Lima (1999)). Dessa forma, seriam analisadas a oração declarativa e a interrogativa com ONDE sem antecedente. Há a proposta de as interrogativas indiretas serem analisadas como subordinadas substantivas objetivas diretas. Nesse caso, fica implícito o valor de conjunção que o ONDE adquire (defendem essa análise Bechara (2000); Faraco e Moura (1998); Pasquale e Ulisses (1997); Perini (1999); Neves (2000)). Há a proposta de as orações declarativas com ONDE sem antecedente serem analisadas como subordinadas adverbiais locativas (BECHARA, 2000), nesse contexto, o ONDE é um advérbio relativo). Sacconi inclui a oração com ONDE sem antecedente nas orações justapostas subordinadas – é a justaposta subordinada adverbial locativa. O ONDE, nesse caso, é um pronome relativo indefinido locativo. Faraco e Moura (1998) lembram que a NGB não faz referência à oração subordinada adverbial locativa, também não demonstram como essas orações com ONDE sem antecedente devem ser analisadas. Os demais autores evitam tratar esse tipo de oração, omitindo-se completamente.

[142] Ver Baylon e Fabre, *Grammaire française moderne*; Grévisse, citados em Hadermann, 1993: 5.

Há uma concordância da proposta de Bechara (2000) com o que algumas obras francesas apresentam sobre o OÙ. Há, entretanto, divergências no que se refere à classificação que é dada ao ONDE e ao OÙ em contextos semelhantes, de pronome (indefinido), de advérbio (relativo), de conjunção.

O OÙ e o ONDE exercem função sintática de adjunto adverbial ou de complemento relativo, como citam alguns autores.

O ONDE como o OÙ podem ser precedidos de preposição.

No que se refere ao valor semântico de OÙ e de ONDE, ambos são locativos. Só que o OÙ tem, além do valor locativo [+ concreto], o valor temporal. Pode ocorrer, também, com valor [- concreto]; às vezes pode servir à expressão de condição, de maneira, de preço[143]. Hadermann (1993) diz que nesses últimos usos não há localização concreta. No emprego interrogativo e exclamativo, OÙ só se refere a expressões de lugar (na condição de advérbio). A variedade dos valores semânticos caracteriza somente os empregos relativos, quer dizer, não precadicativos de OÙ[144].

O ONDE indica estada, permanência, é igual a *lugar em que*, *no qual*. As gramáticas rejeitam outros usos que não sejam o de referir-se estritamente a lugar físico. Usos da linguagem coloquial, com referência a tempo, a noção são condenados pelos gramáticos, como se verificou em parte deste texto. Também Neves (2000), em sua gramática de cunho descritivo, refere-se a usos não previstos pela tradição gramatical. Chama, entretanto, a atenção para a implicação espaço/tempo dos advérbios. Esse aspecto está também presente no texto de Hadermann (1993: 65), que diz que *A utilização de morfemas contendo o traço [+ locativo] para exprimir acontecimentos temporais é um fenômeno freqüente nas línguas.* Referindo-se ao OÙ, ele diz que, empregado sozinho, esse item não é capaz de exprimir a temporalidade. É necessário um antecedente temporal. O uso temporal vem como uma transferência metafórica, como fica claro a partir da citação feita por Hadermann de Perret (1988: 185):

> Tradicionalmente concede-se à localização espacial a possibilidade de se aplicar ao tempo [...]. Representa-se, então, uma espécie de espacialização metafórica do tempo.

[143]Hadermann, op. cit. p. 66, exemplificação

[144] Hadermann vai verificar se o OÙ guarda nos seus empregos temporais, condicionais...seu valor de nominalizador interno (cf. supra, OÙ conjunção ?)

É muito interessante a discussão que Hadermann (1993) desenvolve no seu trabalho sobre as noções de espaço e de tempo. Sobre esse aspecto, vale salientar, no momento, a referência que ele faz à teoria localista, segundo a qual *as expressões locais servem de modelo estrutural a outras expressões, como tempo*. Mas não se prenderá à hipótese localista como base do trabalho, porque através do estudo da palavra OÙ não se pode verificar se as estruturas locativas são, com efeito, mais fundamentais que outras.[145]

Há que se considerar as conclusões a que Hadermann chega sobre o OÙ: classificação, emprego, valor, por serem fundamentais para que se possa repensar sobre o tratamento do ONDE pelas gramáticas prescritivas e descritivas. No início deste trabalho foi dito que as gramáticas do português não eram explícitas com referência ao ONDE, pecavam por conter análises incompletas e, embora apresentassem pontos comuns, eram muitas as divergências. Isso ficou constatado com o levantamento feito e com as comparações. O estudo de Hadermann (1993) nos coloca luz em muitas questões e proporciona este repensar.

Hadermann (1993) considera o OÙ um pronome, mais propriamente uma *proforma*. Há um semantismo indefinido que demanda ser saturado pelo contexto ou pelo cotexto. No caso da interrogação direta, a indefinição da proforma OÙ se encontra saturada pela resposta – OÙ, nesse caso, é catafórico. Hadermann diz que a capacidade catafórica parece menos pertinente à interrogação indireta, porque não implica uma obrigação de resposta, mas o poder catafórico de OÙ resta substancialmente presente. No caso da exclamativa, OÙ é saturado pelo cotexto – OÙ tem capacidade exofórica. No caso da relativa, OÙ é saturado pelo antecedente – capacidade anafórica. Em caso da ausência da saturação, há duas possibilidades, OÙ é auto-saturado na locução *où que*; OÙ não pode ser saturado porque perdeu sua função de representante nas locuções conjuntivas *au cas où*, *dans la mesure où*. A essa capacidade da proforma OÙ de se referir a respostas, a antecedentes...é chamada por Hadermann de "capacidade fórica".

Hadermann (1993) descarta a possibilidade de OÙ ser considerado um advérbio. Segundo sua definição do advérbio, esse designa uma forma que comuta sempre com um sintagma preposicional e que tem um conteúdo lexical estável. OÙ não

[145] Hadermann op. cit. p. 66

obedece senão parcialmente à primeira parte da definição, porque ele possui empregos preposicionados (*par où, d'où, pour où, vers où e jusqu'où)*. Mas, pela segunda parte, ele não se aplica nunca ao OÙ, que é um indeterminante de lugar e cujo semantismo indefinido será saturado em função do contexto ou do cotexto.

OÙ contém um elemento preposicional, significando que os sintagmas aos quais OÙ substitui, ou que ele subentende, são sintagmas preposicionados. OÙ assume sempre a função de adjunto ou de complemento locativo.

OÙ é, em muitos empregos, em concorrência com outros morfemas:

- OÙ ou QUE para retomar o SN tempo.
- OÙ ou QUOI / QUI preposicionado em interrogações.
- OÙ ou LEQUEL preposicional.

Segundo as condições da enunciação, ou segundo as intenções do locutor, OÙ será utilizado ou não.

Quanto ao valor de OÙ, Hadermann (1993: 284) conclui que os elementos do valor fundamental são a base dos diferentes empregos que OÙ pode assumir. De acordo com a acentuação de um ou de outro elemento, resultará em tal ou qual emprego no discurso

Concluí-se questionando se a análise proposta por Hadermann não poderia ser pensada também para o ONDE. As situações de uso se equivalem, também o valor. Quanto à classificação, Neves (2000), ao se referir aos advérbios fóricos, diz que eles têm natureza pronominal, comportando-se como *proformas nominais.* São muitas vezes chamados de *advérbios pronominais* ou *pronomes adverbiais*. Desfazendo-se a ambigüidade pronome/advérbio, resta a proforma.

A análise do OÙ por Hadermann prima pela coerência. Não se poderia perseguir um tratamento também mais coerente para o ONDE?

3. **METODOLOGIA**

Para a análise do ONDE, adota-se a metodologia da Sociolingüística Variacionista, assumindo-se alguns dos seus pressupostos. O caráter sociofuncional deste trabalho vai proporcionar, em parte, uma conjugação de modelos: variacionista, na constituição da amostra, levantamento dos dados, utilização de metodologia quantitativa; funcional, na orientação da constituição dos grupos de fatores, e na interpretação dos dados, que seguirá a linha da gramaticalização. Este é um trabalho prioritariamente sincrônico, mas com a possibilidade de, em algum momento, existirem referências diacrônicas, subsidiando discussões sobre o comportamento do ONDE.

3.1 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

A pesquisa sobre o ONDE é feita a partir de um *corpus* oral do PEPP – Programa de Estudos sobre o Português Popular de Salvador – da década de 90, e amostra do NURC/SSA/90 – Norma Urbana Culta de Salvador. O PEPP/90 é um projeto interinstitucional de pesquisa, envolvendo a Universidade do Estado da Bahia e a Universidade Federal da Bahia.[146] O objetivo de constituição do PEPP foi o de criar uma amostra atualizada da fala popular de Salvador. O grupo de constituição do PEPP, também na ocasião, colaborou com o projeto de recontato do Projeto NURC/SSA, aqui referido como NURC/90, entrevistou antigos informantes (de 70) e também novos.

O *corpus* PEPP se constitui de quarenta e oito inquéritos. A amostra trabalhada do NURC/90 é formada de dezoito inquéritos, totalizando, PEPP e NURC/90, sessenta e seis inquéritos, a partir dos quais são analisadas as ocorrências do ONDE.

[146] Participaram da constituição do PEPP/90, Norma da Silva Lopes, professora da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), e então doutoranda da UFBA, sob a orientação da Professora Doutora Myrian Barbosa da Silva, e as doutorandas da UFBA, Constância Maria Borges de Souza e Emília Helena Portella Monteiro de Souza.

Os informantes do PEPP se distribuem em quatro faixas etárias e dois graus de escolaridade, formando células com três homens e três mulheres, conforme distribuição a seguir:

Faixa etária

1 - (15 a 24 anos)

2 – (25 a 35 anos)

3 – (45 a 55 anos)

4 – (65 anos em diante)

Escolaridade

Fundamental (1ª à 4ª série)

Média (Colegial completo, totalizando onze anos de escolarização)[147]

Os informantes do NURC/90 são todos de nível de escolaridade superior, se distribuem em três faixas etárias, pois não há na amostra NURC falantes da Faixa Etária 1. Em cada faixa, há, na amostra, três homens e três mulheres.

Faixas etárias do NURC/90

2 – (25 a 35 anos)

3 – (45 a 55 anos)

4 – (65 anos em diante)[148]

Segue o quadro de distribuição dos inquéritos por gênero, faixa etária e níveis de escolaridade do PEPP e do NURC/90.

[147] Na codificação dos inquéritos, utilizou-se C (Colegial) para uma referência ao curso Médio completo.
[148] Apesar de não haver compatibilidade entre as distribuições de faixa etária no PEPP e no NURC, para este trabalho, com vistas à análise comparativa, foram utilizados informantes que atendessem à distribuição desejada, ou seja, aquela já utilizada no PEPP.

QUADRO GERAL DOS INQUÉRITOS DA AMOSTRA ATUAL (DÉCADA DE 90) PEPP / NURC ➔TOTAL: 66 INQUÉRITOS

FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE	HOMEM	MULHER
I (15 / 24 anos)	F (Fundamental)	PEPP/18 PEPP/42 PEPP/47	PEPP/05 PEPP/43 PEPP/44
	C (Colegial)	PEPP/04 PEPP/20 PEPP/48	PEPP/02 PEPP/03 PEPP/12
II (25 / 35 anos)	F (Fundamental)	PEPP/09 PEPP/22 PEPP/40	PEPP/19 PEPP/29 PEPP/45
	C (Colegial)	PEPP/13 PEPP/28 PEPP/33	PEPP/10 PEPP/21 PEPP/23
	U (Universitário)	NURC 006/N NURC 009/N NURC 010/N	NURC 011/N NURC 013/N NURC 014/N
III (45 / 55 anos)	F (Fundamental)	PEPP/30 PEPP/32 PEPP/37	PEPP/31 PEPP/36 PEPP/46
	C (Colegial)	PEPP/15 PEPP/24 PEPP/26	PEPP/07 PEPP/08 PEPP/17
	U (Universitário)	NURC 002/R NURC 003/R NURC 015/N	NURC 004/R NURC 011/R NURC 012/N
IV (+ de 65 anos)	F (Fundamental)	PEPP/06 PEPP/34 PEPP/35	PEPP/01 PEPP/38 PEPP/39
	C (Colegial)	PEPP/11 PEPP/14 PEPP/16	PEPP/25 PEPP/27 PEPP/41
	U (Universitário)	NURC 012/R NURC 006/R NURC 009/R	NURC 005/R NURC 008/R NURC 013/ R

Quadro 7: Quadro geral dos inquéritos da amostra atual

3.1.1 **Realização dos inquéritos, transcrição grafemática dos inquéritos, seleção e dados sociais dos informantes**

A realização dos inquéritos ocorreu, ou na casa do informante, ou no seu local de trabalho, ou na casa do inquiridor, a depender do que foi escolhido como o mais adequado, em cada caso, sem prejuízo para o trabalho que seria realizado. Antes de se proceder à entrevista, contatos anteriores foram feitos com o informante, ocasião em que se esclarecia o motivo da entrevista, "uma pesquisa sobre educação". O tema da entrevista do PEPP e NURC/SSA/90 (novos) foi *A educação do passado em oposição à educação dos nossos dias*. Para os retornados, manteve-se o mesmo tema da década de 70.

Antes do início da entrevista propriamente dita, havia esclarecimentos sobre o uso do gravador, o que era entendido por eles, afinal sabiam que era uma "pesquisa sobre educação". Nas entrevistas, procurou-se criar um clima de informalidade. O próprio tema foi favorecedor do uso de uma linguagem coloquial, de um clima descontraído, uma vez que os informantes falaram de sua infância, de seus pais, de suas experiências na escola, dos contatos com colegas, professores, e para os que eram casados e tinham filhos, sobre a educação desses. Em muitos momentos se emocionaram, passando sentimentos, traduzidos por uma linguagem bem natural.

Os informantes recontatados do NURC/90 já tinham conhecimento do que se tratava, que a entrevista tinha por objetivo estudos de natureza lingüística. Seguiram-se, então, as mesmas instruções.

Para assegurar que a entrevista tivesse mais ou menos a mesma seqüência, foi elaborado um guia-questionário, cuja aplicação não foi direta e rígida, uma vez que se procurou adaptar à faixa etária dos falantes, a depender de seus interesses. Esse guia funcionou, apenas, como auxiliar.

As entrevistas tiveram uma duração de trinta a quarenta minutos. Seu registro original foi feito em fitas *cassettes* BASF Ferro Extra, de noventa minutos de duração, para evitar que os originais tivessem qualquer tipo de interrupção. Para as gravações, foram utilizados gravadores *Lenox Sound* AM/FM *Stereo Cassette Recorder*, Modelo

CT – 731, mas as cópias foram feitas em rádio gravador CCE, com fitas de diversas marcas, de sessenta minutos.

Para a transcrição dos inquéritos, seguiram-se as normas definidas para os inquéritos do NURC/70, de Salvador, divulgadas em Mota e Rollemberg (1994: 16-24). Os textos foram transcritos por todos os integrantes do programa, e como foram admitidos auxiliares para o trabalho, todas as transcrições passaram por revisão do grupo responsável.

Para a seleção dos informantes, adotaram-se os mesmos critérios do Projeto NURC. Esses deveriam ser naturais de Salvador, e, além disso, que tivessem permanecido a maior parte de suas vidas nessa cidade; seus pais, igualmente, nascidos em Salvador, ou tivessem vindo para essa cidade muito pequenos, para evitar que houvesse a interferência de outros dialetos.

Foi preenchida uma ficha cadastral em que constam, além dos dados de identificação, como nome, sexo e escolaridade, também residência, profissão, tipo de diversão, nível de escolaridade dos amigos mais próximos, viagens, contato com línguas estrangeiras, idade de filhos, casamentos anteriores etc. Isso com o objetivo de se obter dados que situem o falante socialmente e se poder correlacionar esses dados com a linguagem usada por eles.

Os informantes da amostra PEPP, tanto de nível Fundamental, quanto de nível Médio são, em sua maioria, provenientes de bairros periféricos[149], que apresentam como características terem tido, nos últimos anos, um crescimento demográfico bastante rápido, são muito populosos, muitos surgiram há poucos anos, e são habitados, principalmente, por uma população de baixa renda. Poucos informantes moram em bairros próximos ao centro da cidade, naqueles considerados de classe média[150].

Os informantes da amostra NURC, na sua maioria, moram na parte mais valorizada da cidade, ou em bairros mais tradicionais, ou em bairros mais novos, alguns mais distantes do centro, onde se concentra a classe média alta[151]. Outros moram em bairros mais antigos, de preferência da classe média.

---

[149] Tancredo Neves, Mata Escura, Pernambués, São Caetano, Sussuarana, Periperi, Saboeiro, Massaranduba, Cabula.
[150] Tororó, Brotas, Lanat, IAPI.
[151] Barra, Graça, Barra Avenida, Jardim Apipema, Caminho das Árvores.

Quanto à ocupação, os informantes do PEPP têm ocupações diversificadas. Os informantes de escolaridade Fundamental são: alfaiate, contínuo, encanador, porteiro, vendedor de cafezinho, ajudante de cozinha, faxineiras, servente de escola, mãe de santo (dona de terreiro de candomblé), escrevente de cartório aposentada. A maior parte dessas ocupações não é atividade fixa, portanto, poucos têm salário mensal fixo. Os informantes de nível Médio são: instrutor de informática, jogador de futebol, inspetor de alunos (auxiliar de disciplina), ex-controlador de vôo aposentado, motorista, funcionário de escritório de supermercado, porteiro, estudante, contador autônomo, auxiliar de enfermagem, técnico em fotografia, professora primária aposentada, estagiária, dona-de-casa. Esses informantes são mais engajados no mercado de trabalho formal.

Os informantes da amostra NURC/90 são: professores de curso Médio, arquiteto, engenheiro agrônomo, juízes, professores universitários, veterinário, professora de dança, orientadora educacional. Alguns acumulam até dois empregos, com funções diferentes.

As amostras demonstram a questão da relação grau de escolaridade e ocupação. Os de escolaridade menor possuem sempre atividades esporádicas, poucos possuem emprego fixo, e, portanto, renda fixa. Os de nível superior têm vínculo empregatício, às vezes, mais de um.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DO ONDE

Para se proceder à análise do ONDE, foram estabelecidas algumas etapas. Inicialmente, apresenta-se uma conceituação do ONDE, de forma geral, em seguida, as etapas discriminadas abaixo:

a) definição do fenômeno a ser analisado: os valores do ONDE

b) definição dos grupos de fatores que estão relacionados aos valores do ONDE

c) codificação dos dados e utilização do programa computacional - Makecell

d) análise interpretativa dos resultados.

Alguns dados, por não serem suficientes em número para passar por uma análise quantitativa do programa computacional, serão analisados à parte.

3.3 CONCEITUAÇÃO DO ONDE

Antes de se proceder à apresentação dos valores do ONDE e a constituição dos grupos de fatores, vai-se situar o ONDE do ponto de vista gramatical, isto é, do ponto de vista de sua categoria. Este procedimento inicial justifica-se pelo fato de que a análise e posterior interpretação dos dados têm como pressuposto básico o entendimento que se tem desse item a partir da perspectiva aqui esboçada.

Assume-se, com Hadermann (1993), que o ONDE é um pronome, mais propriamente uma pró-forma, de sentido genérico, que indica "lugar em que", possuindo, portanto, um caráter lacunar a ser preenchido por elementos discursivos, situacionais, se caracterizando como um item fórico. Bechara (2000) refere-se aos pronomes como unidades categoremáticas, que são "formas sem substância", não representam nenhuma matéria extralingüística e por isso os pronomes são substantivos, adjetivos, advérbios e até verbos. A característica do pronome como forma sem substância é apontada também por Castilho (1998: 94, 95), quando discute sobre a transitividade verbal e a seleção de argumentos pelo verbo. Esse Autor demonstra as vantagens, na análise referida, em se selecionarem pronomes, em vez de substantivos, como habitualmente se faz, pelo fato de os pronomes não terem sentido autônomo como os nomes, comprometendo menos a análise, "pelas complicações inerentes aos sentidos dos substantivos e às restrições seletivas que se estabelecem entre ele e o verbo". Os pronomes a que Castilho se refere são os pronomes pessoais, mas a sua característica de forma sem substância é estendida a todas as formas pronominais. Concorre para a assunção do ONDE, como uma forma pronominal, uma outra passagem do texto de Castilho (1998: 112), em que esse Autor, referindo-se aos advérbios não-predicativos, exclui os circunstanciais de tempo e de lugar. Considera-os dêiticos, podendo, portanto, funcionar como argumentos sentenciais. Propõe que fiquem dispostos entre os pronomes, que acolheriam esses "falsos" advérbios, seriam,

assim, denominados *pronomes circunstanciais*. Essa proposta leva a se excluir o ONDE de entre os advérbios de lugar como assim prescreve a tradição gramatical, que apresenta o ONDE como uma categoria híbrida, pertence à classe dos pronomes, também dos advérbios. Esse procedimento concorre para uma imprecisão da análise, uma vez que o apresentam na classe dos advérbios, em exemplos em que o ONDE tem uma função relativa, e na classe dos pronomes, em contextos semelhantes.

Esse comportamento dos gramáticos em relação ao ONDE pode ter um fundamento histórico. Ao se buscar o histórico do ONDE, verifica-se que UBI e UNDE, locativos interrogativos, foram formados por morfemas pronominais. Os advérbios não tinham o seu sistema de casos, com suas terminações específicas como o possuíam os substantivos, adjetivos e pronomes. Constituíam, por assim dizer, uma classe derivada. Uma vez formados, passavam a ingressar na classe dos advérbios. No caso dos locativos, em certas estruturas sintáticas funcionam como relativos. UBI e UNDE e, posteriormente, no português arcaico, HU e ONDE eram considerados advérbios de lugar, muito embora ocorressem desde cedo em construções relativas. Como o OÙ francês, a admissão, por parte dos gramáticos, do ONDE como pronome é posterior. Ademais, a função que assume o ONDE é, na tradição gramatical, de adjunto adverbial.

Para efeito de uma análise sincrônica, tudo leva a se admitir ser o ONDE, do ponto de vista gramatical, um pronome, mais propriamente uma pró-forma, por se assemelhar a elementos mais prototípicos da classe escopo dos pronomes. Esse constitui um ponto de partida a ser considerado. Também o fato de que o ONDE é, do ponto de vista de seu sentido básico, fundante, um indicador de lugar genérico, referente a espaço físico e que, paradigmaticamente, está relacionado à *em que*, *no qual* e flexões, com os quais deve comutar em contextos.

3.4 DEFINIÇÃO DO FENÔMENO E CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS DE FATORES

A análise prévia, desenvolvida a partir dos dados coletados sobre o ONDE, levou à observação de que outros valores se apresentavam além do de espaço físico. Organizaram-se as categorias que se seguem com base nas observações feitas e

conforme a proposta de evolução/mudança semântica que acompanha o processo de gramaticalização e que está desenvolvido em muitos trabalhos teóricos.

- espaço físico (~ em que)
- tempo (~ quando)
- noção (espaço físico ampliado, mais abstrato)
- posse (~ cujo)
- outros valores semanticamente mais abstratos

Essas categorias vão ser tomadas para se identificar como os sentidos do ONDE estão correlacionados com os outros fatores sociais e lingüísticos a serem discriminados posteriormente. Assumem-se aqui pressupostos teóricos que se consideram válidos para análise do ONDE na língua falada: a proposta de Castilho (1998, 2001, 2002) de uma teoria modular da língua. A língua vista como um multissistema dinâmico e que pode ser representado de uma forma radial, tendo ao centro o Léxico e à volta o Discurso, a Semântica e a Gramática, operando simultaneamente. O ONDE, portanto, vai ser analisado em suas propriedades discursivas, semânticas e gramaticais, observando-se os dispositivos sociocognitivos que ativam, reativam e desativam as suas propriedades. Por uma questão de opção metodológica, vão se estabelecer grupos de fatores, os quais refletem essa perspectiva de análise. O comportamento do ONDE, nesses múltiplos aspectos, certamente, deve oferecer resultados que evidenciem se esse item está passando por um processo de gramaticalização, e em que nível.

Os valores semânticos do ONDE refletem, nesta sincronia, usos conviventes, que provêm de um processo de transferência metafórica em que o espaço físico é o sentido mais básico e os outros sentidos mais abstratos. O ONDE é um termo lingüístico que codifica uma representação conceitual espacial, um determinado lugar. Neurocientistas têm chegado a muitas conclusões sobre representações conceituais espaciais e como a linguagem reflete essas representações. Passos importantes já foram dados no reconhecimento de que as noções de lugar e espaço são primitivos lógicos e

conceituais[152], e que há um número relativamente grande de representações distintas ou "mapas" do espaço e informação espacial no cérebro. Como essas representações conceituais estão codificadas na linguagem tem sido motivo de muitas indagações e também de respostas. Segundo a semântica cognitiva, o significado deriva de esquemas sensório-motores. São as ações no mundo que permitem que as pessoas aprendam diretamente esquemas imagéticos espaciais e são esses esquemas que dão significado às expressões lingüísticas. Segundo Lakoff e Johnson (1980: 29), os conceitos se estruturam metaforicamente, as metáforas são projetadas a partir do entendimento que se tem de movimento, espaço e de recursos naquele domínio. Um dos esquemas imagéticos existentes é de estar dentro ou fora de alguma coisa - as pessoas se situam como um recipiente, separadas do resto do mundo pela pele. A noção de espaço tem a ver com situação, mesmo quando não existem limites físicos naturais se colocam limites, demarcando um território. A territorialidade, definida como a colocação de um limite, de uma divisa em volta de algo, é considerada um instinto humano básico. Pode-se ter como hipótese que o ONDE é um elemento gramatical que situa espaços, físicos, primariamente, e que, por processo metafórico, esse conceito se estende a outros mais abstratos. O ONDE, por seu caráter gramatical e de sentido lacunar, deixa que as especificações espaciais sejam dadas por elementos lexicais e outros elementos também gramaticais, do contexto lingüístico ou extralingüístico. O ONDE e os elementos que preenchem o seu sentido formam juntamente com o Quem e o Quando as três dimensões referidas por Svorou (1993) de *ancoragem dêitica* do evento lingüístico. Agregam-se a essas três dimensões as condições sociais e psicológicas pertencentes ao momento da interação.

O processo que faz com que um item gramatical, como o ONDE, se torne mais gramatical tem sido muito discutido nos estudos sobre a gramaticalização, em especial, no que diz respeito às mudanças no significado que as formas estão sujeitas nesse processo. Discute-se em termos de "redução semântica" dos itens, como se houvesse perdas, o significado sofreria uma espécie de "esmaecimento", de "erosão", à proporção que fossem se tornando mais abstratos e mais gramaticais. Alguns autores se referem a esse processo como "*bleaching*" ("descoramento", "esmaecimento"), (Givón, 1975 a; Lord,1976)[153]; "semantic depletion" ("esvaziamento semântico") Lehmann (1982: 127); "*weakening of semantic content*" ("enfraquecimento do conteúdo semântico") Bybee e

[152] O' Keefe e Nadel (1978, 1986, *apud* Bloom *et al.* 1996: 555) citados neste trabalho.
[153] Citados por Heine, Claudi e Hünnemeyer, 1991: 21.

Pagliuca (1985)[154]. Discussões mais recentes têm preferido tratar esse fenômeno como uma questão de transferência metafórica, em que ao lado de perdas há também ganhos. Hopper e Traugott (1993: 88) dizem que, nos primeiros estágios do processo, pode acontecer uma "redistribuição", ou modificação do sentido, ou mesmo um enfraquecimento semântico. Nos Princípios da gramaticalização propostos por esses Autores, eles se referem à *estratificação*, em que novas camadas emergem continuamente da forma lingüística nesse processo. Quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e a interagir com as camadas mais novas. Também Sweetser (1988 *apud* Heine*,* Claudi e Hünnemeyer, 1991) diz que há de fato um movimento em direção à dispersão dos aspectos centrais do significado em direção a domínios–alvo e que o único componente que permanece sem ser afetado nesse processo é a estrutura esquemático-imagética ou estrutura tipológica das entidades interessadas. Transferindo a estrutura esquemática do domínio-fonte para algum domínio-alvo particular, o significado do último é adicionado ao significado da entidade transferida. Assim, em adição a perdas há também ganhos semânticos na gramaticalização. Não há, como diz Svorou (1993: 100), uma gradualidade no percurso metafórico, por esse ser um processo cognitivo, o que existe é a convencionalização dos usos lingüísticos.

Para uma análise do processo de abstratização do significado do ONDE, esse se dá primeiramente do espaço físico para o tempo, sendo esse considerado a metáfora mais direta do espaço. É o tempo conceitualizado "*como uma locação no espaço*" (Lakoff, 1998: 102). A esse respeito, a observação de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994: 269), numa referência à derivação do significado de futuro (objeto de análise desses autores), como uma transferência metafórica, é de que não vêem necessidade de se invocar um mecanismo metafórico nesse caso, uma vez que o sentido temporal é já presente como uma inferência do sentido espacial. O sentido espacial é suprimido, desde que exista uma intencionalidade inicial no uso do sentido temporal. Essa transição espaço/tempo é constatada na história de processos evolutivos de muitos itens das línguas.

Quanto ao valor nocional do ONDE, esse se dá também por transferência metafórica. A metáfora RECIPIENTE se estende a outros domínios mais abstratos,

[154] Citados por Heine, Claudi e Hünnemeyer, 1991: 21.

relativos a conceitos, a situações, a sentimentos etc. O falante conceitualiza essas ocorrências como se estivessem dentro de alguma coisa, num espaço virtual, cognitivamente projetado a partir da experiência em relação ao espaço físico.

Também a posse se dá por projeção do domínio do espaço para um domínio mais abstrato. Possuir significa trazer para dentro de seus domínios, do espaço interior, visto como um recipiente.

Outros valores mais abstratos do ONDE podem estar presentes em contextos em que esse item seja requisitado para estabelecer nexos sem o valor funcional que possui. Os dados podem vir a confirmar essa hipótese.

3.4.1 **Grupo de fatores sociais**

Os grupos de fatores sociais foram assim estabelecidos:

Faixa etária: 1 (15 a 25 anos); 2 (25 a 35 anos); 3 (45 a 55 anos); 4 (65 em diante)

Gênero: Homem e Mulher

Escolaridade: Fundamental (1 a 4 anos de escolaridade); Média (11 anos de escolaridade); Universitário (superior completo).

A língua se efetiva no uso, nas inter-relações sociais, por ser a comunicação a sua grande função. Sofre pressões internas de acomodação provocadas por fatores externos, o que faz com que a mudança seja considerada como inerente à sua própria natureza. Os fatores sociais estabelecidos devem concorrer para traçar o perfil do ONDE na fala de Salvador. A observação das faixas etárias deve dar respostas a perguntas como: Que faixas etárias são mais inovadoras no uso do ONDE? Que faixas etárias são mais

conservadoras? Segundo Corválan (1988), as diferenças por grupo de idade não são conseqüência mesmo do fator idade, mas de fatores relacionados, sendo o mais importante a percepção que o falante tem das vantagens sociais que podem obter com o uso de determinadas variantes consideradas de prestígio. Faz uma referência aos grupos de idade intermediários (20-50) da fase mais produtiva, que por questões profissionais e possibilidade de acesso na escala social apresentam um perfil de autocorreção maior. Por outro lado, os mais jovens, por suas próprias características comportamentais, procuram sempre uma identidade com o grupo, são sempre mais inovadores. Inovam no vestir, no se comportar, no falar.

Um indicador do tipo de comportamento próprio dos jovens pode ser visto em relação às mulheres. Pesquisas sociolingüísticas, em geral, demonstram que as mulheres são quase sempre mais conservadoras na linguagem. Usam muito mais as formas consideradas de prestígio do que os homens. Tendem a incorporar mudanças, apenas, quando não são estigmatizadas. Isso pelo papel que a mulher sempre teve na sociedade, mais submissa e mais afeita a seguir os padrões sociais, embora esse comportamento tenha mudado consideravelmente nos últimos anos, também por uma questão da escola: as mulheres sempre estiveram mais sujeitas à pressão da escola do que os homens. Pesquisas recentes têm demonstrado que as diferenças no grupo de falantes jovens, homens e mulheres, têm diminuído, por força de como os jovens, homens e mulheres, se posicionam socialmente. Por hipótese, o ONDE mais padrão, valor de espaço físico, deve ser mais freqüente nas faixas etárias intermediárias. Os usos inovadores devem estar por conta da faixa etária dos mais jovens, homens e mulheres.

No que diz respeito ao fator escolaridade, pesquisas têm evidenciado que o uso da forma mais padrão está relacionado a esse fator. Silva e Paiva (1996) dizem que os falantes de maior escolarização tendem a privilegiar mudanças que implementam uma forma socialmente aceita e desfavorecem mudanças que se opõem ao padrão. Muitos sociolingüistas preferem fazer a correlação dos fenômenos estudados com a classe social e não com a escolaridade. As classes sociais mais altas usam muito mais as formas de prestígio, do que as classes sociais mais baixas, pelo próprio acesso aos bens culturais e oportunidades de estudo. Quanto ao ONDE, a hipótese que se tem é que os falantes mais escolarizados apresentem um uso muito mais freqüente do ONDE com valor de espaço físico, considerando-se que esse valor é o que a tradição gramatical aceita.

3.4.2 **Grupos de fatores lingüísticos**

3.4.2.1 Foricidade

- anafórico
- catafórico
- exofórico
- sem foricidade

Preferiu-se, devido às características desta análise, separar os aspectos fóricos dos aspectos referenciais, constituindo esse último um outro grupo de fatores a ser observado. O uso anafórico do ONDE é o mais canônico, uma vez que esse item, como relativo, e tendo, semanticamente, um caráter lacunar, refere-se sempre a um termo antecedente. Esse referente pode vir posterior ao ONDE, o que é muito comum na língua falada, constituindo a catáfora. O uso catafórico vem, muitas vezes, conjugado com o sentido dêitico, mostrativo, típico de situações anunciadas, que funcionam para chamar atenção do que vai ser dito posteriormente, no caso do ONDE, do que vai ser localizado. Vale salientar que as categorias acima foram selecionadas seguindo-se Halliday e Hasan (1976), Halliday (1985). Esses Autores se referem à exófora, para uso situacional, como uma remissão a elementos exteriores ao texto, entendida também como dêixis. Neste trabalho, vai-se fazer uma distinção, usando-se dêixis para a situação no interior do texto, como um sinalizador espaço-temporal do evento comunicativo, de acordo com Lyons (1877, 1980), e exófora no sentido dado por Halliday. O ONDE também se apresenta em contextos em que, por força da comunicação, são usados referentes à esquerda e à direita, se constituindo anáfora e catáfora. Apresenta-se, também, sem foricidade.

3.4.2.2 Referenciação

Referentes à esquerda e referentes à direita

Dêiticos Adverbiais Espaciais

Sintagmas Nominais

Sintagmas Preposicionais

Preposições e Locuções Prepositivas

Locuções Adverbiais

Orações

Referente situacional, não explícito no contexto

Nesse grupo de fatores são discriminados os elementos lexicais e gramaticais que lingüisticamente fazem a referenciação do ONDE e que, juntamente com ele, "falam" de espaço. No texto da língua falada, eles operam ou separadamente, ou de forma conjugada, dependendo do que cognitivamente o falante deseja expressar, e do que pode ficar mais explícito para a sua intenção comunicativa. Tomando o que diz Svorou (1993), nas situações diárias, fala-se sobre situações, localizando-as. E é da natureza do ser humano locar objetos de uma forma relativista. Existem observações de que a maneira como se loca objetos em relação a outros envolve o conhecimento de alguma espécie de relação assimétrica. Para descrever a relação assimétrica entre entidades numa relação espacial, Svorou (1993: 9) usa os termos *Trajector* (TR), com referência à entidade a ser locada, e *Landmark* (LM) é a entidade em relação à qual o *Trajector* é locado, é a entidade de referência. A Autora utiliza-se, também, do termo *Região* para se referir a uma noção de lugar, não discreta, definida, mas uma noção numa teoria de relações espaciais, em que as pessoas entendem espaço pelas relações que existem entre objetos naquele espaço. Essas noções consideradas numa perspectiva cognitivista vão ser tomadas na análise dos dados, para se verificar como o ONDE e os elementos de referenciação são usados para codificar o espaço. Quando o ONDE é tomado como um *Trajector* ou como um *Landmark*, na localização de

objetos no espaço, e o que muda quando esse item está numa posição de *Trajector* ou *Landmark.*

3.4.2.3 Tipos de frase

- afirmativa
- interrogativa direta
- interrogativa indireta

Os enunciados da língua são representados por uma unidade de comunicação, que a tradição gramatical denomina de frase. A identificação desses tipos de frase na análise do ONDE se justifica pelo fato de nessas realizações sintáticas o ONDE expressar comportamentos que se evidenciam como pertinentes para a compreensão de seu valor e de seus arranjos na estrutura do discurso da língua falada. Mesmo num tipo de diálogo assimétrico, em que um entrevistador conduz os rumos da conversação, isto é, em que a conversação não deve ser tão espontânea, por existir um maior monitoramento, isso não se torna garantia de que as frases sejam "bem formadas", completas. Há correções, pausas, heterocorreções, assalto a turno, repetições, digressões etc. Para Svorou (1993: 4), a língua que se usa na interação nem sempre se apresenta com formas completas, a memória e o contexto da interação em que se dá a *ancoragem dêitica* do evento lingüístico são responsáveis para tornar o que é visto como incompleto, completo. Embora a fala apresente uma sintaxe caracterizada pela descontinuidade, do ponto de vista gramatical, os falantes têm habilidade, segundo Castilho (1998), de construir um padrão sintático. Assim, existem realizações de frases afirmativas em que o ONDE se apresenta em estruturas mais canônicas do que em outras, assim como realizações de frases interrogativas diretas com ONDE, caracterizadas por perguntas "fechadas" ou "abertas" com implicações sintáticas diferenciadas, e ONDE em frases interrogativas indiretas que proporcionam outro tipo de arranjo sintático.

Considerando-se do ponto de vista empírico, há uma maior freqüência de usos de ONDE em frases afirmativas, o que se leva a considerar, a princípio, que nessas estão

presentes as estruturas mais canônicas do ONDE, espaço físico, codificando uma estrutura também mais canônica, sendo de uso preferencial dos informantes de escolaridade mais alta, nas faixas etárias intermediária e mais velha.

3.4.2.4 Tipos de oração/ ONDE em outras realizações sintático-discursivas

- relativa padrão (ONDE ~ *em que*, espaço físico, com antecedente)
- relativa não-padrão (ONDE com antecedente, gramaticalmente com uso de outros relativos)
- adverbial locativa (ONDE sem antecedente)
- substantiva (ONDE sem antecedente)
- oração absoluta com ONDE interrogativo (interrogativa direta, sem antecedente)
- "frases feitas"
- ONDE em outras estruturas

A oração relativa padrão com ONDE, a mais canônica, se caracteriza por: o ONDE tem valor de espaço físico, tem um antecedente, evidenciando-se, portanto, sua função anafórica, e equivale funcionalmente a *em que*, *no qual*. Pode ocorrer também sem antecedente, nesse caso a tradição gramatical apresenta discordâncias nos procedimentos de análise. Procurou-se classificar as orações do ONDE sem antecedente, de uma forma coerente, conforme a sua distribuição como constituindo orações típicas adverbiais locativas e substantivas. Nessa distribuição, se admite, como Bechara (2000: 464), que nas orações substantivas e adverbiais há uma transposição, a oração transposta, inserida na oração complexa é classificada conforme a categoria a que corresponde e pela qual pode ser substituída no desempenho da mesma função. Daí ser a oração transposta classificada como substantiva, adjetiva ou adverbial, segundo a gramática tradicional, pois desempenha função sintática normalmente desempenhada por substantivo, adjetivo ou advérbio.

Ainda no que se refere a essas orações complexas, relativas, substantivas, adverbiais com ONDE, pode-se verificar o que apresentam Hopper e Traugott (1993: 69), quando tratam do contínuo segundo os graus de dependência das orações. As adjetivas apositivas (explicativas) e adverbiais têm um grau de dependência menor do que as adjetivas restritivas e as substantivas. Maior nível de encaixamento, portanto, está relacionado ao maior nível de integração, tanto no nível sintático quanto conceitual, relacionando forma e significado, numa correlação icônica função-forma. Esse maior nível de encaixamento revela, do ponto de vista da gramaticalização, estruturas mais gramaticalizadas. Até que ponto as estruturas com ONDE se apresentam mais gramaticalizadas? Como os valores do ONDE se determinam nessas estruturas?

Com referência às orações interrogativas, em que o ONDE ocorre sem antecedente, se pressupõe que essa oração se relacione a outras, mais do ponto de vista semântico e discursivo-pragmático do que mesmo sintático.

A classificação do ONDE constituindo o que se chamou de relativas não-padrão se justifica pelo fato de esse item apresentar, nesse contexto, um comportamento típico do que é observado com o QUE, como uma tendência no português do Brasil, conforme Tarallo ([1991]1996) e outros pesquisadores. O QUE ocorre em estruturas chamadas *copiadoras* e *cortadoras*, como uma estratégia de substituição da forma padrão preposicionada. Nesses contextos, o QUE é considerado um mero *complementizador*, destituídas as suas características de pronome relativo. O QUE *complementizador*, nas relativas cortadoras, de forma mais freqüente, porque não é estigmatizada, é também uma estratégia para evitar o uso de outros relativos, como CUJO. A esse respeito, vale citar Castilho (2001: 41), quando trata da recategorização de algumas classes em conjunções, dentre elas, o pronome. Essa é uma referência ao QUE relativo, que tem sido observado como perdendo as suas propriedades pronominais. Além disso, esse Autor se refere à redução dos pronomes relativos a apenas um único item, QUE. Acrescenta que esse item está passando por outras formas de generalização, operando como conjunção aditiva, temporal, condicional, comparativa. A pergunta que se pode fazer é se o ONDE está avançando como o QUE nesse processo, ou mesmo concorrendo com esse item, em especial, em relativas cortadoras.

As "frases feitas" constituem um outro tipo de realização sintático-discursiva com ONDE, sendo codificações lingüísticas metafóricas. São estruturadas dentro de um

sistema total de conceitos metafóricos, de uso na vida diária e são expressões fixadas por convenção (Lakoff e Johnson, 1980: 52).

Há outras ocorrências do ONDE que foram identificadas como ONDE em outras estruturas. Em algumas dessas, o ONDE é intersentencial, e esse item não tem, nesse contexto, um papel fórico. Também o ONDE ocorre em estruturas clivadas.

A análise deverá também responder questões como: Que realizações estruturais com ONDE são mais freqüentes na língua falada? A que se deve essa freqüência? Que fatores são determinantes para a realização dessas estruturas?

3.4.2.5 Correlação com preposições

- requerida e realizada
- requerida e não realizada
- requerida e realizada inadequadamente

Esse grupo de fatores diz respeito aos correlatos do ONDE, precedidos de preposição, como *de* ONDE (DONDE), *para* ONDE etc., conforme seja a direção do movimento, ou de origem, ou de destinação, ou de referência a movimento por um determinado lugar. O ONDE indica "lugar em que", sem movimento. Essas realizações preposicionadas do ONDE são resultado do processo evolutivo da língua, em substituição às quatro formas latinas correspondentes ao atual ONDE: *ubi* (lugar em que), *unde* (lugar donde), *quo* (lugar para onde) e *qua* (lugar por onde). Citando Svorou (1993), as entidades são descritas não só em termos de sua locação, mas no que diz respeito à orientação de seus movimentos no espaço. E movimento é percebido como tendo direcionalidade, portanto, a direcionalidade é inerente ao movimento. A verificação que se deseja fazer é se essas formas preposicionadas continuam sendo utilizadas, quando se deseja expressar o movimento a partir do ONDE. Esclarece-se, aqui, que se toma o AONDE como uma forma variante do ONDE, no contexto analisado.

3.4.2.6 Elementos discursivos – a repetição

A repetição é considerada como um processo de construção da sentença por reativação. Itens repetidos provocam não só alterações funcionais na sentença, mas constituem uma estratégia de criação lingüística e de estruturação textual. Há uma relação icônica, entre o aumento da quantidade de formas e o aumento da quantidade de sentidos. O ONDE ocorre em muitos contextos de forma repetida, as razões podem ser de origem diversa: repetição quando o segundo falante retoma o mesmo enunciado produzido pelo primeiro, dando-lhe uma entonação interrogativa, criando, nesse caso, um envolvimento com o interlocutor; também devido à dificuldade de planejamento/linearização, no caso de interrupção para se retomar o que foi dito, garantindo a continuidade da enunciação; para se proceder a retificações etc. Vão-se identificar ocorrências de repetição do ONDE, atentando-se para as implicações que essas repetições provocam no sentido, e também na sua categorização funcional.

Outros aspectos que podem ser observados, no que diz respeito à presença de elementos discursivos, como a focalização, não serão quantificados, pelo número de ocorrências insuficiente para o processamento computacional. Esse e outros aspectos devem estar presentes, quando se proceder às discussões dos dados.

De forma geral, os grupos de fatores já apresentam uma visão das hipóteses de usos do ONDE, quanto às suas propriedades semânticas, gramaticais, discursivo-pragmáticas. Em alguns grupos, são previstos usos estabelecidos num contínuo, considerando-se os mais canônicos, em que o ONDE, como unidade gramatical, se apresenta com seu conteúdo material pleno e usos com conteúdo mais abstrato. Pode-se entender, como hipótese, que o ONDE, na fala de Salvador, está em processo de gramaticalização.

3.5 A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA COMPUTACIONAL

A etapa preparatória para a utilização do suporte computacional é a codificação dos dados. Os dados relativos ao ONDE foram codificados a partir da constituição dos grupos de fatores, começando pelo grupo de fatores correspondente aos valores semânticos do ONDE, em seguida, os grupos de fatores sociais e, finalmente, os grupos de fatores lingüísticos.

Na aplicação de uma metodologia Variacionista, se trabalha com dados quantificados. A quantificação fornece elementos estatísticos que proporcionam um direcionamento maior na análise interpretativa. Devido aos próprios propósitos deste trabalho, não há a aplicação do pacote VARBRUL em sua totalidade, chegou-se até o uso do MAKECELL, que determina os percentuais de ocorrências do fato em estudo e organiza os dados em células. Outros programas, que fazem parte do pacote VARBRUL, são usados como suporte, o TSORT e o CROSSTAB, oferecendo o primeiro, listagens de um grupo de fator, como, por exemplo, no grupo, tipos de oração, orações relativas padrão, ou adverbiais etc.; o outro, fazendo cruzamento de dados, a partir de grupo de fatores.

4. **ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS**

A língua falada é o espaço propício para a criatividade lingüística. Criatividade como uma espécie de quebra de regras, de violação de regras.[155] No sentido cognitivo, a transferência de domínios conceituais para outros resulta na criação de novos conceitos, através da introdução de novas metáforas, com conseqüências no nível da expressão lingüística. É na interação que os usos se atualizam e são criados novos usos. Como observar processos de gramaticalização de itens lingüísticos envolve verificar esses aspectos, vai-se, a partir do fenômeno estabelecido e dos grupos de fatores, proceder à análise do ONDE, verificar se seus usos implicam em processos de mudança, e em que níveis.

4.1 ANÁLISE DOS FATORES SOCIAIS

Nos 66 inquéritos, houve o total de 262 ocorrências do ONDE. Essas ocorrências vão ser primeiramente analisadas a partir do Grupo de fatores Faixa Etária.

Os resultados indicam que o valor Espaço Físico tem na faixa etária 1 o percentual maior de uso em comparação com os percentuais que apresentam as outras faixas etárias, são 97% das ocorrências, sendo os 3% restantes referentes ao fator Noção. Segue à faixa etária 1, a faixa etária 3, com 90%, os 10% restantes são referentes ao valor Noção. Em terceiro lugar, por número de ocorrências do ONDE Espaço Físico, tem-se a faixa etária 4, com 84%, o restante das ocorrências se distribuem pelos valores Tempo 7%, Noção 7% e Posse 2%. Por último, a faixa etária 2 com 67% de ocorrências de ONDE Espaço Físico, 1% de Tempo, e 32% de Noção.

Faixas Etárias	Espaço	Tempo	Noção	Posse
1	36/37 97%		1/37 3%	
2	53/79 67%	1%	25/79 32%	
3	37/41 90%		4/41 10%	
4	89/105 85%	7/105 7%	7/105 7%	2/105 2%

Tabela 4: Valores Semânticos do ONDE e Faixa Etária

[155] Este sentido é o dado por Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991: 78, Nota 9)

Contrariamente ao que se esperava, a faixa etária 1, dos mais jovens, tem o percentual mais alto de uso do ONDE Espaço Físico. Isso, à primeira vista, pode ser entendido como indicador de que, em comparação com as demais, essa faixa é a mais conservadora, ficando a faixa etária 2 como a mais inovadora, pois tem o percentual mais baixo de uso ONDE Espaço Físico, e um percentual mais alto de ONDE Noção. As faixas 3 e 4, embora apresentem um percentual alto de usos do ONDE Espaço Físico, o valor Noção é percentualmente significativo. O valor Tempo é mais saliente na faixa etária 4, sendo a única faixa etária que tem o uso de ONDE com valor Posse.

A faixa etária 2, do ponto de vista social, está dentro da faixa considerada mais produtiva (20 aos 50 anos). Nessa fase, as pessoas, por uma questão profissional, visam a ascensão na escala social, apresentam, portanto, um perfil, do ponto de vista lingüístico, de autocorreção. Essas têm preferência pelos usos considerados de maior aceitação, como uma percepção das vantagens sociais que podem obter. Essas considerações sugerem, a partir dos dados, um valor do ONDE que tem significativa relevância no percentual geral de usos por faixa etária, que é o ONDE com valor nocional. Embora o ONDE Espaço Físico tenha um percentual muito elevado, num total geral de todas as faixas, 82%, o ONDE Noção aparece em 14% das ocorrências, muito superior a ONDE Tempo, 3%, e Posse, 1%. O ONDE Noção tem percentuais de usos em todas as faixas etárias como o ONDE Espaço Físico, o que não ocorre com ONDE Tempo, que só se apresenta nas faixas 2 e 4, e Posse, só na faixa 4. Uma conclusão preliminar é a de que o ONDE Noção pode estar se apresentando, nesta sincronia, como um valor de aceitação, ou mesmo de prestígio. As análises posteriores podem vir a confirmar ou não essa hipótese.

Exemplos de usos do ONDE.

Espaço Físico

(1) *...pelo menos no Costa e Silva* ***onde*** *eu estudo, no Heloísa já é do governo também, o colégio que eu estudei não exigia tanto, eu sei...* [M1C02][156]

Noção

[156] Os inquéritos estão codificados da seguinte forma: o primeiro valor é o Gênero H ou M; o segundo, Faixa etária 1,2,3,4; o terceiro, a Escolaridade F (Fundamental), C (Colegial) e U (Universitário); o quarto, o número do inquérito. Por exemplo, [M1C02] tem-se: Mulher, Faixa Etária 1, Escolaridade Colegial (Curso Médio completo), Inquérito 02. Quando os informantes forem do NURC/90, depois do número do inquérito vai existir, ou a letra N, significando informantes novos, ou R, significando retornados, que são informantes da década de 70, que foram recontactados. Por exemplo: [M3U12N], [H4U12R].

(2) *...atualmente está bem mais cedo, e com isso, crianças do sexo feminino, essa é a minha marcação em relação às novelas das seis,* ***onde*** *você vê sexo explícito mesmo, nu, pessoa nua mesmo, explorando...* [M3U12N]

Tempo

(3) *Eu distingo bem a minha fase de infância* ***onde*** *os bondes transitavam,* ***onde*** *eu estudava nos bondes.* [M4U13R]

O Grupo de fatores Escolaridade apresenta os seguintes resultados. O nível Fundamental tem um percentual maior de usos do ONDE Espaço Físico, 88%, (94/108) vindo logo em seguida o Colegial com 87% (66/75) e, finalmente, o Universitário com 70% (55/79). O ONDE Noção segue em números percentuais o ONDE Espaço Físico, apresentando no Fundamental 12% (13/108), no Colegial 12% (9/75), e no Universitário 19% (15/79). O valor Tempo só tem ocorrência em dois níveis de escolaridade: Fundamental, com apenas 1% (um único caso) e o Universitário com 9% (7/79), e Posse só ocorre no Universitário com 2% (2/79). O fato de o nível Fundamental apresentar um maior percentual de ONDE Espaço Físico evidencia um uso do valor mais básico desse item, do ponto de vista semântico e que, canonicamente, é o aceito. O que poderia se esperar é que a baixa escolaridade desses informantes pudesse proporcionar usos não-padrão proporcionalmente maiores do que dos informantes de maior escolaridade. O que não acontece. A novidade está por conta do nível Universitário, que apresenta um percentual menor de usos do ONDE Espaço Físico. Em contrapartida, o ONDE Noção apresenta um percentual maior, se comparado com os dos outros níveis de escolaridade. Confira-se a Tabela abaixo.

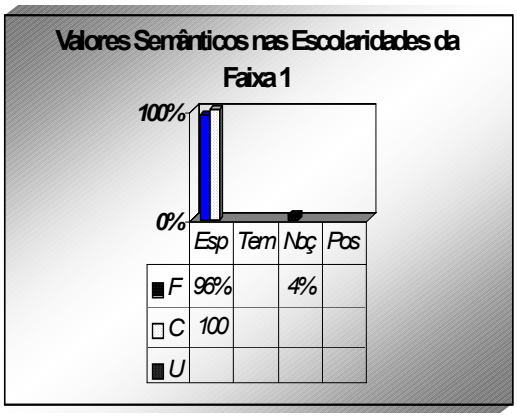
Escolaridade	Espaço	Tempo	Noção	Posse
Fundamental	94/108 88%	1 1%	13/108 12%	
Colegial	66/75 87%		9/75 12%	
Universitário	55/79 70%	7/79 9%	15/79 19%	2/79 3%

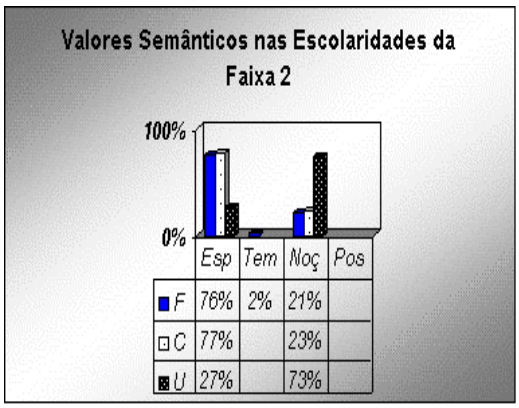
Tabela 5: Valores Semânticos do ONDE e Escolaridade

Observando-se os resultados apresentados, o ONDE Noção é o que se apresenta com um percentual maior dentre os outros valores mais abstratos do ONDE. Tudo leva a crer, portanto, a partir deste grupo sob análise, que a inovação está vindo de cima para

baixo. É a fala das pessoas de nível Universitário, representante da norma culta, que parece estar desencadeando esse processo. Os percentuais de usos do ONDE Noção do nível Fundamental e do nível Colegial são significativos. Acompanham em proporção os dos falantes de nível culto, Universitário. Uma explicação para esse fato é que, quando um falar de prestígio[157] apresenta novos usos lingüísticos, esses passam a ser incorporados por outros segmentos, sem haver estigmatização. O ONDE Tempo, a mais direta metáfora do espaço, tem um percentual muito baixo no nível Fundamental, o nível Colegial não apresenta nenhum uso, e o Universitário tem um percentual significativo, comparado com o do nível Fundamental. O valor Posse só ocorre no Universitário. Uma vez que o Universitário apresenta todos os valores metafóricos previstos para o ONDE, pode-se concluir que esse nível de escolaridade emerge como o fator desencadeador do processo de mudança lingüística em termos semânticos. Retomando Svorou (1993), a transferência metafórica do sentido de um item de um domínio mais concreto para outros domínios mais abstratos não se dá de forma gradual. Sendo uma atividade cognitiva, o que está envolvido é o reconhecimento de similaridades entre um domínio e outro e o revigoramento dos significados lingüísticos de descrição de um para descrever o outro; o que é novo é a convencionalização.

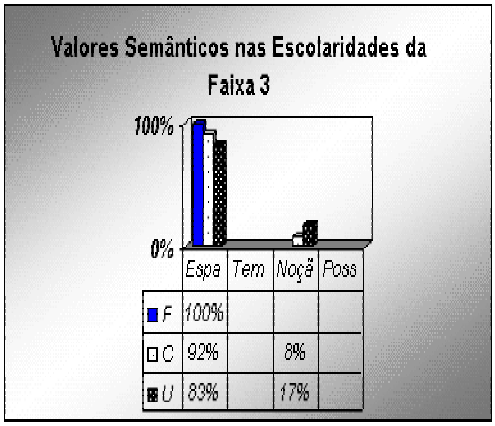
Para compreender melhor o que os dados gerais apresentam, pode-se conferir os valores semânticos no cruzamento da escolaridade com as faixas etárias.

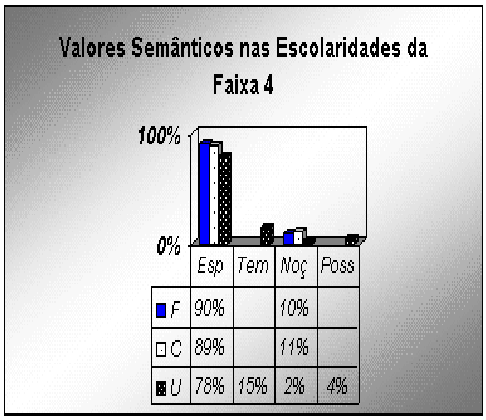




Gráficos 1 e 2: Valores Semânticos nas Escolaridades das Faixas Etárias 1 e 2, respectivamente.

[157] O que a Sociolingüística entende por "prestígio" está dito na parte referente à Sociolingüística Variacionista, na parte teórica deste trabalho.





Gráficos 3 e 4: Valores Semânticos nas Escolaridades das Faixas Etárias 3 e 4, respectivamente.

Observa-se que, nas faixas etárias 1 e 2, o nível Colegial é o que apresenta um maior percentual de ONDE Espaço Físico, nas faixas 3 e 4 é o nível Fundamental. O uso do ONDE Noção é bem significativo na faixa etária 2, ocorrendo em todos os níveis de escolaridade, sendo o maior percentual do nível Universitário. O ONDE Tempo só ocorre na faixa etária 2, no Fundamental, e na faixa etária 4, nível Universitário. Posse só ocorre no nível Universitário na faixa etária 4 e com um percentual muito baixo. Pode-se, a partir desses resultados, concluir que a faixa etária que se apresenta mais inovadora quanto aos valores do ONDE é a faixa etária 2, e o nível de escolaridade, o Universitário. O ONDE Espaço Físico tem um percentual superior a todos os outros usos do ONDE, indicando que é esse o valor primeiro, de locativo físico, o sentido mais básico, mais material desse item. Pelos dados, um valor metafórico está em ascensão, nesta sincronia, o ONDE Noção. A convencionalização desse valor demonstra se dar, portanto, de cima para baixo.

Em que contextos lingüísticos esses usos se efetivam, e que mudanças no nível sintático-discursivo também se desencadeiam, se verá com a análise dos fatores lingüísticos.

Seguem exemplos do ONDE, segundo o grupo de fatores Escolaridade.

Fundamental – ONDE Espaço Físico

(3) *Era assim lá na nova, na escola nova* ***onde*** *eu trabalhava,* ***onde*** *eu estudava, aí eu ia estudar e mainha começou a falar, eu era menor, mainha começou a falar "ah! o único interessado aqui é você"*...[H1F47]

Colegial – ONDE Noção

(4) *...mas aí na, no,no,no curso Básico, tinha o curso Básico né,* ***onde*** *a gente tinha que aprender eletricidade, mecânica, de tudo a pessoa tinha que saber*. [H4C14]

Universitário – ONDE Tempo

(5) *...eu distingo bem a minha fase de infância* ***onde*** *os bondes transitavam, onde eu estudava nos bondes*... [M4U13R]

Quanto ao Gênero, os Homens possuem um percentual maior de usos do ONDE Espaço Físico 85% (133/157), em relação às Mulheres que possuem 78% (82/105). Quanto aos valores mais abstratos do ONDE, as Mulheres apresentam um percentual de usos de Tempo maior do que o dos Homens, 7% (7/105) para 1% (1/157) respectivamente. No uso do ONDE Noção, os percentuais se igualam: são 14% , tanto das Mulheres quanto dos Homens, embora seja menos freqüente nas Mulheres que nos Homens (15 de 105 e 22 de 157, respectivamente). Posse tem um uso muito baixo percentualmente, para ambos os gêneros, apresentam 1% (1 caso para cada um dos gêneros). Confirma-se o que tem sido apresentado por pesquisas sociolingüísticas: as mulheres são sempre conservadoras em termos de usos, mas quando a mudança não é estigmatizada, elas facilmente incorporam os novos usos, e passam a ser mais inovadoras do que os homens. Como tem se verificado, o ONDE Noção tem se apresentado como o uso mais inovador em termos de valores; nesse caso, no *corpus* em estudo, as Mulheres se igualam aos Homens em termos percentuais. O ONDE Espaço Físico se mantém como o valor mais usado em ambos os gêneros.

	Espaço	Tempo	Noção	Posse
Mulher	82/105 78%	7/105 7%	15/105 14%	1/105 1%
Homem	133/157 85%	1/157 1%	22/157 14%	1/157 1%

Tabela 6: Valores Semânticos do ONDE e o Gênero - Análise Geral

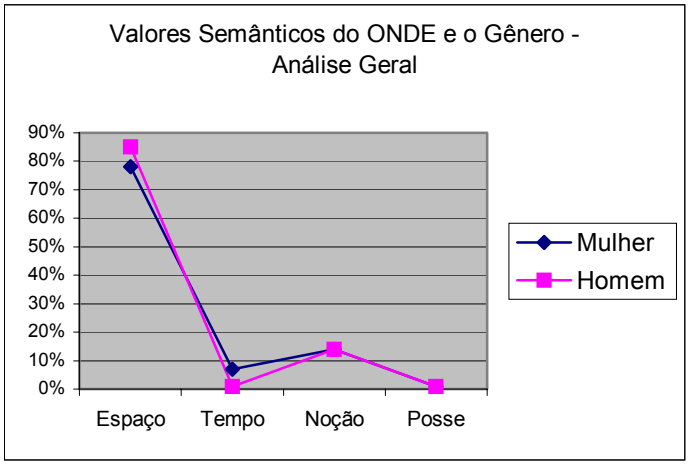


Gráfico 5: Valores Semânticos do ONDE e o Gênero - Análise Geral

Seguem exemplos do ONDE, segundo o Grupo de fator Gênero.

Mulher – ONDE Noção

(6) *E hoje praticamente a gente não vê as crianças dentro dessa faixa etária dez, doze anos, que é* ***onde*** *eu me lembro mais, assim, não é, a gente não vê mais isso, os meninos hoje só querem shopping, ouvir música, curtir um cinema, curtir uma fita de vídeo, né, é o que a gente vê hoje.* [M2U14N]

Homem – ONDE Espaço Físico

(7) *...depois de uns três a quatro meses foi um rapaz lá no Ministério da Fazenda,* ***onde*** *a minha mãe trabalha...* [H2F09]

O ONDE Espaço Físico, na fala de Salvador, nesta sincronia, a partir das amostras analisadas e levando-se em consideração os fatores sociais, tem o percentual mais alto

de uso, em relação aos outros sentidos. Desses últimos, o ONDE nocional é o que se apresenta em expansão.

Embora a pesquisa sobre o ONDE se dê nesta sincronia, vai-se tomar alguns dados diacrônicos, especificamente do português arcaico, para que se possa tecer algumas considerações no que diz respeito aos valores desse item. Serão apresentados alguns exemplos, retirados de edições de dois manuscritos do século XIV, *Os Diálogos de São Gregório*,[158] e *Flos Sanctorum,* edição inédita, por Machado Filho (2001).

Nos dados do português arcaico do século XIV, nos documentos referidos, estão registrados usos do ONDE, não só com valor de Espaço Físico, mas também com valor nocional, de tempo, de posse e, também, conclusivo, equivalente a *donde* e *logo*, sem antecedente. Nessa fase do português, existiam duas formas: HU equivalente aos atuais ONDE ("lugar em que") e *para* ONDE (direção), e ONDE equivalente ao atual *de* ONDE (procedência). Progressivamente HU foi sendo substituído pelo atual ONDE, vindo a desaparecer.

Seguem exemplos do português arcaico, documentados nos DSG (*Diálogos de São Gregório*) e FS (*Flos Sanctorum*).

HU como relativo em frases afirmativas – espaço físico - DSG

1.28.39[159] *...e entrou ali **hu** jazia o enfermo* (HU=onde, "lugar em que")

1.28.30 *...e enviou-os con seus homens pera a cidade de Ravena **hu** el queria ir.* (HU=para onde)

HU – temporal - DSG

1.2.20 *Ca, como quer que aqueles que ordiada vida fazen non queiran seer meestres **hu** primeiramente non foran discipulos.*

[158] Mattos e Silva (1989)
[159] A numeração tem a seguinte seqüência: número do livro; história; períodos (Mattos e Silva, 1989)

HU – nocional - FS

9vC2 *E pois assi é, guarda-te quanto poderes / de virares nem a torto nem a dereyto. E a / verdade, levar-te-à aa vida perduravil* ***hu*** */ viveras por sempre.*

ONDE – espaço físico (=de onde) - DSG

1.28.4 – *Tornade este homen a seu logar* ***onde*** *o tirastes...*

8rC2- *Senhor, rogo-te e peço-ti por / mercee que me nõ leixes tornar a aquela terra / maa e lixosa* ***onde*** *viim, ca muyto desejo / de folgar aqui contigo* - FS

ONDE – ponto de que algo procede, abstrato, nocional - DSG

4.16.6 *Veo a hũa enfermidade* ***onde*** *xi lhi atou morte*

ONDE – relação de posse (onde=de que) - DSG

3.9.4 *Estando os homens bõõs da cidade* ***onde*** *el era bispo fez chanto sobre ele* (=ele era bispo da cidade)

ONDE – temporal – DSG

3.5.11 *E era gram maravilha ca* ***onde*** *huum avia mal, ende os outros todos avian peior*. (onde= a partir do momento em que)

ONDE – conclusivo – DSG

2.3.61 ***Onde****, Pedro, podes conhocer ora muit'agiha se o quiseres ouvir de bõa mente, que...*

6rC2 *E el yndo-se assi cuydou muyto em hũa / molher que vira ja peça havia. E por esta molher / foy assi decebudo e enganado pelo enmiigo / que mais nõ poderia seer.* ***Onde*** *haveo que el yndo per / hũu logar deserto houve de passar hũu ryo...* FS

4.1.1 **Aspectos conclusivos da análise dos fatores sociais**

A partir dos exemplos do português arcaico, em que o ONDE se apresenta com usos metafóricos, observa-se que os valores que eles expressam estão, também, presentes na sincronia atual. Como se sabe, esses documentos escritos da fase medieval são anteriores à ação dos gramáticos, ortógrafos e dicionaristas, também de uma "normativização", a partir de que se conclui que esses refletem, de alguma forma, usos orais da língua codificados nesses textos.

Uma melhor compreensão desse fenômeno, em que usos similares do ONDE ocorrem em duas sincronias com alguns séculos de separação entre elas, pode ser vista a partir de uma perspectiva cognitiva e discursivo-pragmática. Cognitiva quando se considera que as representações conceituais são da natureza mesma do ser humano, a capacidade de fazer transferência de um domínio mais concreto para um mais abstrato é um processo natural, que é codificado na língua, tornando os itens, que estão sujeitos a esse processo, polissêmicos. Por outro lado, pode-se recorrer, também, para explicar esse fenômeno, ao princípio do Uniformitarismo, retomado por Labov (1994), que hipotetiza que forças que operaram no passado continuam a operar, mas os fatores sociocognitivos que atuam numa determinada sincronia, pela força do uso, fazem emergir novos sentidos, cristalizando formas já existentes.

No caso do ONDE, o que se observa nesta sincronia, a partir dos dados analisados, é que um desses valores que já foi expresso no passado, e que provavelmente nunca deixou de existir, o ONDE Nocional, se apresenta, no presente, com seu uso em processo de expansão. E sendo um fenômeno que está ocorrendo de cima para baixo, pode, em algum momento da língua, vir a se firmar como um uso de estatuto semelhante ao ONDE Espaço Físico, pelo menos no sentido de aceitação social, para Svorou (1993), de convencionalização.

4.2 ANÁLISE DOS FATORES LINGÜÍSTICOS

Na tradição funcionalista, a função primeira da língua é a comunicação, estando codificados nos enunciados aspectos da gramática, da semântica – responsável pelo

significado como um todo, e aspectos pragmáticos – responsáveis pela interação. A visão da língua como "competência comunicativa" significa, para Halliday, considerar as expressões lingüísticas como configurações de funções e cada função possibilita um modo de significação diferente na sentença. Para esse autor, os itens são multifuncionais, cada elemento numa língua é explicado por referência a sua função no total do sistema lingüístico. A observação do ONDE em funcionamento, a partir das suas várias possibilidades de uso no texto falado, é vê-lo em sua multifuncionalidade.

Na constituição dos grupos de fatores lingüísticos, foram levadas em consideração as propriedades semânticas, sintáticas e discursivas do ONDE. Essas propriedades são ativadas simultaneamente pelo falante no ato da comunicação, o que vai significar uma conseqüência para a análise. Ao se tratar de cada grupo de fatores de *per se*, como uma opção metodológica, o enfoque vai ser ou semântico, ou sintático, ou discursivo, conforme previsto, mas vai se recorrer à referência a outras propriedades, pelo fato de essas estarem interligadas, a ativação de uma desencadeia a ativação de outras simultaneamente.

Vai-se iniciar pelas propriedades semânticas, a foricidade e a referenciação, separando, como já foi dito, os aspectos fóricos dos referenciais, embora estejam intimamente relacionados. Na foricidade, vai-se observar como o ONDE faz esse percurso. O ONDE, na tradição gramatical, como pronome, é sempre anafórico; na língua falada, esse item se arranja em outros percursos, conforme as necessidades comunicativas. Para tratar da referenciação, vai-se enfocar quais itens lexicais e gramaticais são usados como referenciadores do ONDE, e como se dispõem codificando as representações espaciais.

4.2.1 **Foricidade**

O ONDE se arranja em processos fóricos. Como item gramatical, de caráter lacunar é preenchido no interior do discurso por elementos lexicais e gramaticais e, também, por elementos situacionais não-verbalizados, atendendo à situação do evento de fala. Nesses usos o ONDE é anafórico, catafórico e exofórico. Apresenta-se em alguns contextos sem foricidade. Segue o quadro geral de ocorrências dos valores semânticos do ONDE e foricidade.

	Espaço	Tempo	Noção	Posse
Anafórico	87/108 81%	8/108 7%	11/108 10%	2/108 2%
Catafórico	30/32 94%		2/32 6%	
Exofórico	97/117 83%		20/117 17%	
Sem foricidade			4/4 100%	

Tabela 7: Valores Semânticos do ONDE e a Foricidade – Análise Geral

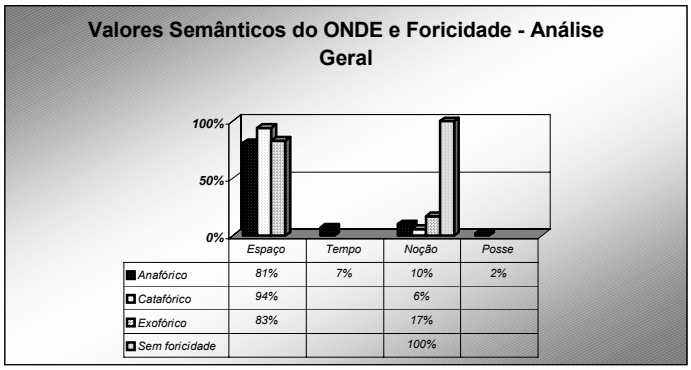


Gráfico 6: Valores Semânticos do ONDE e a Foricidade

O Onde anafórico ocorre com todos os valores do ONDE, sendo o ONDE Espaço Físico o de percentual mais alto (81%, 87/108), seguindo-se Noção (10%, 11/108), Tempo (7% 8/108) e, finalmente, Posse (2%, 2/108). O ONDE catafórico e exofórico só ocorrem com ONDE valor Espaço Físico (percentual mais alto de ocorrência em ambos) e ONDE Noção. O ONDE catafórico de valor nocional (6% 2/32) é percentualmente mais baixo do que o ONDE exofórico (17% 20/117). Sem foricidade, o ONDE é 100% Noção (4/4). Observe-se que os percentuais de usos da catáfora e exófora, com ONDE Espaço Físico, são mais altos do que o uso anafórico. Entretanto, entre a catáfora e a exófora, essa última é a que tem um número de ocorrências maior, suplantando todos os outros usos. A justificativa se deve à língua falada, de apontamentos prévios, no caso da catáfora; e de referências à situação, na locação de objetos, no caso da exófora. Sem foricidade, embora os usos sejam percentualmente baixos, eles são relevantes, no cruzamento com outros fatores.

Seguem alguns exemplos.

Uso anafórico – ONDE Espaço Físico

(8) DOC - *É perto da Sussuarana?*

INF – *É na Sussuarana, é lá* ***onde*** *ele mora, lá na rua* ***onde*** *ele mora, ele viu lá minhas bermudas, tudo lá na rua, os cara rouba tudo.* [H1F47]

(9) *Quando nós comemoramos aqui a, a, a, os quatrocentos anos da, da descoberta da América foi feito uma, uma réplica da, da Santa Maria, a caravela* ***onde*** *Cabral esteve, não é?...* [H4U12R]

As repetições, na língua falada, são muito freqüentes. Como no exemplo (8), os referentes do ONDE são repetidos, ampliados e retomados, *É na Sussuarana, é lá* ***onde*** *ele mora, lá na rua* ***onde*** *ele mora*. Observa-se, no exemplo (9), o referente *caravela*, um nome comum, especifica a referência anterior, o nome próprio usado. Na língua falada, a quantidade de elementos com que se descrevem as relações espaciais, iconicamente, reflete a intenção de especificar mais a informação.

Uso catafórico – ONDE Espaço Físico

O contexto é "fazer boxe."

(10) DOC – *Ah! Então conta pra gente a experiência, quando você fez?*

INF – *Quando eu fiz? Tem pouco tempo que eu larguei.*

DOC – *Hum, conte aí.*

INF – *Por causa desse trabalho aqui*.

DOC – *Onde fazia? Como era?*

INF – *Eh!* ***Onde*** *eu fazia? Ali em frente a, na ladeira do Funil no (...inint...) um prédio grande que tem ali em frente a, a subida da casa da minha mãe, eu comecei ali...*[H1F18]

(11) DOC – *Onde é esse restaurante?*

INF – *É perto da, sabe* ***onde*** *tem um hospital ali, um hospital público, um hospital perto ali da, tem o colégio Central?*

DOC – *Sim* [M2F45]

Esses dois exemplos de uso do ONDE catafórico estão em frases interrogativas. No exemplo (10), a frase é uma interrogativa direta, tipo frase "aberta", a informação nova vem na resposta. O informante repete a pergunta do DOC com ONDE e a responde, *Ali em frente a, na ladeira do Funil no (...inint...) um prédio grande que tem ali em frente a, a subida da casa da minha mãe...* Os referentes do ONDE são itens lexicais e gramaticais que são usados para fazer a localização de um objeto com relação a outros objetos, numa relação assimétrica, tentando tornar a localização a mais clara possível, identificável. No segundo exemplo, a frase interrogativa é tipo "fechada", e o ONDE encabeça um complemento oracional do verbo *saber.* Os referentes do ONDE se encontram na própria oração encabeçada por esse item, *um hospital ali, um hospital público, um hospital perto ali...*

Existem ocorrências do ONDE em que esse item é ao mesmo tempo anafórico e catafórico.

(12) DOC – *E você que deu bobeira, você não conhece método nenhum de evitar filho?*

INF – *Lá onde eu tive...*

DOC –(superp.) *alguém orientou em alguma coisa.*

INF – *Lá* ***onde*** *eu tive no Roberto Santos. Lá a moça disse que faz preventivo, sabe? Aí é até para eu ir, eu estou querendo ir, não é?* [M1F43]

Observa-se que há um referente do ONDE, antecedente, que é o dêitico espacial *lá*, funcionando como elemento anafórico que, também como o ONDE, não tem conteúdo lexical e precisa ser preenchido pelo contexto; no caso, *no Roberto Santos* é a expressão catafórica que especifica os dois elementos gramaticais. O *lá* tem baixo grau de explicitação e baixo grau de especificidade. Uma necessidade comunicativa justifica a catáfora. Existem outras ocorrências do ONDE em que esse item assume essa função dupla, anafórica e catafórica, como no exemplo (13) a seguir.

(13) DOC – *Sim, e o menino, me fale aí sobre seu filho*.

INF – *Não, o menino ele é bonzinho, ele é bonzinho,* (inint.) *ele tem um problemazinho* (inint.) *que no lugar* ***onde*** *moro é Mata Escura, lá é perigoso.* [H3F37]

O antecedente do ONDE é *no lugar* (*lugar* é um termo genérico), e *Mata Escura* é a expressão lexical que dá conteúdo material a ONDE e ao antecedente. Estruturalmente, as sentenças em que o ONDE ocorre (12 e 13) são diferentes, embora, em ambas, a informação nova venha depois, constituindo a catáfora.

Uso exofórico – ONDE Espaço Físico e ONDE Noção

(14) *...o alicate sumiu, "cadê o meu alicate, cadê o meu alicate", eu disse "ah! Eu peguei e guardei, eu nem me lembro* ***onde*** *foi que eu coloquei...* [M1C02]

(15) *...sei lá é o meu jeito, eu faço da, do sério eu faço uma, uma palhaçada, se, se transforma numa brincadeira, eu não levo nada muito assim pro lado assim sério da coisa não, tento mudar um pouquinho, aqui mesmo quando a gente recebe dinheiro aqui todo mundo fica com uma cara assim meia retada mesmo, né, aí eu tento fazer "rapaz esse dinheiro seu vai longe viu, não sabe nem* ***onde*** *vai gastar", então torna assim um pouco, eh, alegre...* [H2F09]

Os referentes do ONDE são não-verbalizados, são inferidos pelo contexto comunicativo, sendo acionados aí o conhecimento de mundo, a experiência, as relações entre os participantes do evento comunicativo. Em ambas as ocorrências, o ONDE encabeça uma oração que constitui um complemento verbal.

ONDE sem foricidade

(16) *....quando a pessoa toma antipatia por mim* ***não tem pra onde correr****, mas quando simpatiza, geralmente eu consigo a simpatia das pessoas*. [H2F09]

(17) INF - *...Com o aparecimento da vassoura de bruxa, eles perderam o cacau e estão cerrando a madeira, e destruindo a Mata Atlântica, né?*

DOC – *Que falta de consciência...*

INF – *Completa,* ***onde*** *dizer: "Não, mas se você fosse fazendeiro e precisasse pagar suas contas, você fazia a mesma coisa". Em verdade eu não sei se isto não seria o caso, essa é que é a verdade...* [H4U12R]

Observa-se o ONDE, no exemplo (16), numa expressão metafórica, "frase feita". No exemplo (17), o ONDE compõe com o verbo uma expressão de função discursiva, o ONDE pode ser equivalente funcional a "como dizer". Nesses casos, o ONDE é mais abstrato e perde a sua condição fórica.

Questões cognitivas e pragmáticas motivam o uso dos referentes do ONDE. Ficam evidenciadas estratégias de localização de entidades em relação a outras entidades, e do ponto de vista discursivo, os itens se arranjam por força das necessidades comunicativas. *Lá*, *ali*, *aqui*, dêiticos espaciais, ocorrem sempre combinados com o ONDE. Ao funcionar como antecedentes, eles formam um todo com esse elemento, especialmente o *lá*, levando o ONDE, também, a adquirir uma função dêitica. Há uma sobreposição de funções. O ONDE se apresenta com usos de valor mais material e usos de valor mais abstrato, especialmente quando ocorre sem foricidade.

Observa-se, abaixo, o cruzamento dos valores semânticos do ONDE com percurso fórico, por nível de escolaridade.

	Espaço	Tempo	Noção
Anafórico	45/49 92%	1/49 2%	3/49 6%
Catafórico	14/14 100%		
Exofórico	34/42 81%		8/42 19%
Sem foricidade		2/2 100%	

Tabela 8: Valores Semânticos do ONDE e Foricidade no nível Fundamental

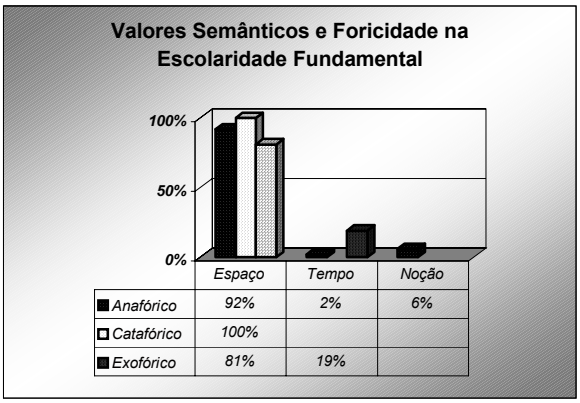


Gráfico 7: Valores Semânticos do ONDE e Foricidade no nível Fundamental

	Espaço	Tempo	Noção
Anafórico	23/24 96%		1/24 4%
Catafórico	5/5 100%		
Exofórico	38/44 86%		6/44 14%
Sem foricidade			2/2 100%

Tabela 9: Valores Semânticos do ONDE e Foricidade no nível Colegial

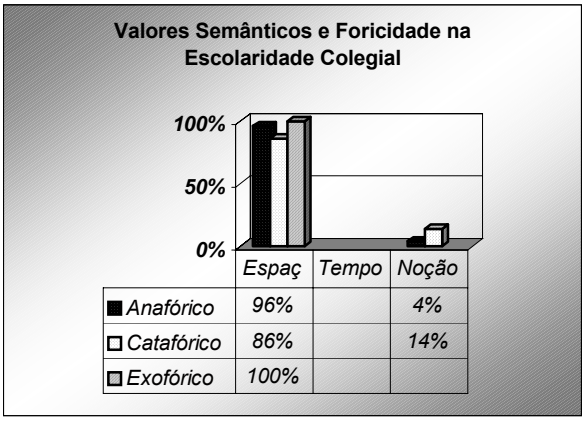


Gráfico 8: Valores Semânticos do ONDE e Foricidade no nível Colegial

	Espaço	Tempo	Noção	Posse
Anafórico	19/35 54%	7/35 20%	7/35 20%	2/35 6%
Catafórico	11/13 85%		2/13 15%	
Exofórico	25/31 81%		6/31 19%	
Sem foricidade				

Tabela 10: Valores Semânticos do ONDE e Foricidade no nível Universitário

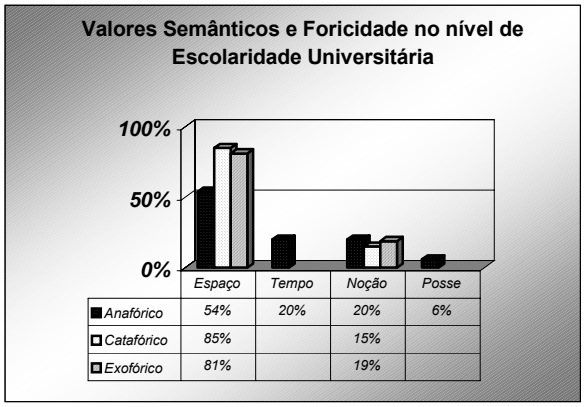


Gráfico 9: Valores Semânticos do ONDE e Foricidade no nível Universitário

Em termos percentuais, observa-se que os usos anafóricos, catafóricos e exofóricos com o ONDE valor Espaço Físico se apresentam, nos níveis Fundamental e Colegial, de certa forma equivalentes, em comparação com os do nível Universitário, em que os usos se distribuem pelos valores ONDE Tempo, Noção e Posse. Os usos catafóricos e exofóricos são percentualmente mais altos do que os anafóricos, com ONDE valor Espaço Físico, nesse nível de escolaridade. Em síntese, os usos catafóricos e exofóricos têm um crescimento significativo - os exofóricos ainda mais, diante do número de dados - em todos os níveis de escolaridade, com conseqüências no arranjo sintático em que o ONDE ocorre.

4.2.2 **Referenciação**

Neste grupo, vão-se verificar os elementos lexicais e gramaticais que são tomados para a referenciação do ONDE e que vão representar a forma como os falantes conceitualizam o espaço. Para falar de espaço, vai-se considerar que algumas categorias

cognitivas estão envolvidas e são codificadas em formas lingüísticas. Como, por exemplo, a forma como se percebe uma cena do ponto de vista fixo, ou móvel, vai gerar, do ponto de vista do observador, estruturas sintáticas diferenciadas. A cena captada através da visão corresponde a um espaço, existindo alguns modelos para a configuração do espaço, como o modelo do corpo humano e dos pontos de referência (*Landmarks*). Vai-se considerar o ONDE, no modelo dos pontos de referência. O ONDE e seus referentes concorrem para a "construção da organização espacial" do falante, ao narrar, ao descrever cenas, ao se situar e situar o interlocutor em relação a algum ponto do espaço. A noção de lugar vai ser vista como Região, tal como postula Svorou (1993), a Região do *Landmark*, que diz respeito a um entendimento de espaço pelas relações que existem entre os objetos naquele espaço.

Os referentes do ONDE, verbalizados, podem ser identificados à esquerda (ONDE anafórico) e à direita (ONDE catafórico). Algumas categorias gramaticais codificam lugar, como Dêiticos Adverbiais Espaciais, Sintagmas Nominais (SN), Sintagmas Preposicionais (Sprep.), Preposições ou Locuções Prepositivas, Locuções Adverbiais. Também Orações. Essas categorias podem ocorrer sozinhas, ou conjugadas.

	Espaço	Tempo	Noção	Posse
Dêitico espacial	11/11 100%			
S Prep + Dêitico	1/1 100%			
SN + dêit + S Prep	1/2 50%		1/2 50%	
Dêit.+S Prep+S Prep	2/2 100%			
Sprep+dêit+Sprep	1/1 100%			
>1 Sprep	27/31 87%			
>1 SN	26/42 62%	7/42 17%	9/42 21%	
Dêit+O Adj	1/1 100%			
Prep/Loc Prep + dêit	11/11 100%			
SPrep + SN				
Adv lugar + dêit	2/2 100%			

Tabela 11: Valores Semânticos do ONDE e Referenciação à esquerda.

	Espaço	Tempo	Noção	Posse
S Prep	6/6 100%			
Dêitico + S Prep	3/3 100%			
Dêitico	4/4 100%			
SN + dêitico	2/2 100%			
Oração	9/11 82%		2/11 18%	
Dêit + exp adv.	1/1 100%			
Loc. Adv.				
SN	5/5 100%			
S Prep+dêit+S Prep	1/1 100%			
Dêit + SN	1/1 100%			
Dêit+O+dêit+SPrep				

Tabela 12: Valores Semânticos do ONDE e Referenciação à direita.

As tabelas 10 e 11, apresentadas, mostram percentuais altos de referentes com valor Espaço Físico, condicionando o valor Espaço Físico do ONDE. Observe-se que os Sintagmas Preposicionais (S Prep) e Sintagmas Nominais (SN) são os que possuem número de ocorrências mais elevados, pois são esses elementos lexicais que concorrem para o preenchimento do sentido do ONDE. Na tabela 11, nota-se um número elevado de referentes oracionais, o que se explica por serem freqüentes, em caso de catáfora, segmentos seqüenciados, mais extensos, de localização, muitas vezes com retomadas de referentes à esquerda.

Exemplos:

ONDE Espaço Físico

(18) INF *...É as pessoas prejudicadas por departamento de terras da Bahia e por algumas entidades federais provaram que as ilhas do Rio São Francisco são trezentas e tantas ilhas ...*

DOC – *E ficam mais aonde?*

INF – *Ficam mais no curso médio do rio, de Bom Jesus da Lapa até Casa Nova na Bahia, há ilhas enormes, por exemplo, na, na frente de Xique Xique, Ubarra* ***onde*** *há a ilha do Miradouro, Amarra Curvo e tantas outras, eu conheci muitas delas, fazendas de gado (inint), né?* [H4U12R]

A Região de localização se define como um todo, a partir da primeira fala do informante, no uso de lexemas de significado espacial, topônimos, topológicos[160], palavras gramaticais. Na segunda intervenção do informante, o antecedente do ONDE, *na frente de Xique Xique, Ubarra*, funciona como o *Landmark* com respeito ao qual *a ilha do Miradouro, Amarra Curvo e tantas outras*, na estrutura com o ONDE, vão ser locadas, funcionam como *Trajectors*. Nesse contexto, são usadas relações assimétricas na locação dos objetos, como o uso da locução prepositiva, *na frente de*.

(19) *Não, não, a gente mora na baixa, lá na baixa, lá* ***onde*** *passa o rego, tem um rego lá na baixa...* [H1F47]

[160] Topônimos, nomes com valor locativo implícito. Topológicos, nomes de lugares ocasionais. (Dervillez-Bastuji, 1982 apud Hadermann, 1993).

Os referentes do ONDE se compõem, do ponto de vista gramatical, com SPrep, Dêitico Adv. mais SPrep, mais Dêitico Adv, os elementos espaciais se apresentam num grau crescente de especificação, concluída com a oração com o ONDE. Os antecedentes do ONDE constituem o *Trajector*, a entidade a ser locada, *onde passa o rego*, o ponto de referência, o *Landmark*.

Nos exemplos (18) e (19) o ONDE é anafórico. Embora as referências feitas anteriormente, sejam, muitas vezes, retomadas em outros segmentos.

ONDE Noção

(20) INF - *...o Castelo Ratimbum eh...eh... um programa da TV Educativa muito interessante nesse sentido, porque ele é um professor positivo, está. Um dia o caso da Monalisa, por exemplo, não é? Apareceu uma tela Monalisa ele, "Oh! pai, a Monalisa! Sabe quem é a Monalisa?*

DOC – *Sabe quem é a Monalisa*.

INF – *Sei é do ...Da Vinci. Aí eu,* ***onde*** *é que você aprendeu isso? "Não, eu vi no Ratimbum, não é" Então quer dizer, você tem o ...* [H2U10N]

Do ponto de vista cognitivo, o ONDE e seu referente *no Ratimbum* são conceitualizados como recipientes, um conceito metafórico espacial. A estrutura com ONDE constitui o *Trajector*, e *no Ratimbum* o *Landmark*. O ONDE é, nessa estrutura, catafórico e seu referente é um SPrep.

Existem outros usos do ONDE Espaço Físico, em outros tipos de estrutura, como:

(21) INF - *...então nós morávamos ali no Tororó e no fundo* ***onde*** *hoje é a Estação da Lapa tinha várias hortas.* [M4U05R]

(22) INF – *ela foi do, da Escola Antônio Bahia,* ***onde*** *hoje é ali a Escola de Belas Artes, subindo o São Francisco*. [H 4F06]

(23) INF – *Essa J. G. de B. morava aqui em Salvador ali* ***onde*** *é o Liceu, ali era que era a casa dela, um palácio, chamado o palácio do Liceu, era* ***onde*** *ela morava.* [H4U12R]

As referências a lugar são abundantes nesses exemplos. São usadas relações assimétricas para marcar os pontos de referência. As orações encabeçadas pelo ONDE constituem *Landmarks* (exemplos 21, 22, 23), são pontos de referência ao lado de outros pontos de referência, como *no fundo* (21)*, subindo o São Francisco* (22). *No Tororó, Escola Antônio Bahia, em Salvador* constituem *Trajectors,* as entidades a serem locadas. Quanto às categorias usadas para codificar as relações espaciais, são empregados dêiticos espaciais, SN, SPrep. O ONDE encabeça uma oração adverbial locativa, ao lado de adjuntos adverbiais, do ponto de vista sintático. Nessas construções, o ONDE é exofórico.

(24) INF – *Eu ia a pé do Campo da Pólvora ao São Bento. Sabe* ***onde*** *é o Campo da Pólvora?*

DOC – *Sei...sei...*

INF – ***Onde*** *tem o fórum.* [H4F06]

Na primeira fala do informante, o ONDE faz parte de uma estrutura complexa em que funciona como complemento do verbo *saber*. Esse item encabeça uma oração interrogativa tipo "fechada", em que se espera uma resposta de tipo *Sim* ou *Não*, ou como é comum no português do Brasil, uma resposta com o verbo da questão anterior, como foi dada pelo documentador, *Sei..sei*. A resposta também é dada pelo próprio informante, com uma oração encabeçada pelo ONDE, tipo adverbial locativa. *O Campo da Pólvora* é o *Trajector* e a oração *Onde tem o Fórum,* o *Landmark*. Para explicar as relações espaciais, o informante lança mão de pontos de referência a fim de ser melhor entendido. Nesses casos, são sempre considerados como pontos de referência, como *Landmarks*, entidades salientes, conhecidas e significativas para a comunidade, como ocorre com a segunda fala do informante, no diálogo acima. O ONDE, na primeira ocorrência, é catafórico; na segunda ocorrência, exofórico, com valor dêitico, mostrativo.

Uso do ONDE sem referentes

(25) INF - *Quer dizer, houve uma... mudança radical de procedimento familiar que para mim, proced... a educação familiar é a base de tudo*.

DOC - *É quase que uma perda de valores, não é?*

INF - *É, houve uma perda de valores muito grande.* ***Aonde*** *é que já se viu uma mãe, ah, vai (inint).* [H2C33]

O AONDE é usado numa estrutura metafórica, de frase feita, bem coloquial. Nesse caso, a coerência do uso é dada pelo próprio contexto dêitico, em que estão envolvidos a experiência e todo o conhecimento de mundo dos informantes. [161]

4.2.3 **Tipos de frases: afirmativa, interrogativa direta, interrogativa indireta**

O terceiro grupo a ser examinado diz respeito a tipos de frases em que o ONDE ocorre. Essas frases são tomadas de situações de diálogo entre documentador e informante. Na sintaxe interacional, as falas se distribuem em turnos, formando, pelo menos, uma unidade construcional. Os turnos são vistos como o lugar ideal para a ocorrência das sentenças. Entretanto, na conversação, nem sempre as sentenças obedecem a um padrão sintático previsível, há pausas, repetições, interrupções, digressões, retomadas etc. A sintaxe, portanto, deve ser entendida como um processo, *em que cada movimento sintático faz sentido no contexto local em que ocorre* [162] .

O Onde ocorre em frases afirmativas, interrogativas diretas e indiretas. Cada tipo de construção dessa, caracterizada por uma entonação, favorece arranjos sintáticos diferenciados, em função da maneira como o espaço é conceitualizado.

	Espaço	Tempo	Noção	Posse
Afirmativa	160/191 84%	8/191 4%	21/191 11%	2/191 1%
Inter. Direta	32/40 80%		8/40 20%	
Inter. Indireta	23/31 74%		8/31 26%	

Tabela 13: Valores Semânticos do ONDE e Tipos de Frase

[161] Considera-se o ONDE e o AONDE como variáveis.
[162] Thompson-Ono (1993 *apud* Castilho, 1997)

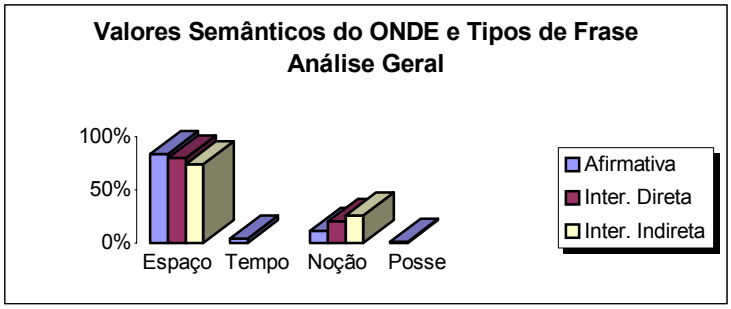


Gráfico 10: Valores Semânticos do ONDE e Tipos de Frase – Análise Geral

Os dados da Tabela 12 demonstram que a frase afirmativa é o lugar de ocorrência de todos os valores do ONDE. As frases interrogativas diretas e indiretas só apresentam ONDE valor Espaço Físico e Noção, sendo Espaço Físico o que possui percentuais mais altos de uso.

ONDE em Frase Afirmativa

Em frase afirmativa, o ONDE Espaço Físico tem 84% de ocorrências, seguido por Noção, 11%; Tempo 4%, e, finalmente, Posse 1%.

Seguem exemplos de ONDE Espaço Físico

(26) *...eu vendia picolé e com o dinheiro do picolé eu pude pagar até um ano de escola, na Escola Rita de Cássia que se encontra também no IAPI, colégio* ***onde*** *eu, Rita de Cássia de Matos, eu tive oportunidade de pagar um ano de escola.* [H2C13]

(27) DOC – *E, e perto de casa tinha sempre umas quitandas, né?*

INF - *Ah! As quitandas!... é da minha infância as quitandas,* ***onde*** *vendia tudo, um pouquinho de óleo, um pouquinho de, de, de manteiga, um pouquinho de gengibre, um pouquinho de, de pimenta do reino, um mamão, dois, duas bananas...* [M4U13R]

O exemplo (26) é bem típico da sintaxe da língua falada. As inserções são feitas com intenções puramente comunicativas, com prejuízo para a sintaxe, se a expectativa é de frases bem formadas. Nesse exemplo, o referente mais específico do ONDE, de

maior conteúdo lexical, *Escola Rita de Cássia*, é retomado, truncando a sentença. Além desse referente, existe um outro mais próximo do ONDE, na seqüência da frase, que se relaciona com o primeiro, *colégio*, embora seja um SN, tem menos conteúdo informacional para o falante, levando-o a repetir *Escola Rita de Matos*. Cognitivamente, o ONDE e o seu referente, *Escola Rita de Matos,* funcionam como o *Trajector*, objeto a ser locado; *que se encontra também no IAPI*, o *Landmark*.

No exemplo (27), o referente do ONDE é um SN. O grau de explicitação é baixo, uma vez que tem pouca elaboração lingüística, mas ele é bastante nessa situação comunicativa, para expressar uma relação espaço-temporal desejada. O ONDE e seu referente, a expressão *as quitandas*, constituem o *Landmark*, as especificações o *Trajector.* Nessas ocorrências o ONDE é anafórico.

ONDE em Frase Interrogativa Direta

As frases interrogativas diretas ocorrem, na conversação, num turno-pergunta, o que obriga a que ocorra um turno-resposta, que depende do primeiro. Constituem os chamados pares adjacentes - seqüências altamente padronizadas quanto à sua estruturação. Vão-se focalizar, primeiramente, as chamadas perguntas "fechadas", isto é, perguntas de *Sim* ou *Não*, já vistas, anteriormente, em exemplos. Castilho (1998: 45) chama atenção para o fato de que, no Português, responde-se normalmente a esse tipo de pergunta com o mesmo verbo da interrogativa. Seguem exemplos, em que se verifica o comportamento do ONDE em perguntas "fechadas".

ONDE – Espaço Físico em interrogativas diretas. Perguntas "fechadas".

(28) DOC - *E aqui nos Pernambués, como é que está a coisa por lá*?

INF - *Pernambués aqui na minha rua* ***onde*** *I... mora*?

DOC – *Sim.* [M1F05]

(29) INF - *Entrei na outra firma, aí chegou eu lá fortão, eu morava aqui ia trabalhar em Camaçari, não é? Lá em Camaçari**, onde** tem o Pólo é Camaçari, não é?*

DOC – *É Camaçari.* [H3F37]

Nesses contextos, o ONDE tem função anafórica. Observe-se que, no exemplo (28), especificamente a fala do informante, as unidades espaciais se dispõem num grau crescente de explicitação: o nome próprio *Pernambués* é a localização mais geral, em seguida, o dêitico espacial *aqui*, finalizando com um S Prep. *na minha rua*, que são localizações mais específicas. Essa descrição tem, também, um grau elevado de especificidade. Esse tipo de pergunta requer uma resposta tipo *Sim* ou *Não*. Cognitivamente, o ONDE e seus referentes constituem o *Landmark.*

No exemplo (29), há dois referentes do ONDE, um deles é retomado para explicitar mais a localização. Também essa interrogação exige uma resposta tipo *Sim* ou *Não.* No caso, é retomado o mesmo nome objeto da questão, *Camaçari*.

As perguntas "abertas" ou de busca de informação nova se distinguem das "fechadas", porque a informação vem na resposta, não na pergunta, como exemplificam as falas acima.

Exemplos de perguntas "abertas"- ONDE Espaço Físico

(30) *Mas também ela retorna mais tarde para casa, então o meu filho tem que ficar **aonde**? Ou com avó, uma das avós, não é? Ou na escola, ou numa outra atividade, para mim já é uma grande diferença, a mãe que não está mais em casa, mãe agora passou a ficar fora de casa...* [H2U10N]

(31) DOC 2 - *Ah, então tudo bem (risos), mas você foi criança e foi adolescente, você acha que as crianças e os ado..., e essas, os adolescentes hoje são parecidos com o que você foi?*

INF - *Não.*

DOC 2 - *Então me fale*.

INF - *... também por, pelo fato de os mais velhos na rua mesmo, podia pegar a gente assim, "oh venha, tá fazendo o quê na rua? Vá pra casa agora", nem*

*conhecia a gente, "Você mora **onde**?", "Ah! eu moro ali", "Vá pra casa", chegava em casa a mãe ou o pai ainda dava apoio, hoje em dia quem quiser que pegue um menino desse pra chamar atenção pra ver o que é que ele é capaz de fazer. A educação hoje em dia dizem que melhorou né, mas eu acho que piorou viu, o, o, em matéria de educação familiar eu acho que piorou.* [H2F09]

No exemplo (30), a questão é feita pelo informante e respondida por ele mesmo, numa típica situação de fala. O ONDE tem valor de Espaço Físico, e seus referentes estão após o ONDE, numa função catafórica: *Ou com avó, uma das avós, não é? Ou na escola, ou numa outra atividade.* O contexto dêitico espaço-temporal anterior faz com que essa seqüência seja entendida como especificadores do sentido do ONDE.

No exemplo (31), numa situação narrativa, o informante fala de ocorrências através de um diálogo hipotético. Nesse, a questão com o ONDE Espaço Físico apresenta uma resposta também com um locativo, um dêitico, *ali*, de baixa explicitação - precisa de pouca elaboração lingüística.[163] A descrição das relações espaciais se apresenta, também, com baixo grau de especificidade, com poucos detalhes, sendo o que é dito bastante suficiente, no tipo de situação comunicativa. O ONDE e seus referentes (sintagmas (30), oração(31)) são os *Landmarks*, em que o filho (30) e a criança (31) vão ser locados, são *Trajectors*.

ONDE em Frase Interrogativa Indireta

Nas frases interrogativas indiretas, o ONDE ocorre como complemento de verbo, e com uma freqüência muito grande com o verbo *saber*. Seguem exemplos abaixo.

Exemplo: ONDE Espaço Físico

(32) *Não, essa coisa de não saber **onde** o filho está andando, "Ah não ele saiu tal dia não chegou em casa ainda", isso eu não aceito isso aí é uma coisa que vem mesmo da... do meu tipo de educação...* [M3C07]

[163] Segundo Svorou (1993).

Exemplo: ONDE Noção

(33 *"Meu Bem Querer", que tem os dois irmãos e essa "Torre de Babel", essa eu deixo tudo para assistir, para ver até* ***onde*** *vai essa novela*. [M4F39]

Quanto à foricidade, tanto o ONDE do exemplo (32), quanto o do exemplo (33) são exofóricos. A referência é situacional: no exemplo (32) há referência a um lugar físico, no exemplo (33), a um lugar abstrato.

Os tipos de frases em que o ONDE ocorre vão determinar estruturas sintáticas diferenciadas, em conseqüência, também funções que o ONDE assume. Constituem, pois, espaço para a criatividade lingüística.

4.2.4 **Tipos de Oração/ONDE em outras realizações sintático-discursivas**

As orações com o ONDE se distribuem na Tabela e Gráfico a seguir.

	Espaço	Tempo	Noção	Posse
Relativa padrão	84/84 100%			
Adverbial locativa	66/72 92%		6/72 8%	
Substantiva	42/51 82%		9/51 18%	
Orações com ONDE interrogativo	20/26 77%		6/26 23%	
Relativa não-padrão	3/25 13%	8/25 33%	12/25 46%	2/25 8%
Frases feitas			4/4 100%	

Tabela 14: Valores Semânticos e Tipos de Oração

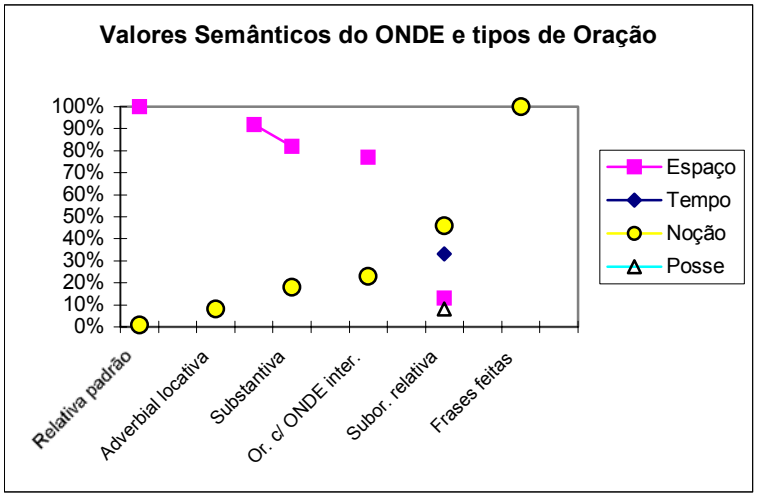


Gráfico 11: Valores Semânticos e Tipos de Oração

Ao se observarem os percentuais de ocorrência do ONDE na Tabela 13, verifica-se que esse item com valor de Espaço Físico, encabeçando a oração relativa padrão, é o que se apresenta com o percentual mais alto, 100%, além de, também, o maior número de ocorrências (84/84). Seguem as orações adverbiais locativas com 92% (66/72), as substantivas com 82% (42/51), as orações absolutas com ONDE interrogativo, 77% (20/26) as orações relativas não-padrão, com 13% (3/25). As últimas, juntamente com as frases feitas têm o percentual mais alto de ONDE Noção (46%, 12/25; 100%, 4/4, respectivamente). Existem outras realizações sintático-discursivas do ONDE que se preferiu não quantificar pelo fato de terem um pequeno número de ocorrências, mas serão comentadas, por serem significativas.

Orações relativas padrão

Esse tipo de oração com ONDE é a mais canônica. O ONDE tem função anafórica, e equivale funcionalmente a *em que*, *no qual* e correlatos. Quando se trata de orações relativas, a tradição gramatical distingue as restritivas das explicativas. Vai-se observar, entretanto, essas relativas, segundo o grau de integração existente entre elas, seguindo o que propõem Hopper e Traugott (1993) e Ferreira *et al.* (2000). Os primeiros autores sugerem que o processo de gramaticalização seja observado na formação das orações complexas. As orações paratáticas, mais frouxas do ponto de vista sintático, seriam mais antigas e dariam origem a orações mais integradas, mais compactas, via

sintaticização. Postulam uma relação icônica diagramática, seguindo Givón (1979, 1985) que propõe que, quanto mais próximos estiverem dois conteúdos, conceptual e cognitivamente, mais próximas deverão estar as formas que o representam. Ferreira *et al.* (2000), a partir da proposta de Hopper e Traugott (1993), desenvolvem um estudo pancrônico das relativas, tomando dados da sincronia atual do português e dados do português arcaico, e apresentam algumas variáveis do "*continuum* adjetivo", que vão constituir caminhos na identificação da hipotaxe explicativa e da subordinação restritiva.[164]

O estudo que está sendo desenvolvido com o ONDE é eminentemente sincrônico, entretanto, vão-se observar essas orações, tomando-se, em parte, a proposta desses Autores. Verifica-se o comportamento desse item constituindo hipotaxe explicativa e subordinação restritiva, vistos num contínuo de graus de dependência e integração. Também verificam-se os indicadores que sugerem tratar-se de hipotaxe ou subordinação. Segue a análise de alguns dados.

(35) *...quando eu morava em São Gonçalo,* ***onde*** *eu nasci, eu vivia com meu padrinho, por exemplo eu saia de, de casa e ia pra casa de meu padrinho tirar leite...* [H4F34]

(36) DOC – *A vida era mais fácil naquela época?*

INF – *Ah! Um, um jeito que sim porque a senhora vinha do Retiro,* ***aonde*** *ali tem o SESI, ali no Retiro, né? Ali a senhora vinha de pé para sair cá em São Gonçalo* ***onde*** *tem a igreja de São Gonçalo, antigamente quando a empresa construiu a rodagem ali.* [M4F39]

(37) DOC – *A violência, né?*

INF – *É, e a violência está aí imperando demais, muita violência, vê as crianças, vê como lá* ***onde*** *eu moro mesmo, as crianças lá de quatorze, quinze anos andando de arma em punho, eu, eu acho muito estarrecido*. [H4F35]

(38) *... então eu vinha de manhã para a escola vinha 8 voltava 12 e chegava em casa almoçava, voltava uma hora para o posto do governo, que era o posto* ***onde*** *tinha assim médico, dentista...* [M3F46]

[164] Na parte teórica referente à Lingüística Cognitiva, neste trabalho, encontram-se maiores detalhes sobre essas propostas.

As orações com ONDE dos exemplos (35) e (36) evidenciam ser menos encaixadas do que as dos exemplos (37) e (38). No exemplo (35), a oração *onde eu nasci,* veicula uma informação secundária, uma vez que o SPrep antecedente é mais recortado e definido, *em São Gonçalo*. Na emissão oral, essa oração é destacada por pausas, na linguagem escrita, por vírgulas. Da mesma forma, no exemplo (36), as orações encabeçadas pelo ONDE têm referentes lexicais (SPrep), *do Retiro*, *em São Gonçalo* são definidos, e as orações encabeçadas por ONDE Espaço Físico dão informações secundárias, têm um caráter accessório. Essas orações são assinaladas por pausa, no segmento da fala. Do ponto de vista cognitivo, no exemplo (36), em especial, as orações com ONDE são pontos de referência, *Landmarks*, a partir dos quais os referentes são locados. Do ponto de vista comunicativo, o falante considera de relevância dar informações acessórias para tornar a localização mais precisa, não haver dúvidas. Esse fato motiva a hipotaxe explicativa.

Nos exemplos (37) e (38), as orações com ONDE apresentam um grau maior de encaixamento, são mais integradas à oração anterior. Elas se tornam relevantes tendo em vista a generalidade do antecedente, como, no exemplo (37), o *lá*, um dêitico espacial, e no exemplo (38), um SN de sentido mais genérico, *posto*. Do ponto de vista da emissão oral desses segmentos, não há pausas, na escrita não são separadas por vírgula. Tem-se em (37) e (38) casos de subordinação, integração máxima, refletindo, cognitivamente, conteúdos mais próximos, mais necessários.

Orações Adverbiais locativas

As orações adverbiais locativas funcionam como adjuntos adverbiais de lugar. Há um percentual elevado de uso dessas orações, 92% (66/72) ONDE Espaço Físico e 8% (6/72) ONDE Noção. Seguem exemplos.

ONDE Espaço Físico

(39) *...eu brincava assim, não saia assim pra brincar com colegas, e sim dentro de minha própria casa assim no quintal, porque tinha quintal* ***onde*** *eu morava.* [M1C02]

(40) INF - *Aí minha mãe bordava, naquele tempo minha mãe andava até o Barbalho né, pra pegar um bonde, acho que era bonde, não, pra descer o Arco, olha, agora que me lembro, não tinha ônibus, descia o Arco, né? O Arco antes era... (...inint...)? Não sei se você alcançou! Pra tomar o ônibus ali no Couto Maia.*

DOC – (superp) *Alcancei!!! Ali em baixo, não é?*

INF – *Não, ali em cima,* ***onde*** *tem o Santa Isabel, não é o Couto Maia ali, aquela praça?* [M4C41]

Nessas orações encabeçadas pelo ONDE, exemplos (39) e (40), são dadas informações de localização adicionais. Essas orações se assemelham, quanto ao grau de integração, às hipotáticas explicativas, são interdependentes, e mais frouxas sintaticamente, possuindo uma certa mobilidade na seqüência discursiva. São, quanto à foricidade, exofóricas. No exemplo (40), a oração com ONDE é mais um ponto de referência, um *Landmark*, com respeito ao qual o *Couto Maia* vai ser locado (*Trajector*). A necessidade comunicativa, na locação de objetos, faz com que o falante selecione os pontos de referência mais salientes, que, muitas vezes, funcionam como informações adicionais.

ONDE Noção

(41) INF - *Isso valia, valia em casa, tinha aquela lei mesmo, inclusive na minha família quem mandava era as mulheres, homem não mandava não, homem não tinha direito de mandar não.*

DOC: ***E vocês respeitavam isso?***

DOC - *Às vezes viu, eu era, eu sempre fui um de quebrar a lei,* ***onde*** *existia uma lei eu queria quebrar, às vezes eu respeitava, às vezes não, mas eu hoje eu tenho uma, uma boa relação com as minhas irmãs né, também com os meus irmãos ...* [H2C13]

(42) *...e sobre todos os problemas que assim a minha família passou, então com isso foi uma experiência, falo assim, eu aprendi essa experiência, e eu passo para demais pessoas, eu passo essa experiência, o que eu passei, até* ***onde*** *eu cheguei, até* ***onde*** *eu suportei...* [H2F40]

Nos exemplos (41) e (42) o ONDE está em orações locativas, mas é de valor abstrato, metafórico. Quanto à foricidade, é exofórico, em todas as realizações. Do ponto de vista sintático, essas orações encabeçadas por ONDE Noção são interdependentes, se caracterizando como hipotaxe.

Orações substantivas

Nas orações substantivas, o ONDE exerce a função de complemento, especialmente de complemento verbal. Nessas orações, o ONDE Espaço Físico tem 82% (42/51) de ocorrência, e o ONDE Noção 12% (9/51). Seguem exemplos.

(43) *...aí eu cheguei e falei com o meu pai e minha mãe que eu fui brincar, só que aí deu o horário e eu não cheguei né, aí eles foram lá me procurar, né, quis saber* ***onde*** *eu estava, só que eu não queria sair, eu aí me escondi né...* [M2C21]

(44) INF - *Na Barroquinha, aí eu já fui melhorando minha, a minha escolaridade, depois eu vim pra o Azevedo Fernandes, aqui no...*

DOC - *No Pelourinho*.

INF - *Pelourinho, estudei, tinha uma professora também, que por sinal ela puxava muito por mim, e depois eu fui pro Permínio Leite, ali no antigo, na rua Democrata, a senhora sabe* ***onde*** *é o Largo Dois de Julho, aquele clube que tem ali, eu estudei ali também à noite.* [H3F32]

Essas orações encabeçadas pelo ONDE são encaixadas no verbo da principal. Nos exemplos (43) e (44) o ONDE é exofórico. A oração com ONDE é um *Landmark*, a seqüência seguinte o *Trajector*. Essas orações substantivas, quanto ao grau de

integração, são subordinadas, encaixadas na principal. Como as relativas restritivas, possuem um grau máximo de dependência.

Orações com ONDE interrogativo

Essas orações do ponto de vista sintático são independentes, mas, semântica e discursivamente estão ligadas a outras estruturas. Na conversação, se caracterizam por serem perguntas "abertas", que são respondidas por um interlocutor, formando os pares adjacentes, ou pares conversacionais, como já foi visto, quando se tratou de frases interrogativas. Podem ocorrer, também, sozinhas sem a resposta correspondente, num contexto de fala. São 77% de usos de ONDE Espaço Físico e 23% de ONDE Noção. Seguem exemplos.

(45) *...aí ela disse que ele tinha que ir lá e tal, aí ela , "Olhe, você trabalha* ***onde****?", "Trabalho aqui no Ministério da Fazenda"... aí ela fez, "venha cá, lá não tem um, uma, uma vaga pra um menino meu não?", ele fez, "olhe, eu vou lá falar com um rapaz lá"...* [H2F09]

(46) *porque ninguém consegue fazer matemática como um mero conjunto de números e símbolos, não é isso, matemática é filosofia, alguém vai conceder um limite, não é? Não é um simplesmente um... um símbolo matemático estabelecendo um limite, mas alguém filosofou antes " onde é que está o limite das coisas, ou* ***onde*** *estão os limites das coisas, não é?" Alguém antes filosofou isso...* [H2U10N]

No exemplo (45), o ONDE da oração interrogativa tem valor de Espaço Físico e quanto à foricidade, é catafórico, o referente vem na resposta que é dada pelo interlocutor. O ONDE das orações interrogativas do exemplo (46) tem valor Noção, é abstrato, e quanto à foricidade, é exofórico. Nas orações interrogativas, o ONDE pode encabeçar a oração, ou vir no final, conforme seja a ênfase a ser dada pelo falante na situação comunicativa, sendo, portanto, dois tipos de arranjos sintáticos.

Orações relativas não-padrão

Nessas orações, tem-se uma estrutura relativa, em que o ONDE é fórico, mas esse item é usado equivalendo, funcionalmente, a outros pronomes relativos. Nessas orações, existem todas as realizações dos valores do ONDE, distribuídos percentualmente como: ONDE Espaço Físico 13% (3/25); ONDE Tempo 33% (8/25); ONDE Noção 46% (12/25), com o percentual mais alto; ONDE Posse 8% (2/25). Verifica-se que o ONDE Noção é o que possui o percentual mais alto, além de maior número, de ocorrências. Seguem os exemplos, com cada valor do ONDE.

ONDE Espaço Físico

(47) *mas a minha vivência sempre foi aqui em Salvador,* ***onde*** *é uma cidade que eu a .. ....* *que eu gosto muito.* [H4F06]

ONDE Tempo

(48) INF - *...bom essa é uma fase da Bahia, eh, da cidade* ***onde*** *a cidade era calma, mais calma, evidentemente mais tranqüila,* ***onde*** *as pessoas se encontravam,* ***onde*** *era possível você discutir filosofia num bonde,* ***onde*** *você podia discutir sociologia numa esquina ...* [M4U13R]

ONDE Noção

(49) DOC - *E você tinha contato com outras crianças?*

INF - *Tinha.*

DOC - *Na banca?*

INF - *Tinha umas três.*

DOC - *Hum.*

INF - *Que era a mesma coisa assim, as condições iguais as minhas, eu acho que ela fazia isso mais por, por pena de ver a gente, a gente crescendo e não tendo um estudo.*

DOC - *Hum.*

INF - *Aí fez assim ensinar a gente, até ela hoje é falecida, mas eu agradeço muito, foi* ***onde*** *eu aprendi um pouco, foi com ela*. [M2F29]

ONDE Posse

(50) *Pois é, é um assunto complexo, muito grande, que compreende por sempre aspectos, sobretudo da Bahia,* ***onde*** *a história territorial da Bahia ainda não está escrita...* [H4U12R]

O ONDE Espaço Físico, exemplo (47), equivale funcionalmente ao QUE; o ONDE Tempo, exemplo (48), equivale a NA QUAL, EM QUE; o ONDE Noção, exemplo (49), equivale a COM QUEM - essa oração é tipo copiadora, e se apresenta numa estrutura clivada; o ONDE Posse, exemplo (50), o ONDE equivale a CUJO. Quanto ao ONDE Espaço Físico, encabeçando a oração (47), a posição sintática é de sujeito, portanto, é o caso de preenchimento pelo QUE. Uma das hipóteses a ser levantada é que a proximidade lugar fez o falante usar o ONDE, assim como ocorre nas outras orações. O ONDE dos exemplos (48), (49), (50) tem um valor abstrato, metafórico e, funcionalmente, ocupa posições de outros relativos. O ONDE, nessas construções, se torna mais geral, assumindo uma função do QUE complementizador.

Frases Feitas

ONDE em Frases Feitas possui um número de ocorrências pequeno (4/4). Apesar de ter um percentual alto (100%), esse dado fica comprometido pelo número de dados.

As Frases Feitas são estruturas metafóricas, em que o ONDE ocorre mais abstrato, em estruturas fechadas, convencionais. Seguem alguns exemplos.

(51) *É, o pessoal, meus irmãos costuma dizer que ela me bota no céu né, e eles não tratam bem, ela não trata bem, quer dizer, mas eu acho que não é nada disso, eu acho que eles mesmo que não,* ***que não faz por onde,*** *ela olhe pra, pra eles, que ela olha pra todo mundo, que ela ajuda todo mundo...* [H2F09]

(52) DOC -*Foi professora do meu irmão, ele falava muito*.

INF - *Era ótima, professora de francês, e sabia* ***onde tinha o nariz****, ela, ela disse a mim, "olhe ele não é tão ruim assim não, é porque eu sou muito exigente, mas fique certa, um cinco meu vale oito* (...inint...)". [M4C25]

ONDE em outras estruturas

O ONDE pode, também, ocorrer em posição intersentencial, como nexo coesivo. No exemplo (53), a seguir, como um marcador conversacional; no exemplo (54), como uma conjunção.

(53) *...então com isso eu cresci com aquela... ressentimento no meu coração, porque eu chegava, quando eu ia trabalhar, por exemplo, no Stiep, que eu via o carinho daqueles pais com seus filhos, dentro de mim, me constrangia, eu chorava, porque eu esperava ter um pai que cuidasse de mim, que me desse o carinho, qual o pai estava dando aquele filho,* ***onde*** *desde quando eu estava encerando o pátio daquela casa, aí por dentro eu chorava.* [H2F40]

O ONDE, nesse exemplo, é abstrato, é um elemento do discurso, funcionando como marcador conversacional, uma vez que segue a esse item a expressão conjuntiva que estabelece o nexo sintático.

(54) DOC - *Você acha que essa aproximação os filhos e os pais, os filhos dizerem o que, o que querem hoje? Como é que você vê, você acha que isso é bom? Pontos positivos e negativos (inint).*

INF - *Olha, eu acho bom, eu acho bom quando, quando existe, eh...* ***onde*** *fica definido o papel, entendeu? "Eu sou seu pai independente de qualquer coisa, sou seu amigo também, mas sou seu pai".* [M2U11N]

O ONDE, nesse exemplo, sintaticamente é usado como uma conjunção temporal, equivalendo a QUANDO. Cognitivamente, O ONDE funciona como uma extensão metafórica, entendida a definição do *papel* como um recipiente.

O exemplo (17) apresentado, para exemplificar o ONDE sem foricidade, é um outro tipo de construção, como se verifica a partir desse segmento: ....*Completa* ***onde*** *dizer*. Nessa construção, esse item compõe, com o verbo, uma expressão de natureza discursiva, analogamente à expressão "como dizer", usada em alguns contextos coloquiais.

Existe uma outra realização do ONDE, em que esse item ocorre focalizado, numa estrutura de clivagem[165], com cópula, como nos exemplos (55) e (56) a seguir.

(55) *E hoje praticamente a gente não vê as crianças dentro dessa faixa etária dez, doze anos que é* ***onde*** *eu me lembro mais, assim, não é, a gente não vê mais isso, os meninos hoje só querem shopping, ouvir música, curtir um cinema...* [M2U14N]

(56) *Sofri muito, pedi muito, por isso que eu digo a você que eu muita... a igreja pra mim é* ***onde*** *eu acho o conforto, porque quando estou muito triste, muito aborrecida, com muita preocupação, eu vou pra igreja, é* ***onde*** *eu acho que me desabafo*. [M4F01]

[165] Kato *et al*. (1998:308)? Definem a clivagem como: "...um conjunto de construções-Q usadas para salientar um constituinte sintaticamente como foco sentencial."

O ONDE do exemplo (55) tem valor Noção, é anafórico. Equivale funcionalmente ao QUE preposicionado, com função sintática de objeto indireto. Nessa estrutura, está clivado, saliente.

No exemplo (56), nas duas ocorrências, o ONDE possui valor de Espaço Físico, é anafórico. A função sintática que exerce é de adjunto adverbial. Nessa estrutura, está clivado, enfatizando que é *a igreja*, o lugar em que a informante acha o conforto; o lugar em que ela desabafa.

Questões de natureza cognitiva e pragmática motivam as estruturas sintáticas acima.

Ao se tomar a proposta de Hopper e Traugott (1993) de um contínuo, segundo os níveis de encaixamento, do menor para o maior grau de integração, observa-se que as ocorrências do ONDE em estruturas sintáticas podem assim se distribuir, na fala de Salvador. Nesse contínuo, não se dispõem apenas as estruturas mais canônicas, mas também aquelas que constituem outras possibilidades de construção com ONDE. As orações interrogativas diretas podem se distribuir no início do contínuo, e serem consideradas como paratáticas, uma vez que são orações independentes, mantendo vínculo cognitivo e discursivo com outras estruturas do segmento da fala; seguem a essas as relativas explicativas (padrão e não-padrão) e as orações adverbiais, hipotáticas, que são interdependentes, apresentando um grau menor de integração; finalmente, as que possuem um grau máximo de integração sintática, as relativas restritivas (padrão e não-padrão) e as substantivas. Nesse último ponto do contínuo, podem ainda se incluir estruturas em que o ONDE se apresenta integrado como as estruturas clivadas.

Parataxe----------hipotaxe---------- → subordinação		
(independente)	(interdependente)	(dependente)
orações absolutas interrogativas com ONDE	relativas explicativas (padrão e não padrão), orações adverbiais	relativas restritivas (padrão e não padrão), orações substantivas e estruturas clivadas

Quadro 8: Contínuo por nível de integração entre orações.

Além de ocorrer nessas estruturas, estabelecidas no contínuo por nível de integração, de dependência, o ONDE ocorre como elemento intersentencial, exercendo função de marcador conversacional e de simples conjunção.

4.2.5 **Correlação com Preposições**

O ONDE é um elemento que significa *lugar em que,* o ponto de localização é estático. Precedido de preposição, indica movimento e a direção do movimento como: *de* ONDE (procedência), *para* ONDE (destinação), *por* ONDE (movimento por um determinado lugar). São os correlatos do ONDE que substituíram as formas latinas, *unde* (lugar donde), *quo* (lugar para onde) e *qua* (lugar por onde). Vai-se verificar como essas preposições são usadas com o ONDE, se se realizam plenamente em contextos em que são requeridas.

	Espaço	Tempo	Noção	Posse
Requerida e realizada	23/31 74%		8/31 26%	
Requerida e não realizada	8/8 100%			
Requerida e realizada inadequadamente	1/1 100%			

Tabela 15: Valores Semânticos do ONDE e Correlação com preposições

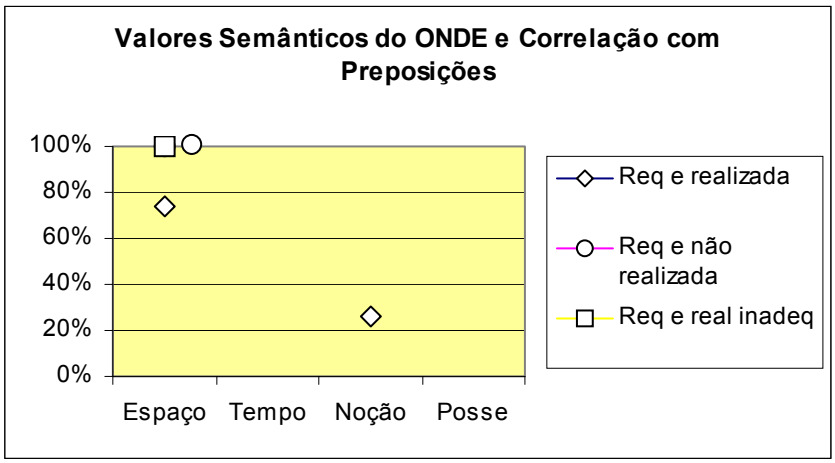


Gráfico 12: Valores Semânticos do ONDE e Correlação com preposições

Conforme os resultados expressos na Tabela 14, o Espaço Físico é o que apresenta o percentual mais alto de ocorrências de ONDE preposicionado, quando a preposição é requerida e realizada, 74% (23/31), para 26% (8/31) de Noção. Nos outros fatores, a referência é somente a Espaço Físico, 100% requerida e não realizada (8/8), e 100% requerida e realizada inadequadamente (1/1).

Seguem alguns exemplos de ONDE correlacionado com preposições.

(55)*Quando não tem radar, é apenas o contato pelo rádio. O piloto dá a posição e... e ele lá vai fazendo a ... as contas dele e vendo qual é o avião onde que tá e* ***de onde*** *é que vem outro. Mas você sente de que tendo a torre, que você tem segurança.* [H3U2R]

O movimento é percebido como tendo direcionalidade. A percepção de um objeto em movimento se faz em relação ou a um ambiente estável, ou a outra entidade móvel. Em ambos os casos, reconhece-se uma relação assimétrica entre um *Landmark* e um *Trajector*. No exemplo (55) o *de* ONDE indica procedência, e o movimento é percebido em relação a outro objeto (no caso, o avião) que já se encontra no local, sendo esse o *Landmark* e o *Trajector* o avião que vem em direção a esse. A percepção de quem descreve a cena codificou a procedência (de ONDE) atendendo a aspectos cognitivos e lingüísticos. Este é um exemplo de preposição requerida e realizada, e a expressão *de* ONDE tem valor de Espaço Físico.

Há, entretanto, certa variação na forma como o falante codifica as relações espaciais, utilizando ONDE preposicionado.

(56) *...quando eu cheguei ali no, na rua Carlos Gomes que esse bloco Pinel me abriu aquele som, minha filha eu fiquei doida, sem saber* ***pra onde...*** [M4F38]

(57) DOC – *Mas você já experimentou conversar com eles sem bater?*

INF – *Já, eu brinco com eles, eu brinco com J... carrego,* ***onde, onde*** *eu vou assim a minha vontade é de levar R...* [H1F47]

(58) *...meus pais não tinham a menor preocupação* ***de, da onde*** *a gente estava....*[M2U13N]

(59) *E o piloto, e, e o controlador de vôo lá de São Paulo, eu não sei se era militar ou civil, não sei* ***de onde****, esse que teve a polêmica dos Mamonas Assassinas* [H4C14]

(60) *É, eu ia me matricular esse ano só que pediu o retrato, a transferência* ***de lá onde*** *eu estudei, aí eu falei que nunca tinha estudado*. [M2F45]

O exemplo (56) apresenta uma situação típica de fala. A preposição que precede o ONDE indica direção, sendo adequada à situação comunicativa. Para o falante, não foi necessário o uso do verbo *ir*, requerido nessa estrutura, já estando na expressão locativa toda a informação dada.

No exemplo (57), a preposição *para*, indicando direção, seria uma exigência do verbo *ir* da oração em que o ONDE ocorre, mas o falante a omite, é como se a idéia de direção já estivesse contida no próprio verbo e fosse, por isso, dispensável. Essa é uma situação inversa ao do exemplo (56). É uma preposição requerida, mas não realizada. Outras omissões ocorrem, em contextos semelhantes, mas o número de ocorrências é baixo em comparação com o número de realizações da preposição, quando ela é requerida.

Há casos, como do exemplo (58), em que o uso da preposição é requerido e realizado, mas há hesitação na escolha da forma preposicional adequada para o contexto de fala, *de* ou *da.*

No exemplo (59), o falante quer se referir à origem, procedência, e faz uso do *de* ONDE com valor Noção.

Quando há a presença de um dêitico, o falante cria alternativas de colocação. Às vezes, o dêitico fica anterior à preposição, posição mais comum, ou mesmo entre a preposição e o ONDE, como no exemplo (60).

As preposições são palavras gramaticais que codificam representações espaciais. Com o ONDE, como foi visto, essas realizações vieram substituir o paradigma latino cujas formas indicavam direção, procedência, passagem por um lugar. O que se verifica, pelas ocorrências do ONDE preposicionado, na língua falada, nesta sincronia, é que, embora o valor de lugar físico seja o percentual mais alto de ocorrência, isso não é garantia de que todos os usos sejam canônicos, muito pelo contrário, há muita variação, concorrendo para isso a situação comunicativa e as possibilidades de uso que evidenciam a criatividade dos falantes.

4.2.6 **Elementos discursivos – a repetição**

A repetição constitui uma construção do texto por reativação, que é um processo por meio do qual se volta atrás, retomando itens, ou conteúdos. A repetição provoca alterações funcionais na sentença, sendo um mecanismo de criação lingüística e de estruturação textual. Observe-se a tabela a seguir.

	Espaço	Tempo	Noção	Posse
Primeiro elemento	12/12 100%			
Elemento repetido	12/12 100%			

Tabela 16: Valores Semânticos do ONDE e Elementos discursivos - repetição

Pelos resultados mostrados na tabela, constata-se que o ONDE repetido só se apresenta nos dados com o valor de Espaço Físico e em apenas 12 ocorrências.

Seguem algumas estruturas em que o ONDE aparece repetido.

(61) INF - *Então tinha realmente, sempre tem aquela, aquela turminha da, da, das drogas, aquela turminha da, da prostituição né.*

DOC – *Isso em que bairro?*

INF – *Isso no Cabula.*

DOC – *No Cabula.*

INF – ***Onde** foi, **onde** a gente teve a nossa infância, né, a minha e a dele foi mais no Cabula, a da minha irmã que foi lá pro lado de Brotas.* [H1C48]

(62) *Eu não fui uma pessoa assim, porque meu pai era assim, ele não gostava de que a gente aparecesse com, com outra, outras coisas, as coisas da rua assim e não dissesse **de onde** foi que veio, **da onde**, castigo assim não que a gente tinha um...* [H2F09]

(63) *O proprietário da fazenda Caji, que hoje é **onde** estão, **onde** está aquela área chamada de Patamares e Costa Azul, Costa Verde, Costa Verde, né? Ali era uma propriedade particular, mas que o próprio dono não sabia onde que acabava...* [H4U12R]

Em todos os exemplos, as repetições do ONDE ocorrem com alterações no segmento repetido. Constituem reelaborações da fala. No exemplo (61), o falante interrompe uma estrutura oracional com o ONDE, por não estar atendendo à intencionalidade comunicativa, então nova estrutura é elaborada, adequando ao que o falante quer expressar. Em ambas as realizações do ONDE, esse item é anafórico. O referente é o mesmo, encontra-se no turno anterior (*no Cabula*) e depois esse referente é retomado para assegurar a informação.

No exemplo (62), o falante estrutura uma sentença completa com o ONDE, e o retoma, fazendo uma retificação na preposição que o precede: no primeiro segmento, *de* ONDE; no segundo, *da* ONDE. Os dados demonstram, em algumas ocorrências, que o falante hesita em usar, ou a forma neutra *de*, ou a que possui a indicação de gênero *do*, *da*.

No exemplo (63), a primeira estrutura em que o ONDE ocorre é interrompida, para o falante fazer uma retificação no verbo, atendendo a uma questão de ordem gramatical, a concordância.

As repetições com o ONDE ocorrem, principalmente, para realizar autocorreções, tendo em vista sempre os elementos que compõem com esse item a sentença. São sinalizadoras de questões semânticas e gramaticais que estão envolvidas nas realizações do ONDE no texto da língua falada.

4.2.7 **Aspectos Conclusivos da Análise Lingüística**

Os fatores lingüísticos estabelecidos para a análise do ONDE foram reveladores das propriedades semânticas, sintáticas e discursivo-pragmáticas desse item na fala de Salvador. Os dados demonstram que o ONDE, do ponto de vista semântico, mantém, com percentuais elevados, o seu valor fundante de Espaço Físico, em todos os grupos de fatores analisados. Demonstra, entretanto, um valor saliente, em freqüência de uso, que é de ONDE Noção. O valor Tempo tem um percentual baixo de ocorrência; e Posse, esse mais abstrato, embora com percentuais baixíssimos de ocorrência, é significativo, demonstrando possibilidades de uso que podem vir a se firmar. Há também ocorrências, que não foram quantificadas, mas são vistas como relevantes, por evidenciarem usos mais abstratos, e um comportamento, do ponto de vista categorial,

que confere um outro estatuto ao ONDE, quando esse item assume, no contexto, características de elemento do discurso, ou conjunção.

O ONDE, ainda quanto ao seu semantismo, atuando na sentença como elemento fórico, apresenta-se com um número de ocorrência elevado de uso exofórico, superior ao uso anafórico, o uso mais canônico do ONDE, e catafórico, também como uso previsto na tradição gramatical. As características da língua falada, de anunciar, de fazer apontamentos prévios; também de referências à própria situação, locando entidades extra-texto, são motivações para os usos catafóricos e exofóricos, respectivamente. O ONDE sem foricidade, embora em quantidade menor de ocorrência, mas com evidência de usos inovadores, em termos de outras propriedades do ONDE.

Quanto aos elementos lexicais e gramaticais que concorrem para a referenciação do ONDE, observa-se em grande quantidade o uso de dêiticos, especialmente o *lá*. Esse, e outros dêiticos, como *ali*, *aí*, precedendo o ONDE, são percebidos como elididos a esse elemento, quase numa única emissão fonética. Os dêiticos espaciais são sempre retomados pelo falante. Ocorrem sozinhos ou com SN, SPrep (que possuem o maior número de ocorrências como referentes à esquerda), locuções adverbiais. Fazem a referenciação do ONDE, também, orações inteiras, segmentos que são introduzidos, sofrem interrupção, depois são retomados. O uso dessas categorias gramaticais codifica as relações espaciais. O ONDE e seus referentes se alternam, ou como *Trajector*, a entidade a ser locada, ou como *Landmark*, o ponto de referência. Os referentes preenchem o sentido lacunar do ONDE, se arranjam, sintaticamente, em consonância com as motivações cognitivas e pragmáticas da ação de locar objetos no espaço. Também o ONDE ocorre sem referentes, quando é destituído de sua condição fórica e é usado em estruturas com outro valor gramatical, que não o de pronome.

Com relação aos Tipos de Frase, o percentual mais alto se encontra em frases afirmativas, em que o ONDE se apresenta com todos os seus valores, sendo o de Espaço Físico o de percentual mais elevado. As interrogativas diretas, seguindo as frases afirmativas, em número de ocorrências, constituem tanto perguntas “fechadas”, quanto perguntas “abertas”, e o ONDE, nesses contextos, é sempre fórico. As interrogativas indiretas são estruturas em que, sintaticamente, o ONDE encabeça complementos oracionais. Nas interrogativas diretas e indiretas, o ONDE só ocorre com valor Espaço Físico e Noção.

Propõe-se distribuir as orações com o ONDE num contínuo de graus de integração: parataxe, hipotaxe e subordinação, conforme apresentam Hopper e Traugott (1993). Observou-se que o ONDE se apresenta em todos os pontos do contínuo, das sentenças com um nível de independência maior, as interrogativas absolutas com ONDE interrogativo, até as sentenças com maior grau de integração, as encaixadas.

Usam-se preposições precedendo o ONDE, quando se deseja expressar movimento, direção. Nos *corpora*, em análise, existe um percentual alto de uso de preposições quando requeridas; há, entretanto, contextos em que mesmo a preposição sendo requerida é não realizada. Há alguma variação no uso de preposições, hesitações, em especial com *de* (*da*, *do*), e situações de uso em que dêiticos e mesmo advérbio se intercalam entre a preposição e o ONDE.

Quanto às repetições do ONDE, são mais freqüentes as reparações, autocorreções. Nos *corpora*, há muitas ocorrências em que o primeiro segmento é incompleto, e o segundo retoma-se o mesmo segmento, e completa-se a fala. Às vezes se fazem retificações, principalmente com o verbo, singular para plural, plural para singular, também existe a mudança do verbo.

5. **CONCLUSÕES**

Os resultados da análise desenvolvida com o ONDE indicam que o Espaço Físico, o seu sentido mais básico, é o que se conserva, apresentando percentuais elevados de uso em todos os grupos de fatores analisados. O ONDE com valor Noção segue o ONDE Espaço Físico, em percentuais, embora ainda baixos, apresentando-se como um valor significativo na faixa etária 2 (25 a 35 anos), entre os homens, e no nível de escolaridade superior. São os falantes de nível culto que, de acordo com as amostras analisadas da fala de Salvador, desencadeiam um processo de mudança, entendida como a convencionalização de usos potenciais. O ONDE é um referenciador de lugar físico e via transferência metáfora passa a designar espaços mais abstratos. Os conceitos se estruturam a partir de esquemas imagéticos espaciais, adquiridos em contato com o mundo, e é a metáfora RECIPIENTE - estar dentro ou fora de alguma coisa - que está na base dos sentidos do ONDE, constituindo a sua polissemia. O ONDE Noção codifica esse conceito espacial num domínio mais abstrato, para fazer a localização de situações, de sensações, de sentimentos, de emoções. O ONDE Tempo, a mais direta metáfora do espaço, tem um número baixo de ocorrências, assim como Posse, esse de uso mais restrito.

Tanto o ONDE Espaço Físico, como o ONDE Noção, o ONDE Tempo e ONDE Posse se encontram, na estrutura do discurso, em arranjos sintáticos, conjugados com os elementos de referenciação que determinam o seu percurso fórico. A exófora tem um número maior de ocorrências, suplantando a anáfora, uso mais canônico do ONDE, e a catáfora. São as indicações à situação, elementos que são referidos, mas que não estão verbalizados no discurso, que são os mais usados.

Quanto aos elementos lexicais e gramaticais usados na referenciação do ONDE, tem-se os Sintagmas Nominais (SN), maior número de ocorrências, seguindo-se os Sintagmas Preposicionais (SPrep) e Dêiticos. Esses elementos ou ocorrem sozinhos, ou combinados. Pelo sentido genérico do ONDE, esses referentes, principalmente os que possuem matéria lexical, são usados juntamente com esse item para codificar o espaço. A localização de objetos se dá em relação a outros objetos, e esse processo implica no

estabelecimento de relações assimétricas, entendendo-se, portanto, que mesmo quando não existe assimetria entre a entidade que se quer locar e a entidade de referência, impõe-se algum tipo de assimetria. Observando-se esse processo cognitivo no nível da expressão lingüística, o ONDE se estrutura no estabelecimento de relações assimétricas, alternando-se ou como *Trajector*, o objeto a ser locado, ou como *Landmark*, o ponto de referência, dependendo de como o falante organiza as relações espaciais.

As frases afirmativas são as que apresentam o maior número de ocorrências do ONDE, seguindo-se as interrogativas diretas e, finalmente, as interrogativas indiretas. Nas frases afirmativas, ocorrem todos os valores do ONDE. Esses tipos de frase se arranjam sintaticamente em orações, sendo a mais canônica, a relativa padrão, a que tem um maior número de ocorrências, seguida pelas adverbiais, as substantivas, as com ONDE interrogativo, e as relativas não-padrão. Essas orações estão distribuídas num contínuo por graus de integração, estando incluídas aí as que se encontram em estrutura clivada, que são em pequeno número de ocorrências, em relação às demais. As "frases feitas" foram consideradas à parte, por serem estruturas metafóricas, e fixadas por convenção.

O ONDE precedido de preposição tem um número elevado de ocorrências, mas há contextos em que mesmo exigida, esse uso não se realiza. O ONDE preposicionado codifica o esquema imagético espacial do CAMINHO, deslocamento de um ponto para outro, isto é, de um lugar para outro. Na ausência da preposição precedendo o ONDE para indicar, ou origem, ou destinação, ou passagem por um lugar, o falante percebe que outros elementos gramaticais devem fazê-lo, como verbos que indicam movimento, omitindo a preposição.

O ONDE ocorre, em muitos contextos, repetido, quando há reelaboração da fala para o falante proceder a correções. São casos em que o falante hesita no planejamento sintático da sentença, faz substituições, por exemplo, de um verbo por outro, ou substitui um verbo numa determinada pessoa gramatical por outra, em atenção à concordância; também quando o ONDE é precedido de preposição.

Nos grupos lingüísticos analisados, existem alguns usos "marginais" do ONDE, entendendo-se esses usos como não-padrão, um ONDE de valor ainda mais abstrato. Com esse valor, ocorre em orações relativas não-padrão, apresentando estatuto de complementizador, comportando-se funcionalmente como o QUE. No discurso, há ocorrências em expressões coloquiais, em contextos não previsíveis. Apresenta-se,

também, como elemento interfrasal, funcionando como marcador conversacional, ou como conjunção, estabelecendo o nexo. O ONDE, do ponto de vista categorial, foi definido como um pronome, pelo que esse item contém de identificação com os membros mais prototípicos dessa classe. As categorias possuem limites imprecisos, havendo graus diferentes de integração de um determinado item, numa classe. Assim é que o ONDE é percebido como tendo traços, por exemplo, de conjunção, sendo possível atuar em alguns contextos.

A Gramaticalização tem sido descrita como um processo complexo que envolve mudanças no nível semântico e no nível morfossintático, motivadas por questões cognitivas e sócio-interacionais. A Gramaticalização é postulada, por muitos autores, como um processo de rotinização, de convencionalização, que é desencadeado pelo uso. Assumindo-se esse sentido, pode-se concluir que, do ponto de vista semântico, o ONDE Noção emerge como um uso potencial, um candidato a se convencionalizar, ao lado do sentido mais básico e mais convencional do ONDE, que é o valor Espaço Físico, conforme se apresentam os dados analisados. Os valores do ONDE identificados nesta sincronia não são novos, assim como alguns de seus arranjos sintáticos. Em outros momentos históricos, esses usos do presente já foram atestados, significando que as forças cognitivas e comunicativas, que operaram no passado, continuam a operar, e os usos são atualizados em cada nova situação comunicativa, estando aí a base da criação lingüística.

Do ponto de vista gramatical, o ONDE é um elemento que, nos *corpora* analisados, apresenta autonomia na maior parte dos contextos de ocorrência, com capacidade para se deslocar, dentro de suas possibilidades de uso, independente de outros itens; mantém a coesão, sem estar atrelado categoricamente a nenhum outro item, em ambientes sintático-discursivos específicos. As ocorrências não convencionais, devido às próprias situações de fala, na codificação das relações espaciais, embora não sejam elevadas, em número, mas são vistas como significativas. Alguns desses usos podem vir a se tornar mais convencionais, e a se cristalizarem com o decorrer do tempo. Por enquanto, os usos canônicos do ONDE prevalecem na fala de Salvador, segundo os dados dos *corpora* analisados, ficando evidenciada, no entanto, a sua multifuncionalidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1997.

ANDRADE, Nadja. *Onde observado na modalidade escrita de um dialeto brasileiro*. Comunicação originalmente apresentada no IV Congresso da ALFAL, Lima, Peru, 1975.

ANTTILA, Raimo. *An introduction historical and comparative Linguistics.* New York: The Macmillan, 1972.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Para onde vão os relativos?* SIMPÓSIO DE DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL. In: *Atas* ..., Salvador: UFBA, 1986.

BASTARDAS PARERA, Juan. *Particularidades sintacticas del latin medieval*: (cartularios españoles de los siglos VIII al XI). Barcelona: Escuela de Filologia, 1953.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa.* 37. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BLOOM, Paul *et al*. (Eds.). *Space and language*. Cambridge/London: The MIT Press, 1996.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar:* tense, aspect and modality in the languages of the world. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994. p. 125-174.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CAMBRAIA, César Nardelli. Sobre as origens do "aonde" na língua portuguesa. In: COHEN, M. A.; RAMOS, Jânia. (org.) *Dialeto mineiro e outras falas*: estudos de variação e mudança lingüística. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CAMPBELL, Lyle; JANDA, Richard. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, n. 23, p. 93-112, 2001.

CAMPBELL, Lyle. What's wrong with grammaticalization? *Language Sciences*, n. 23, 113-161, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. de. Os mostrativos no português falado. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *A gramática do português falado:* as abordagens. Campinas: Ed. da UNICAMP/ São Paulo: FAPESP, 1993. v. 3. p. 119-147.

CASTILHO, Ataliba T. de. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, v. 1, p. 107-120, 1997a.

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, v. 19, p. 25-64, mar. 1997b.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Notas de aula da disciplina LET 678 Seminários Avançados III* do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996 e 1997.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Introdução à lingüística cognitiva.* Relatório Científico submetido à FAPESP (Proc. 99/10399-9). Brasília: CNPQ / S. P.: USP, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. de. Unidirecionalidade ou multidirecionalidade? O problema da gramaticalização. XVII ENCONTRO DA ANPOLL, GT DE SOCIOLINGÜÍSTICA – Mesa-redonda sobre Gramaticalização. Gramado, RS, 24 a 28/06/2002.

CASTILHO, Ataliba T. de. Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Contribuição ao debate sobre a teoria da gramaticalização no contexto do PHPB. DAS BRASILIANISCHE PORTUGIEISCH: PERSPEKTIVEN DER GEGENWARTIGEN FORSCHUNG. Kolloquium in Miinster vom 17-18 Januar 2003.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1978.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. Cochar. *Gramática reflexiva*: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 1999.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

CORRÊA, Letícia M. Sicuro. Por que as orações relativas são de difícil compreensão para a criança? *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 133-148, 1989.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.* 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; VOTRE, Sebastião. A integração sincronia/ diacronia no estudo da sintaxe. *D.E.L.T. A*., São Paulo, v. 15, n. 1, p. 85-111, 1999.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento *et al. Aspectos da gramática do português*: uma abordagem funcionalista. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

DE MULDER, Walter. La linguistique diachronique, les études sur la grammaticalisation et la sémantique du prototype: présentation. *Langue Française*, v. 130, p. 8-32, mai. 2001.

DETGES, Ulrich; WALTEREIT, Richard. *Grammaticalization vs reanalysis*: a semantic-pragmatic account of functional change in grammar. Tübingen: Uiversität Tübingen Romanisches Seminar, 2002.

DUBOIS, Jean *et al. Dicionário de lingüística.* Trad. de Frederico de Barros, Gesuína Ferretti, John Schmitz, Leonor Cabral, Maria Elizabeth Salum e Valter Khedi, São Paulo: Cultrix. 1978.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine.* 3. ed. Paris: Klincksieck, 1951.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Gramática*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica*: uma introdução ao estudo histórico das línguas. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FERREIRA, Lúcia Maria Alves *et al.* Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa. *Gragoatá*, Niterói, 2. sem., p. 135-153, 2000.

FRANCHI, Carlos. Creativity and grammar. ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA, Campinas. In: *Atas*..., 2002, v. 12, p. 125-174.

FURTADO DA CUNHA *et al.* A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. In: D.E.L.T.A., São Paulo, Vol 15, No. 1, p. 85-111, 1999.

GARVIN, Paul. A Escola Lingüística de Praga. In: HILL, Archibald A. (Org.). *Aspectos da lingüística moderna.* Trad. de Adair P. Palácio, Maria do Amparo e Maria Antonieta A. Celani. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 236-245.

HADERMANN, Pascale. *Étude morphosyntaxique du mot OÙ.* Paris – Louvain – la – Neuve: Duculot, 1993.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John (Org.). *Novos horizontes em lingüística.* São Paulo: Cultrix, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. São Paulo: Global, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization*: a conceptual framework. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT Elizabeth Closs; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v. 1. p. 17-35.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization.* Cambridge: CUP, 1993.

HOPPER, Paul J.; Some recent trends in grammaticalization. *Annu. Rev. Anthropol,* n. 25, p. 217-236, 1996.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo.* Trad. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.

ILARI, Rodolfo. *Perspectiva funcional da frase portuguesa.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

ILARI, Rodolfo. Temas em funcionalismo: da organização temática ao processamento cognitivo. *Boletim ABRALIN*, São Paulo, v. 19, p. 39-49, 1996.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

JAKOBSON, Roman. Lingüística e poética. In: _____. *Linguagem e comunicação.* Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1989. p. 118-162. [1. publicação em 1960].

KATO, Mary A. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos Lingüísticos*. São Paulo, p. 1-16, 1981.

KATO, Mary A.; BRAGA, Maria Luiza *et al*. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (Org.). *Gramática do português falado*: desenvolvimentos. São Paulo: UNICAMP/ FAPESP, 1996, v. 6, p. 303-362.

KATO, Mary A. Teoria sintática: de uma perspectiva de "ismos" para uma perspectiva de "programas". *D.E.L.T.A.,* São Paulo, v. 13, n. 2. p. 275-289, 1997.

KATO, Mary A. Formas de funcionalismo na sintaxe. *D.E.L.T.A.,* São Paulo, v. 14, n. especial. p. 145-168, 1998.

KATO, Mary A. Variação e mudança no português brasileiro: problemas de aquisição. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, n. 3, p. 179-189, dez. 1999.

KERSCH, Dorotea Frank. A palavra *onde* no português do Brasil. 1996. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

KOCH, Ingedore Villaça. *A Coesão textual.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.14, p. 169-190, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

LABOV, William. *Building on empirical foundations.* Pennsylvania: University of Pennsylvania, 1982.

LABOV, William. *Modelos sociolingüísticos*. Trad. de José Miguel Marinas Herreres. Madrid: Cátedra, 1983.

LABOV, William. *The intersection of sex and class in the course of linguistic change.* Cambridge University Press, 1991.

LABOV, William. *Principles of linguistc change.* Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

LABOV, William. *The social stratification of the English in the New York City.* Washington, D. C.: Certer of Applied Linguistics, 1996.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors*: we live by. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George. Cognitive semantics: in the heart of language. *Fórum Lingüístico*. Florianópolis, n. 1, p. 83-119, 1998.

LANGACKER, R. Syntactic reanalysis. In: LI, C. (Ed.). *Mechanisms of syntatic change.* Austin: Univerity of Texas Press, p. 57-139, 1977.

LICHTENBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.). *Approaches to grammaticalization.* Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, v. 1. p. 37-80, 1991.

LIGHTFOOT, David. Uma ciência da História? *D.E.L.T.A.,* São Paulo, v. 9, n. 2, p. 275-294, 1993.

LINDSAY, W. M. *A short historical latin grammar.* 2. ed. Oxford: Claredon, 1937.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. Teorias lingüísticas e ensino do português como língua materna. In: ____. *Lingüística e ensino* do *vernáculo.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 53/54, 1978.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem:* um percurso da lingüística neste século, 1998.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, n. 3, p. 73-100, dez. 1999.

LYONS, John. *Linguagem e lingüística*: uma introdução. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987.

LYONS, John. *Sémantique linguistique.* Trad. par Jacques Durand et Dominique Boulonnais. Paris: Larousse, 1980. v. 2.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Um *flos sanctorum* do século XIV: leitura, estudo lingüístico e glossário. 2001. Exame de Qualificação (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MARCHELLO-NIZIA, Christiane. Grammaticalisation et évolution des systèmes grammaticaux. *Langue Française*, v. 130, p. 33-41, mai. 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação.* 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARCUSCHI, L A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (Org.). *Gramática do português falado*: desenvolvimentos. São Paulo: UNICAMP/ FAPESP, 1996, v. 6, p. 95-129.

MARCUSCHI, L A. A dêixis discursiva como estratégia de monitoração cognitiva. In: KOCH, Ingedore V.; BARROS, Kazue S. Monteiro de. (Orgs.). *Tópicos em linguagem de textos e análise da conversação.* Natal: EDUSRN, 1997.

MARCUSCHI, L A. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. *Conferência* pronunciada no Colóquio Internacional de Língua Portuguesa. Berlim, 1998 (mimeo.).

MARCUSCHI, L A. Cognição, explicitude e autonomia no texto falado e escrito. *Conferência* pronunciada no III ELFE – Encontro de Língua Falada e Escrita. Maceió, UFAL, 1999 (mimeo.).

MARCUSCHI, L A. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARINHO, Janice Helena Chaves. O uso do *onde* no texto acadêmico. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 159-170, jan./jun. 1999.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião José; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil:* uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATHEUS, Maria Helena Mira *et al. Gramática da língua portuguesa.* Lisboa: Caminho, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Teorias contemporâneas da mudança lingüística. *Comunicação* ao INTER-GT/ANPOLL, 1996 (mimeo).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas*: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A língua portuguesa em perspectiva histórica – Do português europeu para o português brasileiro: algumas questões. Conferência proferida em 1º de maio de 1999.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O que corrigir no português de nossos alunos? Uma avaliação do fator escolarização na compreensão do português brasileiro. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, n. 3, p. 179-189, dez. 1999.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas. XVII ENCONTRO DA ANPOLL, GT DE SOCIOLINGÜÍSTICA – Mesa-redonda sobre Gramaticalização. Gramado, RS, 24 a 28/06/2002.

MAURER JR, Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, 1948. [1. ed. 1912].

MOLLICA, Maria Cecília (Org.). Introdução à sociolingüística variacionista. Rio de Janeiro: *Cadernos Didáticos UFRJ*, 1992.

MOLLICA, Maria Cecília. Anáforas em relativas no português do Brasil. *Idéias*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 123-130, dez. 1996.

MORAVCSIK, Edith A.; WHEATLEY, Kathleen M. Introduction. In: DARNELL, Michael *et al. Functionalism and formalism in Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999. v. 1, p. 1-31.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Lingüística*: domínios e fronteiras. v. 1 e 2. São Paulo: Cortez, 2001.

NARO, Anthony Julius e BRAGA, Maria Luíza. A interface sociolingüística / gramaticalização. In: . *Gragoatá n. 9*, Niterói: EDUFF, 2. sem., p. 135-153, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da gramática funcional. *ALFA: Revista de Lingüística*, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática de usos é uma gramática funcional. *Boletim ABRALIN*, São Paulo, v. 19, p. 27-38, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português.* São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática*: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. Reflexões sobre a investigação gramatical. In: _____. *A gramática*: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002. p. 47-51.

NEVES, Maria Helena de Moura. Teorias sintáticas e análises gramaticais. In: _____. *A gramática*: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002. p. 52-56.

NEVES, Maria Helena de Moura. Palavras lexicais e palavras gramaticais. In: _____. *A gramática*: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002. p. 79-86.

NEWMEYER, Frederick J. Some remarks on the functionalist-formalist controversy in Linguistics. In: DARNELL, Michael *et al. Functionalism and formalism in Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999. v. 1, p. 469-486.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*: fonética e morfologia. 6. ed. Lisboa: Clássica, 1960.

OLIVEIRA, Leonor de A. B. A trajetória de gramaticalização do *ONDE*: uma abordagem funcionalista. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Lingüística*: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p. 17-46.

OLIVEIRA, Roberta Pires de.. Os caminhos do 'onde': uma contribuição da semântica ao ensino de língua materna. In: CABRAL, Loni Grimm; GORSKI, Edair (Orgs.). *Lingüística e ensino*: reflexões para a prática pedagógica da língua materna. Florianópolis: Insular, 1998. p. 147-164.

PAIVA, Maria da Conceição. Articulação de orações: uma perspectiva variacionista. *Gragoatá*, Niterói, n. 9, p. 101-114, 2. sem. 2000.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português.* 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

POGGIO, Rosauta M. G. F. Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim. 1999. 3 v. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

POGGIO, Rosauta M. G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português*: uma abordagem funcionalista. Salvador: EDUFBA, 2002.

PONTES, Eunice (Org.). *A metáfora*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

PRETI, Dino (Org.). *Estudos de língua falada*: variações e confrontos. São Paulo: Humanitas, 1998.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. Campinas: Unicamp, 1993.

ROCHA, Lima. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

RUBIO, Lisardo. *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. Barcelona: Ariel, 1983.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática*: teoria. 15. ed. reform. e rev., São Paulo: Atual, 1990.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nova gramática:* teoria e prática. 18. ed. ver. e atual. São Paulo: Atual, 1994.

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa:* estudos e observações. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

SANKOFF, Gillian; TARALLO, Fernando. Relativization and anaphora in spoken language. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 197-214, 1987.

SILVA, Myrian Barbosa da. Relativas: desempenho de estudantes na modalidade escrita do português. *Comunicação* originalmente apresentada no IV Congresso da ALFAL, Lima, Peru, 1975.

SILVA-CORVALÁN, C., *Sociolingüística*: teoria y análisis. Madrid: Lavel, 1988.

SOUZA, Emília Helena P. Monteiro de. *A multifuncionalidade do ONDE.* Salvador, UFBA, 1997.

SOUZA, Emília Helena P. Monteiro de. O ONDE, um item em processo de mudança. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador, n. 23-24, p. 67-76, jun.-dez. 1999.

SOUZA, Emília Helena P. Monteiro de. *O ONDE na fala de Salvador: uma mudança em curso?* Èvora, Portugal, 2000. Comunicação apresentada no Congresso 500 anos da língua portuguesa no Brasil.

SVOROU, Soteria. *The grammar of space.* Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1993.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics.* Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: CUP, 1990. p. 76-112.

TARALLO, Femando. *A pesquisa sociolingüística.* 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

TARALLO, Femando; KATO, Mary. Harmonia transsistêmica: variação intra- e inter-lingüística. *Preedição*, Campinas, n. 5, p. 1-41, 1989.

TARALLO, Fernando. Reflexões sobre o conceito de mudança lingüística. *Organon,* 1991.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. v. 1./ v. 2.

VOTRE, Sebastião Josué; OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Resenha: GIVÓN, T. (1995). Funcionalism and grammar. *D.E.L.T.A.,* v. 13, n. 2, p. 331-340, 1997.

RESUMO

Este trabalho é um estudo do ONDE na fala de Salvador. Como base teórica tomam-se os pressupostos do Funcionalismo Lingüístico na linha da Gramaticalização e a Sociolingüística Variacionista. Verifica-se o comportamento do ONDE, e se esse item está passando por um processo de Gramaticalização, e em que níveis. Parte-se da visão multissistêmica da língua, em que cada sistema é visto atuando em conjunto, podendo ser representado de uma forma radial, tendo o Léxico no meio e à volta o Discurso, a Semântica e a Gramática. Como procedimentos para a análise do ONDE foram constituídos grupos de fatores sociais e grupos de fatores lingüísticos, esses últimos a partir dessa visão modular da língua, considerando-se o ONDE como um item gramatical, e portador de propriedades semânticas, discursivas e gramaticais, que são ativadas no evento da comunicação. Os valores do ONDE são tomados como o principal grupo de fatores, a partir do qual são observados os demais, os sociais, e os lingüísticos. Analisaram-se gramáticas prescritivas e descritivas, também foi feito um estudo histórico-diacrônico da língua portuguesa e comparou-se com um estudo descritivo do *où* na língua francesa. Os *corpora*, base da análise, são constituídos do PEPP (Programa de Estudos do Português Popular de Salvador), em sua totalidade, e amostra do *corpus* NURC/SSA/90.

ABSTRACT

This is a study of the word ONDE in the dialect of Salvador. As a theoretical framework, the principles of the Functionalism Model, in the line of Grammaticalization and of Sociolinguistics, have been adopted. This study verifies the behavior of ONDE as well as if it is undergoing a process of Grammaticalization and in which levels such a process is taking place. This study is based on a multi-systemic view of language, in which each system acts together with the other systems. This can be represented in a radial form, having the Lexicon in the middle and three elements around it: Discourse, Semantics, and Grammar. As procedures for the analysis of ONDE, groups of social factors and groups of linguistic factors were formed. The latter were based on the modular view of language, taking into consideration ONDE as a grammatical item and a carrier of semantic, discursive and grammatical properties, which are activated in the event of communication. The values of ONDE are taken as the main group of factors, serving as a starting point for the observation of the others, social and linguistic factors. Descriptive and prescriptive grammars were analyzed. A historical-diachronic study of the Portuguese language was carried out and compared to a descriptive study of *où* in the French language. The corpora, the basis of analysis, consist of the totality of the PEPP (Program of the Studies of Popular Portuguese of Salvador), and of the NURC/SSA/90 *corpus*.